

FERNANDO FELÍCIO PACHI FILHO

**PRIVATIZAR PARA TORNAR “PÚBLICO”:
UMA ANÁLISE DO DISCURSO SOBRE A PRIVATIZAÇÃO
DAS TELECOMUNICAÇÕES EM JORNAIS**

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de doutor em Lingüística.

Orientadora: Profa. Dra. Suzy Lagazzi

CAMPINAS
2008

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IEL -
Unicamp

P116p

Pachi Filho, Fernando Felício.

Privatizar para tornar “público” : uma análise do discurso sobre a privatização das telecomunicações em jornais / Fernando Felício Pachi Filho. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Privatização. 2. Análise do discurso. 3. Imprensa. 4. Memória. 5. Público e Privado. I. Lagazzi-Rodrigues, Suzy Maria.. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

oe/iel

Título em inglês: Privatize to become "public": an analysis of the discourse surrounding the privatization of telecommunications in the press.

Palavras-chaves em inglês (Keywords): Privatization; Discourse analysis; Press; Memory; Public and private.

Área de concentração: Lingüística.

Titulação: Doutor em Lingüística.

Banca examinadora: Suzy Maria Lagazzi-Rodrigues (orientadora), Profa. Dra. Carolina Maria Rodriguez Zuccolillo, Prof. Dr. Luiz Francisco Dias, Profa. Dra. Mariza Vieira da Silva e Prof. Dr. Sirio Possenti.

Data da defesa: 27/02/2008.

BANCA EXAMINADORA:

Suzy Maria Lagazzi Rodrigues

Styarni

Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo

Carolina Rodriguez

Sírio Possenti

Sirio Possenti

Mariza Vieira da Silva

Mariza

Luiz Francisco Dias

Luiz Francisco Dias

Carmen Zink Bolonhini

Olímpia Maluf Souza

Vandersí Sant'Ana Castro

Este exemplar é a redação final da
tese / dissertação e aprovada pela

Comissão Julgadora em:

30/05/2007

Styarni

IEL/UNICAMP

2008

2008/11/66
99/11/800

Para Pri, Flá, mamãe e Beatriz, sempre.

AGRADECIMENTOS

Às minhas irmãs, Flávia e Priscilla, por terem me apoiado das mais variadas formas;
À minha mãe, Stela, por sempre reafirmar que tudo ia dar certo;
A Beatriz, minha filha, estímulo para toda uma vida;
Aos cunhados, Ricardo Paradelo e Matthew Frisbie;
A professora Suzy Lagazzi, por compreender meu percurso teórico e pela orientação;
Aos professores Eduardo Guimarães, do IEL, e Silvana Rubino, do IFCH, pelas qualificações de área.
A professora Olga Coelho, da FFLCH-USP, por ter me incentivado a ir para a França;
Ao Programa Alban, por ter financiado minha viagem de estudos à França;
Aos professores Simone Bonnafous, Dominique Maingueneau, e ao assessor Mathieu Cloarec, pela acolhida na Universidade Paris XII;
Aos amigos Cristiano Amaral e Eliana Oliveira, que mesmo de longe acompanharam de perto estes meus anos de trabalho;
A Luciana Pacífico, pela amizade e pelas traduções para o francês; e a seu irmão, Luiz Eduardo, pela ajuda com a burocracia;
A Diego de Lima Fernandez, em especial, por ter me acompanhado em todas as fases deste projeto;
A Rose Saconi e Sibélia di Bella, pela ajuda na coleta do material;
A Sheila Saraiva, Patrícia Kanashiro, Patrícia Saito, Inês Berloff, Carlos Adriano Silva, Fernanda Ribas, Aline Eltz, Cláudia Chaves, Rogério Lima, Renata Lara Pimentel, Cristiane Hirata, Fernando Forastieri, Carmen Weingrill, Roberta Paro, Sandro Lobo, Laura Lopes, Enrico Neiss, Luiz Antonio Dantas, Gláucia Térreo, Carla Saukas e Karina Janini, pela amizade e compreensão nestes anos de ausência justificada.
Aos novos amigos que conheci ao longo da tese: Alexandre Godinho, Beatriz Ramsthaller e Caroline Suzuki;
Aos amigos que conheci na França: Elie Préveral, Eglatine Samouth, Régnald Bézét, Antoine Maillet, Yoli, Paula Zacharias, Jacques Manzoni, Cláudia Grangeiro, Malu Jardim, Marge Kasper, Carlos Eduardo Machado, e Odile Drouot-Lhermine, por ter me feito sentir em casa num país distante;
A Magnolia, Michel Gauchet e Jacques e Nicolle Lagrange, pela ajuda na minha estada na França e, em especial, a Ruth Carvalho, por ter ido me buscar;
Aos colegas da Fito, Unisant'anna e do Instituto Ethos;
Aos funcionários e demais professores do IEL;
Aos meus alunos; e
Ao meu pai, que diria em seu inconfundível humor: “é o campeão”.

“Ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo.”

Michel Pêcheux

RESUMO

Nos anos 90, o Brasil passa por mudanças em seu modelo de desenvolvimento, com a retirada do Estado de atividades econômicas. Neste período, são realizadas as privatizações de empresas estatais, entre elas as de telecomunicações. Consideramos assim que o discurso sobre as privatizações constitui-se num lugar relevante para a observação da recente história brasileira. Neste trabalho, que toma como base princípios teórico-metodológicos da Análise do Discurso Francesa, tradição inaugurada por Michel Pêcheux, procuramos compreender o funcionamento do discurso sobre a privatização das empresas de telecomunicações na imprensa, tomando como corpus de análise textos dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. Nesse sentido, com o objetivo de observar como se estabelecem fronteiras discursivas entre “público” e “privado”, propomos inicialmente uma análise da nominalização “privatização”, que concentra a carga histórica de sinalizar um processo e uma mudança em direção a um outro modelo – privado - , bem como das diferentes designações – “desestatização” e “venda” para o mesmo acontecimento. Analisamos também os deslocamentos na memória constituída entre “estatal”/“público”/“nação”. Se estas identificações foram possíveis, é porque elas têm como base uma memória que as constituiu, que as definiu e estabilizou ao longo da história. No discurso da imprensa, alimenta-se, porém, o imaginário de um passado que produziu efeitos negativos para a sociedade, devendo, portanto, ser rejeitado e negado em sua continuidade. Como consequência, promove-se uma construção imaginária do futuro, em que há benefícios para todos e sem vínculos com o passado, numa prática discursiva que visa instalar a privatização como marco simbólico de um período de prosperidade. Esta gestão do tempo histórico produz uma linha de continuidade entre presente e futuro e uma ruptura entre passado e presente. Há, portanto, uma trajetória na qual se operam deslocamentos na relação “estatal”/“público”/“nação”, considerada ultrapassada, e que aponta para uma concentração de sentidos positivos no “privado”, relacionado ao futuro, à modernidade e à construção da cidadania. Assim, a tomada de posição privatista dos jornais analisados tenta cristalizar o sentido de “privado” como algo benéfico, atraindo para si igualmente o sentido anterior de “público”, que se refere à construção do bem comum, e rejeitando formações que visam manter a memória entre “estatal”/ “público”/ “nação”. Assim, neste discurso, “privado” é base para formação de “público”.

Palavras-chave: Privatização; Análise do discurso; Imprensa; Memória; Público e privado.

ABSTRACT

In the 1990's, Brazil was going through changes in its development patterns due to the withdrawal of the State from economic issues. At that time, there were privatizations of companies, among which the telecommunications ones. We consider the discourse surrounding privatizations to be of relevance when observing recent Brazilian History. In this work, which has as its basis the theoretical-methodological principles of French Discourse Analysis, tradition started by Michel Pêcheux, we seek to understand the functioning of discourse about the privatizations of telecommunication companies in the press, having as corpus analysis texts from the newspapers *O Estado de S. Paulo* and *Folha de S. Paulo*. This way, with the objective of observing how discourse boundaries between “public” and “private” are established, we initially propose an analysis of the nominalization “privatization”, which concentrates historical features in order to signal a process and a modification towards another model – private –, as well as other designations – “unnationalization” and “sale” to the same event. We also analyze the memory moves including “state”/“public”/“nation”. If these identifications have been possible, that is because they have as a basis a memory which has formed them, defined them and stabilized them along History. The press discourse encourages the imagery of a past that had a negative outcome for the society and should, therefore, be rejected and neglected in its continuity. Consequently, an imagery of the future is produced, in which there are benefits for everyone and no attachment to the past, in a type of discourse that aims to have the privatization process as a symbol of a period of prosperity. This managing of historical time produces a line of continuity between the present and the future and a breakage between past and present. There is, as a result, a path in which changes in the relation State/public/nation take place, considering it old-fashioned, and points at a concentration of positive meanings in the “private”, related to the future, to modernity and to the construction of citizenship. This way, the taking of privatizing position of the newspapers analyzed attempts to crystallize the meaning of “private” as something beneficial, attracting to itself the previous meaning of “public”, which refers to the construction of welfare, and rejecting references that try to keep the relation State/public/nation. Thus, in this discourse, “private” is the basis for the construction of the “public”

Key words: Privatization; Discourse analysis; Press; Memory; Public and private.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Formação do corpus e metodologia.....	5
Capítulo 1 - Neoliberalismo e a crise do projeto moderno.....	11
1.1. Contradições.....	11
1.2. Retomada do liberalismo.....	13
1.3. Abertura de mercados, desregulamentação e globalização.....	15
1.4. As privatizações no Brasil.....	19
Capítulo 2 - Em direção ao privado.....	21
2.1. A nominalização “privatização”: uma forma dominante.....	21
2.2. O foco no privado.....	22
2.3. O processo de nominalização.....	23
2.4. A nominalização na Análise do Discurso (AD).....	27
2.5. O apagamento dos agentes.....	31
2.6. Distanciamento do enunciador.....	35
2.7. Pré-construído e fórmula.....	36
Capítulo 3 – O deslizamento entre “desestatização” e “privatização”.....	38
3.1. Três denominações.....	38
3.2. Diferenças e semelhanças.....	39
3.3. Desestatização.....	42
3.4. Uma relação de identidade.....	50
3.5. Reformulações.....	58
Capítulo 4 – A Lei Geral das Telecomunicações Brasileiras: marco de sentidos.....	63
4.1. A “lei da privatização”.....	63
4.2. As relativas.....	64
4.3. Pontos de heterogeneidade.....	72
4.4. Outras formas de explicação.....	74
Capítulo 5 – Um fato da “história”.....	79
5.1. Um acontecimento memorável.....	79
5.2. A fundação de uma nova era.....	82
5.4. A produção do sucesso.....	94
5.3. A metáfora de uma guerra.....	99
Capítulo 6 – A ancoragem no futuro.....	105
6.1. O tempo como universo simbólico.....	105
6.2. A construção de uma utopia.....	109
6.3. O futuro obrigatório.....	110
6.4. Os benefícios para o consumidor-cidadão.....	125
6.5. Os benefícios para os negócios.....	133
6.6. Um outro futuro.....	142
Capítulo 7 – O olhar para o passado.....	146
7.1. O passado e a necessidade de ruptura.....	146
7.2. A função do passado.....	149

7.3. Um argumento.....	153
------------------------	-----

7.4. Interpretações do passado.....	154
Capítulo 8 – Deslocamentos na memória.....	171
8.1. O estatal e o público.....	171
8.2. Efeito de exterioridade.....	175
8.3. Os vínculos com a nação.....	182
Capítulo 9 – A identificação entre “privado” e “público”.....	192
9.1. A tomada de posição privatista.....	192
9.2. Rupturas no dizer e novos sentidos.....	204
9.3. Uma divisão política de sentidos.....	207
Considerações finais.....	215
Referências Bibliográficas.....	222

Introdução

Em meados dos anos 90, o modelo político-econômico baseado num conjunto de ações que incluem a abertura comercial e financeira, a política de privatizações, a redução dos direitos sociais e a desregulamentação do mercado de trabalho (BOITO JR., 2002, p. 13) ganha destaque na condução dos programas de governo no Brasil. Em linhas gerais, os projetos liderados por grupos econômicos e encampados pelo governo visavam transformar o modelo de desenvolvimento concentrado no Estado, passando para o mercado patrimônio e serviços que até então eram monopólio estatal. Estes acontecimentos, reunidos sob a denominação geral de neoliberalismo ou política econômica neoliberal, produziram efeitos discursivos variados. Se, do ponto de vista histórico, foram sensíveis mudanças nos modos pelos quais a economia e as relações sociais se alteraram nos anos 90, o que é possível dizer dos funcionamentos discursivos que se opõem, se inter-relacionam numa rede de formações discursivas?

Neste quadro, chama a atenção o funcionamento discursivo que se estrutura em torno das palavras “público” e “privado”. Haveria uma redefinição observável na história ou um funcionamento discursivo diferente em relação às formações ideológicas que as sustentam? A proposta deste trabalho é tomar como base para a análise o discurso que circula na imprensa dominante sobre as privatização das empresas de telecomunicações, de modo a observar o funcionamento das relações estabelecidas entre “público” e “privado”. Acreditamos que o discurso sobre as privatizações ganhou dimensão nacional, constituindo-se num dos lugares relevantes para compreensão da recente história brasileira. Em boa parte, o debate sobre as privatizações se alimenta do discurso que circula nos meios de comunicação. Por essa razão, elegemos para a formação do corpus de análise textos que circularam na imprensa. Nosso objetivo não é apenas o de analisar o discurso da imprensa, mas também responder a um questionamento sociopolítico e histórico, de modo a compreender o funcionamento histórico-discursivo das oposições e aproximações entre “público” e “privado”. Consideramos, assim, que o discurso social sobre as privatizações ativa a oposição entre estas duas palavras, prova de que ela está disponível no interdiscurso

em relações opacas e nem sempre facilmente delimitáveis, numa instabilidade de fronteiras e sentidos que podem ser observadas na análise.

Refletir sobre “público” e “privado” é explorar um campo extensa e intensamente abordado pelas Ciências Sociais e pela Filosofia. Estes dois conceitos, de certa forma, servem de base para interpretações sobre a vida social constituindo-se como tema clássico nos vários domínios destes campos de conhecimento, em torno dos quais se organizam discursos. Podemos considerá-los centrais na reflexão sobre temas como democracia, mídia, espaço urbano, entre outros, já que oferecem um fio condutor para análise nas sociedades contemporâneas. Desde as últimas décadas do século 20, eles têm sido alvos de fortes questionamentos, sobretudo porque haveria redefinições, indistinções e reelaborações necessárias nem sempre possíveis de captar na formulação teórica, o que de certa forma demonstra a instabilidade de sentidos estabelecidos, bem como sua historicidade. Trabalhos de Habermas (2003), Arendt (2004), Sennett (1988) e Canclini (2005), entre outros, traduzem a dificuldade de tomar o sentido apenas baseado em definições e não em relação ao seu funcionamento, histórico e ideológico, que sustenta o significado e os modos de significar, aspectos negligenciados na maioria das análises.

Não só os conceitos reunidos em torno deste par de palavras demonstram a crise das fronteiras entre um domínio e outro da vida social, mas também sua própria complexidade face às muitas realidades sociais e históricas a que eles podem ser aplicados. Daí autores como Habermas (2003) se valerem de termos auxiliares como “esfera”, para definições menos rígidas, que captem a dinâmica observada. Ribeiro (2002, p. 116) reconhece a dificuldade de estabelecer diferenças entre público e privado e também o fato de que os dois conceitos não são bem definidos e têm sentidos “portadores de tensões que serão, aliás, a medida de sua riqueza conceitual.”

Poderíamos então nos perguntar como podemos observar os diferentes funcionamentos nesse par de palavras que, de certa forma, organiza sentidos no campo disciplinar das Ciências Sociais. Como decorrência, preocupamo-nos, do ponto de vista discursivo, em observar como esta divisão se sustenta e é formulada. Nesse sentido, é necessário compreender os deslizamentos discursivos entre “público” e “privado”. Captar este movimento é tarefa da Análise do Discurso (AD).

No quadro teórico da AD, não há um único sentido que se se defina a priori, imanente às palavras. Os sentidos determinam-se historicamente numa perspectiva materialista, em que a materialidade do discurso é histórico-lingüística. Língua e história se entrelaçam nesta constituição, sendo que o discurso se produz nesta confluência. Para a constituição do sentido, portanto, levam-se em conta as relações entre linguagem, história, sociedade e sujeito. A linguagem não é transparente e a AD se define como teoria da determinação histórica dos processos semânticos (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 164). Sujeito e sentido constituem-se simultaneamente num mesmo processo (ORLANDI, 2001a, p. 10). A ideologia interpela o indivíduo em sujeito, que se submete à língua “significando e significando-se pelo simbólico na história” (Idem, 2002b, 66). Na materialidade lingüística, base dos processos discursivos, observa-se assim a articulação entre sociedade, sujeito, língua e história. Estes processos não têm origem no sujeito, apesar de se realizarem nele. A produção de sentidos vincula-se, deste modo, às possibilidades enunciativas em períodos históricos, em relação ao que é dito, a sentidos anteriores, a não-ditos, ou seja, às condições de produção. Há ainda uma variação do sentido que deve ser captada no movimento da história e da linguagem. Esta variação só é possível porque há rupturas nos sentidos dominantes, falhas que abrem a possibilidade de polissemia, deslocando sentidos. Tomando como base a AD, portanto, admitimos que a relação da linguagem não é dada, natural ou evidente. O sujeito da linguagem está submetido a injunções simbólicas e políticas, que são esquecidas na produção desta linguagem.

Como as iniciativas de privatização do governo lograram êxito, no campo discursivo produziu-se convencimento para que, em nome da modernidade e do resgate da dívida social, se diminuísse o tamanho do Estado e suas funções pudessem ser reduzidas. Neste panorama, o mercado aparece como redentor, concentrando o discurso da eficiência. Na constituição da memória social, portanto, o processo histórico-discursivo resultante de uma disputa de interpretações dos acontecimentos presentes e passados levou à predominância de uma interpretação em detrimento de outras. Naturalizam-se assim esses sentidos, que passam a ser comuns e hegemônicos. Isso não significa, porém, que os sentidos “esquecidos” deixem de atuar, seja como oposição, seja como resíduo no interior do discurso predominante. Assim, as iniciativas do governo encontraram oposição na

sociedade, prova de que os discursos geram seus contrários e há relações com formações discursivas diferentes.

Boito Jr. (2002, p. 43) desenvolve a tese de que há uma unidade da burguesia em torno do neoliberalismo, suficiente para explicar a coesão política e a “posição unânime da mídia na defesa das ‘reformas orientadas para o mercado’”. Tal conclusão poderia ser tomada como plausível também para o campo do discurso se admitíssemos como princípio que o discurso da imprensa não colocaria em circulação sentidos heterogêneos, ainda que possamos falar numa tomada de posição privatista da parte dos jornais observados, demonstrada em nossa análise.

Nosso percurso analítico obedeceu aos princípios teórico-metodológicos colocados pela Análise do Discurso, na tradição aberta por Michel Pêcheux. Para analisar o funcionamento do discurso, inicialmente problematizamos a nominalização “privatização”, termo dominante para designar a transferência de empresas estatais para o domínio privado. Este gesto foi necessário, porque a privatização é tomada como marco divisor de sentidos. É possível, a partir desta compreensão, observarmos funcionamentos e organizações discursivas na relação entre “público” e “privado”. “Privatização”, porém, está em relação parafrástica com “venda” e “desestatização”. Assim, num segundo momento, problematizamos as relações discursivas que podem ser observados na ocorrência destas diferentes denominações. Na interpretação proposta pelos jornais analisados sobre a Lei Geral das Telecomunicações, observamos uma aproximação desta lei com a privatização, ou seja, ela se torna “a lei da privatização”, apesar de também regular toda a atividade de telecomunicação. Nesse sentido, analisamos como esta interpretação se materializa em incisões. Para compreender o sentido de mudança, proposto entre “público” e “privado”, consideramos que é necessário também observar a gestão do tempo no discurso dos jornais. A privatização é o marco simbólico, que determina um futuro pleno de benefícios. Formase também uma imagem do passado, de ineficiência, que funciona como argumento para justificar a privatização. Este passado é relacionado à oposição. Por fim, analisamos a desestabilização da memória entre “público”/“estatal”, considerada também como dado do passado, e a formação de sentidos positivos para a relação “privado”/“público”, em deslocamentos operados na memória discursiva.

Formação do corpus e metodologia

Método, teoria e prática na AD se constituem permanentemente num ir-e-vir entre observação do corpus, pesquisa teórica e análise propriamente dita. Daí a necessidade de refletirmos sobre a constituição do corpus – composto de textos de jornais sobre as privatizações das empresas de telecomunicações - capaz de mostrar a tensão existente entre teoria e prática. Como processo analítico, a AD é sensível à necessidade de tratar o objeto em sua especificidade, ela exige a articulação entre dispositivo teórico, que fornece ao analista as bases para compreensão dos processos de produção de sentidos, e o dispositivo analítico, mobilizado de acordo com as necessidades da análise colocadas pelo questionamento do analista e pela natureza do objeto de estudo. A configuração do corpus, estabelecido em função de um projeto de pesquisa, e a determinação de seus limites já correspondem a uma fase da análise.

Neste trabalho, temos como objeto o discurso sobre a privatização das empresas de telecomunicações, que circula na imprensa escrita. Nossa opção foi a de trabalhar com textos da imprensa de maior circulação. Nossa escolha em trabalhar com materiais coletados da imprensa dominante se deve ao fato de ela se constituir como um lugar legitimado socialmente e de produção de um discurso de formação de opinião, que se expande no espaço público. Escolhemos assim os dois principais jornais do Estado de São Paulo, ou seja, *O Estado de S. Paulo* e *a Folha de S. Paulo*, periódicos com circulação nacional e que alimentam uma concorrência acirrada e se pretendem diferentes em seus posicionamentos políticos e mercadológicos, sendo o *Estado* um jornal de perfil liberal-conservador e a *Folha*, caracterizada pela multiplicidade opinativa. Assim, procuramos observar o funcionamento deste discurso considerado dominante. Devemos ter em mente que o discurso da imprensa é um dos que são produzidos no espaço público, não se configurando como único nem como “reflexo de uma realidade”

Pretende-se compreender como objetos simbólicos, por definição não-transparentes, produzem sentidos, e os gestos de interpretação realizados pelos sujeitos. (ORLANDI, 2002a, p. 27). Neste aspecto, a formação do corpus é um primeiro gesto desta análise que se desenha neste ir-e-vir, pois a inclusão de materiais no corpus já é uma decisão sobre

propriedades discursivas. O objetivo é mostrar como um discurso funciona e produz efeitos de sentido. O que se pretende, portanto, no percurso analítico é uma reflexão sobre o funcionamento de um discurso, não a verificação de uma hipótese ou a demonstração da aplicação de uma teoria. Temos de ter em vista que o objeto permanece aberto para novas análises e abordagens, já que sua descrição não se esgota, porque todo discurso pode ser incluído num processo discursivo mais amplo. A forma do recorte feito pelo analista determina o modo de análise e o dispositivo teórico da interpretação construída. Por essa razão, o dispositivo analítico pode ser diferente nas diferentes observações realizadas.

Posto isso, também procuramos aqui refletir como formamos o corpus que serviu de base para esta pesquisa, tarefa nem sempre evidente mesmo tendo-se definido um tema de pesquisa suficientemente bem recortado e delimitado. Primeiramente, o que se deve compreender é que o corpus não corresponde apenas à coleta feita pelo analista. Ele é um material selecionado e preparado para a análise na sua relação com as condições de produção e sua inserção na rede de discursividade sócio-histórica.

O corpus é também uma construção do próprio analista, que seleciona o material de acordo com os objetivos de sua análise, de sua pergunta discursiva, que organiza a relação que se estabelece entre sujeito e objeto de análise. Em nosso caso, perguntamo-nos como se articula a relação entre “público” e “privado” no discurso que circula na imprensa sobre a privatização das empresas de telecomunicações. Há fronteiras estabelecidas no discurso da imprensa? De que modo os limites de significação se constroem? Pensamos como consequência qual seria a significação de “público” e “privado” neste caso intensamente coberto pela imprensa. Temos assim um viés de análise a partir dessas inquietações. Percebemos, porém, que para captar a “espessura semântica”, na expressão de Orlandi (Ibidem, p. 63), não basta apenas procurar nos textos referências a “público” e “privado” expressas no léxico. Há um discurso que rege estas relações e é por ele que nos interessamos. Por isso, explica Orlandi (2002a), é necessário a intervenção teórica para que a relação do analista com o objeto e com as interpretações nele colocadas possam ser compreendidas e desnaturalizadas, de modo a produzir uma análise não-subjetiva.

Uma coleção de textos pode muito bem ser um ponto de partida para refletir sobre o objeto, sobre os métodos de pesquisa e a formação do dispositivo teórico e analítico. Ainda

assim, ela não será o corpus. Em corpora formados por textos midiáticos, a tendência é dispor de uma profusão de textos industrialmente produzidos. O desafio para o analista é procurar aqueles que podem servir para a análise frente à pergunta discursiva estabelecida por ele, ou seja, formar uma coleção de textos é simples, mas estabelecer os limites e fazer a seleção deste material face à pergunta discursiva não é evidente.

Seguimos aqui as recomendações de Orlandi (2002a) para a constituição do corpus em Análise do Discurso. Segundo esta autora, na AD o objetivo não é realizar uma análise exaustiva e completa em relação ao objeto. Isso porque todo o discurso está em relação com outros. Há sim um processo discursivo que pode ser analisado e recortado em estados diferentes. Dessa forma, o que se pretende com a análise é uma exaustividade vertical, que deve ser considerado em relação à temática e aos objetivos da análise (Ibidem, p. 63). Assim, os “fatos” de linguagem são observados em sua relação com a memória, sua espessura semântica, sua materialidade lingüístico-discursiva. A análise do discurso, na visão de Orlandi (2003, p. 116), não é um nível diferente de análise, que se acrescenta aos níveis definidos na Lingüística – fonético, sintático, semântico – é um ponto de vista diferente. Nesse sentido, a perspectiva discursiva é constitutiva dos vários níveis de análise.

No caso de trabalhos como os nossos, o material tende a ser volumoso, repetitivo e uniforme, características definidas pela rotina de produção dos textos jornalísticos. Daí a necessidade de retomar os princípios de análise para saber olhar este material. Observamos, porém, as características citadas acima também como fatos discursivos, já presentes neste gesto de análise inicial. Neste ponto, o volume, a uniformidade e a repetibilidade, observados sobretudo em textos ditos “informativos” são sintomas de um modo de produção da imprensa contemporânea, industrializada, que persegue a objetividade e a neutralidade em seus posicionamentos. Não objetivamos, portanto, a exaustividade como um fim, mas a levamos em conta numa primeira abordagem para termos a dimensão de que o volume de textos encontrados sobre a privatização das empresas de telecomunicações é um indício discursivo da importância atribuída pela mídia ao fato, do destaque que ele toma na agenda nacional e social. Abrir espaço na mídia para um fato já significa atribuir a ele uma importância, um sentido, uma dimensão, uma abrangência. A permanência deste fato e

suas interpretações na imprensa, em suas múltiplas facetas, demonstra um determinado processo discursivo.

A seleção do material obedeceu inicialmente ao critério temático e cronológico, ou seja, a privatização das empresas de telecomunicações ocorre no período de 1997, com a concessão para a telefonia celular privada, a 1999, com a licitação para as empresas concorrentes das privatizadas, as chamadas empresas-espelho. Como limites para a análise, consideramos, porém, os anos de 1997 e 1998, em sua integralidade, tendo em vista que a partir de agosto de 1998, após a privatização do Sistema Telebrás¹, as matérias sobre a privatização das empresas de telecomunicações tornam-se mais esparsas e se concentram em desdobramentos da própria privatização ou de comentários sobre os rumos do setor no país. Entre 1997 e 1998, portanto, temos a maior concentração de textos, suficientes para a compreensão do processo discursivo.

Também neste período pudemos observar o debate que se estabeleceu na mídia sobre a privatização. Buscamos, sem distinção de gênero nos jornais, matérias e artigos publicados sobre a privatização das empresas de telecomunicações, de modo a constituir um conjunto de textos, opinativos e informativos, amplo e limitado. Isso não significa, porém, que desprezamos o fato de que o jornal reúne funcionamentos diferentes, textos produzidos por seus profissionais, articulistas internos e externos, apenas não o consideramos, num primeiro momento, como distintos no universo de crenças constituído nos jornais nem como obstáculos para a perspectiva que buscamos desenvolver. Acreditamos que estes materiais heterogêneos podem compor o corpus e serem objetos de análise, tomados em suas condições de produção, não em relação aos “gêneros” aos quais se filiam. Dessa forma, o material coletado constituiu um conjunto inicial de 2036 textos, entre artigos, matérias, editoriais e notas.

O corpus de análise é, assim, extenso e complexo. Foram necessários diferentes agrupamentos para tornar observável o discurso da imprensa e para responder a questões que foram colocadas a partir mesmo da observação do conjunto do material, de modo a

¹ O Sistema Telebrás reunia três holdings de telefonia fixa, uma de longa distância e oito de telefonia celular, que foram privatizadas no dia 29/7/1998.

constituir uma lógica para a demonstração do funcionamento discursivo. Formamos um corpus de arquivo, no sentido em que o compreende Courtine (1981, p. 37), ou seja, um corpus constituído a partir de materiais pré-existentes em oposição a um corpus experimental, constituído por entrevistas. Basicamente, nosso corpus reúne materiais coletados na imprensa escrita, que impõe, de certa forma, limites materiais ao trabalho, quanto à coleta e à análise e um fechamento num determinado tipo de discurso, definido pelo suporte midiático. Dessa forma, procuramos constituir um corpus de recortes² de textos, tomados como unidades significativas, e enunciados, em seqüências que foram utilizadas em vários pontos da análise. Nosso objetivo, no tratamento destes enunciados e textos, é observar como os sentidos se formam em gestos de interpretação, sempre relacionados ao interdiscurso e ao contexto histórico e ideológico, que condicionam a leitura. Na perspectiva da AD, o funcionamento da linguagem não deve ser apreendido apenas no nível lingüístico, mas também nos aspectos que se referem às condições de produção, circulação e interpretação do discurso.

A pesquisa nas coleções de jornais para a reunião do material de análise nos ajudou a alimentar reflexões e a fazer, na seqüência, seleções mais criteriosas, que emergiram desta leitura extensiva. Cumpre, porém, explicitar que a leitura do analista não é uma leitura comum. Os procedimentos da AD permitem o deslocamento da posição de leitor para a de analista, ainda que ele tenha tido com o material analisado, sobretudo o da imprensa contemporânea, uma relação de leitor. Consideramos, portanto, que são diferentes posições-leitor. Neste procedimento, a leitura inicial dos jornais é um procedimento necessário para que o analista tenha condição de estabelecer parâmetros para a seleção do material. Ela é necessária também porque, ao folhear os jornais, pode-se compreender os gestos de interpretação realizados na edição das publicações, ou seja, a importância atribuída aos fatos, seu posicionamento nas páginas, sua distribuição ao longo do jornal. Enfim, é possível observar como a agenda midiática distribui este assunto e o significa em sua eventual correlação com os fatos que estão na ordem do dia. Desse modo, esta leitura pode

² Segundo Orlandi (1984, p. 14), o recorte é uma unidade discursiva, ou seja, um fragmento da situação discursiva. E o texto é o todo em que se organizam estes recortes, relacionado às condições de produção e a situação discursiva.

trazer elementos que contribuem para a análise e a constituição do próprio corpus. Como resultado de uma escolha temática e cronológica, o material coletado não é diretamente analisável, mas um conjunto que demonstra características da cobertura e gestos de interpretação, que não podem ser desprezados, como podemos observar na classificação do tema da privatização em matérias distribuídas, em sua maioria, em cadernos de economia.

De 1997 a 1998, portanto, temos várias divisões possíveis para o material coletado, que podem obedecer a temas estabelecidos nesta cobertura. Dessa forma, procuramos organizar para nossa análise, em ambos os jornais, os textos que se referiam à concessão para a telefonia celular, ao debate em torno da Lei Geral das Telecomunicações, os textos referentes à privatização da telefonia fixa, isolando neste corpus a cobertura sobre o dia da privatização da telefonia fixa. Como corpus de apoio observamos também o funcionamento discursivo da Lei Geral das Telecomunicações Brasileiras, que também determina o que se diz na imprensa.

Este material, organizado do ponto de vista temático, forma corpora observáveis e permitiu que determinássemos as regularidades discursivas presentes em cada uma destas partes. Nesse sentido, pudemos observar que em todos estes espaços a privatização, tomada como acontecimento discursivo, produz uma reconfiguração discursiva que não pode ser menosprezada. E a partir da compreensão destas reconfigurações podemos retomar nossa pergunta sobre as fronteiras entre “público” e “privado”, definidas com a privatização. Desta forma, procuramos observar como os sentidos se desestabilizam em processos polissêmicos e se institucionalizam como sentidos dominantes, num jogo de poder que ocorre na linguagem e resulta na legitimação histórica dos sentidos. Estes eixos temáticos, portanto, nos orientaram na análise do material, em que se observa a valorização do que é privado em detrimento do estatal.

Em seguida, foi possível recortar seqüências discursivas que pudessem ser analisadas conforme os processos observados em marcas lingüísticas, como as nominalizações “privatização”, “desestatização” e “venda”, que perpassam todo o corpus, e as construções relativas largamente utilizadas nos textos sobre a Lei Geral das Telecomunicações. Neste procedimento de dessuperficialização, buscamos passar, portanto, do lingüístico para o discursivo, desfazendo os efeitos da literalidade, para constituir o

objeto discursivo³, resultado do confronto com textos afetados por memórias diferentes, e observar o processo discursivo.

Capítulo 1 - Neoliberalismo e a crise do projeto moderno

1.1. Contradições

Ao tratarmos do discurso da privatização das empresas de telecomunicações na imprensa, remetemo-nos a um contexto histórico-ideológico que se torna mais evidente na década de 80 do século 20, quando as políticas chamadas de neoliberais tornaram-se dominantes em países do hemisfério Norte e se expandiram nos anos seguintes para outras áreas do globo, como a América Latina. Podemos considerar que o neoliberalismo prega a diminuição do Estado no setor produtivo e o esvaziamento do setor público. Suas teses são apresentadas, como explica Ribeiro (2000, p. 82), em um universo de racionalidade que não percebe o mundo como fruto da desigualdade social. De certa forma, a reflexão contemporânea sobre a crise do papel do Estado, as relações entre Estado, mercado e sociedade são atravessadas pela discussão sobre o neoliberalismo, que coloca em questão o projeto moderno de construção da sociedade. Este projeto, de base iluminista, estabilizou-se em países europeus⁴ ao longo dos séculos 19 e 20 e pretendia generalizar direitos sociais. Nas últimas décadas do século passado, a partir de uma concepção de globalização e

³ Pêcheux e Fuchs (1997, p. 180) assim definem objeto discursivo: “resultado da transformação da superfície lingüística de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto lingüisticamente de-superficializado, produzida por uma análise lingüística que visa anular a ilusão n. 2. Para estes autores, o processo discursivo, por sua vez, corresponde ao “resultado da relação regulada de objetos discursivos correspondentes a superfícies lingüísticas que derivam, elas mesmas, de condições de produção estáveis e homogêneas. Este acesso ao processo discursivo é obtido por uma de-sintagmatização que incide na zona de ilusão-esquecimento n. 1.

⁴ Notemos que este processo, apesar de generalizado no campo das idéias no Ocidente, não se concretizou em muitos países, principalmente na América Latina, onde o Estado de bem-estar social não se completou e passou por um processo de modernização tardia. Por isso, a diminuição do papel do Estado nestes países tem conseqüências bastante diferenciadas para as populações do que nos países onde o Estado de bem-estar social se formou. (STRECK, 1999, p. 22-23)

neoliberalismo, a modernidade passou a ser tomada em boa parte apenas como “objeto de consumo” ou “espetáculo” (CANCLINI, 2005, p. 42)

O projeto moderno, baseado na racionalidade e na constituição de um Estado democrático de direito, era o ponto de partida para o desenvolvimento de um sistema social que pudesse concretizar o princípio da igualdade e reduzir progressivamente as desigualdades reais. Este projeto, investido da razão, alimentava a crença na possibilidade de o ser humano agir alterando a realidade numa direção em que pudesse construir a liberdade coletiva e individual, corrigindo erros do passado e da própria natureza. A modernidade, como explica Bauman (2000), estabeleceu como propósito a criação e preservação de uma ordem como tarefa dos seres humanos, a partir de sua ação política.

No entanto, o resultado foi o aprofundamento das diferenças ao longo do tempo, o que de certa forma comprometeu na prática este projeto, baseado nas contradições colocadas na própria constituição do Estado contemporâneo, que se revelam na defesa da acumulação do capital, atendendo aos interesses da classe burguesa, e na proteção dos interesses dos trabalhadores, fazendo da economia uma questão pública. Habermas (2003, p. 102) considera que a idéia burguesa de um Estado de direito, que vincula toda a atividade deste Estado a um sistema de normas legitimado pela opinião pública, almeja a eliminação do Estado, como instrumento de dominação. Desta forma, hoje toda ação que vise estabelecer uma ordem diferente da que está em vigor é vista como intervencionista. Sua contradição de base, que evidencia a desigualdade, progressivamente fez aumentar a descrença na capacidade administrativa do Estado em áreas básicas de produção, acompanhada da perda de credibilidade de partidos políticos, esfera na qual os interesses públicos poderiam se manifestar como contraponto à imposição dos interesses exclusivamente privados.

1.2. Retomada do liberalismo

O discurso liberal tem seus fundamentos explicitados em *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith, publicado em 1776. Nesta obra, Smith prega a ausência de limitações para a vida econômica. Segundo ele, o Estado deve apenas manter a segurança interna e externa, estabelecer garantias para a propriedade e os contratos, e manter serviços essenciais de utilidade pública. Este ideário, explica Moraes (2001), será retomado no século 20 por pensadores, como Friedrich August von Hayek, cuja preocupação era evitar a “politização da vida econômica”. Para Hayek, crises econômicas no século 20 ocorreram devido a gastos públicos do Estado de bem-estar social e à excessiva regulamentação econômica, que desestimulavam os investidores. Além disso, centrais sindicais nas democracias de massa teriam levado o Estado a realizar investimentos sem expectativas de retorno.

Em países latino-americanos, a crítica de neoliberais se dirige a um modelo de governo nacionalista e desenvolvimentista, que forçaria gastos excessivos do poder público. Basicamente, combate-se o Estado de bem-estar social, formado a partir da doutrina do economista John Maynard Keynes, segundo a qual cabe ao Estado moderar crises econômicas e sociais, mantendo um setor público forte, promovendo negociações sindicais, políticas de renda e seguridade social. Objetivou-se, dessa forma, corrigir efeitos destrutivos do capitalismo. Esta doutrina tornou-se dominante com o fim da Segunda Guerra. O papel do Estado era assim concebido como moderador de desequilíbrios sociais e mediador de negociações entre corporações empresariais e proletárias. Mas de acordo com os neoliberais, o Estado que busca proteger o cidadão produz ineficácia e clientelismo, com recursos do cidadão. Daí ser necessário, para alterar esta situação, privatizar empresas estatais, serviços públicos, desregulamentar ou criar regulamentações que reduzam a interferência do poder público sobre empreendimentos privados.

Este pensamento é reforçado com a mundialização financeira que já estava consolidada nos anos 70 e que determinou políticas nos anos 80. Os mercados financeiros, operados em todo o mundo, forçam a redução de poder de Estados nacionais,

principalmente no que se refere à criação de dívidas públicas que visavam garantir metas sociais, como emprego e desenvolvimento nacional. Em termos práticos, a globalização financeira, a internacionalização das atividades econômicas acabam limitando a ação dos Estados nacionais, que deixam de ser fonte exclusiva de regulamentação, também determinada por organizações supranacionais. Em síntese, o neoliberalismo torna-se a ideologia de uma época de financeirização da economia.

Em termos políticos, explica Moraes (2001), a visão neoliberal considera que a democracia sem limites força gastos públicos crescentes, o que provoca pressão tributária, crise fiscal e endividamento do Estado. Além disso, segundo essa visão, as políticas sociais formam no interior do Estado uma burocracia poderosa, que passa a agir por interesses políticos. Por essa razão, este universo político deve ser diminuído, por meio de desregulamentações e privatizações. Os serviços sociais não devem ser considerados direitos sociais e bens públicos. Em vez do acesso universal aos serviços públicos, deve haver acesso seletivo. Serviços de saúde, educação, moradia devem ser transferidos para o setor privado, que também se obriga a administrar e operar serviços públicos.

O Estado contemporâneo, de proteção social, foi uma instituição criada nas sociedades capitalistas para aliar as promessas da modernidade ao capitalismo, além de amenizar os efeitos negativos provocados pelo capitalismo industrial. No entanto, este Estado é tido hoje por seus críticos como instituição anacrônica por ser nacional num mundo globalizado. Neste quadro histórico, portanto, seria necessário sua diminuição para facilitar o fluxo de informação, mercadorias e capitais.

No século passado, mesmo com a experiência histórica do socialismo, o capitalismo manteve-se dominante e formou um mercado de massas que se impôs. Historicamente, no século 20, ocorre a desagregação das economias no mundo socialista e o fim da polarização entre bloco comunista e capitalista, abrindo espaço para que as tensões e contradições do sistema capitalista se expandissem também para os países que compunham o bloco comunista. Países de economia forte no mundo passam a ter governos de orientação neoliberal, como os de Margareth Thatcher, na Inglaterra, Ronald Reagan, nos Estados Unidos, e Helmut Kohl, na Alemanha, nos anos 80. Isso possibilitou, explica Ianni (2004), o fortalecimento do próprio capitalismo e a dissolução de fronteiras para os mercados

financeiros internacionais, que passaram a influenciar continuamente as formas de produção, organização social e divisão do trabalho, tornando o capitalismo uma realidade histórico-geográfica avassaladora no século 20.

1.3. Abertura de mercados, desregulamentação e globalização

No campo das Ciências Sociais, portanto, formou-se um discurso sobre as mudanças no sistema capitalista que relaciona a desagregação dos regimes socialistas à expansão de políticas de desregulamentação, abertura de mercados e privatizações, tomados como sinais do que se classifica como globalização. Podemos assim considerar que este pano de fundo histórico é condição de produção do discurso sobre a privatização das empresas de telecomunicações que analisamos neste trabalho. As políticas acima citadas, nas perspectivas sociológicas que apontamos, possibilitaram o fluxo das forças produtivas, num processo de modernização de relações de produção, que universalizou o capitalismo como processo civilizatório (IANNI, 2004, p. 180-181). Na América Latina, o pós-Guerra Fria foi marcado pela promessa de prosperidade com a adoção de medidas de privatização, abertura e estabilização econômica, denominadas de Consenso de Washington. Experiências neoliberais pioneiras foram adotadas no Chile, a partir de 1973, no governo Augusto Pinochet. Estas experiências se generalizam no continente nos anos 80 e 90 com os chamados planos de ajuste econômico.

Dupas (2003) explica que, no fim do século 20, reformas econômicas influenciaram a lógica do sistema capitalista. A primeira delas foi a movimentação intensiva de capitais em todo o mundo, o que gerou especulação financeira. Além disso, estabilidade monetária tornou-se um valor social importante e as políticas de austeridade, que visavam equilíbrio orçamentário, acarretaram redução significativa de gastos sociais. Como saída para crises econômicas e políticas, as práticas neoliberais determinavam abertura econômica. Segundo este autor, o ciclo das reformas neoliberais integrou ao mercado global os grandes países da periferia.

Este processo leva à generalização das forças de mercado em todo o mundo, tendo como pólos dominantes os Estados nacionais historicamente consolidados, que passam a dividir seu poder de influência com corporações e conglomerados transnacionais. Há, segundo Ianni (2004), no neoliberalismo, um deslocamento das possibilidades de soberania também para as organizações, corporações e entidades de alcance global, ao contrário do que ocorria na ideologia liberal, que tomava como parâmetro a soberania nacional. A dinâmica econômica das transnacionais desenvolve-se de modo mais ou menos independente dos Estados nacionais, sendo que seus movimentos variam conforme as forças produtivas e exigências de concentração e centralização do capital.

Bauman (2000) explica que as nações já não estão mais seguras na soberania política do Estado, como garantia de sua permanência e base da vida econômica, militar e cultural. Estas mudanças apontam para um estágio em que a política cede às exigências de competitividade, eficiência e flexibilidade, comprometendo a criação e manutenção de redes de segurança coletivas. Tais mudanças, na visão de Bauman, aumentam os estados de insegurança e incerteza na sociedade. Ocorre, para este autor, uma separação entre as estruturas da economia global e da política, que compromete a construção de identidade dos Estados-nação. Nesse sentido, elementos deste Estado-nação como território, poder, língua, cultura e etnias são sobrepujados pelo poder econômico.

Neste panorama, explica Bauman, a democracia torna-se impotente para preservar e ajustar as condições de vida do cidadão. Isso se deve à perda da antiga soberania por parte dos Estados, que não foram capazes de equilibrar suas contas nem de reger a sociedade, perdendo o potencial de definição e de promoção do bem-estar coletivo, tarefa que passa para as mãos do setor privado. Ocorre ainda que os poderes que determinam a vida dos Estados estão cada vez mais globalizados e a esfera de atuação dos cidadãos continua limitada localmente. Estes fatores resultam numa crescente apatia política, dado que diminui a crença de uma possível salvação dos cidadãos na esfera do governo. Há, para o autor, uma pressão para o desmantelamento de defesas sociais construídas ao longo do tempo e abolição de instituições que, de certa forma, limitam o grau de incerteza social. Defendem-se, ao contrário, as forças livres do mercado e o livre comércio, fontes da incerteza, como necessidade racional.

Nesse sentido, as instituições políticas não são mais definidoras da agenda pública, tampouco da criação de códigos, papéis que elas foram progressivamente assumindo. Bauman explica que estas funções não deixam de existir e são transferidas das instituições políticas para outras forças, não-políticas e associadas ao mercados financeiros e de consumo. Dessa forma, segundo o autor, “desregulamentar” é diminuir o papel regulador do Estado e não o declínio da regulamentação. Nessas condições, fica difícil construir uma agenda política e unificada, já que o verdadeiro poder é extraterritorial e global. O papel do Estado como agendador torna-se ineficiente, ou seja, ele não é mais um agente efetivo para propor opções coerentes e consistentes para a sociedade. Segundo Canclini (2003), a globalização reduz a capacidade de ação de atores políticos clássicos como Estados nacionais, sindicatos e partidos políticos. Os governos são assim reduzidos a administradores de decisões alheias, o que os leva a esquecer as políticas de longo prazo.

Por essas razões, como aponta Ianni (2004), ocorre um declínio do conceito e da realidade do Estado-nação, que em sua crise busca redefinir-se, já que forças sociais, econômicas, políticas, religiosas podem hoje atuar na esfera global, independentemente de um projeto nacional assentado na soberania, como lugar de poder.

Acontece que o capitalismo, enquanto modo de produção e processo civilizatório, cria e recria o Estado-nação, assim como o princípio da soberania que define a sua essência. Ainda que esta entidade, isto é, o Estado-nação soberano, permaneça, ou mesmo se recrie, está mudando de figura, no âmbito das configurações e movimentos da sociedade global. Aliás, não é por acaso que se multiplicam os estudos e os debates acerca do Estado-nação, enquanto processo histórico e invenção, uma realidade persistente e problemática; e que se encontra em crise no fim do século 20, quando se dá a globalização do capitalismo. (IANNI, 2004, p. 41).

Para compreender este processo, como explica Ianni, é necessário não perder de vista que o capitalismo, tal como se desenvolveu inicialmente na Europa, sempre teve características internacionais, que propiciaram a acumulação de capital, do mercantilismo ao imperialismo, articulando de modo desigual e tenso, em movimentos de integração e fragmentação, sistemas coloniais em relações de dependência e interdependência entre países, colônias e protetorados. Neste processo, o capitalismo sempre ultrapassou fronteiras geográficas, históricas, culturais e sociais. Após a Segunda Guerra Mundial, ocorre um

ciclo de expansão e internacionalização acentuados do capital, em intensidade e generalidade inéditas, provocando alterações significativas na reprodução do capital nas várias nações, que se subodinarão às suas formas de reprodução internacional, ou seja, o capital amplia-se e adquire, de fato, conotação mundial. A internacionalização se torna mais intensa e generalizada, sendo que as antigas nações socialistas se configuram como novas fronteiras de negócios, investimentos e transferências de tecnologia. Além de um modo de produção global, no século 20 o capitalismo é também um processo social, político e cultural complexo que influencia as formas de organização do trabalho e da vida social com os quais entra em contato.

O fim da Guerra Fria foi considerado marco do que se convencionou chamar como globalização, que corresponde assim à adoção da economia de mercado por todo o mundo. Isso significa que princípios como lucratividade, produtividade e consumismo tornam-se balizas mundiais. Como alerta Ianni (2004), a interdependência e o imperialismo recriam-se e reproduzem-se com mais força.

Para Canclini (2003, p. 42), a globalização de fato originou-se na segunda metade do século 20. Processos anteriores de movimentação do capital podem ser classificados de internacionalização e transnacionalização. Segundo este autor, a internacionalização corresponde à fase de abertura comercial iniciada com as grandes navegações nos séculos 15 e 16, que formaram um mercado mundial entre Europa, América Latina e Extremo Oriente. Os bens consumidos, porém, eram produzidos no interior de cada país e sujeitos a controle alfandegário e de produção local. Já no século 20, podemos observar a transnacionalização, que é um processo de internacionalização da economia e da cultura, que intensifica as dependências recíprocas. Na segunda metade do século 20, com o desenvolvimento de tecnologias como a de satélites, sistemas de informação e transporte, criaram-se condições para a constituição de um mercado mundial, que integra focos de produção, circulação e consumo. Isso possibilitou a eliminação de restrições e controles nacionais. Este autor considera, porém, que a concepção neoliberal de globalização restringe às elites o direito de decidir como são produzidos, distribuídos e utilizados os bens de consumo (CANCLINI, 2005, p. 42).

Deste modo, desenha-se no mundo, desde o fim da Segunda Guerra, uma nova divisão internacional do trabalho, com o predomínio de empresas transnacionais. Nesse sentido, estas empresas transnacionais combatem limitações impostas por Estados nacionais. Neste processo, políticas de desregulamentação e privatizações são recomendadas e acompanhadas no mundo todo por instituições multilaterais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial. São políticas que facilitam a circulação e reprodução do capital para além de regimes políticos, fronteiras geográficas, culturas e civilizações. Desta forma, segundo Ianni (2004), o mundo vive um novo surto de mundialização do capitalismo como modo de produção, sendo ele emblema dos grupos e classes dominantes em escalas nacional, regional e mundial. Esta internacionalização crescente provoca mudanças na configuração do Estado-nação, determinadas por instituições, organizações e corporações multilaterais ou transnacionais.

Assim, o aparelho estatal nacional é levado a adaptar seu funcionamento de acordo com exigências do funcionamento mundial de mercados, fluxos e fatores de produção entre as corporações, que levam à internacionalização do processo produtivo. Por essa razão, a privatização, a abertura de fronteiras e a criação de zonas francas são diretrizes adotadas pelos Estados. Estas políticas passaram a definir a criação de Estados e sociedades ditas “modernas” na contemporaneidade, o que significa uma adoção de valores do Ocidente, em suas formas européia e norte-americana, como processos de urbanização, industrialização, mercantilização, secularização e individuação.

1.4. As privatizações no Brasil

As primeiras privatizações no Brasil ocorreram em 1987, quando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) privatizou 16 empresas inadimplentes com o banco. Eram empresas de pequeno porte que haviam sido integradas ao Estado, em sua maioria, por conta de dificuldades financeiras. Nesta fase, o objetivo era evitar a ampliação da presença do Estado no setor produtivo. Com esta privatização, foram arrecadados R\$ 780 milhões. A privatização tornou-se de fato uma política de governo em

1990, ainda na administração de Fernando Collor de Mello, com a criação do Programa Nacional de Desestatização (PND), que, entre suas metas, previa a transferência para a iniciativa privada de empresas que não deveriam mais integrar o Estado, cujas tarefas, nesta perspectiva, seriam concentradas em serviços básicos como educação, saúde, justiça, relações internacionais e em controle de atividades econômicas. Nesta etapa, o PND incluiu empresas estatais nos setores de siderurgia, petroquímico e fertilizantes. Em 1991, foi vendida a Usiminas, a primeira grande empresa privatizada. Como pagamento, nesta fase do programa, o governo aceitou a utilização de títulos da dívida pública federal. Entre 1993 e 1994, durante o governo Itamar Franco, é concluída a privatização do setor siderúrgico e são arrecadados cerca de R\$ 4,5 bilhões.

Nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), o PND recebeu novo impulso com a criação do Conselho Nacional de Desestatização (CND), e foram realizadas as grandes privatizações, entre elas a dos Sistema Telebrás e a da Vale do Rio Doce, o que comprovou a vitalidade desta política e seu domínio. Nesta fase, apóia-se a privatização nos Estados e também promove-se a transferência da operação de serviços públicos para a iniciativa privada, entre eles as Telecomunicações.

A privatização das telecomunicações só foi possível depois de uma reforma da legislação que regulava o setor e que permitiu a transformação do monopólio público, provedor dos serviços de telecomunicações, em um novo sistema de concessão pública a operadores privados e que determinou a competição e a universalização dos serviços. Assim, em 8 de dezembro de 1995, foi aprovada a Emenda N. 8 à Constituição Federal, que permitiu a exploração de serviços de telecomunicações por grupos privados. Em 1996, foi aprovada a Lei no. 9295/96, que abriu caminho para as concessões de telefonia celular ao setor privado, a chamada Banda B. Finalmente, em julho de 1997, o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral das Telecomunicações Brasileiras – Lei. N. 9472, que estabeleceu as bases de regulação para o setor e incluiu diretrizes para a privatização do Sistema Telebrás. A concessão da Banda B da telefonia celular rendeu para o governo cerca de R\$ 6 bilhões, em 1997. A privatização do Sistema Telebrás ocorreu no dia 29 de julho de 1998, em 12 leilões consecutivos na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. Foram vendidos o controle de três holdings de telefonia fixa, uma de longa distância e oito de telefonia celular. No leilão,

foram arrecadados R\$ 22, 057 bilhões, ágio de 63% sobre o preço mínimo estipulado de R\$ 13,47 bilhões.

Este panorama apresentado situa, em termos amplos, algumas das condições de produção em meio às quais transcorreu o processo de privatização das empresas de telecomunicações brasileiras. Essas condições de produção serão discutidas ao longo das análises que seguem.

Capítulo 2 - Em direção ao privado

2.1. A nominalização “privatização”: uma forma dominante

Propomos inicialmente uma reflexão sobre a palavra “privatização” e suas ocorrências no corpus de análise. Consideramos este gesto fundamental para a compreensão do funcionamento do discurso que analisamos, em sua materialidade lingüístico-histórica. Esta nominalização é a forma dominante nos textos que compõem o corpus analisado e substituí em larga escala as construções como o verbo “privatizar”. Acreditamos, portanto, que esta dominância demonstra características desse discurso e de suas condições de produção. Além disso, “privatização” instaura uma discursividade da qual não pode ser dissociada.

O Brasil passa, a partir do fim dos anos 80, por uma mudança em seu modelo de desenvolvimento econômico, em que o Estado se retira de algumas atividades econômicas, entre elas as telecomunicações, e a palavra “privatização” assume esta carga histórica, de sinalizar um processo e uma mudança em direção a um outro modelo, num “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 2002, p.17). Por isso, propomos aqui analisar inicialmente esta tensão entre o histórico e o lingüístico, para compreender como esta palavra se manifesta e pode ser analisada. Tomamos como atualidade a seqüência de eventos construídos pela mídia ao longo do processo de

privatização das empresas de telecomunicações e consideramos que a palavra “privatização” concentra uma memória que define sentidos.

Desde fins dos anos 80, portanto, a palavra “privatização” integra o discurso social e político no Brasil. “Privatização” se inscreve numa memória e se relaciona a uma época em que o Estado revê seu papel no desenvolvimento econômico. Pretendemos, com esta reflexão primeira, compreender como esta memória organiza os sentidos que se estruturam em torno da palavra “privatização”.

2.2. O foco no privado

A primeira consequência observada no uso massivo da palavra “privatização” é a transformação em “privado”, ou seja, há uma ênfase no tornar-se “privado”. A denominação “privatização” deste processo considera assim a passagem para a iniciativa privada de empresas originariamente estatais, que compõem um patrimônio público. Desenha-se um caminho linear que vai de “estatal” diretamente para “privado”, por meio da incidência de um processo de privatização. (**Figura 1**).

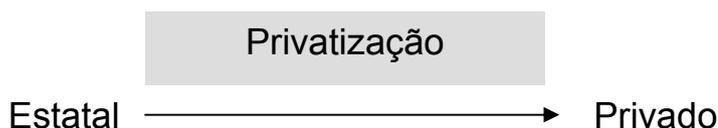


Figura 1

Ocorre assim o fechamento de um sentido que prevê diretamente uma transição do estatal para o privado, como caminho único, colocado em foco no discurso social. O regime privado corresponde à mudança de um modelo anteriormente estatal, o que permite localizar na palavra “privatização” um ponto nodal histórico-discursivo. Este caminho está assim determinado no sentido de privatização, ou seja, pode-se considerar que do ponto de

vista político e discursivo não se prevêem alternativas. Desta forma, a iniciativa privada, entendida como grandes empresas e grupos internacionais do setor de telecomunicações e financeiro, são os participantes legítimos deste processo. Podemos dizer que a memória da privatização é afetada pela relação entre governo e os grandes grupos privados, considerados os únicos capazes de realizar investimentos para a compra das estatais à venda.

2.3. O processo de nominalização

O discurso da gramática sobre as nominalizações procura apreendê-las dentro do campo de estudos da morfologia. As gramáticas de língua portuguesa, como Bechara (2004, p. 358), e Cunha e Cintra (1985, p. 96-97) apresentam o sufixo “ção” em seus significados possíveis: ação ou resultado, sendo este “ção”, juntamente com “mento” os mais produtivos para a formação de nominalizações em português.

Os estudos de morfologia do português (MARONEZE, 2006) demonstram que a nominalização *stricto sensu* consiste na formação de nomes a partir de verbos que, por processos de sufixação, resultam em nomes abstratos, com sentido de “ato, processo, fato, resultado, evento ou modo de X” (ROCHA, 1999, p. 5). Também pode-se considerá-la como criação de substantivos a partir de categorias que não sejam substantivos (ROCHA, 1999, p. 125) ou um processo de associação lexical sistemática entre nomes e verbos (BASÍLIO, 1980, p. 73-74). Este discurso autoriza a pensar na anterioridade do verbo e a nominalização como transformação de uma categoria gramatical em nome.

Estas explicações de origem morfológica nos ajudam a compreender que o discurso que circula na imprensa tem na nominalização “privatização” um forte ponto de apoio. O acontecimento histórico a que ela se refere é um processo, que na maioria das ocorrências se apresenta como inacabado. É um projeto que se desenvolve no tempo, a partir de outros acontecimentos, como aprovações de leis, leilões, concessões, que vão lhe dando um formato e compondo seu significado social.

A que remete, portanto, primeiramente, a palavra privatização? Dependendo de sua construção na língua, remete à idéia de processo, de movimento. Este significado é o foco de atenção da mídia: a notícia é o processo de transformação de um patrimônio público em privado. Ao relatar ou explicar o processo, tomado como mudança, a imprensa, sobretudo a escrita, se interessa também pelo que ocorre antes e depois da privatização propriamente dita. Há, porém, uma discursividade tecida pela memória que encontra no significado de processo um ponto para se estruturar. Boa parte do noticiário vai se concentrar no processo e não no fato acabado. Podemos dizer que a cobertura se define pela oscilação entre o não-ocorrido, o ocorrido e o movimento para que ação de privatizar se concretize. Em boa parte do material de análise, o fato se projeta em direção ao futuro, anterior ao acontecimento da privatização. Observemos as seguintes seqüências:

(1) A possibilidade de **privatização** da telefonia fixa e celular em conjunto **ainda não está descartada**. (FREITAS, 1997, p. B4)

(2) Na **privatização** das empresas do Sistema Telebrás, Motta lembrou que a banda A **também será dividida em dez áreas**, como ocorreu com o modelo de privatização da banda B.” (FREITAS e PAUL, 1997, p. B8)

(3) O projeto da Lei Geral de Telecomunicações aprovado ontem pela Câmara estabelece liberdade vigiada para as tarifas por três anos. Também permite a **privatização** de empresas do setor que **deverá ser iniciada ainda** em 97. (CÂMPERA e FIGUEIREDO, 1997, p. 2-1).

Em (1), a privatização é algo que não se concretizou, é um processo que incidirá sobre a telefonia fixa e celular. Mantém-se a idéia de algo não acabado e processual. Em (2), o processo também se associa a um futuro expresso na forma verbal “será”. Na mesma seqüência, o modelo de privatização da banda B está concluído, mas não a privatização em si, que está em curso à época de publicação do texto. Em (3), também verificamos a associação de algo não-acabado e deslocado para o futuro (“deverá ser iniciada ainda em 97”). Como consequência, vemos nestes exemplos que a abrangência de “privatização” é maior, ou seja, há etapas até sua efetivação, que incluem aprovação de leis, lançamento de editais, avaliações técnicas, tidas como parte da privatização, portanto de seu significado mais amplo.

Sustentamos, portanto, que a primeira consequência de tomar a privatização em sua dimensão processual, que se manifesta na discursividade da palavra “privatização”, é um movimento em direção ao fato que não se acabou. Ocorre, como consequência, uma projeção em direção ao futuro.

O entendimento de que a privatização é um processo, que é um movimento inacabado, em curso, vai ser enfatizado ainda pela associação das palavras processo + privatização, como podemos observar nas seqüências abaixo:

(4) BRASÍLIA - O governo não vai esperar a aprovação da Lei Geral de Telecomunicações pelo Congresso para iniciar **o processo de privatização do Sistema Telebrás**. (FREITAS e PAUL, 1997, p. B8).

(5) Outro item considerado importante por Goldman é a criação de instrumentos para promover e acelerar o **processo de privatização das operadoras do sistema Telebrás**. (FUNDO..., 1997, p. B4).

(6) Motta voltou a criticar a postura assumida no Brasil pela Telefônica da Espanha, que em dezembro de 96 comprou 35% do capital com direito a voto da CRT (Cia. Riograndense de Telecomunicações). Segundo ele, a Telefônica da Espanha tentou substituir fornecedores locais por fornecedores de seu país de origem e disse que, se a empresa não mudar sua estratégia no país, **será** alijada do **processo de privatização das demais**. Motta disse que o governo pretende privatizar a Telesp e a Embratel no primeiro trimestre de 98. (LOBATO, 1997, p. 1-10)

(7) Caberá à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a elaboração do de um plano de outorgas, para orientar o **processo de privatização** (FUNDO ..., 1997, p. B4).

(8) O relatório sobre a Lei Geral de Telecomunicações foi aprovado na Comissão Especial de Telecomunicações em 20 de maio. O governo tem pressa na aprovação para iniciar **o processo de privatização do setor** ainda neste ano. A instalação da agência deve ser rápida porque **o processo de privatização só poderá** começar depois que o órgão estiver funcionando. (GOVERNO...,1997, p.2-3)

Em todos estes recortes, a privatização não se iniciou. Ela é uma meta a ser atingida no futuro, marcado pelas formas “será” (6) e “poderá” (8), por exemplo. Nestes casos, a abrangência semântica de privatização é bastante ampla, como nos exemplos anteriores, já que todas as etapas precisam ser cumpridas. Ao inserir a palavra “processo” obtém-se o efeito de marcar no discurso a dimensão não-realizada e de ação da privatização.

Também podemos encontrar a privatização tomada como efeito de um ato acabado. As seqüências abaixo foram publicadas logo após a privatização, portanto, com o processo concluído.

(9) Fernando Henrique negou que o **resultado da privatização** favoreça a sua reeleição. “Isso conta a favor do Brasil, do povo brasileiro e reeleição é outro assunto, que não tem essa envergadura”, comentou.”(OLIVEIRA e MONTEIRO, 1998, p. B3)

(10) Após o sucesso da **privatização**, os investidores estrangeiros e nacionais saíram à caça das ações da empresa, que têm perspectivas de valorização na visão dos analistas. Os ADRs da Telebrás, papéis negociados na Bolsa de Valores de Nova York, movimentaram o equivalente a mais de R\$ 1,1 bilhão e chegaram a subir 6,7%. Outros US\$ 458 milhões foram movimentados pelo Holdr, um clone do que é hoje o ADR da Telebrás.” (LUCCHESI, 1998, p.1-7)

(11) O primeiro desses parceiros será a Telefónica de España, que venceu o leilão de **privatização** da Telesp fixa. A empresa espanhola vai adquirir uma participação de 36% na Telesp Celular. Além de arrematar o controle da empresa no leilão da Telebrás, a Portugal Telecom também adquiriu uma participação de 23% na Telesp Participações, de telefonia fixa, em consórcio com a Telefónica de España, o BBV (Banco Bilbao Vizcaya), a Iberdrola e a RBS.” (PORTUGAL...,1998, p.1-4).

Nas seqüências (9) a (11), “privatização” tem o sentido de ato acabado, ou seja, a ênfase está na conclusão, não mais no processo. Em (9), fala-se no “resultado da privatização”, que neste caso passa a ser compreendido como a venda das estatais de telecomunicações em leilão. Em (10), “privatização” é uma referência passada, concluída também com a venda das estatais, assim como em (11). Assim, podemos depreender que o ato acabado tem um fechamento de sentido na “venda”, isto é, corresponde diretamente à venda, não mais ao processo como um todo. Dessa forma, há diferentes efeitos de sentido. Nos casos em que a privatização ainda não havia ocorrido de fato, a referência é mais ampla, ao processo como um todo. Após a realização do leilão, o sentido se restringe e passa a ser o de venda. **(Tabela 1)**

	Processo	Resultado
Privatização	Deslocamento para o futuro	Ato acabado
	Sentido amplo, que compreende todas as etapas da privatização	Sentido restrito, que compreende apenas a dimensão final: a venda

Tabela 1

O uso do substantivo “privatização” gera um efeito diferente da utilização do verbo “privatizar”, que exige dois complementos: um sujeito e um objeto direto. Privatização é assim um processo apresentado como se independesse de seus agentes, aceito como procedimento na sociedade. Esta relação entre “privatizar” e “privatização” comporta a nosso ver, portanto, efeitos de sentido distintos, que devem ser buscados a partir de considerações sobre a nominalização, numa perspectiva discursiva, como veremos a seguir.

2.4. A nominalização na Análise do Discurso (AD)

No domínio da Análise do Discurso (AD), as nominalizações já foram objeto de análises bastante detalhadas, como é o caso do trabalho de Patrick Sériot (1986). Observemos algumas das conclusões de Sériot e em que medida elas podem nos ajudar a refletir sobre a nominalização “privatização”. Na concepção de Sériot, as nominalizações seriam o resultado de operações efetuadas anteriormente à realização do texto onde elas ocorrem. Elas seriam assim uma espécie de paráfrase que está em relação com outro enunciado. Teríamos, como exemplo, “privatização” em relação parafrástica com construções que utilizam o verbo “privatizar”, em suas variadas formas. Em nosso corpus, a nominalização é preferida em relação a construções com o verbo “privatizar”. Poderíamos,

porém, pensar numa equivalência entre estes enunciados. No entanto, acreditamos, como Sériot, que há efeitos de sentido diferentes no uso de enunciados verbais e de nominalizações. Cabe assim pensar nesta relação e no efeito de transparência que se obtém ao considerá-las equivalentes. Observemos duas seqüências, a primeira delas com o verbo “privatizar” (12) e a segunda (13), com a nominalização.

(12) O governo conseguiu aprovar facilmente, ontem, em três comissões técnicas do Senado, o projeto da nova Lei Geral de Telecomunicações, que autoriza o Poder Executivo a **privatizar** as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações controladas, direta ou indiretamente, pela União. (LEI...,1997, p 2-6).

(13) Goldman anunciou ontem, na sessão da comissão especial de telecomunicações da Câmara, que dará ao texto mecanismo que estabelece o início da **privatização** apenas depois da edição do Plano Geral de Outorgas. (LEI...,1997, p 2-15).

Em (12), é possível identificar o modo em que o verbo se encontra – o infinitivo – indeterminado em termos de tempo, ou seja, não se sabe quando ocorrerá a privatização, apenas que ela está legalmente autorizada. Notemos que, nesta construção, também é possível identificar o agente – “o Poder Executivo” – e o objeto da privatização – “as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações”. Já em (13), há a nominalização “privatização”. Neste caso, com a nominalização, ocorre a neutralização de características do verbo, como tempo e número. Além disso, não se sabe, a partir da nominalização, o que será privatizado, tampouco quem empreende a privatização. Depreende-se pelo contexto que se trata da privatização das empresas de telecomunicações e também, pelo contexto, sabe-se que a discussão se dá na Câmara dos Deputados, ou seja, na esfera do poder. Mas nada no uso da nominalização, neste caso, nos indica sujeito e objeto desta ação. Vemos que (12) apresenta um grau de informatividade superior ao de (13), o que faz pensar que a nominalização é um procedimento que tem como efeito de discurso ocultamento de informações. Desta forma, não é possível pensar numa equivalência entre construções que se utilizam de verbos e aquelas em que há nominalizações. O efeito é o de naturalização do processo de privatização. O que nos autoriza a pensar nesta equivalência, nesta relação supostamente transparente entre esses dois usos distintos? As conclusões de Sériot neste caso são elucidativas.

Nem sempre é possível, a partir de um sintagma nominalizado, reconstituir o enunciado verbal, porque o esquema de complementação necessário para o enunciado verbal, isto é, sujeito e objeto, pode não estar completo, como ocorre em (13), o que pode gerar indeterminação e ambigüidades. Para Sériot, a reconstituição de um enunciado verbal a partir de uma nominalização corresponderia a uma prática espontânea de leitura. Essa relação de reconstituição produz uma relação parafrástica possível dentro de formações discursivas e que levam a efeitos de leitura que ajudam a compreender uma suposta direção de significação. Se pensarmos na reversão da nominalização presente em (13), cuja seqüência retomamos agora, constatamos a dificuldade de formar um enunciado verbal.

(13) Goldman anunciou ontem, na sessão da comissão especial de telecomunicações da Câmara, que dará ao texto mecanismo que estabelece o início da **privatização** apenas depois da edição do Plano Geral de Outorgas. (LEI.....1997, p 2-15)

Comprendemos, neste caso, o significado. Há uma direção de leitura e podemos produzir uma paráfrase espontânea, como:

Goldman anunciou ontem, na sessão da comissão especial de telecomunicações da Câmara, que dará ao texto o mecanismo que estabelece que o governo poderá privatizar as empresas de telecomunicações apenas depois da edição do Plano Geral de Outorgas.

Ou então:

Goldman anunciou ontem, na sessão da comissão especial de telecomunicações da Câmara, que dará ao texto o mecanismo que estabelece que apenas depois da edição do Plano Geral de Outorgas o governo privatizará as empresas de telecomunicações.

Estas paráfrases, feitas a partir do conhecimento dos atores envolvidos no processo de privatização, aponta, portanto, para uma situação ideal de equivalência, porém, ela seria apenas uma das possibilidades. Observamos que ao se desdobrar a nominalização num enunciado verbal, imediatamente nos perguntamos “quem privatiza?” e “o que será privatizado”?, questões que recuperam os agentes que participam do processo. Desta forma, somos levados a pensar em outros efeitos decorrentes da nominalização, como o apagamento dos agentes e o distanciamento do enunciador. Há assim uma relação de agentes e complemento que fica implícita na nominalização. **(Figura 2).**

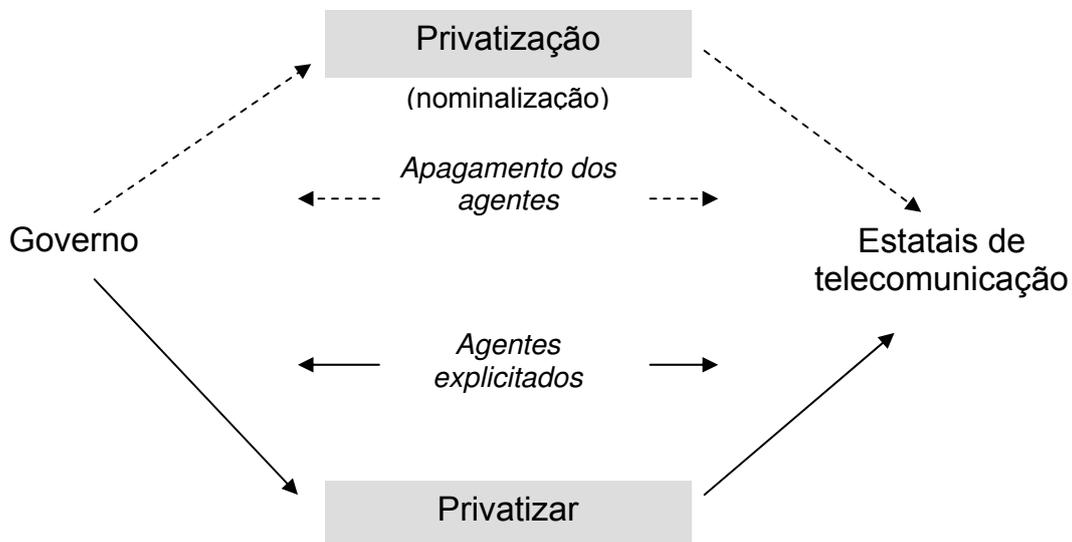


Figura 2

Sériot insiste que não há razão para pensar que um dos múltiplos enunciados que se pode gerar a partir de uma nominalização seja o correto, sendo que este pensamento pressupõe que já sabemos interpretar uma nominalização. Acreditamos, porém, que a questão não é de correção, mas de equivalência. Não podemos afirmar a partir da nominalização que a paráfrase estabelece esta equivalência, justamente porque o esquema de complementação nem sempre está completo, como apontamos acima.

Nesse sentido, consideramos a avaliação feita por Krieg-Planque (2000, p. 457) produtiva e não afetada pela noção de “correção”. De acordo com esta autora, a nominalização é portadora de um conjunto de predicções, que não pode ser inventariado, mesmo não sendo infinito, o que a torna sempre ambígua. Este conjunto, porém, pode ser constituído em parte no arquivo pela busca de enunciados possíveis para a interpretação da nominalização. Há assim uma relativa liberdade para interpretação da nominalização, cujo limite é o que o corpus permite observar e reconstituir.

2.5. O apagamento dos agentes

Como vimos acima, o uso de “privatização” gera um efeito diferente das construções com o verbo “privatizar”, cuja estrutura exige dois complementos: um sujeito e um objeto direto. “Privatização” é assim um processo que “independeria” de seus agentes, que deve ser aceito como procedimento na sociedade e sobre o qual se pode falar. As nominalizações permitem ocultar o lugar reservado aos agentes, a seus nomes, e, como consequência, atenuar a responsabilidade pelo ato, como explica Krieg-Planque:

Le choix de la nominalisation n'est pas le seul qui permette l'effacement de l'agent. Les constructions passives offrent également cette possibilité. Mais celles-ci demandent tout de même que soit donné à lire, fût-il nommé sommairement, l'objet sur lequel porte l'action. La nominalisation, elle, permet, l'effacement de l'un comme de l'autre : elle est apte à constituer le nom d'une action qui n'est menée par personne en particulier et qui est menée à l'égard d'un objet, humain ou non dont la nature exacte reste repliée dans le non-dit. Les locuteurs du corpus – pris comme un ensemble – en privilégiant la nominalisation, font ainsi le « choix » de la sous-détermination maximale quant à l'identité des acteurs impliqués dans l'action. (KRIEG-PLANQUE, 2000, p. 456).

No corpus analisado, observamos que “privatização” vem geralmente acompanhada de seu complemento: “a Banda B”, “as empresas estatais de telecomunicações”, “as telefônicas”, “o sistema Telebrás”, “a Telebrás”, “a telefonia fixa”, entre outros que podem ser recuperados. Sabemos assim sobre o que a ação de privatizar vai incidir, ou seja, qual é o objeto da privatização. Estabelece-se uma relação entre a ação e o objeto, como se ela independesse de um sujeito que empreendesse esta ação. Nestes casos, apaga-se o agente, que não se identifica no uso sistemático desta nominalização. Sabemos, porém, que este agente é o governo, que promove as privatizações e as configura como projeto político. No entanto, esta relação não é explícita e só pode ser depreendida na análise do material como um todo, o que permite naturalizar a privatização como processo social e independente de agentes. Nas seqüências abaixo, podemos verificar este funcionamento:

(14) As receitas obtidas com **a privatização** da Banda B da Telefonia Celular serão destinadas ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel), para integrar o capital da Agência Nacional de

Telecomunicações (Anatel), até que seja criado o fundo de universalização. (AS PRINCIPAIS..., 1997, p.B12)

(15) Os artigos mais importantes do projeto são a permissão **para a privatização das empresas estatais de telecomunicações** e a criação de uma agência que irá fiscalizar e regulamentar o setor. (LEI..., 1997, p.2-10).

(16) **O ministro das Comunicações, Sérgio Motta**, quer que **a privatização das telefônicas estatais** seja feita com a manutenção do controle nacional das empresas. Ele disse ontem, no Rio, que vai propor o índice máximo de 49% para participação estrangeira, aplicado nas licitações para o celular privado (banda B), seja estendido à privatização das telefônicas. (LOBATO, 1997, p. 1-10)

Em (14), podemos observar que a ação de privatização vai incidir sobre a “banda B da telefonia celular”. Em (15), a incidência é sobre as “empresas estatais de telecomunicações” e, em (16), sobre as “telefônicas estatais”. Em nenhum destes casos, o agente é explicitado. Não se sabe quem é o agente da ação de privatizar, que é apagado pelo uso da nominalização. Este sujeito, entendido como instância governamental, é recuperado no contexto. Em (15) vemos que há uma relação entre a privatização e a criação de uma agência governamental, mas não é possível a partir disso depreender que o governo é o agente que está apagado. Em (16), a seqüência permite uma aproximação entre o ministro das Comunicações e a privatização, já que ele “quer que a privatização seja feita com a manutenção do controle nacional das empresas”. No entanto, a privatização aparece como processo independente. É necessário interpretar as seqüências para encontrar estes agentes. Como decorrência destas nominalizações, ocorre, portanto, o apagamento dos agentes, provocando como efeito a indeterminação. Este apagamento parcial faz com que o efeito seja o de ação autônoma, independente de quem a realiza. A ênfase recai sobre a ação que é empreendida nas empresas. Lembremos que o agente apagado é o governo, o que confere uma dimensão política ao processo. O apagamento do agente reafirma o estatuto de privatização como processo autônomo, independente de alguém que a promova e das forças políticas que nele intervêm.

Observemos novamente as diferenças entre enunciados verbais e nominalizações:

(17) **O Ministério das Comunicações** ainda considera a possibilidade de **privatizar as teles estaduais** por inteiro. (FREITAS, 1997, p.B4)

(18) **Sérgio Motta** revelou que o governo não descarta a **possibilidade de privatizar** primeiro a **atual telefonia celular pública**, independentemente da **privatização das empresas do Sistema Telebrás**. (FREITAS e PAUL, 1997, p. B8)

(19) Motta disse que o governo **pretende privatizar** a Telesp e a Embratel no primeiro trimestre de 98. Ele calculou que a venda das concessões da telefonia celular privada vai gerar uma receita para a União de R\$ 6 bilhões. (LOBATO, 1997, p. 1-10)

As seqüências (17), (18), (19) correspondem a enunciados verbais que recuperamos no corpus. Notemos que nos casos selecionados, que configuram a maioria dos enunciados verbais com “privatizar”, o verbo está no infinitivo. Ocorre assim uma indeterminação temporal propiciada pelo uso deste modo verbal e a expressão de possibilidade em (17) e (18) e ação futura em (19). Nestas seqüências é possível determinar o agente, que se identifica com instâncias governamentais – o Ministério das Comunicações - ou o próprio governo citado em (18) e (19). Como objeto do verbo privatizar, temos “as teles estaduais” (17), “a atual telefonia celular pública” (18) e “a Telesp e a Embratel” (19), conferindo um efeito de informação completa. Podemos observar a diferença que já se estabelece entre um enunciado verbal e a nominalização na seqüência (18), em que as duas formas são usadas. Na primeira ocorrência, “privatizar” tem como agente “governo” e “telefonia celular pública” como objeto. Se olharmos a ocorrência de “privatização” (18), teremos como complemento “das empresas do Sistema Telebrás”, mas sem a determinação de um agente. Neste caso, produz-se efeito de processo autônomo, independente de quem o empreende.

“Privatização” exige, em geral, um complemento para que seu sentido se especifique e entre em confronto com o real da história, já que a referência a determinados processos de privatização são recuperáveis numa linha cronológica, o que, a rigor, se traduz num acontecimento com determinação temporal. Desta maneira, o complemento especifica e ao mesmo tempo fecha o sentido de um acontecimento.

(20) BRASÍLIA - O governo não vai esperar a aprovação da Lei Geral de Telecomunicações pelo Congresso para iniciar o **processo de privatização do Sistema Telebrás**. (FREITAS e PAUL, 1997, p. B8)

(21) O ministro das Comunicações, Sérgio Motta, quer que a **privatização das telefônicas estatais** seja feita com a manutenção do controle nacional das empresas. Ele disse ontem, no Rio, que vai propor o índice máximo de 49% para participação estrangeira, aplicado nas licitações para o celular privado (banda B), seja estendido à privatização das telefônicas. (LOBATO, 1997 p. 1-10)

(22) As declarações de Lula foram feitas ontem de madrugada, depois de rápidos comícios nas portas das fábricas Volks e Scania, em São Bernardo do Campo (SP), seu berço político. Lula quer marcar posição, mas não quer que **a privatização das teles** acabe como tema principal da campanha presidencial. (Dirceu não comparece a entrevistas. (RYFF e ALVES, 1998, p.5)

Nas seqüências (20), (21) e (22), observamos que os complementos, “do Sistema Telebrás”, “das telefônicas estatais”, e “das teles”, respectivamente, além de determinar o objeto da privatização, cumprem o papel de vincular o acontecimento a uma história, definindo um contexto de realização deste acontecimento, relacionado a um projeto político-econômico sobre o qual não se conhecem pelos enunciados os agentes, apenas o que será objeto da ação de privatizar.

Não são incomuns os casos em que a nominalização “privatização” aparece tomada como processo independente, sem complementos, apagando-se sujeito e objeto, como podemos observar nas seqüências (23) e (24). A nominalização “privatização”, nestes casos, torna-se núcleo do sentido, a partir do qual se poderia recuperar contexto e agentes não-explicitados. O efeito é o de subentender o que ocorre, deixando o preenchimento do lugar desses agentes ausentes para o processo de leitura. Nestes casos, dispensam-se explicações e especificações, isto é, a “privatização” é considerada como processo aceito e auto-explicativo. Dessa forma, “privatização” torna-se um processo independente e estabelecido no imaginário que os jornais buscam constituir. Trabalha-se assim com a memória da privatização, seu significado no interdiscurso, cujo contexto de uso seria suficiente para depreender o significado, ou seja, este apagamento total pode conduzir a uma suposta compreensão implícita do que está em jogo e dos agentes envolvidos.

(23) O jornal cita o economista-chefe do Lloyds Bank em São Paulo, Odair Abate. Segundo o executivo, **a privatização** aumentará a credibilidade da política econômica do governo e dará espaço para "modestas" quedas nos juros nos próximos meses. (VENDA...,1998, p. 1-7)

(24) Pela primeira vez, o ministro Sérgio Motta entrou em detalhes sobre a posição do governo em relação à participação externa na privatização das teles.

Ele disse que a **privatização** deve ser feita de modo a estimular a utilização de equipamentos, tecnologia e mão-de-obra local. (LOBATO, 1997, p. 1-10).

2.6. Distanciamento do enunciador

A ocorrência freqüente das nominalizações no discurso da imprensa, em especial no caso que observamos, também tem como efeito um distanciamento do enunciador em relação ao que diz. Acreditamos que esta freqüência está relacionada às próprias condições de produção da imprensa, que prevêm um efeito de distanciamento, objetividade e imparcialidade. As nominalizações seriam, portanto, um modo para “colocar o mundo como objeto”, com o objetivo de “falar sobre este mundo, retratá-lo e torná-lo compreensível para os leitores” (MARIANI, 1998, p. 61). Deste modo, como afirma Sériot, é possível para o enunciador, pelo uso das nominalizações, construir no discurso o efeito de exterioridade. Os jornalistas podem assim observar uma realidade, denominá-la, falar sobre ela.

No caso de “privatização”, este nome teria como referência no discurso social um pré-construído⁵ que tem um sentido supostamente compartilhado, sendo que a palavra está disponível para uso que se sustenta pelo efeito de evidência, de correspondência com a ação de privatizar. Consideremos as duas seqüências abaixo para vermos como funciona o efeito de distanciamento.

(25) **A privatização**, acelerada com a venda do Sistema Telebrás, já está confirmando as expectativas da virada do fluxo cambial neste fim de mês. O câmbio comercial registrou na quarta-feira um expressivo volume de entradas financeiras: US\$ 1,029 bilhão, o que contribuiu para o fluxo positivo de US\$ 705 milhões no dia. (CARVALHO e LEONEL, 1998, p. B1)

(26) **A privatização da Telebrás** seguiu uma legislação própria, que não especifica o destino das receitas obtidas. Para as demais privatizações de empresas federais, inscritas no Programa Nacional de Desestatização (PND), porém, a lei prevê dois destinos para os recursos: amortização da dívida pública mobiliária federal de emissão do Tesouro Nacional ou custeio de programas e projetos nas áreas da ciência e tecnologia, da saúde, da defesa nacional, da segurança pública e do meio ambiente, aprovados pelo Presidente da República. (OLIVEIRA, RAMOS e OTTA, 1998, p. B1)

⁵ O termo pré-construído, segundo a formulação de Henry (PÊCHEUX 1997, p. 99), designa “o que remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é ‘construído’ pelo enunciado. Trata-se, em suma, do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático.”

Em (25), “privatização” é tomada em seu sentido amplo, como política em curso. Ela inclui a venda do sistema Telebrás. O enunciador fala sobre o que ocorre, ou seja, os impactos positivos no fluxo cambial, relacionando diretamente um fato ao outro numa linha de causa e consequência. O sentido de “privatização” é tomado como algo consensualmente estabelecido, naturalizado, sendo que a referência à privatização, considerada em uma dimensão objetiva, é suficiente para evitar explicações. Em (26), “privatização” incide diretamente sobre Telebrás. Neste caso, a nominalização também permite ao enunciador distanciar-se e falar sobre a privatização como fato, explicar as diferenças de legislação entre as privatizações em geral e a da Telebrás. Observação do fato, comparação com outros eventos e análise são possíveis ao considerar a privatização como objeto do mundo e exterior ao discurso⁶.

2.7. Pré-construído e fórmula

Sériot considera, dentro da tradição da AD aberta por Pêcheux, as nominalizações como pré-construídos. Definido como efeito discursivo anterior e exterior, o pré-construído integra o enunciado “como se ele estivesse lá” ou “como se ele tivesse sido pensado antes, em outro lugar e independentemente” (PÊCHEUX, 1997, p. 99). Segundo Pêcheux (1997, p. 164), o pré-construído impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma de universalidade (o “mundo das coisas”).

No caso de “privatização” o pré-construído seria um referente social, que integra este “mundo das coisas” e se transforma numa evidência supostamente compartilhada, disponível no discurso por uma existência que lhe foi conferida socialmente. Dessa forma, o sentido ganha sua “transparência”.

O que pensar assim do uso da palavra “privatização” com estes sentidos já naturalizados nessa discursividade que se constitui na história? Apelamos aqui para a noção

⁶ Pêcheux (1997, p. 173) mostra que o sujeito-falante não pode estar fora da formação discursiva que o domina, constituindo o conceito de esquecimento número 1.

de fórmula (KRIEG-PLANQUE, 2003). A autora explica que uma fórmula se constitui num determinado momento do debate público e seria uma seqüência, formalmente recuperável e relativamente estável do ponto de vista da descrição lingüística, que funciona no espaço público como uma seqüência ao mesmo tempo compartilhada e problemática. Assim explica Krieg-Planque, o funcionamento da fórmula:

Portée par des usages qui l'investissent d'enjeux socio-politiques parfois contradictoires cette séquence connaît alors un régime discursif qui fait d'elle une formule : un objet descriptible dans les catégories de la langue, et dont les pratiques langagières et l'état des rapports d'opinion et de pouvoir à un moment donné au sein de l'espace public déterminent le destin – à la fois envahissant et sans cesse questionné – à l'intérieur des discours. (KRIEG-PLANQUE 2003, p.14).

Apoiada nos trabalhos de Faye (1972) e de Fiala e Ebel (1983), Krieg- Planque considera, para a análise das fórmulas, aspectos como sua circulação, que pode ocorrer de uma língua para outra ou ainda, entre grupos de locutores, ou entre formações discursivas. Outro aspecto destacado é sua forma fixa que lhe confere eficácia, o que conduz à aceitação social do processo em questão. Seu efeito seria o de tornar aceitável alguma coisa, o que se articula com a concepção de história de Faye, na qual a história seria uma narrativa, que atua nesta mesma história. Nesse sentido, a fórmula está inscrita diretamente no jogo político e social. A existência da fórmula permite, portanto, que haja uma circulação discursiva que cristaliza temas sociopolíticos em relações polêmicas a partir de uma referência comum, ou seja, uma fórmula teria no conjunto da sociedade significados em determinado momento. Isso não quer dizer que haja um significado consensual e comum para toda a sociedade, mesmo porque a característica básica da fórmula é a polêmica, cuja aprovação ou rejeição está sujeita às correlações de forças sociopolíticas e discursivas que se tecem na história.

Nesse sentido, acreditamos que “privatização” preenche tais características, apesar de não ser uma seqüência. A palavra “privatização”, assim como as fórmulas, também é uma referência social que abre a polêmica em torno do processo que ela engendra. Ao mesmo tempo, ela se torna sujeita à naturalização de sentidos feita pela mídia, que constrói

um discurso sobre⁷ a privatização, organizado a partir de uma adesão ao discurso privatista, que se configura como dominante. Consideramos, portanto, que “privatização” é organizadora dos sentidos que se constituem em torno dela e ponto de partida para o estabelecimento das relações polêmicas, que podem ser verificadas no desenrolar dos acontecimentos.

Capítulo 3 – O deslizamento entre “desestatização” e “privatização”

3.1. Três denominações

Vimos que a nominalização “privatização” é dominante para designar a transferência da posse e o controle das empresas estatais para o domínio privado. Outras designações, porém, podem ser observadas, entre elas “desestatização” e “venda”. Esta tríade de palavras aparece como sinônimo nos jornais, em contextos de descrição de um mesmo acontecimento. Há casos em que “privatização” e “desestatização” também significam de modo diferente e não se estabelece uma relação com “venda”. Notamos, porém, que “privatização” e “venda” são os termos mais usuais. “Desestatização” também ocorre em discursos jurídico e político, que deslizam para a mídia que os reformula em seu discurso. Neste tópico, analisamos o jogo que se estabelece entre estas três palavras no discurso dos jornais analisados sobre a privatização, procurando observar como se constroem significações a partir de seu uso em relação ao real da história. Acreditamos

⁷ Assim Mariani (1998, p. 60) caracteriza os discursos sobre: “Os discursos sobre são discursos que atuam na institucionalização dos sentidos, portanto, no efeito de linearidade e homogeneidade da memória. Os discursos sobre são discursos intermediários, pois ao falarem sobre um discurso de (‘discurso-origem’), situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja. De modo geral, representam lugares de autores em que se efetua algum tipo de transmissão de conhecimento, já que o falar sobre transita na co-relação entre o narrar/descrever um acontecimento singular, estabelecendo sua relação com um campo de saberes já reconhecido pelo interlocutor.”

ainda que “privatização” e seus “sinônimos” são lugares de apoio para a constituição desse discurso.

Consideramos que esta sinonímia é um modo de significar que traz aspectos do discurso dos jornais analisados, que coloca no mesmo plano as três palavras, determinando uma relação de igualdade semântica entre elas e apagando as possíveis diferenças. Se este uso ocorre na mídia, é porque ele se estabelece a partir do esquecimento das diferenças e de outras formações em que estas palavras são ou foram usadas na designação do mesmo acontecimento, ou seja, há uma memória do sentido que se apaga para produzir este efeito de sinonímia, afastando-se do discurso jurídico e político. Cria-se assim nos jornais uma tradução deste discursos, que seguem o contexto de produção da mídia, que visa explicar o que ocorre no campo político-econômico e também jurídico. Neste tópico, propomo-nos também a discutir estes efeitos de sentido, tendo como base a ocorrência destas palavras no discurso produzido pelos jornais. Acreditamos, portanto, que esta identificação entre “privatização”, “desestatização” e “venda” tem como resultado a aproximação entre discursos que se amalgamam – o jurídico e o político - para constituir o próprio discurso dos jornais.

3.2. Diferenças e semelhanças

No discurso sobre a privatização da Telebrás, encontramos, como expusemos acima, três vocábulos para designar e denominar este acontecimento: “privatização”, “desestatização” e “venda”. Assim, como Guimarães (2002, p. 9) consideramos a nomeação como “funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” e a designação se refere à “significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história.”

Estamos tratando de um discurso de divulgação que ora aproxima, ora estabelece diferenças entre esses vocábulos num uso que se integra a um quadro institucional de

difusão, ou seja os próprios jornais (MORTUREUX, 1984), que tratam estes vocábulos como equivalentes, em relação direta com o público e os objetivos visados. Acreditamos que não apenas estes fatores interferem na escolha ou no estabelecimento da equivalência entre estes vocábulos. O que temos é também um contexto discursivo que os impõe e os aproxima, podendo-se, pela análise desse contexto, compreender a divisão política dos sentidos, além de conflitos e diferenças que demonstram uma tomada de posição por determinada denominação. Propomo-nos assim a refletir sobre a ocorrência desses três vocábulos para determinar esse contexto discursivo e ideológico que se desenha no discurso sobre a privatização da Telebrás.

Como vimos, “privatização” é o termo dominante para designar o processo de transferência das estatais para outro domínio de posse e de prestação de serviços. Geralmente, ele aparece acompanhado de um complemento nominal, que especifica de que estatal se trata. Há assim, por exemplo, a ocorrência de privatização seguido de complementos como “das operadoras do sistema Telebrás” (27), “da Telebrás” (28) e “da telefonia” (31). Pode ocorrer também o uso de privatização sem complemento (27) , sendo que o objeto sobre o qual a ação incide é implicado e deve ser depreendido no processo de leitura. Este vocábulo é, às vezes, substituído por “desestatização” e/ou “venda” (28), (29), (31). São raros os contextos de aparecimento de “desestatização”. Ora ele é usado para substituir privatização, numa relação de sinonímia (28), ora como referência genérica a um processo derivado de uma política de governo, sem especificação direta sobre qual empresa estatal o processo incide (29). Também pode compor sintagmas de nomes próprios - “Programa Nacional de Desestatização” - , como em (30) e (31). “Venda”, por sua vez, também serve como sinônimo de “privatização” e, na maioria dos casos, é usado como retomada do discurso num processo anafórico, assim como “desestatização” (28), (31).

(27) Outro item considerado importante por Goldman é a criação de instrumentos para promover e acelerar o **processo de privatização das operadoras do sistema Telebrás**. O deputado diz que será mais fácil vender as estatais do setor de telecomunicações do que as demais empresas do governo. A Lei Geral de Telecomunicações dispensa a participação do Conselho Nacional de Desestatização.

“O rito **de privatização** foi simplificado.” Esse processo será supervisionado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Caberá à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) a elaboração do de um plano de outorgas, para orientar o **processo de privatização**. (FUNDO..., 1997, p. B4)

(28) Leonel Brizola (PDT), pré-candidato a vice-presidente na chapa de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), voltou ontem a falar sobre a **privatização da Telebrás**, ignorando a reação dos petistas às suas declarações.

Brizola advertiu os investidores interessados na compra da estatal sobre problemas que o negócio poderá lhes causar. 'Não se metam nesse assunto porque isso (**privatização**) não está sendo conduzido de uma forma austera, correta, como devia ser. Poupem incômodos. Amanhã, no governo, nós vamos encontrar essas irregularidades"', disse Brizola.

Ameaça

Ele ameaça uma anulação da **desestatização da Telebrás** caso Lula seja eleito. "Nós vamos ter de questionar isso aí. Já estamos no Tribunal de Contas e vamos estar no Judiciário. Vamos nos bater contra a **privatização**", disse.

A entrevista de Brizola foi dada por telefone à rádio Guaíba, de Porto Alegre. Ele criticou o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros. "Até parece Mendonça da Lama", declarou Brizola. Segundo ele, o ministro "não tem idoneidade, é um homem de negócios, vive conversando a quatro paredes com os interessados. Um homem público jamais poderia fazer isso".

Brizola disse concordar com a declaração de Lula que vinculou a **venda da Telebrás** à formação de caixa-dois para a campanha eleitoral do presidente Fernando Henrique Cardoso. FHC decidiu processar o petista por calúnia.

"Tudo está indicando que podem ser recursos que amanhã venham jogar nas eleições. Tem muita gente ganhando comissão, normalmente", disse Brizola. (PEDETISTA..., 1998, p. 1-11).

(29) BRASÍLIA – O ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, comemorou ontem o sucesso do leilão da Telebrás em tom de despedida. Na última das três entrevistas coletivas que concedeu no decorrer do dia, ele fez um balanço de sua atuação nos últimos três anos na presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no Ministério das Comunicações, onde foi responsável pela **desestatização de um patrimônio público** de cerca de R\$ 60 bilhões, entre estatais federais e estaduais.

"Não esperava que no fim de 30 anos de carreira tivesse de cuidar de coisas tão complexas", disse o ministro. "Para comandar mais de 45 **privatizações** é preciso responsabilidade e experiência, ao contrário da oposição, que nunca vendeu sequer um botequim." Mendonça de Barros fez severas críticas às tentativas dos sindicatos e alguns partidos políticos de suspender o leilão. Ele anunciou que está "convencendo" o presidente Fernando Henrique Cardoso a deixá-lo refletir sobre a globalização na London School of Economics. "Quando voltar, vou entrar no Partido dos Trabalhadores", ironizou. (LAVORATTI, 1998, p. B4).

(30) A **desestatização de serviços públicos como telefonia**, fornecimento de eletricidade e saneamento básico pode proporcionar um ingresso de US\$ 30 bilhões de capital externo no País entre 1997 e 2000. Isso equivale a 37% dos US\$ 80 bilhões que o País deve arrecadar com o **programa de privatizações** no período, conforme estimativas de economistas do Citibank. A dinheirama estrangeira que está por vir é 13,6 vezes a participação que o capital externo teve nos seis anos de existência do **Programa Nacional de Desestatização (PND)**. (NICOLETTA, 1997, p. B1)

(31) O governo federal age preventivamente em mais de uma frente, para evitar que turbulências normais em ano eleitoral prejudiquem o andamento do **processo de privatização**. É o compromisso com o bom andamento do **Programa Nacional de Desestatização (PND)** que explica a nomeação de dois economistas reconhecidamente competentes, entrosados e com experiência empresarial no setor privado, para cargos-chave do PND. Um deles, Luiz Carlos Mendonça de Barros, que já estava incumbido da **privatização da telefonia**, foi designado ministro das Comunicações, e outro, André Lara Resende, para presidir o BNDES.

Terça-feira, o ministro do Planejamento, Paulo Paiva, promovera uma reunião do **Conselho Nacional de Desestatização**, em que ficou decidida a aceleração da **venda de estatais**. No segundo semestre ocorrerão, simultaneamente, as maiores privatizações na área de telecomunicações: a Banda A da telefonia celular e a telefonia fixa, ou seja, todo o sistema Telebrás, além da Embratel e a campanha das eleições para o Executivo e o Legislativo. Quanto mais próxima estiver a data das eleições, maiores serão as tentativas da

oposição de tumultuar o processo. Era preciso, portanto, substituir Sérgio Motta por alguém com a liderança e capacidade de gerência de Mendonça de Barros. Por sua vez, Lara Resende, um dos melhores economistas brasileiros, que fez parte do *brain trust* do Plano Real, estava trabalhando numa proposta para a Previdência, onde se encontra o nó mais apertado que impede a redução do déficit público, que precisará ser desatado com a ajuda da privatização. (ÊNFASE..., 1998, p. A3)

3.3. Desestatização

Podemos observar dois usos da palavra “desestatização” na imprensa. No primeiro deles, a palavra compõe denominações de órgãos/áreas ou programas do governo, a saber: o Conselho Nacional de Desestatização (CND) e o Programa Nacional de Desestatização (PND). Como explica Guimarães (2002, p. 27), ao relacionarmos designação e nomeação, devemos observar a relação entre enunciações, já que a nomeação é recortada num acontecimento de linguagem como memorável e por temporalidades específicas. Ao tratarmos de “desestatização” como parte de um nome próprio, destacamos este recorte do que é memorável, que se projeta nas enunciações. Que efeitos de sentido decorrem do uso de “desestatização” como parte de nomes próprios? Em primeiro lugar, devemos considerar que, neste caso, os nomes próprios que destacamos são composições, figuram e funcionam a partir da justaposição com outros dois nomes em cada um deles: “conselho nacional” e “programa nacional”. Há, portanto, determinações para “desestatização”, ou seja, esta palavra associa-se em ambos os casos ao adjetivo nacional. A desestatização, determinada, pelo adjetivo nacional é um projeto para a nação, que afetará a todos que podem ser considerados como integrantes da nação. Além disso, é um programa “da nação”, o conselho é da “nação”. Desse modo, o efeito é também um sentido de pertencimento do programa à nação em sua totalidade e de esquecimento das diferenças políticas existentes no interior da nação. Podemos afirmar que a nomeação do programa e do conselho vai ter como efeito inserir a desestatização como um programa para a nação e da nação, o que, como dissemos, ultrapassa a esfera do governo, que, de fato, é o empreendedor da privatização. O programa e o conselho visam “desestatizar”. Assim, a desestatização é o objetivo do conselho e do programa.

Não podemos ignorar o fato de que estes nomes guardam marcas de outras enunciações, incluindo a do governo, a do Estado. Falamos, portanto, do que é memorável ao se enunciar “Programa Nacional de Desestatização” e “Conselho Nacional de Desestatização”⁸. Estes dois nomes integram, como dissemos, a esfera governamental e nela tiveram seu batismo. Houve, portanto, uma enunciação destes nomes em determinado momento. No caso de Programa Nacional de Desestatização, a nomeação é anterior ao governo que empreende as privatizações do setor de telecomunicações, memorável, portanto. Há assim um processo de citação que se estabelece ao retomar este nome desde quando surgiram no espaço político brasileiro, que remonta ao governo Fernando Collor. Este recorte é aceito e assumido na continuidade tanto pelo governo Itamar Franco (1992-1994), quanto no de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), que promoveu a privatização das telecomunicações. O adjetivo “nacional”, portanto, confere o efeito de que este programa transcende os governos. É assim um programa da nação e do Estado, que tem no governo seu operador. A desestatização é um programa de grupos político-econômicos que atravessa governos.

Outros efeitos decorrem de “desestatização” ser o termo usado pelo governo para denominar seus órgãos e programas. O primeiro é o fato de “desestatização” assumir uma função política derivada da interdição, do silenciamento em determinados textos (ORLANDI, 1992) de “privatização” na esfera do governo, no âmbito do Executivo e do Legislativo. Ao fazer esta nomeação, estabelece-se uma diferença: “privatizar” e “desestatizar” têm significados diferentes, ou seja, o governo não se filia diretamente ao discurso da privatização, não produz uma identificação assumida com esta tendência, ao nomear órgãos e programas, diferentemente do que ocorre na imprensa.

Observemos o funcionamento destes sintagmas nas seqüências (32), (33) e (34).

(32) **A privatização da Vale do Rio Doce** marca o início de uma nova fase do **Programa Nacional de Desestatização: a venda das empresas consideradas “filé mignon”**. Ou seja: empresas lucrativas, de grande valor ou que exploram as fatias de mercado mais atraentes para a iniciativa privada. Depois da Vale, o governo inicia a abertura do mercado de telefonia celular (são esperados R\$ 6 bilhões), que deve puxar a

⁸ O Programa Nacional de Desestatização (PND) foi criado em 1990 durante o governo Fernando Collor de Mello e o Conselho Nacional de Desestatização (CND) foi criado em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso.

privatização de todo o setor de telecomunicações. Isso significa que as próximas privatizações importantes devem ser acompanhadas de ingresso de capital externo, o que é muito conveniente para o atual estágio do Plano Real.

Também quer dizer que o PND se tornará mais polêmico. No caso da Vale, **o governo foi atacado por estar vendendo** uma empresa que lucrou R\$ 632 milhões em 96. No mesmo período, a Telebrás lucrou R\$ 3,2 bilhões. (PATU, 1997, p.12)

(33) O presidente Fernando Henrique Cardoso disse ontem que, embora não tenha conhecimento integral das propostas para a participação ilimitada do capital estrangeiro na **privatização da Telebrás**, “o caminho será esse”. Questionado se essa participação incluía a telefonia celular, além da telefonia fixa, FHC disse que ainda não havia decidido sobre o tema. “Eu vou ler com atenção, especialmente na parte de telefonia celular.”

O presidente do BNDES, André Lara Resende, disse que até amanhã o governo deverá tomar a decisão. Segundo ele, a tendência do **CND (Conselho Nacional de Desestatização)** é recomendar que não haja restrição a estrangeiros. (CAI..., 1998, p. 1-14)

(34) O Ministério da Fazenda estima que a **privatização da Telebrás** deverá provocar redução de cerca de R\$ 2,6 bilhões ao ano no desembolso do governo com o pagamento de juros da dívida pública. Esse será, portanto, o impacto positivo que a **privatização** terá no resultado fiscal da União. O leilão da Telebrás está marcado para o próximo dia 29 de julho. A cifra corresponde a 20% do preço mínimo de **venda** da estatal, fixado em R\$ 13,47 bilhões. O cálculo foi divulgado ontem pelos secretários do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães, e de Política Econômica, Amaury Bier.

“Trata-se de uma conta grosseira”, afirmou Bier. Ele acrescentou que o cálculo leva em consideração a hipótese improvável de o pagamento ser feito à vista. Normalmente, toda a receita de privatização é utilizada no abatimento das dívidas federais. Com algumas exceções, a regra é seguida desde o início do **PND (Programa Nacional de Desestatização)**, em 1991.

Segundo Guimarães, com o cancelamento de uma parcela das dívidas, o governo não tem necessidade de emitir títulos para fazer a rolagem daqueles que estão vencendo no período. (GOVERNO..., 1998, p. 1-14).

Em (32), “Programa Nacional de Desestatização” relaciona-se à “privatização da Vale do Rio Doce”, “venda das empresas consideradas filé mignon” e também a “privatização de todo o setor” e “privatizações”, o que mostra o funcionamento de sinonímia entre desestatização, privatização e venda, a que nos referimos, estabelecido na textualidade da reportagem. O título da reportagem (“Governo inicia “venda” do filé das estatais”) anuncia a “venda” do filé das estatais”, resumindo em “venda” o sentido das demais ocorrências ao longo do texto. No entanto, “desestatização” faz parte de um nome próprio, com um funcionamento definido como diferente na enunciação, e integrado a uma memória ligada ao discurso governamental. Neste caso, é necessário considerar o recorte que este nome próprio faz na memória e não tomar “desestatização” como mais uma das designações para privatizar, ou a possibilidade de seu funcionamento como nome comum no discurso da imprensa. Há, portanto, uma diferença marcada que deve ser observada no recorte do memorável, que interdita “privatização” ou “venda” na sua composição. Não se pode, neste caso, substituir “desestatização” por “privatização” ou “venda”, porque

nomeado em outro lugar o “Programa Nacional de Desestatização” define-se nas suas injunções políticas e não admite alterações na sua identidade constituída no nome. Assim, o significado é diferente porque ele guarda a memória de outro lugar discursivo. Notemos ainda que “desestatização” especifica o programa nacional, confere-lhe um objetivo. “Desestatização”, porém, não é determinada por complemento. O processo de “desestatização” pode, portanto, incidir sobre qualquer empresa, e integrar a memória da privatização da Vale do Rio Doce, da Telebrás, ou de qualquer outra empresa que faça parte do programa.

Em (33), a primeira menção é “privatização da Telebrás”, que faz parte de um projeto político ainda a ser definido pelo presidente da República. Este assunto – a privatização – tomado na esfera governamental, portanto política, é também objeto de análise do “Conselho Nacional de Desestatização”. Observamos novamente a aproximação que se estabelece na textualidade entre “privatização” e “desestatização”. Neste caso, a privatização é assunto do Conselho Nacional de Desestatização, como se a “desestatização” integrasse a “privatização”, mas não se confundisse com ela.

Em (34), “privatização da Telebrás” integra uma política de governo, utilizado na primeira ocorrência com complemento. Na segunda ocorrência, o complemento é apagado. Na seqüência, a expressão já é substituída por “venda da estatal”. Esta substituição é, portanto, autorizada no discurso dos jornais. Ocorre ainda mais um uso de privatização em sentido genérico, ou seja, ela não designa diretamente a privatização da Telebrás, mas qualquer privatização, que segue uma regra para destinação das receitas. Ao final do texto, aparece a referência ao Programa Nacional de Desestatização, tradução colocada em parênteses da sigla PND. Esta designação, portanto, integra a textualidade não numa relação direta com “privatização” e “venda”. Não se estabelecem no texto vínculos diretos entre “desestatização” e “venda”, porque a segunda não integra as possibilidades de substituição neste nome.

Neste sentido, nos nomes próprios compostos por “desestatização” busca-se uma especificidade para o tratamento do tema, sem definir os resultados de sua política, que ao final, para a sociedade, significará de fato a privatização ou a venda das empresas de telecomunicações. “Desestatizar”, neste caso, não significa diretamente “privatizar”. Os

órgãos ou programas criados cuidam de “desestatizar”. Seu objetivo é fazer deixar de ser estatal. A palavra, com o prefixo “des” representa negação do “estatal”. No entanto, é política de Estado. O que se tem é uma filiação de sentidos que preserva o Estado como uma instância apartada das forças de mercado, que consagram socialmente o termo “privatização” para denominar a venda das empresas estatais para o setor privado.

Outro aspecto que merece destaque, como vimos, é que, ao servir como denominação de programas ou áreas do governo, o termo “desestatização” usado como componente de um nome próprio não tem especificador, assumindo caráter geral. A desestatização é uma política de governo, que pode ser aplicada a qualquer empresa cuja posse seja estatal. Há um apagamento do objeto da desestatização na denominação do órgão e do programa, o que faz com que ela assuma, portanto, seu caráter universal e genérico. Afasta-se do termo “desestatização” qualquer referência ao privado, ao mercado. Ele é tomado como uma política de governo que se dirige do Estado para a sociedade, para o mercado. A incidência é assim do governo para fora dele. Não há, neste caso, uma ação do mercado no que é do Estado. Neste sentido, o termo “desestatização” estabelece uma fronteira rígida entre dois domínios, que, teoricamente, não se misturam.

A denominação do Conselho Nacional de Desestatização e do Programa Nacional de Desestatização não estabelece uma relação de sinonímia entre “desestatizar” e “privatizar”. “Desestatizar” é um processo que pretende retirar atribuições, a posse do Estado, não traz o sentido direto de “privatizar”, ou seja, não se anuncia o resultado da ação como diretamente ligado a uma forma “privada”. **(Figura 3)**

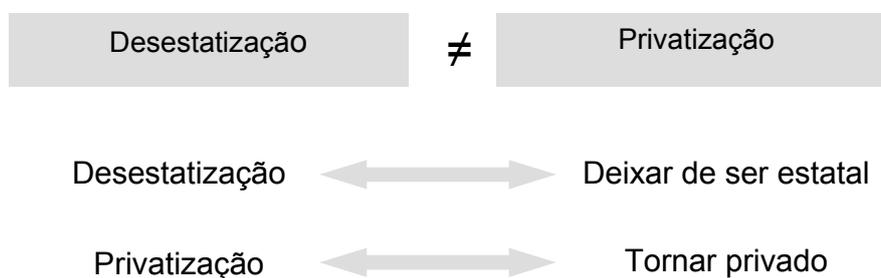


Figura 3

Observamos também que “desestatização” é o termo usado nos textos legais e aqui destacamos a Lei Geral das Telecomunicações⁹, que estabelece as regras para a desestatização. Notemos que no texto legal também se produz a interdição à palavra “privatização”, o que circunscreve a “desestatização” como única possibilidade na esfera política-legislativa oficial. Observemos os artigos abaixo, extraídos da Lei Geral de Telecomunicações.

Art. 186. A reestruturação e a **desestatização** das empresas federais de telecomunicações têm como objetivo conduzir ao cumprimento dos deveres constantes do art. 2º desta Lei.

Art. 188. A reestruturação e a **desestatização** deverão compatibilizar as áreas de atuação das empresas com o plano geral de outorgas, o qual deverá ser previamente editado, na forma do art. 84 desta Lei, bem como observar as restrições, limites ou condições estabelecidas com base no art. 71.

Art. 192. Na **desestatização** das empresas a que se refere o art. 187, parte das ações poderá ser reservada a seus empregados e ex-empregados aposentados, a preços e condições privilegiados, inclusive com a utilização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

Art. 193. A **desestatização** de empresas ou grupo de empresas citadas no art. 187 implicará a imediata abertura à competição, na respectiva área, dos serviços prestados no regime público.

Art. 195. O modelo de reestruturação e **desestatização** das empresas enumeradas no art. 187, após submetido a consulta pública, será aprovado pelo Presidente da República, ficando a coordenação e o acompanhamento dos atos e procedimentos decorrentes a cargo de Comissão Especial de Supervisão, a ser instituída pelo Ministro de Estado das Comunicações.

Não há em nenhum dos artigos da lei a palavra “privatização” ou “venda”. O Estado, portanto, não privatiza, desestatiza. Não se assume diretamente que os efeitos de sua política serão o de privatizar, de vender para a iniciativa privada patrimônio e conceder serviços antes sob sua responsabilidade. O vocábulo, como vimos, formado pelo prefixo, “des” nega o ato de estatizar, de pertencer ao Estado. Desta forma, a tarefa do Estado, neste caso, é promover e estabelecer as normas para deixar de ter a posse das empresas de telecomunicações e os parâmetros para a concessão do serviço público, não assumindo diretamente os efeitos de sua política, que se define na lei pelas próprias regras que tornam

⁹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9472.htm. Acesso em: 12 dez 2006.

a privatização consequência. O sentido, portanto, de “desestatização” só pode ser recuperado no contexto e na busca na própria lei de um direcionamento para o mercado, para a iniciativa privada.

Nos cinco artigos selecionados da Lei Geral das Telecomunicações Brasileiras, observamos a não-ocorrência do termo “privatização”, interditado neste discurso. Utiliza-se “desestatização”. O enunciador é o Estado, que expressa na lei um consenso democrático, silenciando as diferenças políticas. Temos a identificação deste enunciador com o sujeito universal¹⁰ (PÊCHEUX, 1997, p.127), que fala de uma perspectiva de poder enunciar, ou seja, a enunciação é autorizada pelo poder. Nesse sentido, o Estado atribui-se a função de desestatizar, mas não de privatizar. Nos Artigos 186, 188, 195, desestatização e reestruturação são atribuições do Estado, que visa, portanto, estabelecer um modelo diferente para a posse e prestação de serviços de telecomunicações. Não formular “privatização”, neste caso, corresponde a preservar atribuições do Estado que não o identifiquem diretamente a uma prática comercial, de compra e venda. Há uma política, portanto, que define modelos de funcionamento que não se resumem à privatização. Pela diferença e interdição, constrói-se um significado outro, dentro do campo¹¹ de discurso jurídico-político. O Artigo 186 determina a incidência da “reestruturação” e da “desestatização” sobre as empresas federais de telecomunicações, o que não ocorre no Artigo 188, em que o complemento é implícito. Os demais artigos retomam o procedimento de especificação: “desestatização das empresas” (Artigo 192), “desestatização de empresas ou grupo de empresas” (Artigo 193) “o modelo de reestruturação e desestatização das empresas” (Artigo 195). Pelo contexto de aplicação da lei, é possível concluir que a desestatização inclui aspectos comerciais, já que se fala em “competição” (Artigo 193) e “preços e condições privilegiados” (Artigo 192). O sentido comercial aparece, apesar da interdição proposta no termo de desestatização, que privilegia aspectos políticos, administrativos e jurídicos do processo, numa falha desta interdição

¹⁰ Pêcheux define sujeito universal como aquele “situado em toda parte e em lugar nenhum, e que pensa por meio de conceitos” (PÊCHEUX, 1997, p. 127)

¹¹ Maingueneau (1997, p. 116) define campo discursivo como “um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região”.

(PÊCHEUX, 1997, p. 301). No entanto, o uso reiterado do termo desestatização busca estabelecer a diferença em relação a privatizar, mantendo a “coerência” de um controle de sentidos estabelecido pelo Estado, também na designação de seus órgãos e áreas.

Definida pela negação do Estado, a privatização se realiza no discurso jurídico-político como efeito, não como razão de uma política, que, a priori, visa apenas desestatizar. Neste caso, o sentido não diretamente identificado à privatização, derivado da diferença entre “privatização” e “desestatização”, não é necessariamente o de tornar privado. Desestatizar aponta para um processo “fora” do Estado, mas não explicitamente ligado ao privado. Deste modo, a Lei Geral de Telecomunicações, peça jurídica fundamental da desestatização, é também marco da privatização, num ponto de coincidência histórico, que permite o deslize de sentido entre “deixar de ser estatal” e “tornar-se privado” e a identificação dos dois processos como sinônimos no discurso da imprensa, por exemplo.

Na prática discursiva do governo, a desestatização é assumida como política de Estado, mas não a privatização, termo em uso na sociedade que não é admitido na legislação nem na denominação de instâncias governamentais. O que está em curso, portanto, é uma política de desestatização no recorte que o governo faz do real. O efeito de sentido é o de diferenciação do privado e identificação implícita com o privado. Neste caso, o núcleo do sentido nos textos jurídico-políticos é a desestatização, que nega o estatal, afirma implicitamente a privatização, não-nomeada neste texto e define-se como sentido dominante, que em suas margens contém a privatização - a venda das estatais - , relação diretamente estabelecida nos textos da imprensa. Não formular a privatização permite ao Estado afirmar-se como instância definidora de um sentido e de uma identidade apartada das forças de mercado e de interesses privados.

Notamos, porém, que esta instância afirma para si e a sociedade um sentido que é interpretado diretamente como “privatização”. Esta forma, interdita no discurso político-legislativo oficial, é privilegiada no discurso social e da imprensa, que a prefere e utiliza raramente “desestatização” em seus textos. Temos, portanto, dois discursos diferentes: o da mídia, que identifica e elege “privatização” como definidor do processo de mudança do

regime de posse e serviços das empresas estatais, e o do governo, que se define por “desestatização” e pelo apagamento de “privatização”.

3.4. Uma relação de identidade

O segundo uso de “desestatização” é o que se relaciona diretamente à “privatização”, isto é, “privatização” e “desestatização” são tomados como sinônimos. Estas ocorrências colocam em relação dois campos de discurso: o do governo e o do mercado, produzindo, no discurso da imprensa, uma identidade entre eles. Neste ponto, temos outro efeito de sentido, que produz a interpenetração dos discursos do Estado e do mercado. Não se pode, neste caso, discernir a ação de um sobre o outro. Ao tornarem-se sinônimos, o discurso do mercado e do Estado imbricam-se e desestatizar tem como consequência direta privatizar. O resultado da ação se fecha no sentido de privatizar, ao contrário do que ocorre quando se produz a diferença entre “privatizar” e “desestatizar”. A desestatização não conduz diretamente à privatização. Quando estas duas palavras são usadas como sinônimas, o que ocorre é também uma correspondência entre as duas ações: a de privatizar e a de desestatizar (**Figura 4**). Observemos as seqüências abaixo.

(35) BRASÍLIA - Os sindicatos dos trabalhadores em telecomunicações de todo o País recorrerão à Justiça para tentar conter o **processo de privatização** no setor. Os sindicalistas sustentam que o **programa de desestatização** vai prejudicar os acionistas minoritários das companhias telefônicas integrantes do Sistema Telebrás, com a desvalorização de suas ações; os usuários, porque as tarifas vão aumentar, e os trabalhadores do setor, ameaçados de desemprego. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações de Brasília, Brígido Ramos, não quis adiantar a estratégia que será adotada nessas ações nem os pontos da lei que os telefônicos pretendem atacar. (KRAUSE, 1997, p. B7).

(36) **As privatizações das concessionárias de serviços públicos** irão mexer com o bolso dos consumidores brasileiros, acostumados a décadas de tarifas subsidiadas e distorcidas pelo aparelho estatal nos mais diversos setores - das telecomunicações à energia elétrica, do gás ao abastecimento de água.

Tarifas irão subir ou cair de acordo com o grau de abertura dos serviços à concorrência privada. O desmonte dos chamados subsídios cruzados, em que determinadas classes de consumidores pagam mais caro em benefício de outras, também determinará o valor das contas de cada família no final do mês após a **privatização**.

Foi o que aconteceu em países vizinhos que avançaram mais na **desestatização desses serviços básicos**, como Chile e Argentina. Foi o que ocorreu em nações mais distantes, como a Inglaterra, **berço da privatização**, na era Thatcher, a partir de 1979. É o que está ocorrendo no México, com a quebra gradual do monopólio privado na telefonia, e na França, com a abertura dos mercados estatizados à concorrência privada.

No Brasil, o governo adotou o caminho chileno de quase 20 anos atrás e iniciou a reestruturação tarifária no setor de telecomunicações com antecedência, preparando o caminho para a privatização. O mesmo está ocorrendo lentamente no setor elétrico. (BERTOLOTTI, 1997, p. 2-1).

Em (35), o título da reportagem – “Privatização leva sindicatos à Justiça” - já estabelece um direcionamento dos sentidos em torno de “privatização”. Faz-se referência ao “processo de privatização” como objeto de oposição dos sindicatos dos trabalhadores em telecomunicações. Este processo aparece substituído na seqüência por “programa de desestatização”, aqui tomado não mais como nome próprio, mas sim em sua generalidade, o que permite considerar, no corpus, a expressão uma paráfrase de “processo de privatização”. Estabelece-se a coincidência entre “privatização” e “desestatização”, tomados em sua semelhança como idênticos. “Desestatização”, neste caso, equivale à “privatização”. Dessa forma, ocorre um fechamento de sentido para desestatização, que tem como resultado a privatização.

Em (36), “privatização” também aparece no título (“Privatização não garante tarifa menor”), direcionando o sentido geral do texto. Em seguida, observamos a ocorrência de “privatizações” como processo que incide sobre as concessionárias de serviços públicos, numa ação em que o sujeito está apagado. As “privatizações” ocupam o lugar do sujeito gramatical. Na terceira ocorrência, o plural “privatizações” é substituído por “privatização”, tomado em sua generalidade, e sem complemento. Nestes casos, o domínio do discurso é o econômico, nas conseqüências que este processo tem para o consumidor. É interessante notar que a terceira referência é “desestatização”, que substitui “privatização”. No entanto, preserva-se a diferença do domínio de discurso. Se no plano gramatical, mantém-se a substituição, no campo do discurso apela-se para uma política de Estado, de governo. Assim, a desestatização é uma ação de Estado. A quarta referência corresponde a uma fusão de discursos, econômico e político, já que “privatização”, tomada como sinônimo de “desestatização”, é inserida no contexto de uma política de governo, no caso a da Inglaterra, considerada “berço da privatização”. Se por um momento, preserva-se uma diferença, ela se apaga nas retomadas posteriores. No último registro, observamos que a “privatização” integra ação do governo brasileiro, ou seja, é uma ação política que corresponde à desestatização.

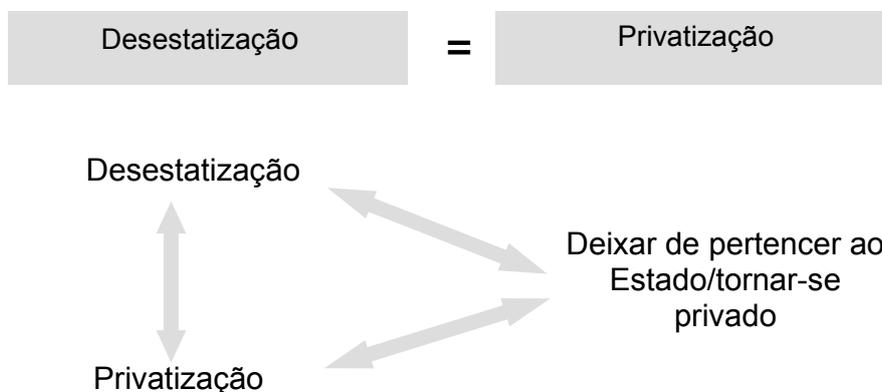


Figura 4

Em que medida podemos considerar privatização e desestatização numa relação de sinonímia? Nossa questão é, portanto, saber em que situações o discurso dos jornais adota esta sinonímia em suas condições de produção e interpretação. Neste ponto, retomamos discussões teóricas feitas sobre paráfrase e sinonímia, que encontram na AD lugar privilegiado.

Segundo Fuchs (1982), as várias perspectivas teórico-analíticas sobre sinonímia e paráfrase insistem que toda reformulação pode trazer mudança de sentido. Deste modo, para esta autora, a questão é saber em que medida o conteúdo de determinada expressão pode ser idêntico ao de outra, tendo como pano de fundo o questionamento sobre a possibilidade de se dizer a mesma coisa, dados os esquecimentos e negações de possíveis modificações e modulações.

A paráfrase está na base também da teoria do discurso proposta por Pêcheux (1997, p. 173). Para este autor, há no discurso o esquecimento n. 2, que ocorre no momento de formulação em que o sujeito-falante faz uma seleção de enunciados no interior de formações discursivas que o dominam. Há assim o esquecimento de que o sentido sempre pode ser outro ou vir de outro lugar.

Ao admitirmos a relação de paráfrase como fato estável, corremos o risco de aceitar uma concepção que postula este dado como inscrito nos enunciados da língua, considerada transparente, objetiva e sem a intervenção dos sujeitos. Nesta interpretação, não se leva em conta a articulação entre a ordem da língua e fatores socioideológicos e históricos, como se propõe a AD. No entanto, isso não impede que se considere esta noção ingênua, como explica Fuchs:

(...) s'il est indéniable que les séquences linguistiques ne peuvent jamais être totalement identique (mais seulement équivalentes), en revanche il est également incontestable que, dans leur activité paraphrastiques en situations, les sujets les traitent comme si elles étaient identiques : dans une telle perspective, il n'y aurait donc pas lieu d'opposer identité et équivalence, mais il faudrait au contraire distinguer, pour mieux les articuler, équivalence en langue et identification dans l'usage de la langue (FUCHS, 1982 , p. 57).

Henry (1990) sustenta que a paráfrase discursiva não se baseia numa autonomia relativa da língua e a considera contextual, já que ela depende de condições de produção e interpretação:

De fato, se o discurso fosse inteiramente determinado em sua produção e interpretação pela língua, não haveria lugar para a noção de paráfrase discursiva. Já afirmamos anteriormente que convinha considerar a paráfrase discursiva, como sendo constitutiva dos efeitos de sentido. Pode-se então explicar como formulações diferentes quanto a sua materialidade possam estar ligadas a um mesmo efeito de sentido, mas nem por isso estas diferentes formulações podem ser consideradas como mantendo umas com as outras relações que revelariam da autonomia relativa da língua (como o que se chama “paráfrase” no sentido lingüístico do termo). É preciso ser claro sobre este ponto. A noção de paráfrase discursiva é uma noção “contextual” no sentido de que as paráfrases discursivas dependem das condições de produção e de interpretação, ou seja, das formações discursivas diversas às quais o discurso pode estar relacionado para nelas produzir o sentido. Formulações diferentes jamais podem ser tomadas como ligadas por uma relação de paráfrase discursiva a não ser a partir da aproximação entre seqüências discursivas efetivamente produzidas nas mesmas condições, seqüências nas quais elas aparecem nos mesmos ambientes. Esta comparação não pode ser feita senão com base na autonomia relativa da língua a que, pode-se dizê-lo agora, se reduz a ordem do discurso no sentido das gramáticas clássicas. (HENRY 1975, p. 59).

Orlandi (1984, 2002a), por sua vez, considera paráfrase e polissemia como processos fundamentais constitutivos da produção de linguagem. No caso da paráfrase, na definição proposta por Orlandi, temos o “processo pelo qual procura-se manter o sentido igual sob diferentes formas” (ORLANDI, 1984, p. 11). Neste ponto, devem-se observar os processos cristalizados pelas instituições, que buscam preservar um sentido legítimo.

Acreditamos, assim como Orlandi, que as instituições controlam o processo de paráfrase e polissemia e que há, como insiste Pêcheux, um esquecimento de outros sentidos, que se relaciona às condições de produção do discurso dos jornais e do Estado como parte de uma discursividade histórica. É o que verificamos ao considerar “privatização”/ “desestatização” numa relação parafrástica. Se há identidade entre esses dois vocábulos, é porque esta identidade é produzida e circula na imprensa. “Privatizar” no discurso da imprensa e em algumas ocorrências do discurso governamental torna-se assim uma consequência naturalizada da desestatização. Vimos que o Estado, na denominação de programas, órgãos e na Lei geral das Telecomunicações, não admite “privatização”, preservando um sentido legítimo, ou seja, controlando a polissemia. A mídia, porém, autoriza esta sinonímia, abrindo a possibilidade de “desestatização” ser polissêmica e manter uma relação de identidade com “privatização”. Estes usos também nos permitem reafirmar a dominância de “privatização”.

A AD propõe a articulação de condições de produção e confronto de interlocutores na linguagem. Não haveria assim um sentido nuclear, literal, já que os sentidos são variáveis de acordo com as condições de produção e o confronto entre os falantes. Ocorre, porém, que determinados sentidos podem tornar-se dominantes. “Privatização”, como afirmamos anteriormente, é a designação dominante para o processo de venda das estatais de telecomunicações. Com ocorrências no discurso da mídia e até no discurso do governo em declarações de seus integrantes representadas pela imprensa, “privatização” mantém-se em relação de paráfrase com “desestatização”, o que também torna este processo, designado de “privatização”, política de governo, como podemos observar nas falas representadas de autoridades governamentais.

(37) O presidente fez questão de ressaltar que os preços de venda da estatal foram definidos “com muita propriedade” pelas empresas consultoras e pelo governo. “A maior preocupação do governo era trazer o maior número de participantes porque, dessa forma, os preços se ajustariam”, comentou Fernando Henrique, lembrando que é “esse ágio que faz com que o mercado reaja de maneira positiva”.

Segundo o presidente, ontem “ficou claro para todos os brasileiros” que é preciso “competência e credibilidade para que as empresas venham e o preço suba de forma natural”. “Quanta gente falou de preço sem ter noção do que estava falando”, desabafou o presidente. Para ele, a suspensão da venda impediria a modernização do sistema de telefonia brasileiro prejudicando o usuário. **“O que havia de mais competente nessa área veio para a privatização”, afirmou.** (OLIVEIRA e MONTEIRO, 1998, p.B3)

(38) O ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, disse ontem em Natal que foi uma vitória do consumidor e não do governo a decisão do Supremo Tribunal Federal, que negou liminar contra a legislação que regulamenta o serviço de telefonia celular no país. Contrários à venda da estatal (marcada para o próximo dia 29), o PT e o PDT argumentavam que o governo não poderia, sem licitação pública, ter transformado em concessionárias as empresas que tinham autorização para explorar o serviço de telefonia celular no país. Para Barros, o PDT e o PT não devem ter olhado com clareza a lei.

“O que eles estão pedindo é para voltar, em vez de concessão, para permissão. Isso facilita a vida das empresas, que têm menos obrigações, e dificulta a vida do consumidor”, disse. **“O processo de privatização é legal. É uma lei aprovada no Congresso Nacional, que é o fórum político para se discutir isso.”** (MENDONÇA...., 1998, p.1-13).

Em (37), o jornalista representa a fala do presidente da República, porta-voz do Estado brasileiro: ““O que havia de mais competente nessa área veio para a privatização”, afirmou.”” Como vimos, este Estado interdita, em nomeações de órgãos e em leis, a forma “privatização”. No entanto, o que observamos é que a fala representada do presidente, é a de quem considera “privatização” e “desestatização” – silenciada em seu depoimento - numa condição de sinonímia. “Privatização”, neste caso, contém o sentido de “desestatização”, o que seria esperado na representação da fala do presidente. Deste modo, “privatização” identifica-se tanto com o discurso do Estado quanto com o do mercado, numa indissociabilidade dos dois agentes. Este mesmo processo se verifica em (38). Neste caso, o que temos é a representação da fala do ministro das Comunicações, autoridade do governo: ““O processo de privatização é legal. É uma lei aprovada no Congresso Nacional, que é o fórum político para se discutir isso.””. A palavra “privatização” é inserida nas aspas que representam a fala do ministro. Apesar da interdição que o Estado produz, ela circula indistintamente, sendo mesmo preferida à “desestatização”, que, a rigor, integra o campo do discurso do governo. Neste aspecto, “privatização” também integra o discurso governamental.

As margens do efeito de sentido estabelecido na sinonímia também nos permitem dizer que há “outro” sentido que se insinua, mas é apagado na relação de identidade, entre “privatização” e “desestatização”, proposta no uso. Esta relação seria a negação mesma desta identidade, ou seja, privatização e desestatização podem ser processos diferentes, um não pode ser o outro, como ocorre nos casos em que “desestatização” compõe nomes próprios e em usos que se estabelecem campos de discurso distintos, como explicamos acima. A identidade, portanto, dependerá das condições de produção que podem autorizar outro sentido (HENRY, 1990). Podemos ainda afirmar que esta relação de identidade proposta entre desestatização/privatização corresponde à institucionalização de uma sinonímia, realizada por mediadores e que aparece como fato lingüístico. Dessa forma, busca-se estabilizar uma interpretação. Da equivalência semântica, passa-se à identidade no discurso, num percurso igualmente transparente. Neste ponto, consideramos assim que ocorre neste processo de identificação entre “privatização” e “desestatização” o que Pêcheux (1997, p.177) denomina ser a formação de um imaginário lingüístico, que se expressa em relações de paráfrase “como simples efeito das propriedades lexicais, evidentes em sua eternidade.” Observemos agora como estes efeitos se produzem nas seqüências abaixo:

(39) BRASÍLIA - **O edital definitivo de desestatização das empresas do Sistema Telebrás** será publicado em 29 de maio. A data foi anunciada ontem pelo ministro das Comunicações interino, Juarez Quadros, que também divulgou que no dia 15 de julho serão entregues as propostas financeiras das empresas que concorrerão **à privatização**. Segundo ele, não há pressa para definição do limite ao capital estrangeiro nas empresas concessionárias de telecomunicações. “Temos ainda muito prazo para estabelecer esses limites”, afirmou.

Quadros participou ontem de uma palestra sobre **a privatização do Sistema Telebrás** no Tribunal de Contas da União (TCU). Foi a primeira reunião pública do novo comando da **privatização das telecomunicações**, depois da morte do ministro Sérgio Motta. (EDITAL...,1998, p.B4).

(40) Guerreiro lembrou que a Anatel tem o poder de aplicar multas de até R\$ 50 milhões e suspender concessões de exploração dos serviços de telecomunicações, mas conta com a atuação dos cidadãos como fiscais. Além da fiscalização da qualidade do serviço telefônico, a Anatel terá de assegurar que **a desestatização do Sistema Telebrás** não resulte em monopólio privado. O objetivo é ambicioso. Até mesmo nos Estados Unidos, onde a desregulamentação do setor de telecomunicações é mais ampla, a competição no serviço de telefonia local é quase inexistente. Os investimentos nesse segmento são muito altos e o retorno é mais demorado.

No Brasil, a licitação da banda B de telefonia celular antes **da privatização das companhias estaduais** garantiu a competição nesse segmento. Na telefonia fixa, só depois de privatizadas as três holdings regionais e a de longa distância, criadas na assembléia da Telebrás de sexta-feira, caberá à Anatel licitar novas autorizações para concorrentes. (FREITAS, 1998, p. B5)

Em (39), temos a referência ao “edital definitivo de desestatização”, após um título que inclui a palavra “venda” (“Edital de venda da Telebrás sai em 29 de maio”), estabelecendo um direcionamento do sentido e da interpretação. Preserva-se em “edital definitivo de desestatização” a identidade de “desestatização” como palavra usada pelo governo na designação deste processo. Na segunda referência, porém, ocorre um deslizamento para “privatização”, palavra usada pelo mercado, como sinônimo de “desestatização”. Autoriza-se uma interpretação de “privatização” como sinônimo de “desestatização”, ainda que a fonte desse discurso seja o próprio governo, na figura representada pelo ministro interino das Comunicações, Juarez Quadros. Nas retomadas seguintes – “palestra sobre a privatização do Sistema Telebrás” e “privatização das telecomunicações” – consagra-se o uso de “privatização”, afastando-se da designação governamental e mantendo-se a teórica identidade semântica. A privatização, neste caso, ocorre em enunciações que constroem as referências do contexto do governo. Notemos ainda que os complementos – “desestatização das empresas do Sistema Telebrás”, “privatização do Sistema Telebrás”, “privatização das telecomunicações” - mantêm também uma relação parafrástica, o que reafirma o uso de “privatização” como sinônimo de “desestatização”.

Em (40), também o título “Anatel investiga teles antes da venda” associa o órgão governamental à ação de vender, atribuindo a função de investigação a um órgão do governo, que não é o que vende. A referência primeira no texto da reportagem é “desestatização do Sistema Telebrás”, que deve ser garantida pela Anatel, ou seja, um órgão governamental. Preserva-se o contexto de referência para o uso de “desestatização”, no campo do discurso do governo. Esta diferença, porém, se apaga no segundo parágrafo, em que, ao se tratar da licitação da banda B da telefonia celular, fala-se em “privatização das companhias estaduais”. Novamente, produz-se uma identificação, a partir de uma equivalência entre os dois processos, estabilizando uma interpretação feita pela mídia, que é diferente da que faz o governo, ao estabelecer distinções entre os dois processos.

3.5. Reformulações

Na perspectiva de análise adotada por Guimarães (2002), para analisar a relação que se estabelece entre designação e referência, deve-se observar como o nome se relaciona com outros nomes e funciona na aparência da substituição, numa deriva de sentidos. Estes pontos de deriva correspondem ao que Pêcheux (2002, p. 53) considera o equívoco da língua, ou seja, os enunciados podem tornar-se outros num deslocamento discursivo que altera seu sentido, num processo que demanda interpretação. Desta forma, Guimarães considera a predicação nos conjuntos de referir organizados em torno de um nome, como algo que ocorre sobre a segmentalidade. Para analisá-la, ele explica que há processos de reescritura. Sobre este aspecto afirma:

De acordo com esta análise, considero que procedimentos como anáfora, catáfora, repetição, substituição, elipse etc são procedimentos de deriva do sentido próprios da textualidade. O que significa dizer que é este processo que constitui o sentido destas expressões, bem como que não há texto sem o processo de deriva de sentidos, sem reescrituração. Esta deriva enunciativa incessante é que constitui, a um só tempo, os sentidos e o texto. O interessante desta deriva é que ela se dá exatamente nos pontos de estabelecimento de identificação de semelhanças, de igualdade, de retificações. Quando uma forma se dá como igual/correspondente a outra (a anaforiza, a substitui etc), o sentido está se fazendo como diferença e constitui textualidade. O procedimento de reescrituração no texto faz com que algo do texto seja interpretado como diferente de si. E analisar a designação de uma palavra é ver como sua presença no texto constitui predicações por sobre a segmentalidade do texto, e que produzem o sentido da designação. (GUIMARÃES, 2002, p. 28).

Considerando a perspectiva de Guimarães, observamos que há uma primeira relação que se estabelece de sinonímia entre "privatização" e "desestatização", como resultado da deriva de "desestatização", na interpretação que a mídia faz da política de governo. Ocorre ainda uma outra reescritura de privatização pela palavra "venda". No discurso jornalístico, constroem-se relações de anáforas entre estas três palavras num processo de reescritura, no jogo entre diferença de sentido e equivalência. De certa forma, há uma tradução de um pelo outro, em que "venda" resume o conteúdo de "privatização" e "desestatização", assumindo uma função explicativa de ambos os processos. **(Figura 5)**

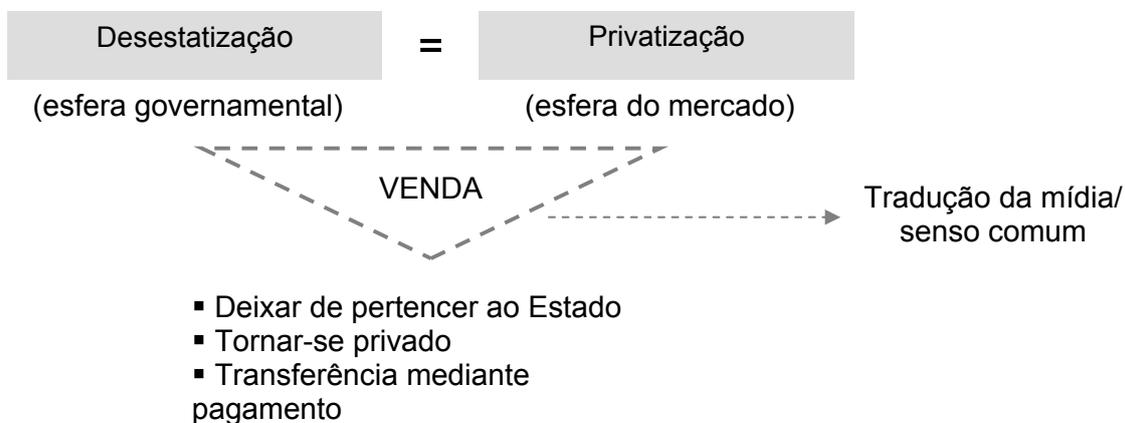


Figura 5

A aproximação feita pela mídia entre “desestatização”/“privatização”/“venda” corresponde a um grau de explicação da política econômica do governo, denominada desestatização, que se vincula ao discurso dominante da privatização. Explica-se ainda a relação comercial que resulta desta política pelo vocábulo “venda”. Desta forma, o discurso dos jornais analisados aproxima-se do discurso governamental e também do senso comum na articulação desses três conceitos, buscando explicitar aquilo que, porventura, encontra-se subentendido na política de governo ou mesmo não explicado pelo discurso geral da privatização. As aproximações construídas na textualidade, pela reformulação, permitem ainda fechar o sentido da privatização numa relação de venda do patrimônio estatal, demonstrando o foco da cobertura nas relações econômicas. Como explica Maingueneau (2002, p. 202), “as retomadas anafóricas constituem um meio privilegiado de impor sub-repticiamente algumas avaliações”. A avaliação que se impõe é assim a de uma relação comercial.

(41) BRASÍLIA - O decreto presidencial liberando a participação do capital estrangeiro na **privatização do Sistema Telebrás**, publicado no *Diário Oficial* de ontem, vai precisar de detalhamento no edital de venda das 12 holdings. O advogado de uma operadora estrangeira interessada na Telebrás, que preferiu não se identificar, disse que será preciso definir se as empresas brasileiras que devem ser criadas para a assinatura do contrato de outorga terão de existir já no processo **de desestatização**. O **edital de venda da Telebrás** pode estabelecer que tanto empresas quanto consórcios participem da **privatização**. Permitir a

participação de consórcios no processo é apenas uma questão burocrática, mas, segundo esse advogado, seria um facilitador adicional aos investidores. (FREITAS, 1998, p. B4).

(42) O processo de **desestatização das empresas de telecomunicações** só deverá estar concluído no final de novembro. A informação consta do cronograma incluído pelo governo no edital. Apesar de o leilão do controle das empresas estar marcado para o dia 29 de julho, somente em 30 de novembro será concluída a liquidação das sobras das ações que não forem vendidas aos empregados. Na próxima semana devem ser divulgadas mais regras **para a venda**. Segundo o cronograma, a partir do dia 18 deste mês a Câmara de Liquidação e Custódia (CLC) da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro começará a distribuir o manual de instruções do processo de desestatização.

No mesmo dia sairá o contrato **de compra e venda**, aguardado com expectativa pelos investidores. Este contrato estabelece as responsabilidades de **quem vende e de quem compra no momento do negócio**. E pode trazer novidades, segundo um advogado. (GOVERNO..., 1998, p. B1)

(43) O Ministro das Comunicações, Sérgio Motta, anunciou ontem o cronograma **da privatização do Sistema Telebrás**, programado para ser concluído até julho de 1998. Ele disse que o cronograma foi aprovado anteontem à noite pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Em setembro deste ano, será instalada a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), que irá regular e fiscalizar o setor.

A agência precisa de ser instalada antes de **as companhias telefônicas estaduais, as teles, serem vendidas**, de acordo com a Lei Geral das Telecomunicações. Em outubro, será publicado o edital de contratação das empresas de consultoria que irão definir o **modelo de privatização**. A contratação será em dezembro de 1996.

As empresas de consultoria vão trabalhar junto ao governo para reestruturar, avaliar e **vender** as 27 empresas da Telebrás, além da Embratel. Segundo o ministério, o governo vai arrecadar mais de R\$ 100 bilhões com a **privatização**.

O ministro anunciou ainda mais duas novidades: 1) a divisão da Telebrás, que iria ser feita em quatro blocos para ser vendida, poderá ser reduzida; 2) a participação dos fundos de pensão na **venda das teles** vai ser limitada.

Ontem pela manhã, Motta discutiu com técnicos da Telebrás a regulamentação da nova lei do setor. Depois de almoçar com políticos do PSDB, Motta se reuniu à tarde com a **Comissão de Desestatização para traçar a estratégia de venda das teles**. O plano de **venda** já está sendo feito no ministério para, segundo Motta, "acelerar" o processo de **privatização**.

Para apressar o processo, serão tomadas várias medidas até o final deste ano como, por exemplo, a publicação do decreto aprovando o plano outorgas (concessões).

Recursos da banda B

O ministro disse que apenas uma "pequena parte" do dinheiro arrecadado com a venda das concessões da banda B (fatia da telefonia celular destinada à iniciativa privada) será usado para montar a Anatel.

A instalação da Anatel vai custar cerca de R\$ 100 milhões, incluindo a compra de equipamentos. "O resto dos recursos não vão ficar com o ministério", disse. (CÂMPERA, 1997 p.2-3).

Em (41), a privatização é associada ao campo político, ao decreto presidencial que libera a participação do capital estrangeiro ("O decreto presidencial liberando a participação do capital estrangeiro na privatização do Sistema Telebrás, publicado no *Diário Oficial* de ontem, vai precisar de detalhamento no edital de venda das 12 holdings."). Na mesma frase, há referência ao "edital de venda". "Venda", neste caso, é reformulação de "privatização", que corresponde à inserção da privatização numa relação

comercial e também a uma explicação sobre o processo de privatização num vocabulário mais próximo ao do senso comum, que restringe o significado de privatização à venda, eliminando seus aspectos políticos, ainda que esta palavra seja complemento de “edital”, que está na esfera administrativa do governo. Produz-se deste modo um esquecimento do passado da privatização, da polêmica que ela envolve, reduzindo seu significado à relação comercial. A reescritura seguinte é “desestatização”, termo usado pelo governo, que equivale neste discurso à privatização. Na seqüência, podemos observar que o “edital de venda” e “privatização”, sem complemento que a determina, são colocados como fatos paralelos, mas na verdade são reescrituras que jogam com a tensão entre o mesmo e o diferente.

Em (42), “desestatização das empresas de telecomunicações”, ação do Estado sobre as empresas, é colocada em relação direta com venda. O processo de desestatização, como se nomeia logo na primeira frase, encontra seu equivalente em “venda” no enunciado “Na próxima semana devem ser divulgadas mais regras para a venda”. Na seqüência, retoma-se a designação “desestatização”, seguida por uma menção ao contrato de “compra e venda”. Desta forma, é possível perceber que a desestatização é um processo que se confunde com relações de mercado. Esta aproximação evidencia-se no discurso da mídia, que rompe com a interdição estabelecida no discurso governamental.

Em (43), “privatização” é designação do processo de reestruturação, avaliação e venda do Sistema Telebrás, o que confere abrangência maior ao significado da palavra. Além disso, “privatização” não se distingue de “desestatização”. Ela entra no domínio político, afinal foi o ministro das Comunicações o responsável pelo anúncio, efeito de sentido que se tem desde o título “Motta define cronograma de privatização das teles”. Numa segunda referência à “privatização”, ela é tomada como sinônimo de venda: “As empresas de consultoria vão trabalhar junto ao governo para reestruturar, avaliar e vender as 27 empresas da Telebrás, além da Embratel. Segundo o ministério, o governo vai arrecadar mais de R\$ 100 bilhões com a privatização”. “Venda” novamente é reescritura de “privatização” em: “participação na venda das teles vai ser limitada”. A Comissão de

Desestatização¹², ao qual o jornal se refere como um nome próprio, relaciona-se diretamente com a venda das empresas de telecomunicações e se confunde novamente na seqüência com “privatização”: “Motta se reuniu à tarde com a Comissão de Desestatização para traçar a estratégia de venda das teles. O plano de venda já está sendo feito no ministério para, segundo Motta, “acelerar” o processo de privatização.”

Em resumo, consideramos que não há uma estabilidade de designação para o processo de transferência do patrimônio público para o privado, apesar de haver um predomínio de “privatização”. “Desestatização” e “venda” são termos que ocorrem no discurso dos jornais analisados e aparecem como sinônimos. Há, porém, casos em que privatização e desestatização não são considerados em relação de paráfrase. Isso ocorre, por exemplo, na denominação de órgãos do governo e em textos legislativos, como a Lei Geral de Telecomunicações. Assim, nos nomes próprios com “desestatização” há uma filiação de sentidos que separa os discursos do Estado e do mercado, que consagra o termo privatização. Ao considerar como sinônimas as três designações, os jornais realizam uma tradução do discurso jurídico-político, ou seja, “desestatizar” significa “privatizar” e, ao mesmo tempo, aproximam estes discursos do senso comum, estabelecendo “venda” como possibilidade de reescritura de “privatização”. Dessa forma, também ocorre uma restrição do significado de “privatização” como venda.

¹² Esta designação aparenta ser um deslize de Conselho Nacional de Desestatização, já que não encontramos outras menções a esta comissão, tampouco nossa pesquisa demonstrou a existência dessa comissão.

Capítulo 4 – A Lei Geral das Telecomunicações Brasileiras: marco de sentidos

4.1. A “lei da privatização”

A Lei Geral das Telecomunicações, aprovada pelo Congresso Nacional, é um fato que mereceu destacada cobertura pela imprensa no ano de 1997, desde as discussões levadas na Câmara e no Senado, até a sanção pelo presidente da República. Para compreendermos a importância deste acontecimento, é necessário inseri-lo na discursividade estabelecida sobre as telecomunicações, numa memória do dizer sobre este evento que se materializa na imprensa e ganha contornos favoráveis à privatização. A lei é apresentada como um marco, um divisor de águas que permite mudanças na propriedade do setor. Este aspecto é o que merece a ênfase da mídia. Vincula-se diretamente a lei às privatizações como ponto principal. A lei passa a ser vista como o marco legal que permite as privatizações, ainda que ela regule todo o funcionamento do setor no Brasil, incluindo-se a telefonia móvel, a TV a cabo, a radiocomunicação, entre outras atividades previstas para as telecomunicações, determinando mudanças não apenas no regime de posse. Este viés, portanto, instaura um corte no sentido geral da lei, destacando a privatização como ponto mais importante.

Podemos pensar ainda que a lei cumpre o papel de organização de um sistema, de legitimação de um projeto político empreendido pelo Executivo. Por ter como suporte a língua, a lei está carregada de sentido, que não se desvincula de suas condições de

produção. Não se pode perder de vista o fato de que esta lei é expressão de um processo legislativo que visa estabelecer consensos determinados por grupos dominantes da sociedade e serve de instrumento de poder para estes mesmos grupos. (STRECK, 1999, p. 162).

Assim, ao instaurar a ligação entre privatização e lei geral, como aspecto dominante deste processo político, a mídia inscreve esta lei como marco de uma discursividade, que prevê a privatização como resultado de um ordenamento jurídico e democrático. Discordar da lei e da própria privatização também significa contestar o processo democrático.

4.2. As relativas

A aproximação da Lei Geral das Telecomunicações, que promove mudanças significativas no funcionamento e na propriedade do setor no Brasil, da privatização pode ser observada pela ocorrência nos jornais analisados fazem de construções relativas, ou seja de incisivas que acrescentam à linearidade um ponto de vista, uma avaliação sobre o que está ocorrendo. Estas construções não podem ser considerados apenas no nível da sintaxe, porque estes enunciados intervêm na ordem discursiva (MARANDIN, 1993). Essa mesma posição é compartilhada por Pêcheux (1997) e Ferreira (2000), que vê na sintaxe um lugar de observação a ser explorado em análises. De acordo com Ferreira, “a sintaxe organiza um modelo de compreensão da frase, não do discurso, cujo domínio formal é inteiramente diferente”, sendo ela, porém, “uma forma de acesso importante para a AD” (FERREIRA, 2000, p. 97). Mas compreender esta sintaxe significa, no domínio da AD, não aceitar a linearidade proposta na frase, reduzindo-a a fenômenos gramaticais, como explica Ferreira:

Esta interface sintaxe/discurso é relevante e merece ser explorada. De um lado a sintaxe, como ordem simbólica, chega muito próximo da língua, daquilo que lhe é próprio (da sua ordem); de outro, o discurso, como processo de produção de sentido, tem na língua um suporte decisivo na constituição de sua materialidade (lingüístico-histórica). (FERREIRA, 2000, p.13).

Observemos as seqüências abaixo como ponto de partida de nossa análise no tocante ao uso das relativas, tratado amplamente no domínio sintático:

(44) Os membros da comissão especial que examinará o projeto de **Lei Geral das Telecomunicações, que prevê, por exemplo, a privatização da Telebrás e da Embratel**, estão escolhidos, mas permanece a briga pelo cargo mais importante, o de relator.

Em uma comissão do Congresso, o relator tem a prerrogativa de elaborar o texto final a ser votado, podendo fazer modificações na proposta do governo. (MORAIS, 1997, p. 2-10).

(45) Seis meses depois de ter sido encaminhado ao Congresso Nacional pela Presidência da República, será votado hoje na Câmara o projeto da nova **Lei Geral das Telecomunicações, que autoriza a privatização do Sistema Telebrás e cria o novo órgão regulador: a Anatel** (Agência Nacional de Telecomunicações). (LOBATO, 1997, p. 2-3)

(46) O governo conseguiu aprovar facilmente, ontem, em três comissões técnicas do Senado, o projeto da nova **Lei Geral de Telecomunicações, que autoriza o Poder Executivo a privatizar as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações controladas, direta ou indiretamente, pela União**. O projeto deve ser votado no plenário hoje ou amanhã. Com a aprovação da nova lei, poderão ser desestatizadas ou reestruturadas as empresas estaduais, conhecidas como “teles”, a Embratel e a própria empresa “holding”, a Telebrás. Ao todo, são 29 empresas.

A autorização para o governo desestatizar o setor se estende às empresas exploradoras do serviço móvel celular na banda A, constituídas como subsidiárias das teles estaduais.

Votação

Na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), o projeto foi aprovado por 16 votos sim, 1 não e 1 abstenção. Na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos), recebeu 20 votos sim, 3 não e 1 abstenção. Na CI (Comissão de Infra-Estrutura), o projeto foi aprovado por 17 votos sim, 2 não e 1 abstenção. Todas as 52 emendas foram rejeitadas nas três comissões.

Apenas os senadores do PT foram contra o projeto. O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) se absteve nas votações. (LEI...1997, p. 2-6)

(47) BRASÍLIA - O Senado aprovou ontem, por 58 votos a 13, a Lei Geral das Telecomunicações, **que autoriza o governo a privatizar todas as empresas do Sistema Telebrás e a abrir também a telefonia fixa aos investidores privados**. A lei cria, ainda, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o órgão regulador do setor, que vai assumir boa parte das atribuições do Ministério das Comunicações.

Agora, a lei será encaminhada ao Palácio do Planalto para ser sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. O texto, que regulamenta a Emenda Constitucional nº 8/95 (quebrou o monopólio estatal na área), tramitou por sete meses no Congresso. Mas antes de ser sancionado pelo presidente da República já se sabe que o projeto será modificado em seu artigo 26, que trata da destituição de diretores da Anatel. Segundo o senador José Serra (PSDB-SP), será apresentado ao Congresso projeto de lei determinando que os diretores só poderão ser demitidos com aprovação prévia dos senadores. (RAMOS e PAUL. 1997, p.B1).

Numa classificação gramatical tradicional, podemos dizer a propósito de todos os exemplos acima que estamos diante de orações subordinadas adjetivas explicativas. São orações que teriam o valor de adjetivos, portanto expressam uma qualidade, um atributo. Introduzidas por pronomes relativos – no caso o “que” – referem-se a um antecedente,

substantivo ou pronome. Ainda de acordo com a gramática tradicional, encontramos orações adjetivas explicativas e restritivas. O primeiro tipo – as explicativas – teria um funcionamento semelhante ao de aposto e sua função é esclarecer o termo antecedente, atribuindo qualidade ou promovendo o acréscimo de uma informação. As restritivas corresponderiam a uma limitação da significação do termo antecedente, configurando-se como indispensáveis no sentido da frase.

Na AD, as determinações são pontos fundamentais para a construção do dispositivo teórico-analítico proposto por Pêcheux (1997), especialmente do conceito de pré-construído formulado juntamente com Henry. Na visão deste autor, que considera análises sobre as relativas desde Port Royal até as filosofias da subjetividade, estas construções correspondem a acréscimos no enunciado que produzem outros enunciados. Desta forma, as explicações propostas por várias correntes analíticas impõem unidade a espaços heterogêneos, anulando as diferenças e as separações entre eles. Assim explica Pêcheux esta questão:

Nessa perspectiva, a “ilusão” de que fala Frege não é o puro e simples efeito de um fenômeno sintático que constitui uma imperfeição da linguagem: o fenômeno sintático da relativa determinativa é, ao contrário, a condição formal de um efeito de sentido cuja causa material se assenta, de fato, na relação dissimétrica por discrepância entre “dois domínios de pensamento”, de modo que um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro sob a forma do que chamamos “pré-construídos”, isto é, *como se esse elemento já se encontrasse aí*. Especifiquemos que, ao falar de “domínios de pensamento”, não estamos querendo designar *conteúdos de pensamento* fora da linguagem, que se encontrariam na linguagem com outros conteúdos de pensamento: na verdade, todo “conteúdo” de pensamento” existe na linguagem, sob a forma do *discursivo*. (PÊCHEUX 1997, p. 99)

Henry (1990) critica a descrição do funcionamento das relativas – relativas restritivas e relativas explicativas - na gramática, meramente classificatória segundo ele, o que encobre concepções rivais sobre a relação pensamento e discurso. Dessa maneira, a restritiva, como observamos acima, especificaria uma particularidade do antecedente. Ressalta Henry que esta particularidade permitiria uma identificação no mundo exterior e do pensamento, constituindo o objeto do discurso em “objeto exterior ao discurso”. (HENRY, 1990, p. 43). A oração relativa explicativa, por sua vez, introduziria uma enunciação que não intervém na identificação do antecedente, ou seja, o grupo nominal ao

qual se refere. Como consequência, sua inserção corresponde a um acréscimo e é independente deste grupo nominal. Henry explica que este antecedente determina a relativa explicativa, permitindo relacioná-la a um objeto identificado na ordem das coisas e do pensamento.

Tem-se, então, não uma simples classificação mas duas concepções antagônicas da determinação. Num caso, a identificação prática do objeto do discurso depende de correlacionar as unidades na cadeia discursiva e, nesse caso, o determinante é a relativa e o determinado é o antecedente de que a relativa particulariza a designação. No outro caso, a identificação prática é independente da correlação das unidades na cadeia, e o determinado é então a relativa e o determinante é o antecedente que especifica a designação da relativa. A estas duas concepções da determinação correspondem duas concepções contraditórias da relação do mundo do discurso com o mundo das coisas ou do pensamento. No primeiro caso são as necessidades da identificação prática que justificam a necessidade de uma determinação – é porque os determinantes não são suficientemente determinados para as necessidades da identificação prática que é necessário determinantes para os especificar. É então, a ordem das coisas ou do pensamento que explica a ordem do discurso e o funcionamento da relação determinante-determinado. No segundo caso, a ordem do discurso pode ser concebida independentemente da ordem das coisas ou do pensamento porque as necessidades de identificação práticas foram asseguradas alhures. O determinante se correlaciona ao determinado na ordem do discurso e não mais na ordem das coisas ou do pensamento. (HENRY, 1990, p. 43)

A classificação da gramática tradicional, explica Henry, consiste em partir da ordem do pensamento, por meio de um sujeito racional e universal, para estabelecer a ordem do discurso, como um reflexo da ordem do pensamento. Para Henry, a concepção proposta pela AD seria baseada numa relação entre língua e discurso e não em uma redução do discurso à língua, como ocorrem em concepções gramaticais e lingüísticas. Outra distinção analisada por Henry é o fato de a relativa restritiva servir para apenas limitar a idéia expressa como atributo do nome. No caso da explicativa, o julgamento, assumido por um sujeito, ganha o estatuto de afirmação.

Dadas as dificuldades de compreensão do funcionamento destas orações a partir de concepções gramaticais que consideram o sujeito fonte de seu dizer e buscam apenas classificar a ruptura ocorrida na linearidade lingüística, Henry utiliza o conceito de saturação para a compreensão do funcionamento entre orações restritivas e explicativas. Este conceito refere-se a formulações que podem entrar em relação de paráfrase discursiva de acordo com as condições de produção e interpretação. A formulação será saturada se

puder ser colocada em relação a outra formulação. Este pôr em relação corresponde a relações intra-seqüências. Intervêm aí os critérios “anterioridade” e “posterioridade” na cadeia. A relação interseqüência designa a modalidade de relação de duas seqüências discursivas distintas que podem ocorrer em relação a ela mesma ou com outra seqüência.

O pronome relativo, tanto no caso das adjetivas restritivas quanto no das explicativas, representa a relação entre antecedente e a relativa como uma relação intra-seqüência. No funcionamento restritivo, apaga-se a relação interseqüências, o que não ocorre no funcionamento explicativo, em que a relação pode ser observada. O efeito observado na restritiva - de apagamento da relação interseqüência - tem, na visão de Henry, origem na ilusão do sujeito de ser fonte de seu dizer.

Para a AD, importa também o que ultrapassa os limites da língua. As rupturas no fio discursivo, seja pela falta ou pelo excesso, como no caso das incisivas, relativizam o ideal de completude, abrindo a possibilidade de reflexão sobre os enunciados que assim se apresentam. E aqui consideramos nesta reflexão sobre as incisivas o pensamento de Haroche (1992). Esta autora analisa duas formas de ruptura da linearidade do discurso: a elipse e a incisiva. Do ponto de vista gramatical, o esforço é reafirmar a linearidade do discurso apelando-se para explicações do funcionamento da elipse como “falta necessária” e da incisiva, como “acréscimo contingente”, nas palavras de Haroche (1992, p. 116). Tanto o que se torna implícito, no caso das elipses, quanto explícito, nas incisivas, não representariam uma ruptura, na perspectiva gramatical, mas sim um reforço da linearidade, à qual estariam submetidas.

Contrariamente à elipse, que aparece como uma ruptura e que se deve à falta de elementos explícitos, a incisiva, assim como a proposição incidente, provoca uma ruptura pela presença de elementos explícitos. Estes são tidos por acessórios no caso da incidente (que interrompe momentaneamente o curso da frase), pois não mudam em nada o sentido da frase. No caso da incisiva, entretanto, é acrescida uma precisão importante. Esses elementos de ruptura não teriam a ver com o conteúdo da proposição mas com o seu autor ou com um “outro” de quem o sujeito relata os propósitos. A inserção incidente coloca assim (indiretamente ao menos) um problema oposto ao da elipse. (HAROCHE, 1992, p. 129).

Desta forma, o que percebemos é que a incisiva, que nos interessa mais particularmente dada a ocorrência em nosso corpus, coloca em relação o que está explicitado por acréscimo e o sujeito que realiza este movimento. A discussão, no interior

das teorias gramaticais, sobre o estatuto da elipse e da incisa leva Haroche a questionar a ilusão de completude proposta nestas teorias. O complemento contribuiria para esta ilusão de completude, sendo colocado na ordem da língua, não como parte da proposição já completa, mas como elemento constitutivo desta completude.

Nesse sentido, o sujeito seria presa de uma ilusão pela qual ele seria fonte do seu dizer. Haroche reforça a necessidade de se tratar a determinação como efeito de sentido ligado ao sujeito, no qual intervêm não apenas fatores semânticos, sintáticos, mas também elementos “individualizantes” ligados aos mecanismos do aparelho jurídico, que constituiu progressivamente a ilusão necessária para o sujeito de estar na fonte de seu próprio discurso.

Tomada do ponto de vista discursivo, portanto, não podemos estabelecer distinções claras entre explicação e restrição. Podemos considerar a explicação também como restrição do sentido, um corte que privilegia um sentido em detrimento do outro, operando no fio do discurso um apagamento de outras possibilidades explicativas, que demonstram, de certa forma, uma inscrição do sujeito em determinadas formações discursivas e ideológicas. Neste ponto, portanto, consideramos fluidos os limites estabelecidos no discurso entre a classificação proposta na gramática tradicional. Tomemos nossos exemplos numa dimensão descritiva:

Na sequência (44), notamos a inserção de incisa que demonstra a explicação que o sujeito faz da Lei Geral das Telecomunicações. A expressão “por exemplo” insere o discurso no que o enunciador afirma ser importante, entre outras questões, e, portanto, digno de ser noticiado. É um destaque que traz a marca do heterogêneo no discurso. Ao mesmo tempo, a incisa restringe e explica o sentido do projeto de Lei Geral das Telecomunicações, num espaço de saturação que associa a lei geral à privatização, especificando o sentido da lei intitulada de geral. Observamos assim o que Henry propõe como relação interseqüencial, ou seja, a oração “Os membros da comissão especial que examinará o projeto de Lei Geral das Telecomunicações estão escolhidos, mas permanece a briga pelo cargo mais importante, o de relator” é interrompida na sua linearidade pela incisa “que prevê, por exemplo, a privatização da Telebrás e da Embratel”. Estas duas seqüências

se relacionam como duas seqüências discursivas, que, como explica Haroche, integram a linearidade da seqüência, dando a ilusão de completude.

Em (45), temos uma oração adjetiva explicativa – “que autoriza a privatização do Sistema Telebrás e cria o novo órgão regulador: a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações)” - , que insere a oração anterior, cujo núcleo é “o projeto da nova Lei Geral das Telecomunicações”, numa outra ordem de discurso, ou seja, uma avaliação feita pelo enunciador jornalista de aspectos selecionados numa ordem discursiva para definir a lei e seus pontos de destaque. Da mesma forma, como no exemplo anterior, há uma relação interseqüências que se reduzem imaginariamente como “acréscimo contingente”. Constrói-se, pelo acréscimo, uma terceira seqüência que integra em sua ordem as anteriores, restringindo e limitando o sentido para a lei, como efeito desta articulação.

Na seqüência (46), observamos que a incisa “que autoriza o Poder Executivo a privatizar as empresas prestadoras de serviços” explica a nova lei geral de telecomunicações. Esta incisa integra uma seqüência discursiva, que corresponde a uma interpretação feita pelo enunciador jornalista. O efeito, ao inserir a seqüência, é o de mostrar que a autorização para a privatização está contida na lei e por isso deve ser destacada. Insere-se, desta forma, a privatização no panorama da legalidade, destacando-a neste discurso pela operação de restrição/explicação do sentido geral da lei.

Em (47), vincula-se a lei à privatização também por meio de uma oração adjetiva explicativa – “que autoriza o governo a privatizar todas as empresas do Sistema Telebrás”. Esta explicação é um acréscimo discursivo inserido na linearidade lingüística, colocando-se, portanto, seqüências discursivas em relação, como afirma Henry (1990). O resultado é o efeito de saturação do sentido para a lei, e uma escolha explicativa, que confere ilusão de completude ao enunciado.

A ruptura na linearidade dos enunciados tem como efeito, portanto, o controle do sentido para a lei, o apagamento da heterogeneidade que constitui esse discurso que se materializa no enunciado. Existe, como explica Ferreira (2000), uma tensão entre o plano de organização dos acontecimentos e o planos de organização da língua, que não costumam ser coincidentes, com o primeiro excedendo ao segundo. O excesso colocado na cadeia discursiva, manifestado, pelas incisivas constitui a heterogeneidade, marca da multiplicidade

possível para os sentidos. As incisivas aparecem como explicações óbvias dos antecedentes, criando a ilusão de um sentido imanente, sem história e de um sujeito que é a origem desse dizer. Este efeito decorre de outros dois efeitos, de evidência do sentido e do sujeito. O resultado, nos casos analisados, é o efeito de convencimento de um sentido e de uma explicação única, baseada numa instância midiática que se autoriza a explicar a realidade e a dela se distanciar, construindo seu discurso assentada na ilusão da referencialidade. Transforma-se a explicação num espaço de sentido logicamente estabilizado, em que se contém a possibilidade polissêmica de o enunciado tornar-se outro ou receber outra interpretação e explicação.

Este processo de determinação permite simultaneamente o efeito de explicação correta, verdadeira e de completude, portanto. No entanto, ao estabelecer este fechamento de sentidos, apagam-se outras possibilidades de interpretação da Lei Geral das Telecomunicações. Assim, o domínio da explicação também é a redução do sentido, sua limitação, e apagamento de outras possibilidades interpretativas, efeito este que deve ser aceito pelo sujeito-leitor imaginado. O que se pretende é uma adesão do sujeito-leitor à interpretação que se mostra na explicação, que gera o esquecimento de sua natureza interpretativa e mesmo da limitação operada pela explicação. Produz-se ainda o esquecimento de que os sentidos se constroem lingüística e historicamente em processos sociais.

Nos exemplos acima, a reflexão que se estabelece é da ordem do acréscimo, que como vimos pela ilusão de completude, delimita e restringe o sentido num gesto interpretativo que se configura na organização espacial desses enunciados, que rompem com a linearidade lingüística, mantendo o imaginário da mesma ordem de discurso. Como estas orações aparecem encaixadas entre vírgulas, consideramos, assim como Orlandi (2001), a materialidade discursiva que se estabelece a partir da pontuação. Nesta perspectiva, há um real do sentido e do sujeito que se manifesta na ordem do discurso, sendo que o acréscimo - a extensão - pode ser observado no plano da organização textual e permite a observação do ajuste imaginário entre discurso e texto numa manifestação da dimensão simbólica do sujeito. Há, portanto, uma interpretação que se manifesta pelo

acréscimo, que articula o sujeito ao discurso e a determinada filiação dos sentidos, naturalizadas na linearidade lingüística e na organização textual.

Pela observação da textualização do discurso, nesse trajeto feito de mediações materiais, fica visível o funcionamento da ideologia. E uma vírgula, nesse caso, conta enormemente. O discurso é caracterizado pela dispersão e pela indistinção. A sua espacialização sobre a superfície linear do texto se faz, como dissemos, por injunções ideológicas: apagamento, distorção, generalização, acréscimo são efeitos da colocação em texto do discurso pela função-autor (sujeito) em sua busca de unidade (e de sua dispersão real). (ORLANDI, 2001b, p. 123).

Nesse sentido, Orlandi considera que a pontuação é marca dos acréscimos, vestígios de processos discursivos, sempre incompletos. A pontuação, portanto, divide sentidos, separando formações discursivas e posições do sujeito na superfície do texto, relacionando-se desta forma a processos subjetivos. Como consequência, há, pela pontuação, uma administração dos sentidos, regidos pela memória, que contribui para a organização do texto e a construção da normalidade semântica, necessária para o sujeito, que, tenta organizar e dar unidade à sua produção textual. No entanto, o sentido permanece sujeito ao equívoco, já que não há um controle possível da incidência da memória, que irrompe na superfície textual. As orações intercaladas que observamos acima abrem o sentido para outro discurso, disponível na memória, que intervém na linearidade e a ela se integra, num “texto completo” capaz de tudo explicitar, apagando imaginariamente qualquer margem possível dos sentidos que se colocam na superfície textual. Desta forma, o resultado é a aproximação do discurso da lei ao da privatização, numa aliança entre os dois, que se resume na legalidade assumida para o processo.

4.3. Pontos de heterogeneidade

As incisivas são pontos onde se pode observar a heterogeneidade, nos lugares onde ela se mostra, na conceituação proposta por Authier-Revuz (1990), no plano enunciativo. Nesta concepção, o sujeito é determinado por um funcionamento regulado a partir do interdiscurso, sendo que ele se considera fonte do sentido, quando na verdade, ele é efeito

de sentido (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 27). Como o interdiscurso e o inconsciente são irrepresentáveis, o dizer não é transparente e transcende a intenção do sujeito. Esta ilusão subjetiva domestica o funcionamento da incisa, relegando-a ao plano gramatical. Assim, estas marcas são consideradas por Authier-Revuz inscrições do Outro no discurso:

Em ruptura com o EU, fundamento da subjetividade clássica concebida como o interior diante da exterioridade do mundo, o fundamento do sujeito é aqui deslocado, desalojado, “em um lugar múltiplo”, fundamentalmente heterônimo, em que a exterioridade está no interior do sujeito. Nesta afirmação de que, constitutivamente, no sujeito e no seu discurso está o Outro, reconstroem-se as concepções do discurso, da ideologia, e do inconsciente, que as teorias da enunciação não podem, sem riscos para a lingüística, esquecer. (AUTHIER-REVUZ 1990, p. 29).

As incisivas rompem a unicidade da cadeia discursiva abrindo a possibilidade de inscrição do outro, integrando-o, a partir desta interferência, como parte do enunciado e apagando simultaneamente a presença deste outro, constituído exteriormente, que se insinua no discurso. As orações adjetivas aparecem entre vírgulas, sinais desta ruptura, que não pode ser simplesmente negada. As vírgulas, numa interpretação gramatical, marcam o diferente, porém não assinalam sua exterioridade, procurando absorvê-lo no eixo da “normalidade” lingüística.

Tomados como pontos de heterogeneidades, as orações adjetivas explicativas que observamos, inseridas na cadeia discursiva provocam o efeito de distanciamento do enunciatador em relação ao seu discurso. Este exterior é trazido como explicação pelo enunciatador que se coloca numa posição de observador do discurso e como alguém que identifica a necessidade de explicação, que aposta numa não-evidência do antecedente e, por considerá-lo opaco, insere sua avaliação, sua explicação como forma de verdade aceita naquele discurso, antecipando ainda a necessidade imaginária de explicação de seu interlocutor. Na visão de Authier-Revuz, as formas marcadas reforçam este eu por uma especificação de identidade, pela posição e atividade metalingüística que encenam.

O que caracteriza as formas marcadas da heterogeneidade mostrada como formas do desconhecimento da heterogeneidade constitutiva é que elas operam sobre o modo da denegação. Por uma espécie de compromisso precário que dá lugar ao heterogêneo e, portanto o reconhece, mas para melhor negar sua onipresença.

Elas manifestam a realidade desta onipresença precisamente nos lugares que tentam encobri-la (AUTHIER-REVUZ , 1990, p. 33).

As incisivas seriam marcas do heterogêneo e da exterioridade do discurso, portanto. Sua presença demonstra no plano discursivo a divisão do sujeito da enunciação definido entre interioridade e exterioridade. Ao explicitar o sentido para a lei, por exemplo, o sujeito se inscreve em formações discursivas e ideológicas, formuladas no interior de seu discurso. No entanto, tenta-se disfarçar a ruptura promovida pela interrupção da incisiva e preservar um sentido no controle do dizer deste enunciador, que assume uma única possibilidade explicativa, “escolhida” por ele, que tenta universalizá-la no seu dizer. Os efeitos são o de explicitação de um posicionamento assumido no interdiscurso, de interpretação contextual e de uma explicação, que é um recorte de uma das possibilidades explicativas.

4.4. Outras formas de explicação

A reflexão de Orlandi sobre a pontuação e sua tensa relação com a memória, um outro dizer que se insinua na superfície textual abre a possibilidade de pensar o heterogêneo não só no plano enunciativo-discursivo, mas também como ele se constitui no corpus analisado. Podemos considerá-lo já marcado nas incisivas, como intervenção do sujeito, que busca controlar o dizer, normalizá-lo semanticamente ao mesmo tempo em que abre a possibilidade de integração de outro discurso ao seu. De toda forma, é interessante notar a ocorrência de construções que têm funcionamento semelhante às orações adjetivas explicativas, porém, não podem ser definidas como tal, porque não se intercalam em outras orações a partir do pronome “que”. Elas aparecem justapostas e também se configuram como incidência de um outro discurso, aparentemente regulado pelo sujeito que as insere como explicação para as orações antecedentes. Observemos como isso corre nas seqüências abaixo:

(48) O relator da Lei Geral das Telecomunicações, deputado Alberto Goldman (PMDB-SP) acredita que o segundo substitutivo ao projeto encaminhado pelo governo federal

à Câmara dos Deputados será aprovado sem dificuldade e no prazo esperado pelo governo. Alguns pontos, contudo, deverão merecer discussão apaixonada por parte de parlamentares adeptos do liberalismo, afirma. Entre esses, estão as restrições à participação do capital estrangeiro no setor, cuja definição, segundo o substitutivo, ficará a critério do Executivo.

Goldman informa que a essência do segundo substitutivo é a garantia da livre competição. **Prevê a rígida separação entre o poder público e o setor privado. Caberá ao setor público o papel regulador e fiscalizador dos serviços de telecomunicações. Ao privado, caberá a operação dos sistemas. O substitutivo ainda autoriza o governo a promover a privatização do sistema Telebrás e abre o mercado para qualquer entidade que se disponha a operar as diversas modalidades do sistema.** A Comissão Especial de Telecomunicações da Câmara, segundo Goldman, deverá concluir o debate da Lei Geral ainda nesta semana. Em seguida, a lei será submetida ao plenário, o que deverá ocorrer a partir de meados da próxima semana.

Para o relator, o prazo previsto para a sua aprovação no Congresso (22 de junho) pelo ministro das Comunicações, Sérgio Motta, será cumprido. (AGUIAR, I. D, 1997, p. 2-11).

(49) **Alberto Goldman (PMDB-SP) apresentou à comissão, na semana passada, o texto final da Lei Geral de Telecomunicações. O relatório permite que as estatais de telecomunicações, as chamadas teles, sejam vendidas à iniciativa privada. Propõe também a criação de uma agência para regulamentar e fiscalizar o setor.**

O presidente da República, conforme o texto, nomeará os cinco membros, com mandato de cinco anos, responsáveis pela agência. Para Goldman, o relatório garante a independência da agência, porque os membros não poderão ser demitidos após serem nomeados. (CÂMPERA, F, 1997, p. 2-11).

(50) O projeto da Lei Geral de Telecomunicações aprovado ontem pela Câmara estabelece liberdade vigiada para as tarifas por três anos. **Também permite a privatização de empresas do setor, que deverá ser iniciada ainda em 97.**

O governo espera conseguir a aprovação do projeto no Senado até agosto, ficando liberado para iniciar a privatização do setor. (CÂMPERA, F. e FIGUEIREDO, L, 1997, p. 2-1).

(51) O Senado aprovou ontem, por 58 votos a favor e 13 contra, o projeto da nova LGT (Lei Geral de Telecomunicações), que agora vai à sanção presidencial. **A nova lei autoriza o Poder Executivo a reestruturar e privatizar as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações controladas, direta ou indiretamente, pela União.**

A lei também cria a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), órgão regulador do setor. O senador José Serra (PSDB-SP) anunciou que o governo vai apoiar a aprovação de um projeto de lei estabelecendo "mecanismos mais flexíveis" para a destituição dos membros do conselho diretor da Anatel e dos órgãos reguladores dos setores de energia elétrica e do petróleo. (NOVA....1997, p. 2-5).

Em (48), atribui-se a fala ao relator da Lei Geral das Telecomunicações, Alberto Goldman. O pronome “alguns” determina os pontos que mereceram destaque e estes pontos são “escolhidos” no enunciado. Livre competição, separação rígida entre poder público e o setor de telecomunicações, que será privado. Dessa forma, “público” se relaciona a poder, governo e o econômico passa a ser atribuição do privado, em funções definidas em: “caberá ao setor público o papel regulador e fiscalizador” e ao privado, “caberá a operação dos sistemas”. Também estabelece-se a relação com a privatização, autorizada pela lei, na oração que se justapõe na cadeia discursiva: “O substitutivo ainda autoriza o governo a

promover a privatização do sistema Telebrás e abre o mercado para qualquer entidade que se disponha a operar as diversas modalidades do sistema.”

Observemos em (49) que o texto final da Lei de Telecomunicações, que aparece na primeira oração, é reformulado por “relatório” e associado a estatais das telecomunicações, “as chamadas teles” -, um aposto que demonstra a intervenção do sujeito nesta seqüência -, que serão vendidas à iniciativa privada, na segunda oração, explicativa da primeira. Além disso, o texto apresenta como segundo ponto de destaque - “a criação de uma agência para regulamentar e fiscalizar o setor” - numa terceira oração que aparece na seqüência e cumpre igualmente função explicativa para a lei. Notemos ainda que as duas frases justapostas interrompem o discurso para explicar o projeto: “O relatório permite que as estatais de telecomunicações, as chamadas teles, sejam vendidas à iniciativa privada. Propõe também a criação de uma agência para regulamentar e fiscalizar o setor.”

Em (50), o projeto de lei relaciona-se à privatização (“O projeto da Lei Geral de Telecomunicações aprovado ontem pela Câmara estabelece liberdade vigiada para as tarifas por três anos. Também permite a privatização de empresas do setor, que deverá ser iniciada ainda em 97”). Esta relação é feita por meio da justaposição de duas orações, sendo que a segunda explica a antecedente. “Também” reforça esta relação entre a lei e privatização. Assim como a incisa, expressa na oração adjetiva, ela estabelece um ponto de vista, uma interpretação para a lei. Da mesma forma, é uma ruptura na ordem do discurso, correspondente à intervenção do sujeito. O enunciado se integra ao texto, mantendo-se a ilusão de completude e controle do significado por parte do sujeito.

Em (51), as orações “A nova lei autoriza o poder Executivo a reestruturar e privatizar as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações controladas, direta ou indiretamente pela União” e “A lei também cria a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), órgão regulador do setor” correspondem a pontos destacados e que instauram uma interpretação para a lei. Assume-se, desta forma, a explicação em sua completude, provocando o esquecimento de que há outras explicações possíveis. Reforça-se pela explicação o vínculo da nova lei à privatização.

Como dissemos acima, o que as orações destacadas têm em comum é o fato de apresentarem o funcionamento explicativo semelhante ao das incisivas que analisamos no

tópico anterior. A diferença é que as orações são delimitadas por pontos, que interrompem de outra maneira o fio do discurso. Há assim uma organização e intervenção de uma memória nestes sítios de significação, que marcam a subjetividade sob o pretexto da explicação. Estas orações, portanto, se configuram como gestos interpretativos que progressivamente são naturalizados como as explicações aceitáveis para a lei, assim como ocorre nas incisivas, separadas por vírgulas. Estas justaposições são marcas do heterogêneo e correspondem a recortes discursivos feitos pelo sujeito que se inscreve nos enunciados, como explica Orlandi (2001b).

Do ponto de vista da constituição do texto em sua relação com o sujeito podemos reconhecer no acréscimo o índice de uma relação não-fechada, um espaço simbólico em que o sujeito por sua função-autor trabalha a formulação, reformulação, o horizonte possível do reconhecimento e o deslocamento dos limites do dizer. Às margens do texto, outros textos confrontam-se nos limites da textualização. Como dissemos, desse ponto de vista, um mesmo texto, imaginado, retorna em várias retomadas trabalhadas por um sujeito autor em diferentes (versões) produzidas em uma história inacabada de diferentes textualizações possíveis. Nesse trabalho incessante (e inacabado) da busca de uma formulação, acrescentando, transformando, repetindo, à busca de uma forma mais fiel ao nosso pensamento e às coisas, procura de uma “fidelidade” do texto aos “nossos” sentidos, a pontuação desempenha um papel fundamental. (ORLANDI, 2001b, p. 123)

A heterogeneidade no texto, que é marcado de discursividades que se superpõem, não cabem na espacialização linear, segundo Orlandi (2001). O texto, em geral, seria assim afetado por várias discursividades. É o que observamos ao analisarmos as formulações tanto no funcionamento das incisivas como das orações acima descritas que se justapõem o texto, marcando sua heterogeneidade. Neste ponto, cumpre destacar que tanto as incisivas como as orações justapostas remetem, pela memória, a acontecimentos discursivos que se integram na sintaxe. Desta forma, é possível dizer que a privatização está contida na lei e, portanto, merece ser destacada no noticiário e como ponto pacífico.

Neste ponto, é necessário considerar que há uma interpretação que se impõe sobre a Lei Geral das Telecomunicações. Como explica Orlandi (1998, p. 16), qualquer modificação na materialidade do texto equivale a gestos de interpretação diferentes, a distintas relações com a exterioridade e com a memória. Nos exemplos citados, temos gestos interpretativos, inerentes à produção de linguagem, mas que se encobrem por um imaginário de completude e definição dos sentidos, que seriam claramente determinados e

objetivados por um sujeito autorizado a fazê-lo. Estas interpretações aparecem como conteúdos que seriam colocados em circulação em sentidos já estabilizados, divididos politicamente. Os sujeitos, na concepção de Orlandi (1998, p. 50), ao formularem se inscrevem em posições determinadas, “sob efeito da ilusão subjetiva, afetado pela vontade de verdade, pelas intenções, pelas evidências dos sentidos e pela ilusão referencial”. Por essa razão, são construídos sítios de significância que possibilitam gestos interpretativos, injunção para o sujeito que necessita conferir sentidos diante de objetos simbólicos.

Um dos efeitos ideológicos está justamente no fato de que, no momento mesmo em que ela se dá, a interpretação se nega como tal. Quando o sujeito fala, ele está em plena atividade de interpretação, ele está atribuindo sentido as suas próprias palavras em condições específicas. Mas ele o faz como se os sentidos estivessem nas palavras: apagam-se suas condições de produção, desaparece o modo pelo qual a exterioridade o constitui. Em suma, a interpretação aparece para o sujeito como transparência, como o sentido já lá. (ORLANDI, 1998, p. 65).

Dessa forma, observamos que ocorre na cobertura jornalística sobre a Lei Geral das Telecomunicações uma saturação dos sentidos, que visa institucionalizar a interpretação de que ela é a lei da privatização, naturalizando também a própria privatização. A explicação para a lei corresponde a uma restrição do seu sentido, num jogo entre a necessidade de explicação e a restrição operada no fio do discurso. Este sentido, ocultado em seu processo de constituição, naturalizado na circulação que se produz, retorna como vestígio na materialidade lingüística, como observamos nos exemplos acima, em que a explicação sobre a lei é inserida num sítio de significância a ser interpretado pelo sujeito, que se identifica com ele. Nesta formação de discursos proposta pelos jornais, cristaliza-se esta memória como legítima para interpretação da história, num lugar de formulações que se determina como autorizado, promovendo uma intervenção no real do sentido tomado como estável e verdadeiro. Temos assim na mídia um lugar de interpretação que se legitima pela administração dos sentidos que lhe torna possível a existência. Desta forma, como gestora da informação, a mídia estabelece direções interpretativas, observáveis nos pontos em que se tenta controlar o sentido para que ele se torne único, na tentativa de contenção de seu movimento constitutivo.

Capítulo 5 – Um fato da “história”

5.1. Um acontecimento memorável

As privatizações, de modo geral, foram significadas pela imprensa como eventos de importância e de abrangência política e socioeconômica relevante, o que justifica acompanhamento e cobertura em todas as suas fases. No caso das telecomunicações, a pauta mereceu destaque, principalmente, ao longo dos dois anos que antecederam o acontecimento da privatização do Sistema Telebrás, no dia 29 de julho de 1998, data que ganha estatuto histórico na significação proposta na cobertura dos jornais. O fato mereceu cobertura intensa e espaço editorial considerável, tendo ainda uma sobrevida de uma semana em matérias publicadas em ambos os jornais, repercutindo a venda das estatais e especulando o futuro das telecomunicações no Brasil, sobretudo no que se refere aos serviços prestados pelas empresas que assumiam o controle das estatais. Na *Folha de S. Paulo*, foi dedicado ao assunto da privatização um caderno especial antes do evento, no dia 25 de julho, e depois do evento; e, em *O Estado de S. Paulo*, houve cobertura concentrada como tema principal no Caderno de Economia, além de artigos e editoriais ao longo das semanas que antecederam o leilão. Em ambos os jornais, o assunto foi destacado como manchete do dia 30 de julho de 1998. A cobertura intensa é um primeiro gesto interpretativo que devemos considerar à luz de uma avaliação feita pelos jornais desde antes do evento e que corresponde à prática discursiva da imprensa de selecionar e hierarquizar informações de acordo com critérios de relevância, abrangência, impacto da informação, que faz significar o acontecimento da privatização como algo importante para a sociedade, e “histórico”. Isso significa, portanto, que há uma produção de sentidos para

este dia, antes mesmo de ele se realizar, definida ao longo de toda a cobertura e que contribui para o efeito de apologia da privatização.

Mariani (1993) explica que a análise do discurso jornalístico¹³ deve levar em conta o funcionamento imaginário de uma época, porque ele integra uma sociedade e sua história e, ao mesmo tempo, ele é história, e está “entranhado de historicidade”. Esta visão, de certa forma, é compartilhada por historiadores como Nora (1995, p. 180). De acordo com este autor, a época contemporânea é vivida já com sentido histórico. Este sentido, segundo ele, é formado porque há na atualidade uma circulação generalizada de discursos, produzida principalmente pelas mídias de massa, que significam como históricos acontecimentos do mundo contemporâneo. Desde o fim do século 19, o presente passou assim a ser dominado por acontecimentos e a história seria construída por ele. Na visão de Nora, as mídias de massa hoje alimentam o imaginário de que contam a história do presente porque conferem significados para os acontecimentos sociais. Os meios de comunicação são mesmo condição de existência desses acontecimentos. O fato de serem divulgados integra, portanto, sua produção. Assim, conclui Nora, o acontecimento não é por si histórico. É necessário que ele seja conhecido para existir. Somente a imprensa, explica o autor, “dispõe de uma gama de virtualidades sem rival” para a construção de uma realidade (NORA, 1995, p.182). Ocorre, nesta produção do acontecimento, a tendência a torná-lo sensacional, permanentemente novo, para alimentar a “fome de acontecimentos”, devido à redundância intrínseca ao sistema. Ele se impõe como um dado, antes mesmo de uma avaliação histórica *stricto sensu*. Na mídia, ocorre uma imposição do vivido como história e “o presente nos impõe em maior grau o vivido”. Há assim, nas palavras de Nora, “uma imensa promoção do imediato ao histórico e do vivido ao lendário” (Ibidem, 1995, p. 184)

Ao tratar a privatização da Telebrás, portanto, acreditamos que os jornais significam os fatos como históricos no momento mesmo de sua construção como notícia, buscando institucionalizar o sentido para a privatização. Desta forma, o fato de ter sentido histórico se torna um argumento em prol da privatização na imprensa. Nas seqüências abaixo, podemos ter uma dimensão da elevação da privatização à posição de destaque, portanto, memorável:

¹³ Consideramos o discurso jornalístico como aquele produzido pelos jornais e também aquele que circula nos jornais.

(52) **A mais importante das privatizações no âmbito federal, a da Telebrás, empresa-líder do mercado acionário, deverá ocorrer num ambiente menos favorável do que era esperado.** A data do leilão está marcada para 29 de julho e, agora, o governo está fixando o preço mínimo das ações de controle, relativas à sua participação de 18,6% no capital da companhia. Os fatores que parecem toldar a conjuntura são de natureza política e econômica. Não é possível, simplesmente, ignorá-los. As autoridades têm de definir o preço justo para as ações por maiores que sejam as dificuldades da tarefa e esperar, no mês que vem, pela resposta do mercado. Elas têm todas as condições para desempenhar satisfatoriamente sua tarefa e promover mais uma privatização, sabendo que o êxito do processo é muito importante para as avaliações sobre o Brasil e para as contas públicas do País.

O fato de as circunstâncias políticas serem desfavoráveis, hoje, não significa que elas continuarão necessariamente desfavoráveis no dia do leilão. As pesquisas eleitorais mostram o crescimento da oposição, mas não há qualquer certeza de que a situação se repita no fim de julho. (O LEILÃO..., 1998, p. A3).

(53) **Quase na véspera da privatização mais importante e complexa já feita no Brasil, é auspicioso que os sinais sejam positivos.** Foram nada menos que 76 os grupos que se apresentaram como interessados, em princípio, no leilão da Telebrás.

O elevado número de pretendentes obviamente favorece a maximização de preço. Amplia também o leque de opções na formação de consórcios. Ou seja, tendem a subir tanto o preço obtido pelo governo quanto a qualidade dos grupos envolvidos. (TELEBRÁS..., 1998, p. 1-2)

(54) RIO – Depois de uma véspera conturbada, com uma guerrilha jurídica que punha em risco a **última grande privatização do País**, a Telebrás foi vendida de forma surpreendente. **O maior leilão já realizado no Brasil, segundo do mundo no setor das telecomunicações**, proporcionou ao governo ontem receita de R\$ 22,057 bilhões, um ágio espetacular, muito acima de qualquer projeção, mesmo as oficiais, de 63,74%.. (SCHOLZ, C. e AGUIAR, I. D., 1998, p. B1)

(55) As 12 empresas do Sistema Telebrás foram privatizadas ontem pelo governo brasileiro por R\$ 22,058 bilhões. O ágio médio alcançado em quatro horas e quatro minutos de leilão na Bolsa do Rio foi de 63,74%, muito superior aos 17% esperados pelo governo.

O valor arrecadado é o maior da história do programa de privatizações do Brasil, iniciado em 1991. Os grupos estrangeiros, principalmente espanhóis e portugueses, dominaram a disputa. Das 12 empresas, 4 foram arrematadas por consórcios de capital externo. Em outras 6, houve associação entre capital nacional e estrangeiro. Só 2 telefônicas foram compradas por grupos exclusivamente nacionais.

Sozinhos, os consórcios estrangeiros investiram R\$ 8,026 bilhões, mais que o dobro do total pago pelas empresas compradas exclusivamente por grupos nacionais (R\$ 3,874 bilhões). Associados, capital externo e nacional investiram mais R\$ 10,157 bilhões. (PRIVATIZAÇÃO..., 1998, p. 1-7).

Nestas seqüências, a privatização da Telebrás é alçada a um ponto de destaque, marcado pelo uso dos superlativos: “a mais importante das privatizações no âmbito federal” (52), “Quase na véspera da privatização mais importante e complexa já feita no Brasil” (53) e “O maior leilão já realizado no Brasil” (54). O resultado do leilão também é marcado em sua importância pelo uso do superlativo: “O valor arrecadado é o maior da história do programa de privatizações do Brasil, iniciado em 1991” (55). O primeiro efeito de sentido que podemos depreender é justamente a inscrição jornalística deste acontecimento na história. Elevá-lo a uma posição de destaque determina esta inscrição, sua importância, e o

faz memorável, num movimento de construção desta memória. Dessa forma, busca-se institucionalizar um sentido para a privatização, numa história constituída pela imprensa, destacando-o entre os eventos cotidianos e entre as demais privatizações realizadas, como pode ser observado em todas as seqüências. Podemos ainda pensar que ocorre aqui o tratamento do fato como se ele tivesse sentido em si, apagando-se o gesto interpretativo que destaca o acontecimento.

Não estamos falando de uma venda qualquer, mas sim de uma privatização, tema que entrou para o noticiário econômico, mas também de uma privatização que atinge importância internacional, interpretação presente no aposto “o segundo do mundo no setor das telecomunicações” (54), e definida como “última grande privatização do País” (54). Por ser um evento “importante em si”, tem-se ainda o efeito de justificação da própria cobertura, que visa informar e mostrar o que é relevante, apagando neste movimento os processos de seleção, hierarquização e atribuição de valores aos eventos noticiados.

5.2. A fundação de uma nova era

A inserção da privatização na história narrada pela imprensa constrói uma referência e estabiliza uma memória para a privatização da Telebrás. O fato de aceitar que a privatização tem um lugar na história é já estar num efeito de discurso, porque há uma história da constituição e institucionalização deste sentido do qual a imprensa faz parte. Há, portanto, neste discurso, a necessidade de constituir a privatização como um lugar para concentrar os sentidos de mudança e transformação econômica pela definição de uma história já legitimada pela imprensa. Assim, confere-se um sentido para a privatização, a partir da instauração de limites para sua significação, que se situa num eixo de “mudança para melhor” – de um pré-construído de modernização e desenvolvimento - e ao mesmo tempo justifica-se sua necessidade na atualidade. (**Figura 6**).



Figura 6

Dessa forma, a imprensa insere seu discurso no domínio da verdade, instaurando uma ordem que exclui outras interpretações. Este discurso “verdadeiro” é assim considerado porque a imprensa é autorizada socialmente a produzi-los e, para tanto, coloca-se na posição de testemunha e de quem tem acesso à informação, produzindo um efeito imaginário de exterioridade em relação ao acontecimento. A imprensa constitui-se, portanto, como elemento de instauração de um discurso, por colocar-se na posição de narrar os acontecimentos, ao mesmo tempo negando sua inscrição nesta história, que se produziria por si. No texto abaixo, podemos ter a dimensão deste funcionamento:

(56) Hoje, na Bolsa do Rio, ocorrerá um marco histórico no processo de transformações que vive a economia brasileira: o leilão de desestatização das empresas federais de telecomunicações. Concluímos hoje uma reforma estrutural no setor: o Estado brasileiro passará de empresário a regulador.

Este leilão significa uma reforma e uma transformação não só na economia, mas na vida dos cidadãos brasileiros. Em especial na vida dos mais pobres.

O Brasil foi, até há pouco tempo, uma das poucas nações do mundo em que telefone era artigo de luxo: custava o mesmo que um carro popular nos EUA ou na Europa. É espantoso: há três anos, em cada grupo de cem pessoas apenas nove tinham telefone, enquanto em cada grupo de cem residências 24 tinham videocassete e 23 tinham automóvel... Índice pior que nove telefones por cem habitantes só existe nos países mais atrasados do Terceiro Mundo.

De quem são esses poucos telefones existentes no Brasil? Aqui os números tornam-se ainda mais perversos: as classes A e B detêm 81% das linhas. Na verdade, os ricos e a classe média, segundo dados da Anatel, detêm 98% dos telefones do País. Ou seja no limiar do século 21, os pobres praticamente não têm telefone no Brasil.

Isso é a consequência de quase 30 anos de monopólio estatal e de estagnação nos investimentos em telecomunicações. Nos anos recentes esses índices vêm melhorando muito, porque o governo Fernando Henrique Cardoso, cumprindo seus compromissos de modernizar o País e melhorar a vida das pessoas, voltou a investir no setor. Mas ainda são dramáticos, devido à enormidade da demanda.

Só 2% das propriedades rurais têm telefone. Há 17 milhões de pessoas na fila do telefone fixo e 7 milhões na fila do celular. A fila de espera da Telerj, no Rio, já está em mais de 1,5 milhão.

É esse quadro que passará por uma verdadeira revolução a partir de hoje, com a desestatização. Na verdade, o leilão é o coroamento de um longo e cuidadoso processo de transformações que começou em 1995 com a emenda constitucional que possibilitou a exploração de serviços de telecomunicações por empresas privadas; continuou em 1996, com a aprovação da “lei mínima”, que tornou viáveis as licitações para exploração da “banda B” de telefonia celular, e prosseguiu em 1997, com a aprovação da Lei Geral de Telecomunicações, a qual, cumprindo o mandamento constitucional, criou o órgão regulador, a Anatel.

Naquela primeira etapa, de definição do novo arcabouço institucional, todas as discussões foram realizadas no Congresso Nacional – fórum que é a representação por excelência da sociedade brasileira. Foram praticamente dois anos e meio de debates abertos, nas comissões especialmente constituídas para tratar do tema, tanto na Câmara quanto no Senado.

A etapa seguinte foi a implementação do modelo aprovado pelo Poder Legislativo e consagrado na Lei Geral. De um lado, tratou-se de constituir a Anatel e de detalhar os pilares fundamentais da reestruturação setorial: a competição e a universalização na prestação dos serviços. A Anatel submeteu à consulta pública o plano geral de outorgas (que estabelece, entre outras definições, a divisão do País em regiões para exploração do serviço, de acordo com o que dispõe a Lei Geral) e o plano geral de metas de universalização. Após a consulta pública, os dois documentos foram transformados em lei por decreto presidencial.

Paralelamente, o governo vinha preparando a reestruturação e a desestatização das empresas Telebrás, de modo que o resultado fosse compatível com o plano geral de outorgas, como determina a Lei Geral. Para isso foram contratados consultores especializados e foram desenvolvidos os trabalhos de reestruturação societária e de avaliação econômica das empresas. Separaram-se as operações de telefonia fixa e de celulares. Esse modelo de reestruturação e desestatização foi também submetido pelo Ministério das Comunicações e consulta pública e depois aprovado igualmente por decreto do presidente da República. Com isso fez-se a divisão da Telebrás, para que as ações de propriedade da União pudessem ser vendidas da forma mais transparente, sem causar prejuízos aos milhões de acionistas minoritários da companhia. Garantiu-se, ainda, o cumprimento dos objetivos de competição e universalização, buscando-se ampliar ao máximo o montante de recursos a serem obtidos pela União com a venda da participação que tem nas empresas Telebrás.

Esse trabalho foi desenvolvido por consultores de renome mundial e contou com a supervisão dos maiores especialistas em privatização (os técnicos do BNDES) e em telecomunicações (os técnicos da Telebrás, da Anatel e do Ministério das Comunicações). Como determina a lei, o processo foi e vem sendo acompanhado, em cada uma de suas etapas, pelo Tribunal de Contas da União. E informações detalhadas sobre seus diversos aspectos foram fornecidas sempre, a cada passo do processo, ao Congresso Nacional.

A venda dos cerca de 19% de participação que a União tem nas empresas Telebrás não será, entretanto, o fim desse longo e cuidadoso processo.

Depois dela, a Anatel fará a licitação para outorgar concessões de serviços a novas empresas – as chamadas espelhos – que vão competir com as que agora serão privatizadas. E a Anatel terá um trabalho intenso pela frente, para garantir que a competição seja justa e resulte em proveito do consumidor; e para que as metas de universalização sejam cumpridas, garantindo que o acesso aos serviços de telecomunicações seja levado ao conjunto da sociedade brasileira, beneficiando assim os pobres.

Com a probidade e o rigor técnico na condução da questão, e a transparência na execução – características do processo definidas e praticadas desde o seu início pelo tão saudoso Sérgio Motta, que vêm sendo mantidas –, a reestruturação do nosso setor de telecomunicações recebeu elogios tanto no Brasil quanto no mundo inteiro. E obteve a aprovação unânime dos ministros do Tribunal de Contas da União em decisão tomada anteaumentem na qual esta corte emitiu um voto de louvor ao BNDES pela correção e lisura com que montou toda a operação.

Hoje começa, na prática, uma revolução nas telecomunicações. Uma empresa especializada em recrutamento de pessoal previu, dias atrás, que em seis meses serão criados cerca de 100 mil empregos diretos

no setor, só nas áreas de vendas e atendimento à população. O BNDES estima que serão criados 1,5 milhão de postos de trabalho nos próximos anos. A associação que agrupa as indústrias do setor eletrônico calcula que haverá investimentos de R\$ 67 bilhões até 2003 na compra de novos equipamentos. Esses são alguns dos muitos exemplos das mudanças que acontecerão. De acordo com as exigências da Anatel, brevemente, em todas as localidades com mais de mil habitantes, quem pedir uma linha telefônica a receberá em no máximo um mês. Depois de 2004 esse prazo será de apenas uma semana. A empresa que comprar a Telerj terá de instalar só no primeiro ano 1,1 milhão de telefones fixos no Estado do Rio.

O Brasil, que tinha no ano passado 15 milhões de linhas, terá de ter 25 milhões no ano que vem.

Essas mudanças eram inimagináveis há poucos anos. Mas, como já se afirmou, atualmente o mundo anda tão depressa que alguém que diz que uma coisa não pode ser feita pode ser interrompido por alguém que já a está fazendo. Toda essa revolução foi feita no período de quatro anos de um só governo. **Ela agora se concretiza graças à determinação do ministro Sérgio Motta, que nos deixou esse legado e assim inscreveu seu nome como um dos heróis da História da modernização brasileira. Para mim, é motivo de grande orgulho ter recebido do presidente da República a honra de suceder Sérgio Motta e de completar essa verdadeira reforma estrutural na economia e na vida de nosso país – reforma que Sérgio Motta tanto buscou.**

Com a competição, os telefones e as tarifas serão cada vez mais baratos. Com a universalização do atendimento, os pobres poderão enfim ter telefone – e poderão escolher a empresa que os irá atender. O setor de telecomunicações deixará de ser excludente e passará a ser um provedor de serviços de boa qualidade para todos os cidadãos – os das cidades mas também os do interior e os do campo; os que vivem nas áreas urbanas incluindo os das periferias; os que têm mais recursos mas também os mais pobres e os mais humildes. Assim são as grandes reformas: melhoram e transformam a economia e melhoram e transformam também a vida. (BARROS, L. C. M, 1998, p. B-8)

No dia da privatização, *O Estado de S. Paulo* publica o artigo (56) acima do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, que comandava a pasta responsável por empreender as mudanças no setor. Temos então o ministro como porta-voz de um governo que defende as privatizações e cuja palavra vem ocupar o espaço opinativo no jornal, na segunda página do Caderno de Economia. A abertura de espaço editorial para o artigo que traz a palavra oficial sobre a privatização produz um efeito de adesão por parte do jornal a esta palavra, reforçado pela ilusão de um jornal como veículo de comunicação, de transmissão de informação e versões de várias fontes sobre os acontecimentos. O título do artigo – “Uma reforma profunda na economia e na vida” classifica a privatização como mudança na área econômica e ao mesmo tempo a aproxima da vida, do cidadão, demonstrando que o efeito a ser produzido na economia afeta os indivíduos.

No subtítulo, “O leilão significa uma transformação no cotidiano dos cidadãos brasileiros. No limiar do século 21, os pobres praticamente não têm telefone no Brasil”, podemos observar a explicação para esta reforma, reescrita em “transformação”, que afeta os “cidadãos brasileiros”, sintagmas que inserem a reforma num campo político que ocorre

num tempo histórico fixado como “limiar do século 21”, uma atualidade definida para a mudança, ou seja, há um vínculo deste discurso com uma época, na qual coexistem a transformação e a insuficiência nas telecomunicações. Notemos que “cidadãos brasileiros” nomeia os moradores do Brasil, indistintamente. Marca-se, porém, uma diferença entre cidadãos e “pobres”, os que “não têm telefone”, no efeito de distanciamento da categoria dos cidadãos. “Pobres”, como categoria de “classe socioeconômica” distancia-se da classificação política proposta em “cidadania”. Há uma relação tensa entre as duas, de pertencimento e exclusão, da qual o texto se apropria para significar o pobre fora do espaço da cidadania, silenciando os mecanismos sociais que produziram esta separação e que permitem sua significação discursiva.

A privatização, nomeada de “desestatização”, é considerada um “marco histórico no processo de transformações que vive a economia brasileira”. O acontecimento é assim transformado antes de sua ocorrência, em marco histórico, criando, portanto, um imaginário de reconhecimento histórico. O efeito é o de cristalização de um sentido, institucionalizando a privatização como ponto de inflexão da “história” das telecomunicações. A “reforma” é acompanhada do adjetivo “estrutural”. Não é assim uma mudança qualquer, é uma mudança que afeta as bases do Estado brasileiro, cuja função passa de “empresário a regulador” (“Concluimos uma reforma estrutural no setor: o Estado brasileiro passará de empresário a regulador”). Notemos que o “marco histórico” num primeiro momento é esta transformação: de empresário a regulador. No entanto, o texto aponta para um outro movimento, que é o de aproximar esta mudança do cidadão e do pobre, para que ela signifique no campo concreto e não apenas macroeconômico. E a pobreza é compreendida como ausência de consumo. São pobres os que não podem ter telefones. Esta relação é feita a partir de um discurso que se ancora na verdade dos números, em dados, que se constituem como prova do dizer, que não revela suas fontes e se baseia na voz da autoridade do ministro, como podemos observar na seqüência:

“Este leilão significa uma reforma e uma transformação não só na economia, mas na vida dos cidadãos brasileiros. Em especial na vida dos mais pobres.

O Brasil foi, até há pouco tempo, uma das poucas nações do mundo em que telefone era artigo de luxo: custava o mesmo que um carro popular nos EUA ou na Europa. É espantoso: há três anos, em cada grupo de cem pessoas apenas nove tinham telefone, enquanto em cada grupo de cem residências

24 tinham videocassete e 23 tinham automóvel... Índice pior que nove telefones por cem habitantes só existe nos países mais atrasados do Terceiro Mundo.

De quem são esses poucos telefones existentes no Brasil? Aqui os números tornam-se ainda mais perversos: as classes A e B detêm 81% das linhas. Na verdade, os ricos e a classe média, segundo dados da Anatel, detêm 98% dos telefones do País. Ou seja no limiar do século 21, os pobres praticamente não têm telefone no Brasil.”

Isso é a consequência de quase 30 anos de monopólio estatal e de estagnação nos investimentos em telecomunicações. Nos anos recentes esses índices vêm melhorando muito, porque o governo Fernando Henrique Cardoso, cumprindo seus compromissos de modernizar o País e melhorar a vida das pessoas, voltou a investir no setor. Mas ainda são dramáticos, devido à enormidade da demanda.”

Notemos que o passado a que o texto se refere é recente, “até há pouco tempo”, “há três anos”, dêiticos temporais, que precisam também o tempo em que esta história começou a mudar. Propõe-se, portanto, uma ruptura em relação a este tempo, numa aliança com o passado recente que significa o tempo da mudança. Este passado não se configura mais no presente no qual se ancora o discurso. Este presente rompe com o passado em que “o telefone era artigo de luxo. O movimento deste discurso é aproximar esta falta e também a pobreza de um modelo de concentração, em que “classes A e B”, parafraseadas como “ricos e classe média” detêm 81% das linhas e 98% dos telefones. É necessário ancorar este estado de coisas num passado, à época do regime militar em termos históricos, que se vincula a “monopólio estatal” e “estagnação nos investimentos em telecomunicações”. O ponto de ruptura com este passado, em termos políticos, é o governo Fernando Henrique Cardoso, que configura a mudança, associado a “modernizar o país” e “melhorar a vida das pessoas”, aspectos que se vinculam, sendo que a modernização é apresentada como causa da melhora da vida dos cidadãos. A conjunção “mas” vem direcionar o sentido para o outro pólo: o presente em que há “uma enormidade de demanda” (“Mas ainda são dramáticos, devido à enormidade da demanda”). Há aqui um jogo entre o esforço contínuo realizado, definido no gerúndio (“vem melhorando”), ainda insuficiente porque está no campo exclusivo do Estado, e a situação atual, de carência. O reconhecimento desta carência faz com que o enunciador tenha um ethos¹⁴ de “sinceridade”, ou seja, ele reconhece a insuficiência dos esforços. Os dados apresentados vem confirmar a verdade da afirmação sobre a carência de telefones: “Só 2% das propriedades rurais têm telefone. Há 17 milhões

¹⁴ O ethos corresponde à imagem de si que o enunciador constrói em seu discurso para produzir efeitos no seu auditório. Segundo Maingueneau (1997, p. 45), esses efeitos são impostos pela formação discursiva ao sujeito que ocupa um lugar de enunciação.

de pessoas na fila do celular. A fila de espera da Telerj, no Rio, já está em mais de 1,5 milhão.”.

O efeito da apresentação de argumentos e dados é o de um sujeito que assume um ethos de oniscência e de onipotência em suas explicações. O saber é um poder, que permite a construção de argumentos que justifiquem a privatização, ancorem as mudanças num período do governo que as promove e eleve a privatização ao marco desta mudança, que passa a ser nomeada de “revolução”, numa progressão que intensifica as nomeações anteriores (“reforma”, “transformação”, “mudança”), o que demonstra o esforço de tornar a desestatização um processo memorável. O movimento do discurso é de primeiramente vincular o quadro atual à necessidade de uma transformação. O pronome demonstrativo “esse” refere-se ao estado geral de insuficiência, que “passará por uma revolução”. (“É esse quadro que passará por uma verdadeira revolução a partir de hoje, com a desestatização”). “Revolução” é um processo que incide sobre o quadro insatisfatório e em seguida sobre o próprio setor de comunicações, num duplo movimento de mudança: o primeiro que altera o estado de insuficiência e o segundo que muda o próprio setor de telecomunicações. Para mudar o quadro anterior, fruto do passado, é necessário assim uma revolução no próprio setor, marcada pelo advérbio “hoje”, que estabelece o dia da privatização e anuncia a nova era, a de um futuro de bem-estar, que só pode ser instaurado discursivamente após a aceitação desta atualidade do processo de privatização. Este processo, portanto, vem a homogeneizar os sentidos para a privatização estabelecendo uma interpretação num efeito de leitura que visa instaurar uma memória.

E, como o sujeito assume a posição de quem detém a verdade, o poder de inscrever a sua versão da história e de apontar personagens que podem ser tratados como heróis, ele atribui o sentido do heroísmo ao seu antecessor (Sérgio Motta) colocando-se na linha de continuidade de um governo que promove a “revolução”. Esta avaliação feita pelo sujeito, porém, é ocultada pela atribuição do ato de inscrever-se na história (em letra maiúscula) ao ministro anterior: “que nos deixou esse legado e assim inscreveu seu nome como um dos heróis da História da modernização brasileira”. Nesse sentido, o discurso do ministro também constrói a história, tornando os fatos memoráveis como obra do governo do qual faz parte.

Este gesto de elevação da privatização à fundação de um novo tempo, promovido a partir da instância governamental e publicada no jornal encontra ecos no discurso produzido pela imprensa, constituindo uma organização desta memória e produzindo o efeito de apologia da privatização, como também podemos observar em (57) e (58).

(57) **O êxito do leilão do Sistema Telebrás, com ágio surpreendente, é um marco na economia nacional. Representou o rompimento de uma barreira e abrirá novo espaço no mercado financeiro internacional hoje estagnado, para atrair não recursos externos especulativos, mas investimentos que serão feitos diretamente na expansão do sistema de telecomunicação, para atender à demanda reprimida, modernizar a telecomunicação dinossáurica e criar pelo menos mais 30 mil empregos. As empresas – estrangeiras ou nacionais – que ganharam as concorrências vão pagar US\$ 22 bilhões, dos quais 40%, ou seja, US\$ 8,8 bilhões, entrarão nos cofres do governo imediatamente. Isso representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. E é só o começo.**

A essa altura, em cima do fim do leilão, não é possível ainda saber exatamente qual será a participação estrangeira nas associações com as empresas nacionais. Estimando-se que ela fique em pelo menos 50%. **Teremos um ingresso imediato de US\$ 4,4 bilhões. Isso não é nada, porém. É apenas um aspecto, diríamos até mesmo menor, dos resultados da privatização da Telebrás, que tardou tanto, mas acabou acontecendo com grande sucesso no findar do século.**

Os US\$ 22 bilhões pagos pela compra das empresas serão complementados com investimentos anuais de US\$ 12 bilhões nos próximos três anos, que serão feitos na expansão do sistema, hoje em frangalhos, para atender à demanda contida estimada em mais de 17 milhões de telefones, fixos e celulares. É sempre oportuno lembrar que essa demanda, estimada em 17 milhões, é elástica, cresce com a redução do custo do telefone. Calculada em mais de 17 milhões de telefones, fixos e celulares. A previsão é de que o número de linhas fixas passará dos atuais 17 milhões para 40 milhões, em três anos, até 2001. Mesmo assim, estarão sendo atendidos apenas 25% da população (hoje atende-se a exíguos 11%). Há, portanto, um enorme espaço para crescer, o que pode tornar rapidamente superadas as previsões atuais de investimentos, já elevadas para os padrões brasileiros.

Um outro aspecto importante e pouco desatado da privatização é a abertura que ela irá proporcionar a novas captações no exterior, sistemática hoje abalada pela crise asiática por seu desdobramento na Rússia. Não estamos falando só dos US\$ 22 bilhões que as empresas vencedoras estão pagando para investirem em um setor dominado pelo Estado, mas dos US\$ 36 bilhões, ou mais, que serão investidos nos próximos três anos. De onde virá esse dinheiro, agora de responsabilidade do setor privado ou de empresas estrangeiras? Os recursos entrarão no País como investimentos diretos, mas serão captados pelas empresas estrangeiras ou nacionais que a elas se associaram, em princípio, de três formas: 1. via bolsa; 2. via mercado interno nos países de origem; 3. via mercado financeiro internacional, com lançamentos de títulos. As empresas estrangeiras têm recursos próprios para cobrir os lances feitos ontem, mas certamente irão buscar mais, no mercado externo. Pagarão um juro menor que qualquer companhia nacional, pois, o risco Brasil será em grande parte contrabalançado pelo peso de uma Telefónica de Espanha ou de uma MCI, por exemplo, para citar apenas algumas das muitas que venceram a concorrência. De qualquer forma, esses “empréstimos” feitos pelas companhias estrangeiras entrarão no Brasil sob a forma de investimento direto, não sobrecarregando nosso passivo externo. E as empresas nacionais associadas? Aqui, o fato novo. Abre-se, agora, para elas espaço em um mercado praticamente estagnado. Essas empresas poderão usar uma parte do financiamento oferecido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES, mas provavelmente irão preferir captar no exterior dinheiro mais barato, pagando juros menores que os 25% do mercado interno. Nessas operações elas poderão obter taxas mais baixas que as vigentes, hoje, para os papéis brasileiros, quer pela sua associação às multinacionais de grande porte, quer pela qualidade do investimento a ser feito em um setor, o de telecomunicação, de imensa demanda imediata, que garante retornos seguros, alguns de curtíssimo prazo. **A privatização irá dinamizar não só a economia, mas reativar um mercado estagnado depois da crise asiática, ainda em curso. E o desemprego contra o qual as corporações e a oposição foram às ruas?**

Poderá haver remanejamento, sim, mas não desemprego efetivo. **Estudos mais sérios estimam que só na telefonia fixa serão criados mais 30 mil empregos nos próximos três anos, por causa do investimento de pelo menos US\$ 36 bilhões. Não se trata de dinheiro que ficará obtendo lucros no mercado financeiro, como dizem os que se opõem à privatização, mas investimentos em fábricas de equipamentos, obras, extensão de linhas, contratação de gente para a promoção e venda de telefones e construção, que irão inelutavelmente criar novos empregos. Quem disser o contrário ou não entende nada ou está agindo de má-fé. Não estamos falando de mais 40 milhões de telefones, senhores, mas de mais 30 mil empregos em alguns anos.** (TAMER, A., 1998, p. B-18).

(58) **O leilão de privatização das telecomunicações foi um sucesso que surpreendeu até mesmo os mais otimistas. Foi vencida a batalha jurídica, foi superado o temor de que os preços fossem baixos, foi confirmado o enorme interesse do capital estrangeiro no aumento de sua presença na economia brasileira.** Para a sociedade, a expectativa agora se volta para a melhoria na qualidade e o aumento na quantidade da oferta de serviços. As punições previstas para as empresas concessionárias que não cumprirem as metas de universalização de serviços, por exemplo, chegam a R\$ 50 milhões e incluem ainda a intervenção e a perda da concessão. O desafio maior será passar dos atuais 17,5 milhões de telefones fixos para 33 milhões em pouco mais de três anos.

Há alguns indícios de que esse início surpreendente da privatização contribuirá para a execução dessas metas. Não prosperaram as tentativas de bloquear a venda no Judiciário, o que levou o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, a declarar até que esse Poder amadureceu desde a memorável guerra de liminares por ocasião da privatização da Cia. Vale do Rio Doce. O elogio é bastante revelador das ansiedades e temores oficiais, que, felizmente, foram afinal desmentidos pelos fatos. Os valores obtidos na venda das teles foram outro motivo de surpresa. O sistema foi vendido por R\$ 22,058 bilhões, um ágio de 63,74% em relação ao preço mínimo.

A presença do capital estrangeiro também é impressionante. Garante, pela diversidade das empresas e da origem do capital, um alívio nas contas externas. O BNDES financia a privatização, mas há também dinheiro novo, de fontes diferenciadas.

A perspectiva de uma competição continuada no setor, aliás, é uma demonstração de acerto do modelo de fragmentação do Sistema Telebrás. O resultado mais importante, entretanto, talvez seja a confirmação do Brasil no mapa das decisões de investimento das mais importantes corporações globais da atualidade. (AS TELES..., 1998, p. 1-2)

No artigo “Leilão da Telebrás abre novo espaço para captar dinheiro e criar emprego” (57), publicado no dia 30/7/1998 em *O Estado de S. Paulo*, o jornalista Alberto Tamer comenta os efeitos da privatização. Notemos que o título já insere o leitor em um espaço de discurso em que se considera que o leilão define uma nova etapa, um pré-construído neste discurso. Notemos ainda que leilão vem significar privatização. É a partir do leilão que se pode falar em captação de dinheiro e criação de empregos, fatos que se vinculam nesta formação, que admite a privatização como marco simbólico, portanto como fundadora do novo. Seu sucesso deve assim ser inserido nesta lógica que prevê uma articulação com os impactos econômicos:

“O êxito do leilão do Sistema Telebrás, com ágio surpreendente, é um marco na economia nacional. Representou o rompimento de uma barreira e abrirá novo espaço no mercado financeiro

internacional hoje estagnado, para atrair não recursos externos especulativos, mas investimentos que serão feitos diretamente na expansão do sistema de telecomunicação, para atender à demanda reprimida, modernizar a telecomunicação dinossáurica e criar pelo menos mais 30 mil empregos. As empresas – estrangeiras ou nacionais – que ganharam as concorrências vão pagar US\$ 22 bilhões, dos quais 40%, ou seja, US\$ 8,8 bilhões, entrarão nos cofres do governo imediatamente. Isso representa 8% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. E é só o começo.”

Assim, ele “representa o rompimento de uma barreira”, que tem como efeito atrair investimentos, “atender à demanda reprimida” e “modernizar as telecomunicações”, classificada como “dinossáurica” e criar empregos, numa construção de visão de um passado que não produziu efeitos satisfatórios. Dessa forma, relacionam-se os resultados ao marco simbólico da privatização. Isso significa que há um imaginário que se forma relacionado ao evento da privatização assentado numa referencialidade que se constrói a partir do discurso econômico, sujeito a provas de verdade quantitativas.

Este marco simbólico, portanto, organiza sentidos positivos em seus efeitos, ainda que muitos deles se localizem no futuro e não haja resultados imediatos. É necessário, portanto, atrair este futuro para a privatização, já efetuada. Considerá-la, portanto, como marco é reafirmar seu sucesso no presente e no futuro, desvalorizando um passado insatisfatório, que gerou “demanda contida”. O efeito é de um futuro que está em continuidade com o marco da privatização. Dessa forma, temos a marca dessa continuidade em enunciados que se constituem como conseqüência do espaço criado pela privatização como:

“A privatização irá dinamizar não só a economia, mas reativar um mercado estagnado depois da crise asiática, ainda em curso.”

“um outro aspecto importante e pouco destacado da privatização é a abertura que ela irá proporcionar a novas captações no exterior, sistemática hoje abalada pela crise asiática por seu desobramento na Rússia.”

“Teremos um ingresso imediato de US\$ 4,4 bilhões. Isso não é nada, porém. É apenas um aspecto, diríamos até mesmo menor, dos resultados da privatização da Telebrás, que tardou tanto, mas acabou acontecendo com grande sucesso no findar do século.”

É também necessário afirmar-se perante outros discursos que contestam o sucesso da privatização, que a negaria como símbolo desta nova era. Estes discursos, tomados em sua generalidade, são refutados e representados como inconsistentes, tendo seu lugar

enunciativo determinado como “oposição” e “corporações”, tal como ocorre no trecho: “E o desemprego contra o qual as corporações e a oposição foram às ruas?”. Há uma linha divisória que se forma entre os que são a favor, que estão na mesma linha de continuidade da privatização como lugar de fundação do novo, e os que são contrários, desclassificados no seu dizer, na representação que se faz do seu discurso, ou seja, forma-se um simulacro da posição do outro¹⁵. A inconsistência das formações de oposição que se definem pela polêmica é apresentada pelo sintagma “estudos mais sérios”, que se opõe, portanto, à existência de “estudos menos sérios”, implicitado na afirmação. Há assim uma divisão entre quem diz o contrário, classificado como quem “não entende” ou “age de má fé” e aqueles que aceitam a proposta explicativa, que vincula a privatização a um cenário positivo (“Quem disser o contrário ou não entende nada ou está agindo de má-fé. Não estamos falando de mais 40 milhões de telefones, senhores, mas de mais 30 mil empregos em alguns anos.”). Estes estudos – os mais sérios - servem assim de justificativa tanto para mostrar que a privatização é um marco como também de que há uma verdade que pode ser demonstrada, que gera os resultados descritos e projetados no futuro, que ocorrerá (“inelutavelmente”) com certeza, como podemos observar no recorte abaixo:

“Não se trata de dinheiro que ficará obtendo lucros no mercado financeiro, como dizem os que se opõem à privatização, mas investimentos em fábricas de equipamentos, obras, extensão de linhas, contratação de gente para a promoção e venda de telefones e construção, que irão inelutavelmente, criar novos empregos.”

No editorial “As teles depois do leilão” (58), publicado na *Folha de S. Paulo*, observemos que a privatização configura-se como tema e ponto determinado a partir do qual se pode falar em melhoras para a sociedade: “a expectativa agora se volta para a melhoria na qualidade e o aumento na quantidade da oferta de serviços”. Isso significa que a compreensão proposta pelo editorial vincula os resultados esperados à privatização recém-realizada, estabelecendo neste evento memorável o marco para as mudanças esperadas. Afirma-se o sucesso também pelo “enorme interesse do capital estrangeiro e no aumento de sua presença na economia brasileira”:

¹⁵ Maingueneau (2005) considera que os discursos traduzem em suas categorias os enunciados do Outro, construindo simulacros desses enunciados.

“O leilão de privatização das telecomunicações foi um sucesso que surpreendeu até mesmo os mais otimistas. Foi vencida a batalha jurídica, foi superado o temor de que os preços fossem baixos, foi confirmado o enorme interesse do capital estrangeiro no aumento de sua presença na economia brasileira. Para a sociedade, a expectativa agora se volta para a melhoria na qualidade e o aumento na quantidade da oferta de serviços”.

O aspecto inusitado do fato demonstrado pelos verbos surpreender, em sua forma passada, “surpreendeu” (“O leilão de privatização das telecomunicações foi um sucesso que surpreendeu até mesmo os mais otimistas”) – e pelos adjetivos “surpreendente” (“Há alguns indícios de que esse início surpreendente da privatização contribuirá para a execução dessas metas”) e “impressionante” (“A presença do capital estrangeiro também é impressionante”) e pelo substantivo “surpresa” (“Os valores obtidos na venda das teles foram outro motivo de surpresa”) vem inserir o acontecimento num discurso que o qualifica como positivo, até mais do que o esperado. Busca-se nos fatos, numa realidade observada pelo sujeito o argumento para construir o discurso de que a privatização traz mudanças: “há alguns indícios de que esse início surpreendente da privatização contribuirá para a execução dessas metas”, entre eles o fato de as ações na Justiça contra o leilão não terem prosperado. Joga-se ainda com o acerto do modelo de privatização proposto pelo governo – “a perspectiva de uma competição continuada do setor, aliás, é uma explicitação de acerto do modelo de fragmentação do Sistema Telebrás”. Há ainda a confirmação do “Brasil no mapa das decisões de investimentos das mais importantes corporações da atualidade”. Notemos, portanto, que há uma concentração de significados positivos em torno da privatização que permitem apontá-la como ponto de partida para o cumprimento de metas. Como consequência, o efeito é de uma tomada de posição pró-privatização. O advérbio “felizmente”, usado como comentário em relação ao fracasso de ações na Justiça, é uma explicitação desta adesão:

“Não prosperaram as tentativas de bloquear a venda no Judiciário, o que levou o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, a declarar até que esse Poder amadureceu desde a memorável guerra de liminares por ocasião da privatização da Cia. Vale do Rio Doce. O elogio é bastante revelador das ansiedades e temores oficiais, que, felizmente, foram afinal desmentidos pelos fatos”.

Há assim um recorte no interdiscurso em que se rejeitam outras formações possíveis a partir de uma prática discursiva que busca transformar em argumentos os fatos observados na privatização já realizada, marco para as mudanças.

5.3. A produção do sucesso

Nas seqüências abaixo, podemos observar que o leilão da Telebrás é qualificado pela palavra “sucesso”, também presente em seqüências anteriores. Consideramos que ocorre uma institucionalização de um sentido para a privatização, produzindo um consenso e o efeito de verdade a partir da repetição deste dizer, que, como apontamos acima, resulta no efeito de apologia deste acontecimento, sustentado pelo pré-construído de que o mercado dá conta melhor de necessidades sociais e econômicas do que o Estado, substituindo-o nestas atividades.

(59) **O ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, comemorou ontem o sucesso do leilão da Telebrás em tom de despedida.** Na última das três entrevistas coletivas que concedeu no decorrer do dia, ele fez um balanço de sua atuação nos últimos três anos na presidência do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e no Ministério das Comunicações, onde foi responsável pela desestatização de um patrimônio público de cerca de R\$ 60 bilhões, entre estatais federais e estaduais. (LAVORATTI, L. E. e CRISTINO, V, 1998, p. B-4).

(60) **Foi um sucesso a venda das 12 empresas que resultaram da fusão e da posterior divisão das empresas que integravam o Sistema Telebrás. O preço mínimo de R\$ 13,47 bilhões fixado pelo Ministério das Comunicações e pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi superado já no primeiro bloco.**

Esses recursos não chegarão aos cofres do governo de uma só vez. Para concretizar as operações feitas ontem, os investidores terão de depositar à vista, até terça-feira, 40% do total dos lances oferecidos pelas operadoras arrematadas. O restante será pago em dois anos, o que permite que os compradores financiem seus investimentos. (SCHOLZ, C. e AGUIAR, I. D, 1998, p. B1).

(61) **O sucesso no leilão da Telebrás e a expectativa de redução na taxa básica de juros, a TBC, em reunião realizada ontem após o fechamento do mercado, trouxeram otimismo. A Bolsa de Valores de São Paulo subiu 2,17%, apesar da queda de 0,22% em Nova York. Os juros caíram e o real se fortaleceu.**

O otimismo chegou também ao mercado de títulos da dívida externa. O C-bond, papel brasileiro, teve sua cotação elevada para 76,40% do valor de face, contra 75,625% anteontem. Segundo analistas, a valorização só não foi maior por causa da queda na Bolsa de Nova York.

Após o sucesso da venda da Telebrás, os analistas apostavam que o governo poderia reduzir com mais força as taxas de juros. Antes do leilão, os mais otimistas acreditavam em um corte de no máximo 1,5 ponto percentual, de 21% ao ano para 19,5%, na TBC. Após a venda, alguns já esperavam um corte para 19%.

Com a venda da Telebrás, mais recursos externos vão entrar no país. Por isso, o governo não precisa

se preocupar mais com atrair investimento especulativo externo com taxas de juros tão altas, argumentavam os analistas. (BOLSA..., 1998, p. 2-11).

(62) **A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou em alta de 2,1%, ontem, em comemoração ao sucesso do leilão de privatização da Telebrás. As ações da Telebrás subiram 3,9%, fechando ao preço de R\$ 136,50 por lote de mil, o que dá um indicativo da valorização das empresas vendidas ao setor privado com o surpreendente ágio de 64% (preço final de R\$ 22 bilhões, ante um valor mínimo de R\$ 13,47 bilhões).** As ações das empresas desmembradas da Telebrás, que foram a leilão ontem, ainda aguardam registro da Comissão de Valores de Mobiliários (CVM) para ganhar vida própria no pregão. Enquanto isso, continua valendo a negociação da Telebrás. A Telesp fixa foi vendida por R\$ 5,7 bilhões, com ágio de 64%, para um consórcio liderado pela Telefónica de Espanha, alcançando o maior valor do leilão. A ação da Telesp fechou em alta de 4,1%, cotada a R\$ 300,00.

Os papéis de outras empresas que estão no cronograma de privatizações também fecharam em alta, por causa do êxito do processo de venda da Telebrás. (HORITA, N., 1998, p.B-14).

Este evento, desde seu aparecimento, portanto, como notícia recebe o enquadramento de algo bem-sucedido, que é motivo de comemoração, como podemos observar em (59): “O ministro das Comunicações. Luiz Carlos Mendonça de Barros, comemorou ontem o sucesso do leilão da Telebrás em tom de despedida”. O substantivo “sucesso” tomado em sua textualidade, no funcionamento que apresenta nas seqüências, qualifica o próprio acontecimento da privatização, inserindo-o numa rede de significados estabelecidos no discurso da imprensa, que aponta para a valorização deste evento e para o estabelecimento de um eixo positivo para sua significação, representando assim mais um esforço de constituição de algo memorável, pela alto valor do negócio da venda e pelos resultados produzidos na economia.

Observemos que em (60) “o sucesso” da venda é explicado pela superação do preço mínimo, argumento que é dado como suficiente para justificar a qualidade do que é bem-sucedido, ainda que os recursos não sejam obtidos imediatamente (“Esses recursos não chegarão aos cofres do governo de uma só vez”). O “sucesso” é assim não só a repercussão do que ocorreu, mas também resultado de uma avaliação feita pela instituição jornalística:

“Foi um sucesso a venda das 12 empresas que resultaram da fusão e da posterior divisão das empresas que integravam o Sistema Telebrás. O preço mínimo de R\$ 13,47 bilhões fixado pelo Ministério das Comunicações e pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) foi superado já no primeiro bloco.”

Em (61), “sucesso” integra o discurso, sendo uma das causas para “otimismo”, para a entrada de recursos externos e para a diminuição dos juros:

“O sucesso no leilão da Telebrás e a expectativa de redução na taxa básica de juros, a TBC, em reunião realizada ontem após o fechamento do mercado, trouxeram otimismo. A Bolsa de Valores de São Paulo subiu 2,17%, apesar da queda de 0,22% em Nova York. Os juros caíram e o real se fortaleceu.”

e:

Com a venda da Telebrás, mais recursos externos vão entrar no país. Por isso, o governo não precisa se preocupar mais com atrair investimento especulativo externo com taxas de juros tão altas, argumentavam os analistas.

Em (62), o fechamento em alta bolsa está diretamente relacionada ao “sucesso do leilão de privatização da Telebrás”. Afirma-se ainda que a alta na bolsa de valores seria resultado de “comemoração”. Este sentido vai se assentar na descrição produzida dos casos de ações cujo valor se elevou – “As ações da Telebrás subiram 3,9% fechando ao preço de R\$ 136,50 por lote de mil”. O preço, apontado como indicativo da valorização das empresas, relaciona-se ao “ágio surpreendente” obtido na venda. Notemos que o adjetivo surpreendente é mais uma marca da avaliação feita pela instituição jornalística, que a insere no acontecimento em sua imanência, em sentidos que seriam passíveis de descrição e não de produção.

Interessa-nos compreender a produção deste sentido do “sucesso”, que se naturaliza progressivamente no discurso sobre a privatização, reafirmando a inscrição imaginária na “história” e tornando-se argumento para esta inscrição. Neste universo de crenças produzida pela imprensa, o que é bem-sucedido merece ser valorizado e integrar esta organização discursiva. O primeiro ponto que consideramos é o fato de este discurso produzir seus efeitos de verdade a partir da circulação de enunciados que têm na consolidação da privatização como sucesso um ponto de apoio para construir explicações, como vimos acima. Este efeito de verdade vem contribuir para o estabelecimento de um sentido hegemônico, que se inscreve nesta “história”.

O fato de os enunciados tomarem corpo num jornal condiciona um certo modo de apresentação no discurso, que integra o imaginário do jornal como lugar de credibilidade

por ele se definir como “imparcial”, “objetivo” e “neutro”. Por essa razão, podemos pensar que, ao integrar o discurso do jornal como evento de sucesso, a privatização é interpretada no efeito leitor a partir do imaginário de credibilidade em que os jornais se assentam, promovendo o esquecimento desta valoração e a aceitação da ênfase conferida pela imprensa ao classificar a privatização como “sucesso”. Este tom eufórico, portanto, ancora-se no ethos de credibilidade dos jornais. Como explica Maingueneau (1997, p.45), estes efeitos são impostos ao sujeito pela formação discursiva. Nesta perspectiva, a formação discursiva confere “corporalidade” à figura do enunciador e também do destinatário, definindo esquemas para a formação de grupos de adeptos do discurso. Nesse sentido, é possível falar, segundo Maingueneau, em “eficácia do discurso”, em seu poder de promover a crença. O leitor teria acesso ao que é “dito” também por uma “maneira de dizer” enraizada numa “maneira de ser”(MAINGUENEAU, 1997, p. 49).

Também consideramos que a organização de sentidos proposta pela mídia corresponde a um esquema interpretativo do presente, numa ilusão de completude da informação e no apagamento dos procedimentos de seleção e construção da notícia. O que ocorre é uma ordenação cotidiana, que obedece a critérios de hierarquização e organização, que visa colocar ordem no caos da realidade (SERVA, 2002), ao mesmo tempo interpretá-la e propor ao leitor esta forma de leitura. No funcionamento social, os jornais estão autorizados a produzir leituras da realidade que possam ser consideradas legítimas e produtoras de um universo de crenças constituidoras do discurso social. Instituem-se assim modelos de compreensão da realidade que visam explicar e desambigüizar o mundo (MARIANI, 1999, p. 112). É, portanto, neste imaginário de credibilidade construído pelos jornais que interpretações do acontecimento da privatização como sucesso podem ser tomados como verdade, se naturalizarem no efeito de leitura. Compreendemos, portanto, o texto jornalístico como espaço material de produção discursiva e, desta forma, sujeito à ideologia. A verdade, nesta perspectiva, é uma das múltiplas versões dos fatos (BUCCI, 2004, p. 51). No entanto, este imaginário se faz necessário para a manutenção da própria imprensa. Bucci afirma que a imprensa deve oferecer confiabilidade, necessária para a confirmação deste imaginário e também para a validação dos jornais na relação com seus leitores:

O relato jornalístico precisa guardar um mínimo de confiabilidade – um mínimo sem o qual a autoridade da imprensa estará perdida. Há, então, um pacto entre os órgãos de imprensa e seus consumidores-cidadãos segundo o qual esses órgãos são autorizados a contar o que se passa pelo planeta, no plano dos fatos e no plano das idéias, e segundo o qual aquilo que contam merece o crédito de verdade aproximada. E provisória. (BUCCI, 2004, p. 52).

Como explica Pêcheux (1997, p. 82), há lugares sociais representados na produção do discurso, que são transformados por uma série de formações imaginárias que designam estes lugares. Haveria, neste esquema, regras de projeção que estabelecem relações entre situações e posições. O jornal ocuparia um lugar de produtor de informação e de notícias de credibilidade, corroborado pelas projeções imaginárias feitas pelos leitores. Dessa forma, seus enunciados podem circular como lugares de veiculação da verdade. Este “sucesso”, verdade atribuída à privatização, poderia ser tomado então como efeito do interdiscurso, de acordo com Pêcheux (1997).

Observaremos, por outro lado, que o interdiscurso *enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos *pelo interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a formação discursiva que o assujeita. Nesse sentido, pode-se bem dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal do “exterior”. E o caráter da forma-sujeito, com o idealismo espontâneo que ele encerra, consistirá precisamente em reverter a determinação: diremos que a forma-sujeito (pela qual o “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o *interdiscurso no intradiscurso*, de modo que o interdiscurso aparece como o puro “já-dito” do intradiscurso, no qual ele se articula por “co-referência”. Parece-nos, nessas condições, que se pode caracterizar a forma-sujeito como realizando a incorporação-dissimulação dos elementos do interdiscurso: a unidade (imaginária) do sujeito, sua identidade presente-passada-futura encontra aqui um de seus fundamentos. (PÊCHEUX, 1997, p. 167).

Em decorrência desta formulação de Pêcheux, podemos situar o efeito de leitura da privatização como “sucesso” no jogo do esquecimento, que este autor denomina esquecimento número 2.¹⁶

¹⁶ Pêcheux (1997, p. 173) define o esquecimento n. 2 como aquele “pelo qual todo sujeito-falante ‘seleciona’ no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, fotmas e seqüências que nela se encontram em relação de paráfrase.”

Em seu percurso teórico, Foucault (1996) considera a formação das verdades científicas. Segundo este autor, há ao longo da história desde a Antiguidade um sistema de exclusão, entre verdadeiro e falso, em constante deslocamento, que alimenta a nossa vontade de saber e não pode ser dissociado de todo um sistema de instituições que as impõe e a reconduz. Foucault relaciona assim as descobertas científicas a este sistema como sinal de nossa vontade de verdade, que adquire formas de acordo com o devir histórico. No século 16 e 17, mostra Foucault, apareceu uma vontade de saber que determinou ao sujeito cognoscente um certo olhar, uma certa função, que prescrevia o nível dos conhecimentos técnico para que se tornassem úteis.

Esta vontade de verdade, explica Foucault, está apoiada em um suporte institucional, que inclui práticas de pedagogia, sistema de livros, sábios, edições, bibliotecas, sociedades de sábios e aqui podemos incluir o próprio jornalismo, mais modernamente. A vontade de verdade corresponde ao modo como o saber é aplicado na sociedade, como é valorizado, distribuído, repartido e atribuído. Foucault mostra que o verdadeiro depende, portanto, da obediência a certas regras, reativadas em cada discurso. Neste sentido, por analogia ao pensamento de Foucault, consideramos o jornalismo também com um sistema de produção de verdades. As práticas jornalísticas, portanto, desenvolvidas por instituições que lhes dão suporte alimentam-se da vontade de saber na sociedade e buscam ocupar o lugar de produção de uma verdade, apagando relações com o interdiscurso.

5.4. A metáfora de uma guerra

Temos insistido no direcionamento e institucionalização dos sentidos proposto pela imprensa ao construir seu discurso seja ele referente ao futuro, à atualidade, seja ao passado. Estes processos interpretativos, apagados na leitura cotidiana, são organizados por deslocamentos operados no interdiscurso que se textualizam e tornam-se evidentes. Esta organização dos sentidos, institucionalizada pela imprensa, obedece a uma narratividade. Tomada como efeito, a narratividade permite a organização de uma “história coerente, sem

falhas, com estruturação temporal, encadeamentos de causas e conseqüências, personagens e cenários explicativos” (MARIANI, 1998, p. 231). Pela narratividade, portando, ocorre a ativação de um esquema de leitura. Orlandi (2003, p. 193) considera o processo de leitura como instaurador do espaço de discursividade, já que autor e leitor definem-se em suas condições de produção. Desta forma, a instância jornalística ocupa o lugar de narrador de uma história, que se textualiza e se homogeneiza, produzindo efeitos de leitura que visam conter a polissemia.

No entanto, operam-se efeitos metafóricos que abrem a possibilidade de constituição de outros sentidos. Estes deslizamentos que ocorrem no processo metafórico constituem o sentido de “guerra” e o controle para esta formulação.

No tocante ao discurso sobre a privatização, observamos que há uma construção narrativa que visa imaginariamente estabelecer a privatização como marco simbólico na projeção histórica. Este gesto, portanto, que define a narratividade sobre a privatização se vale de uma história de oposições, que é incorporada na fabulação jornalística, como uma história épica, de grandes feitos e de batalhas. Como alerta Mariani (1998, p. 104), porém, esta fabulação no discurso jornalístico é disciplinada pela linguagem que se pretende neutra. Observemos mais atentamente o quanto a metáfora da guerra direciona os sentidos para as oposições na história contada pela imprensa sobre a privatização. Neste aspecto, consideramos significativo valer-nos dos significados de definições presentes em dicionário para compreendermos o deslocamento operado dos sentidos “naturalizados” no discurso social para a operação metafórica proposta pela imprensa. Desta forma, no dicionário *Aurélio* (1986) definem-se:

Guerrilha - 1. luta armada travada por pequenos grupos constituídos irregularmente e que não obedece às normas das convenções internacionais. 2. Tropa indisciplinada

Batalha – 1. Ato essencial da guerra: conjunto de combates simultâneos ou sucessivos travados pelas diversas armas. 2. Qualquer combate ou luta. 3. Certo jogo de cartas para duas pessoas.

E tomemos como base para a análise as seqüências abaixo:

(63) RIO – Depois de uma véspera conturbada, com uma **guerrilha jurídica que punha em risco a última grande privatização do País**, a Telebrás foi vendida de forma surpreendente. O maior leilão já realizado no Brasil, segundo do mundo no setor das telecomunicações, proporcionou ao governo ontem receita de R\$ 22,057 bilhões, um ágio espetacular, muito acima de qualquer projeção, mesmo as oficiais, de 63,74%. (SCHOLZ, C. e AGUIAR, I. D., 1998, p. B1).

(64) A privatização da Telebrás entrou em sua fase decisiva. Assim como ocorreu no processo de venda da Vale do Rio Doce, já está em curso uma **batalha jurídica, último recurso dos que resistem à privatização**. Uma liminar chegou a fechar os "data rooms" (salas de informações) do Sistema Telebrás, consultadas pelas empresas que se preparam para fazer lances no leilão da estatal. (TELES..., 1998, p. 1-2).

(65) Quase na véspera da privatização mais importante e complexa já feita no Brasil, é auspicioso que os sinais sejam positivos. Foram nada menos que 76 os grupos que se apresentaram como interessados, em princípio, no leilão da Telebrás. O elevado número de pretendentes obviamente favorece a maximização de preço. Amplia também o leque de opções na formação de consórcios. Ou seja, tendem a subir tanto o preço obtido pelo governo quanto a qualidade dos grupos envolvidos.

As autoridades preparam-se também para uma **guerrilha de liminares, uma batalha judicial semelhante à que foi vista na venda da Vale do Rio Doce**. Muitos advogados serão mobilizados, mas se espera, novamente, a confirmação da venda. (TELEBRÁS...,1998, p. 1-2).

(66) O leilão de privatização das telecomunicações foi um sucesso que surpreendeu até mesmo os mais otimistas. **Foi vencida a batalha jurídica**, foi superado o temor de que os preços fossem baixos, foi confirmado o enorme interesse do capital estrangeiro no aumento de sua presença na economia brasileira. Para a sociedade, a expectativa agora se volta para a melhoria na qualidade e o aumento na quantidade da oferta de serviços (AS TELES...,1998, p. 1-2).

(67) BRASÍLIA – **O sucesso do governo na batalha jurídica travada em torno da privatização do Sistema Telebrás foi fruto de um longo trabalho iniciado há vários meses**. “Antecipamos tudo o que era possível para criar o máximo de sustentação jurídica para este leilão”, afirmou ontem ao Estado o advogado-geral da União, Geraldo Quintão, após a venda das quatro estatais do primeiro bloco. Quintão acompanhou o leilão com o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, em Brasília, onde também estiveram os ministros da Educação, Paulo Renato, do Planejamento, Paulo Paiva, da Administração e Reforma do Estado, Cláudia Costin, além da viúva do ex-ministro Sérgio Motta, Wilma Motta. (LAVORATTI, L. E., 1998, p. B4)

Nesas seqüências, podemos observar a ocorrência de “guerrilha”(63), (65) e “batalha” (64), (65), (66), (67), que vêm acompanhados dos ajetivos “jurídica” (63), (64), (66), (67), “judicial” (65) ou do complemento nominal “de liminares” (65) . Nossa primeira consideração refere-se ao fato de que há uma operação de deslocamento destes sintagmas do campo semântico da guerra para o da justiça, expresso pelo adjetivo e o complemento. Esta migração, porém, deve ser compreendida no movimento do sujeito e não na fixação em um campo de significados. Por essa razão, é possível dizer que há um jogo entre dois campos de discurso – o da guerra e o jurídico - que gera o efeito de sentido de uma nomeação de um processo jurídico, aceitável na sociedade democrática. No entanto, pelo

deslocamento operado, considera-se que estes processos judiciais são disputas que se podem classificar como “batalha” ou “guerrilha”. Estes sentidos tornam-se evidentes, mas como alertam Pêcheux e Fuchs (1997) e Orlandi (2002a, p. 46), as palavras recebem sentidos de formações discursivas em suas relações e são determinadas pelo interdiscurso. Consideramos assim que esta nomeação de ações jurídicas contra privatização instaura um efeito metafórico (PÊCHEUX, 1997, p. 96 e ORLANDI, 2002a, p. 78), lugar de produção da interpretação e, conseqüentemente, da ideologia. Como explica Orlandi (Ibidem, p. 79), a metáfora constitui sentido e sujeito. Neste processo, seria sempre possível termos outros sentidos.

Dessa forma, a nomeação como guerrilha ecoa seu sentido bélico, de “luta armada travada por pequenos grupos constituídos irregularmente e que não obedece às normas das convenções internacionais”. Há, nestes casos, um tom exagerado na classificação do que ocorre. Como explica Maingueneau (1997, p. 46), o que é dito e o tom com que é dito são inseparáveis. Assim, este sentido dicionarizado – o da guerra – vem compor o sentido proposto pelos jornais, porque se mantém no efeito leitor a memória desta outra formação. O mesmo ocorre com “batalha”, que em seu sentido de dicionário significa: “Ato essencial da guerra: conjunto de combates simultâneos ou sucessivos travados pelas diversas armas. 2. Qualquer combate ou luta.” Podemos dizer que “guerrilha” e “batalha” ativam um esquema de leitura que configura a oposição à privatização na posição de ataque e como não-democrática. O efeito é o de direcionar, porém, a leitura para os sintagmas guerra e não para seus qualificativos (“jurídica”/“judicial”). Por ser uma interpretação, institucionalizada nos jornais, o uso destas palavras tem força argumentativa, a partir de um lugar de quem condena estes “ataques” e os classifica, portanto como “guerrilha” ou “batalha”. Mas não é apenas nestes termos que se esgota a tomada de posição dos jornais, que faz da oposição a representação do atacante. Há ainda que se observar a explicação dada nos arranjos sintáticos propostos.

Em (63), por exemplo, a oração adjetiva restritiva “que punha em risco a última grande privatização do País” (“Depois de uma véspera conturbada, com uma guerrilha jurídica que punha em risco a última grande privatização do País, a Telebrás foi vendida de forma surpreendente.”) limita o sentido da guerrilha que recebe o acréscimo de significado

de “risco”. Dessa forma, a oposição à privatização é significada como promotora de uma guerrilha que ameaça um acontecimento importante: “a última grande privatização do país”.

Em (64), observamos “batalha jurídica” e o aposto “último recurso dos que resistem à privatização” e em (65) “guerrilha de liminares” e o aposto “uma batalha judicial semelhante à que foi vista na venda da Vale do Rio Doce.” Esta relação apositiva considerada na gramática tradicional como explicação, esclarecimento, desenvolvimento ou resumo de outro termo da oração corresponde também à naturalização de uma interpretação. Souza (1999) mostra que o aposto é um ponto de passagem de sentidos, ou seja, é possível inserir a explicação proposta na seqüência apositiva linearizada e apagar sua relação interdiscursiva, como se houvesse uma relação necessária entre as duas seqüências. Assim, “batalha jurídica”, em (64) é parafraseada no aposto como “último recurso dos que se opõem à privatização”. Neste caso, observamos que ocorre a aproximação dessas interpretações, num ajuste imaginário realizado pelo sujeito. Não há, deste modo, relação necessária entre essas interpretações que são colocadas no texto, gerando o efeito de relação entre uma e outra. Produz-se ainda, desta forma, um efeito de completude. Este processo também ocorre em (65) na relação entre “guerrilha de liminares” e o aposto “uma batalha judicial semelhante à que foi vista na venda da Vale”. Neste exemplo, o aposto rememora a disputa jurídica ocorrida na privatização da Vale, reativando o evento precedente. Pode-se considerar o agenciamento desta memória para a composição do sentido atual, estabelecendo-o dentro de uma rede de formulações anteriores em que os efeitos metafóricos também são regulados no interdiscurso, delimitando um esquema interpretativo para as privatizações.

A nomeação das ações judiciais como “batalha” ou “guerrilha” gera um esquema narrativo com personagens vitoriosos e derrotados. Dessa forma, a batalha e a guerrilha são vencidas. O resultado é o encaixamento do governo na posição de “vencedor”, implícita ou explicitamente, respectivamente em (66) e (67). Em (66), a forma passiva “foi vencida a batalha jurídica” tem como sujeito gramatical a própria batalha. Esta batalha “foi vencida” por alguém, agente que está apagado nesta relação, como podemos observar abaixo:

“O leilão de privatização das telecomunicações foi um sucesso que surpreendeu até mesmo os mais otimistas. **Foi vencida a batalha jurídica**, foi superado o temor de que os preços fossem baixos, foi confirmado o enorme interesse do capital estrangeiro no aumento de sua presença na economia brasileira.”

Como consequência discursiva, produz-se o efeito de indeterminação. Assim, para que haja uma interpretação deste enunciado o destinatário deverá preencher estas lacunas de acordo com a memória discursiva, que determina na posição de vitorioso o governo e na posição de derrotado, a oposição à privatização. Em (67), o governo obteve “sucesso” nesta batalha (“O sucesso do governo na batalha jurídica travada em torno da privatização do Sistema Telebrás foi fruto de um longo trabalho iniciado há vários meses.”). Notemos que a nominalização “sucesso” colocada na posição sujeito acentua a ação bem-sucedida do agente “governo”, na posição de complemento nominal. Este enunciado poderia ser parafraseado como “o governo teve sucesso na batalha jurídica travada em torno da privatização”. Não se fala contra quem foi vencida a batalha jurídica. Depreende-se que foi contra a oposição à privatização, indeterminada na sua identidade e implicada no efeito de leitura.

Capítulo 6 – A ancoragem no futuro

6.1. O tempo como universo simbólico

No domínio da Análise do Discurso, procuramos observar como a representação do tempo é significada, tornando-se ela mesma formadora de um sentido para os acontecimentos tomados no cruzamento entre o real da língua e da história. Propomos inicialmente considerar o tempo em sua dimensão simbólica, portanto sujeito à interpretação. Nesse sentido, acreditamos que a representação sobre o tempo é uma dimensão organizadora do funcionamento discursivo, que se instaura a partir de um encaixamento da representação simbólica disponível na interdiscursividade sobre o tempo. Estes acontecimentos são assim percebidos e interpretados sobre um eixo já sintetizado que constrói um mundo semanticamente normal (PÊCHEUX, 2002, p. 34) e que gera o efeito de um sentido único e universal de uma representação organizada com base no tempo. Também é possível instaurar uma interpretação porque a representação do tempo é da ordem do simbólico.

A cultura, de acordo com Baitello Jr. (1997), cria uma representação da temporalidade por meio de símbolos que alimentam o imaginário social e permitem que se constitua uma organização dos eventos segundo um eixo estabelecido socialmente. Desta forma, representações sobre o passado e sobre o futuro influem na representação que fazemos do presente. São fatos e símbolos do presente que se projetam tanto no futuro quanto no passado, alterando a história e as expectativas futuras. As culturas podem ainda definir seu padrão de tempo.

Elias (1998) afirma que o tempo corresponde a uma representação simbólica de uma rede de relações de caráter social, individual ou físico, que são sintetizadas para formar esta representação, que se apaga no uso e em seu funcionamento no cotidiano da humanidade.

O conceito de tempo, no uso que fazemos dele, situa-se num alto nível de generalização e de síntese, que pressupõe um riquíssimo patrimônio social de

saber no que concerne aos métodos de mensuração das seqüências temporais e às regularidades que elas apresentam. É claro que os homens dos estágios anteriores não podiam possuir este saber, não porque fossem menos “inteligentes” do que nós, mas porque esse saber exige, por natureza, muito tempo para se desenvolver. (ELIAS 1998, p. 35)

A análise deste autor enfatiza a capacidade humana de síntese, de relação de duas ou mais seqüências diferentes de transformações, num processo intelectual histórica e socialmente constituído, portanto, variável. O tempo, de acordo com Elias, constitui-se num quadro de referência que inscreve em sua escala mudanças reconhecidas pelos grupos sociais num fluxo de acontecimentos, daí sua dimensão organizadora. O problema para analisar o tempo é atribuir a ele uma existência independente de processos sociais, considerando-se apenas seu aspecto físico, e menosprezando a síntese da qual fala Elias. Dessa forma, a continuidade, os intervalos, a seqüencialidade e a idéia de uma evolução entre um antes e um depois são aspectos que interferem na formação do sentido e que nem sempre se tornam “evidentes” ou problematizados em análises.

Coroa (2004, p. 23) explica que estamos acostumados a pensar o tempo como “algo unidimensional” identificado numa linha reta que vai da esquerda para a direita, num “fluxo temporal” ou na “marcha da história”, metáforas para representar o tempo como uma linha. Isso, de acordo com autora, nos leva a considerar o tempo com existência própria como uma “entidade” mensurável fora dos eventos. Daí ser possível e necessário compreendê-lo como gesto interpretativo que, segundo Elias, se relaciona à memória:

A memória desempenha um papel decisivo nesse tipo de representação, que enxerga em conjunto aquilo que não se produz num mesmo momento. Ao falar dessa maneira numa capacidade de síntese, pretendo referir-me, em particular, àquela capacidade, característica do homem, de presentificar para si o que de fato não está presente *hic et nunc*, e de ligá-lo com o que está efetivamente presente *hic et nunc*. Essa, evidentemente, é apenas uma das manifestações do poder humano de efetuar sínteses, mas desempenha um papel essencial em todas as modalidades de determinação do tempo. (ELIAS, 1998, p. 61)

Noções como passado, presente e futuro são ordenados, portanto, de acordo com a experiência humana, simbólica, que atribui marcos temporais socialmente reconhecidos numa escala que estaria em constante evolução, portanto dinâmica. Elias enfatiza o fato de que “presente”, “passado” e “futuro” são conceitos que dependem das gerações vivas no

momento e como elas estabelecem suas relações com estes referenciais temporais. Seriam, portanto, dimensões simultâneas na experiência humana. Assim, o “presente” seria aquilo que experienciamos; o passado, o que pode ser rememorado, e o futuro corresponde ao que talvez ocorra, algum dia. Não há esta fragmentação no fluxo dos acontecimentos, nem rupturas no que chamamos de tempo. Estas linhas demarcatórias significam porque são tomadas como fundamentos sociais, apagados em sua história, e são modeladores da existência. Nesse sentido, as séries de acontecimentos recebem uma significação temporal medida por padrões estabelecidos na sociedade, que servem de referência para esta medição. A projeção dos acontecimentos no eixo da temporalidade sobre a base da linguagem permite a sobreposição de ordens simbólicas e discursivas que entram na correlação de forças da sociedade.

Nunes (2003) alerta para o fato de que a AD não trabalha com a temporalidade empírica, cronológica, “mas com a temporalidade dos processos discursivos”, no domínio dos textos, da língua. Isso porque os discursos são dispersos no tempo e há efeitos temporais de diversas ordens, resultados de interpretações do passado e projeções do futuro. Nesse sentido, a temporalidade está inscrita no discurso e produz efeitos de sentidos. Ela é, portanto, um fato discursivo. O efeito que se produz primeiramente é o de tornar este imaginário real como resultado de uma interpretação “verdadeira” e aceita.

Maingueneau (1997) propõe o conceito de dêixis discursiva para explicar os pontos de ancoragem no discurso. Se na língua, as coordenadas espaço-temporais são definidas como conjunto de referências articuladas por “eu-tu, aqui, agora”, no discursos temos esta mesma função, mas em nível diferente. A dêixis discursiva se refere ao universo de sentido construído por uma formação discursiva, numa família de expressões em relação de substituição, que permitem situar e distinguir o locutor e o destinatário discursivos, a cronografia e a topografia. Neste quadro, a dêixis existe porque não se enuncia a partir de um sujeito, de uma conjuntura histórica ou de um espaço determinado exteriormente, mas porque há a construção de uma cena que a enunciação produz e pressupõe.

Nessa perspectiva, a dêixis discursiva não é determinada pelo exterior, ocorrendo um movimento de referência do interior do discurso para fora, construído na enunciação.

Maingueneau propõe ainda a existência de uma dêixis fundadora, que corresponde a situações de enunciação anteriores que legitimam a dêixis discursiva.

A dêixis discursiva consiste apenas em um primeiro acesso à cenografia de uma formação discursiva; esta última possui ainda um segundo ponto através do qual é possível alcançá-la; trata-se da dêixis fundadora. Esta deve ser entendida como a (s) situação (ões) de enunciação anterior (es) que a dêixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade. Distinguir-se-á, assim, a locução fundadora, a cronografia e a topografia fundadoras. Uma formação discursiva, na realidade, só pode enunciar de forma válida se puder inscrever sua alocação nos vestígios de uma outra dêixis, cuja história ela institui ou “capta” a seu favor. (MAINGUENEAU 1997, p. 42).

Zoppi-Fontana (1997) explica que a representação da temporalidade corresponde ao conjunto de formas lingüísticas que manifestam a categoria semântica “tempo” na superfície discursiva. Assim, a autora propõe a inclusão de formas morfossintáticas – tempos e aspectos verbais, advérbios, conjunções – e também funcionamentos mais amplos como dêixis fundadora, enunciados narrativos, adjetivação com função de modalização temporal etc, desconsiderando o funcionamento das formas de representação da temporalidade em relação às coordenadas espaço-temporais estabelecidas por sujeitos enunciadorees em situação comunicativa. O eixo “eu-aqui-agora” serve, nesta perspectiva, de suporte imaginário para a constituição da ilusão subjetiva que afeta o sujeito. Assim, “as formas de representação da temporalidade no discurso são marcas ou indícios, na superfície discursiva, dos processos que determinam a constituição do sujeito do discurso num espaço específico de memória” (ZOPPI-FONTANA, 1997, p. 145).

Nesse sentido, a representação da temporalidade nos permite observar o funcionamento discursivo, delimitando e identificando como se constrói a visão de futuro e a reorganização da memória, sendo estas práticas inseridas numa formação discursiva, como explica Zoppi-Fontana (1997), a propósito do discurso alfonsinista (DAL).

No caso do discurso jornalístico, temos a produção de sentido e memória no cruzamento de interesses político-econômicos e institucionais de acordo com as relações de força presentes em sua história. Desse modo, o jornal produz uma imagem de mundo de fatos interpretados por ele num gesto de leitura do mundo, tendo-se em vista que os

sentidos resultam de processos históricos na relação texto/leitor. Mariani (1999, p. 111-112) considera no funcionamento do discurso jornalístico, em seu relato cotidiano dos fatos, a produção de leituras atuais que se relacionam com leituras produzidas em outros lugares e direcionam a leitura do público. Também deve-se ter em vista que esse discurso pode vir “reconfigurar resíduos produzidos no passado” e “organiza os germes de sentidos ainda por vir.” A autora explica ainda que este discurso trabalha com o que é inesperado (inusitado), com o que é possível (em termos da vida cotidiana em suas dimensões políticas, sociais, econômicas, culturais e esportivas) e com o que é previsível (em termos de acontecimentos futuros). Assim, os acontecimentos são inseridos numa ordem imaginária e numa rede de filiações possíveis dentro de uma formação social.

Nesse sentido, consideramos a mídia como reafirmadora de um imaginário social sobre presente, passado e futuro, no qual os indivíduos de um tempo presente internalizam imagens e referências. Gregolin (2003) afirma que os trajetos simbólicos que constroem o imaginário social, no jogo entre enunciadores e enunciatários, traduzem-se em visões de mundo que coexistem, superpõem-se ou excluem-se numa sobredeterminação do real pelo imaginário reguladas por sistemas de formação dos sentidos. Essa circulação de imagens insere-se num processo sociohistórico de produção do sentido, que inclui instituições, e é, portanto, ideológica. Os textos da mídia correspondem a uma construção que alimenta o imaginário social e permite ao leitor “normalizar” sua relação de sentido com o mundo, situando-o num eixo temporal organizado a partir da atualidade, que interpreta o passado e produz uma visão de futuro.

6.2. A construção de uma utopia

Nossa análise nos leva a afirmar que o discurso sobre a privatização da Telebrás nos jornais promove um deslocamento em direção ao futuro, tendo como ponto de apoio um futuro que se constrói a partir da privatização, marco simbólico desse discurso. Isso permite que se afirme que o futuro é também o lugar em que haverá competição, abertura e, portanto, será dominado por empresas privadas. Podemos ainda considerar a privatização

um elemento condicionante deste futuro, que só ocorrerá a partir da aceitação da privatização como ponto de partida e como algo benéfico para toda a sociedade. Nesse sentido, procede-se a uma construção utópica do futuro, que corresponde a um tempo e espaço em que só há benefícios, em que todos ganham e sem vínculos com o passado. Dessa forma, a privatização como marco simbólico depende, para sua aceitação, da criação desta utopia. É em nome do futuro que se promove a privatização. Neste ponto, observamos que o futuro é parte do argumento em prol da privatização para a realização do bem-estar coletivo. Afirma-se que o futuro é o lugar em que haverá competição, abertura de mercados, telefones para todos, e será dominado por empresas privadas. Como explica Giddens (1991), a modernidade é orientada para o futuro e antecipações do futuro tornam-se parte do presente. Dessa forma, busca-se mapear os futuros possíveis/desejáveis e disponíveis.

Autores como Fiorin (2002, p. 154) enfatizam o fato de que o futuro lingüístico, a menos que expresse uma verdade atemporal, não pode ter seu valor de verdade determinado na enunciação. Deste modo, a única possibilidade de fazer asserções no futuro depende da avaliação feita pelo enunciador sobre a “necessidade, probabilidade, possibilidade ou impossibilidade da ocorrência”. O vir a ser, portanto, não é possível de determinar e se associa à possibilidade. No entanto, o que observamos no plano do discurso é uma alternância entre a certeza e a possibilidade de ocorrência, que se refere basicamente à avaliação do enunciador, como afirma Fiorin. Daí o intenso uso de verbos modais, que também jogam com a idéia de possibilidade, para a definição deste significado, por definição incerto. Dessa forma, o que temos é um futuro ideológico construído no discurso sobre a privatização.

6.3. O futuro obrigatório

Para compreender a projeção de futuro feita pelos jornais a partir da privatização da Telebrás, é necessário admiti-lo, em alguns casos, não como probabilidade, mas sim como

algo que se constrói pela afirmação do que certamente ocorrerá. O futuro é assim um tempo por vir e também um espaço de concretização de ideais forjados no presente, que têm na privatização sua fundação. Nesse sentido, o futuro é interpretado como o vir-a-ser que se insere no espaço da obrigação, do “dever ser” (modalidade deôntica) antes determinado no discurso jurídico e governamental, portanto, do poder, que condiciona a dinâmica social e é capaz de construir o futuro tal como se deseja. É, portanto, no discurso do controle pelo Estado do setor que será privatizado que se consegue projetar e justificar a privatização, relacionada a benefícios a serem gerados no futuro. Desta forma, a dêixis discursiva que se constrói é a de um lugar no futuro para o qual os enunciadores deslocam-se para falar sobre a atualidade, buscando neste futuro elementos que possam ser presentificados e usados como determinação para a justificação e explicação da necessidade da privatização, que se realiza assim em nome deste futuro imaginado pelos jornais. É, portanto, na criação de uma rede argumentativa que parte, entre outros aspectos, do controle, da obrigação, da determinação pelo Estado, que localizamos um ponto de apoio para criação deste argumento.

Como veremos nas seqüências discursivas abaixo, podemos considerar ainda que a mídia assimila o discurso jurídico-político, que trabalha com esta projeção, sobredeterminando a realidade para construir, assentada e justificada nestes discursos, o imaginário de algo benéfico para a sociedade. Desta forma, o futuro determinado, que pode ser previsto pela lei, torna-se elemento fundamental para a criação de um universo de crenças favorável à privatização, já que, neste caso, a letra antecede a própria realidade. Observemos nos recortes como isso funciona:

(68) Os novos donos das empresas do Sistema Telebrás terão de cumprir um detalhado cronograma de expansão dos serviços de telefonia fixado pelo governo. Entre as metas, está o aumento do número de linhas telefônicas dos atuais 16,8 milhões para 33 milhões em 2001. As exigências estão no "Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico" e integram o contrato de concessão das empresas que serão privatizadas. Se não cumprirem as previsões, os compradores podem até perder a concessão.

Outro plano de metas, relativo à qualidade, prevê a queda gradual do valor das tarifas telefônicas e a melhoria nos padrões de atendimento ao consumidor.

Além do aumento do total de linhas, o plano de universalização estabelece a redução do prazo para instalação de telefones, o crescimento do número de telefones públicos e o atendimento a deficientes auditivos e de fala.

Atualmente, não há um prazo fixo para instalação de telefones. Em São Paulo, por exemplo, o usuário chega a esperar até três anos para obter uma linha.

De acordo com as metas fixadas, as solicitações de linhas deverão ser atendidas em quatro semanas a partir de 31 de dezembro de 2001. O período cairá gradativamente até chegar a uma semana a partir de 31 de dezembro de 2004.

Distância entre orelhões

O número de telefones públicos deverá passar de 498 mil, atualmente, para 981,3 mil em 2001. O plano estabelece, inclusive, a distância mínima entre os telefones públicos para as localidades que tenham serviço telefônico.

Deverá haver um aparelho a cada 800 metros a partir de 31 de dezembro de 1999. O número cairá para 500 metros, a partir de 31 de dezembro de 2001 e 300 metros, a partir de 31 de dezembro de 2003.

Também há exigência de instalação de telefones públicos nas localidades que não tenham serviço telefônico comum.

Os lugarejos com mais de mil habitantes deverão ter pelo menos um orelhão acessível 24 horas por dia até 31 de dezembro de 1999. Os locais com mais de 300 habitantes deverão ser atendidos até 31 de dezembro de 2003 e, os que possuem mais de cem habitantes, até 31 de dezembro de 2005.

Quem paga

De acordo com o plano, a universalização é “o direito de acesso de toda a pessoa ou instituição, independentemente de sua localização e condição socioeconômica” ao serviço telefônico.

Tanto o plano quanto o contrato de concessão afirmam que os custos deverão ser arcados pelos novos donos do Sistema Telebrás. A exceção são as metas de expansão da rede de acordo com o número de habitantes das localidades.

O serviço de telefonia comum terá de ser instalado gradativamente até alcançar todas as localidades com mais de 300 habitantes.

Até 31 de dezembro de 2001, todos os locais com mais de mil habitantes deverão ser atendidos. Dois anos depois será a vez das localidades com mais de 600 habitantes. Os locais com mais de 300 pessoas terão de ser atendidos até 31 de dezembro de 2005.

Nos casos das localidades com mais de 600 e mais de 300 habitantes, os recursos poderão vir do Orçamento da União, Estados e municípios ou do Fundo de Universalização, que ainda não existe. O fundo será financiado com recursos das próprias operadoras.

O economista Márcio Wohlers, especialista em telecomunicações, acredita que o plano não atingirá o objetivo de democratizar o acesso às linhas telefônicas.

Segundo ele, o plano é "razoável" em números absolutos, mas provocará concentração de telefones em determinadas faixas de renda. Wohlers acredita que a população que ganha um salário mínimo não conseguirá pagar a conta de telefone a cada mês. (CONCESSIONÁRIAS..., 1998, p. 9)

Observamos em (68) que o futuro é controlado - “dever ser” (“as solicitações de linhas deverão ser atendidas em quatro semanas a partir de 31 de dezembro de 2001.”), “dever haver” (“Deverá haver um aparelho a cada 800 metros a partir de 31 de dezembro de 1999.”), “dever ter” (“Os lugarejos com mais de mil habitantes deverão ter pelo menos um orelhão acessível 24 horas por dia até 31 de dezembro de 1999”). São “exigências” desenhadas no presente a partir do Plano Geral de Metas para Universalização do Serviço Telefônico, controlado pelo governo, e integrantes do contrato de concessões das empresas

que “serão privatizadas”, fato que ocorrerá. É, portanto, baseado na certeza da privatização que se afirma a projeção de futuro. Nesse plano, que “prevê” (“Outro plano de metas, relativo à qualidade, prevê a queda gradual do valor das tarifas telefônicas e a melhoria nos padrões de atendimentos ao consumidor”) e “estabelece” (“Além do aumento do total de linhas, o plano de universalização estabelece a redução do prazo para instalação de telefones”), portanto, destaca-se o aspecto numérico, de aumento do número de linhas, de 16,8 milhões para 33 milhões. É também no aspecto qualitativo que se coloca a ênfase como na diminuição gradual das tarifas, na melhoria no padrão de atendimento do consumidor e na redução do prazo de instalação, no crescimento do número de telefones públicos e no atendimento a deficientes auditivos e de fala. Notemos também que a certeza da ocorrência dos benefícios se constrói pela ancoragem em datas específicas, que demonstram o detalhamento das metas (31 de dezembro de 2001, 31 de dezembro de 2003, 31 de dezembro de 2005). Parte-se do pré-construído da falta, da insuficiência até então dos serviços de telecomunicações no país, o que permite, então, justificar o controle das metas: “atualmente não há um prazo fixo para instalação de telefone. Em São Paulo, por exemplo, o usuário chega a esperar até três anos para obter uma linha.”

Mostra-se dessa forma que o político, o controle do Estado é fator de intervenção neste futuro, que não se constitui exclusivamente pela ação do mercado, havendo punições para quem infringir as regras. É no espaço do controle político-jurídico que se obtém a construção utópica, projetada no futuro determinado e garantido na sua ocorrência – “será” (“O fundo será financiado com recursos das próprias operadoras”) e “cairá” (“O período cairá gradativamente até chegar a uma semana a partir de 31 de dezembro de 2004”) , por exemplo. Fala-se em universalização, definida pelo Estado (“De acordo com o plano, a universalização é ‘o direito de acesso de toda a pessoa ou instituição, independentemente de sua localização e condição socioeconômica ao serviço telefônico’”). Dessa forma, o Estado regula o mercado, para que ele atenda metas definidas igualmente no discurso jurídico. É no futuro, porém, que elas se definem.

Observemos ainda o contraponto estabelecido em discurso direto na representação da fala do especialista Márcio Wohlers, que acredita que o plano, “razoável” em números absolutos, provocará a concentração de telefones em determinadas faixas de renda e que a

população com baixa renda não “conseguirá pagar a conta de telefone a cada mês”. Esta outra construção do futuro, baseada não numa realidade construída pelo discurso jurídico, encontra seu espaço, mas não se firma como dominante no discurso. É um outro sentido para o futuro, que não contradiz o dominante, e apenas alerta para alguns riscos.

(69) **BRASÍLIA - O consumidor brasileiro não deverá ter problemas com os serviços de telecomunicações depois da privatização do Sistema Telebrás, garantiu o ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros.** Segundo ele, a privatização conclui o processo de reestruturação do setor, permitindo, além da **redução de tarifas, a obrigação da melhora na qualidade do serviço.** As metas estabelecidas pelo ministério, que serão fiscalizadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), são ambiciosas. **Os contratos de concessão, assinados na semana passada pelas empresas do Sistema Telebrás, estabelecem um cronograma de redução tarifária até 2005.** Esses percentuais não incluem a redução voluntária de tarifas. **Para as ligações locais, as tarifas devem ser reduzidas em 4,9% a partir de 2001. As ligações interurbanas nacionais deverão ficar 24,8% mais baratas nos próximos sete anos, começando já a partir deste ano.**

A maior redução imposta pelo contrato será para as ligações internacionais, cujas tarifas devem ter redução de 66%. Este ano, as tarifas internacionais já devem cair 5%. De acordo com as metas, deverão estar funcionando em 2007 pelo menos 50 milhões de terminais telefônicos no País, quase três vezes o número atual de terminais. As projeções do governo indicam que pouco mais de 90% das residências deverão ter telefone, enquanto, atualmente, apenas 32% dispõem do serviço. Da mesma forma, a Anatel exigirá o funcionamento de 26 milhões de acessos celulares em 2007, cinco vezes mais que os 4,2 milhões de linhas ativadas em março de 1998. As concessionárias também obrigam-se a seguir o programa de metas de qualidade e o programa de universalização, que ainda estão sendo concluídos pela Anatel.

As exigências de qualidade determinam, por exemplo, que a taxa de congestionamento das chamadas locais deve cair para 4% em 2003. Os planos de universalização determinam que em 2005 todas as localidades com mais de 300 habitantes devem ter um aparelho telefônico. Até 2003, as empresas devem atender a pedidos de instalação de linha telefônica em até uma semana. No fim de 1999, as empresas serão obrigadas a instalar telefones em até 12 semanas. (PAUL, G., 1998, p.B1).

Observamos que o texto (69), que tem como fiador o ministro das Comunicações, dirige-se ao consumidor, demonstrando como ele será beneficiado pela privatização, controlada no espaço jurídico pela lei, o que determina um futuro de “obrigação”. Este consumidor, destinatário discursivo do ministro, não “deverá ter problemas com os serviços de telecomunicações depois da privatização do sistema Telebrás”. A privatização constrói um universo sem problemas, porque está garantido no discurso da lei, do “dever”. A redução tarifária se estabelece no espaço do contrato, no presente com valor de futuro. (“Os contratos de concessão, assinados na semana passada pelas empresas do Sistema Telebrás, *estabelecem* um cronograma de redução tarifária até 2005.” e “Para as ligações locais, as tarifas *devem ser* reduzidas em 4,9% a partir de 2001.”).

Até 2007, as metas são de funcionamento de 50 milhões de terminais telefônicos, o que atinge 90% das residências, além de 26 milhões de celulares. Marca-se pela data um prazo para a ocorrência deste cenário. A incorporação do discurso jurídico ajuda a construir o imaginário de que é possível determinar a realidade, a partir de um espaço de controle jurídico-político definido pelo Estado, que tem o poder de realizar este futuro. As metas podem ser enumeradas concretamente, dado que o espaço de controle está definido no Estado. Dessa forma, demonstra-se que há uma relação de subordinação do mercado ao Estado, que se estabelece pela obrigação, expressa em sintagmas como “obrigação”(“a obrigação da melhora na qualidade do serviço”), “exigirá” (“a Anatel exigirá o funcionamento de 26 milhões de acessos celulares em 2007”), “determinam” (“os planos de universalização determinam que em 2005 todas as localidades com mais de 300 habitantes devem ter um aparelho telefônico”).

(70) Acaba de ser sancionada pelo sr. presidente da República a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), nos termos do substitutivo que apresentei na qualidade de relator na Câmara dos Deputados. Trata-se de **um dispositivo legal que promoverá, nos próximos anos, profundas modificações no setor, ampliando os investimentos e a produção de bens e serviços, gerando uma grande quantidade de empregos e possibilitando o acesso de todos os cidadãos ao sistema de telecomunicações, hoje tão necessário à vida das pessoas e das empresas.**

A nova lei baliza uma nova concepção do papel do Estado. Ao criar a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), como autoridade administrativa independente, não subordinada ao ministro, desvincula as regras e condições de funcionamento do setor das pressões e dos interesses econômicos e políticos.

A agência terá autonomia financeira, com recursos garantidos para planejar os cinco anos seguintes. Seu conselho diretor, com renovação permanente, é indicado pelo presidente e aprovado pelo Senado Federal. Seu funcionamento será transparente, sujeito ao controle da sociedade. Ao setor privado caberá a operação do sistema. As empresas poderão obter concessões, mediante licitações públicas realizadas pela Anatel, ou autorizações para funcionamento, quando aquelas não se fizerem necessárias, conforme a modalidade de serviço.

A maior responsabilidade da agência será garantir a existência de competição no setor e impedir a concentração econômica, criando as condições para tarifas mais acessíveis e serviços de melhor qualidade.

A lei estabelece normas, condições e obrigações para que o sistema funcione, depois de alguns anos, como um mercado aberto e competitivo. Caberá à agência estabelecê-lo, sem prejuízo do controle a ser exercido pelo Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica), órgão encarregado de julgar as infrações à ordem econômica.

Outro elemento essencial dos conceitos que norteiam a lei é a garantia da universalidade, isto é, da possibilidade de acesso de todos ao sistema de telecomunicações.

Os recursos provenientes das outorgas de concessões e autorizações poderão ser alocados pelo Fundo de Universalização das Telecomunicações de maneira a atender a maioria da população, hoje discriminada pelos custos elevados e pela carência do sistema, sempre nos termos do Orçamento, apresentado pelo Executivo e aprovado pelo Congresso.

A questão tecnológica não fica esquecida na lei. **Ela prevê a criação do Fundo de Desenvolvimento das Telecomunicações, com a finalidade de promover o desenvolvimento tecnológico no setor, sem prejuízo da manutenção do CPqD (Centro de Pesquisa e Desenvolvimento) da Telebrás, que será transformado em entidade autônoma.**

A lei aprovada não elimina a presença do poder político, vale dizer, Executivo e Legislativo legitimamente eleitos pelo povo. **Pelo contrário, será ela, por meio das políticas e dos planos estabelecidos, que definirá os rumos do setor, inclusive as obrigações de universalização.** Dessa forma, **afirma-se um novo modelo do Estado brasileiro, de suas relações com o setor privado e com a sociedade.** Para que isso seja possível, a lei autoriza a reestruturação e a desestatização do sistema Telebrás, de forma transparente, com um modelo que será submetido a audiência pública e, em seguida, determinado por decreto do presidente da República.

A nova lei é um avanço monumental no processo de reformas, criando as condições para que seja superada a enorme distância existente entre a realidade atual e as necessidades do país de construção da infra-estrutura indispensável para alavancar o desenvolvimento econômico e social. É, certamente, o mais bem-acabado modelo do novo Estado que julgamos necessário para que o país possa superar a miséria e o atraso. Não se submete à falsa concepção de uma sociedade onde o mercado seria o deus todo-poderoso que organizaria a economia e permitiria, pelo livre arbítrio, o acesso de todos os cidadãos às riquezas produzidas. Mas supera a velha concepção do Estado paternalista, que tudo pode e que tem sido criador e protetor dos privilégios daqueles que, como elite da sociedade, têm enorme poder de pressão.

Superando as forças do atraso, estamos caminhando na construção de um Brasil mais justo. (GOLDMAN, A., 1997, p.1-3)

No artigo (70), “Superando as Forças do Atraso”, publicado na *Folha de S. Paulo*, o deputado Alberto Goldman, relator da Lei Geral das Telecomunicações, explica os benefícios que a nova lei trará para o País. Estes benefícios são projetados no futuro, marcado por verbos na forma do futuro do presente (“promoverá”, “terá”, “será”, “caberá”, “definirá”). Aspectos como ampliação de investimentos, produção de bens e serviços, geração de empregos e acesso de todos os cidadãos ao sistema de telecomunicações, considerado uma necessidade na vida das pessoas e de empresas, são previstos na lei, no futuro construído no espaço da legalidade. A lei tem assim um papel performativo, de determinar uma realidade a partir de um presente que se projeta no futuro (“A lei estabelece normas, condições e obrigações para que o sistema funcione, depois de alguns anos, como um mercado aberto e competitivo.”).

O texto desloca para o futuro um estado geral de uma situação ideal, que se encontra estabelecido no discurso da lei, assumindo o papel de condicionador de uma realidade, que tem como pré-construído que a privatização é benéfica. Por isso, deve-se superar o atraso, que se identifica ao estado atual vivido pelo País no momento da enunciação e que já se torna passado com a nova lei. Define-se para o setor privado a operação do sistema, numa separação de funções, considerada a melhor para o país. Ao Estado, na figura da Anatel,

cabará o controle. Este universo apresenta, portanto, um funcionamento idealizado no discurso da lei, que assegura a existência do mercado privado e desloca para o futuro o cumprimento das obrigações. Desta forma, a universalização é um tema a ser tratado no futuro com recursos advindos do mercado, por meio de um fundo (“Os recursos provenientes das outorgas de concessões e autorizações poderão ser alocados pelo Fundo de Universalização das Telecomunicações de maneira a atender a maioria da população, hoje discriminada pelos custos elevados e pela carência do sistema”). O presente (“hoje”) é, portanto, ainda marcado por “custos elevados” e “carência do sistema”. Além disso, afirma-se que a universalização é uma “obrigação” (“obrigações de universalização”), um dever previsto em lei e deslocado para o futuro. E o futuro identifica-se com o novo – o “novo Estado brasileiro”, que é anunciado na “nova Lei”, considerada um avanço. (“A nova lei é um avanço monumental no processo de reformas, criando as condições para que seja superada a enorme distância existente entre a realidade atual e as necessidades do país de construção da infra-estrutura indispensável para alavancar o desenvolvimento econômico e social”).

Notemos que é necessário a reafirmação do novo, que indica o futuro promissor e o movimento em direção a ele, separando-o do velho, que se revela atrasado, que condiciona o presente, mas não encontra continuidade no futuro:

“É, certamente, o mais bem-acabado modelo do novo Estado que julgamos necessário para que o país possa superar a miséria e o atraso. Não se submete à falsa concepção de uma sociedade onde o mercado seria o deus todo-poderoso que organizaria a economia e permitiria, pelo livre arbítrio, o acesso de todos os cidadãos às riquezas produzidas. Mas supera a velha concepção do Estado paternalista, que tudo pode e que tem sido criador e protetor dos privilégios daqueles que, como elite da sociedade, têm enorme poder de pressão.”

Há, a partir da lei, uma ruptura numa “evolução histórica”, que deixa de existir num cenário futuro. Nesse sentido, a lei é um avanço, que condiciona a nova realidade, baseada na privatização não nomeada no artigo. Configuram-se desta forma duas ordens simbólicas que associam o novo ao desejado, ao qualitativamente superior, e o velho, ao que se revelou paternalista, protetor de privilégios e identificado com o passado. É, portanto, necessário

neste funcionamento discursivo estabelecer uma ordem que visa “totalizar” os benefícios, que somados se convertem na construção de um país mais desenvolvido, mais justo.

(71) A privatização do Sistema Telebrás deverá mudar totalmente a face do mercado brasileiro das telecomunicações, segundo a opinião unânime de empresários, investidores e analistas que acompanham o cenário brasileiro do setor.

Além da arrecadação de pelo menos R\$ 13,47 bilhões para os cofres públicos, quase quatro vezes mais que os R\$ 3,5 bilhões obtidos com a venda da Vale do Rio Doce, no ano passado, **o leilão desta quarta-feira vai criar condições para que o País possa sair do atraso em que se encontra em um setor considerado estratégico para a economia.**

A infra-estrutura disponível no campo das telecomunicações, assim como ocorre no setor de energia, é um dos fatores levados em conta pelas empresas na hora de tomar decisões sobre novos investimentos. A disponibilidade de serviços de telefonia e transmissão de dados também estimula o intercâmbio comercial e até a prestação de serviços de profissionais autônomos. Por esse motivo, a privatização da Telebrás deverá ter impacto direto na vida da ampla maioria da população.

“A privatização vai mudar totalmente o cenário brasileiro em muito pouco tempo”, observa o diretor-geral de Telecomunicações da Siemens, Verner Dittmer. Ele explica que as operadoras privadas não enfrentarão o problema das amarras legais e burocráticas que limitavam os investimentos das estatais.

“Apesar de ser lucrativo, o setor não podia investir para atender à demanda por causa da legislação que estabelecia limites aos investimentos”, diz o executivo. Os novos investidores não só terão interesse em atender à demanda para obter receita como serão obrigados a dobrar tudo o que foi feito no setor até hoje em apenas três anos, para cumprir às metas quantitativas dos contratos de concessão. Só a demanda reprimida atual comporta duplicar o que já existe no País. (SCHOLZ, C., 1998, p. B3).

O texto (71), publicado no caderno de Economia de *O Estado de S. Paulo* às vésperas da privatização da Telebrás oferece-nos um exemplo de como são construídos os argumentos em prol da venda destas empresas. Observamos inicialmente que a argumentação é deslocada para o futuro. Este futuro é argumento, portanto, que justifica a ação de privatizar e ele é condicionado à privatização, que fatalmente ocorrerá e provocará mudanças totais. A privatização provoca mudanças no mercado do país, como um todo, dentro do espaço da nação, observado no adjetivo “brasileiro”. Desta forma, no primeiro parágrafo observemos a seqüência: “A privatização deverá mudar totalmente o cenário do mercado brasileiro das telecomunicações, segundo opinião unânime de empresários, investidores e analistas que acompanham o cenário brasileiro do setor”.

Notemos que a mudança citada é deslocada para o futuro, com um grau de incerteza marcada pelo verbo auxiliar modal “dever” no futuro do presente, mas é opinião “unânime” de representantes da economia (empresários, investidores e analistas), corroborada pelo texto nos parágrafos seguintes. Esta mesma construção, com o verbo “dever”, é usada em

“deverá ter impacto direto na vida da ampla maioria da população”, ou seja, os impactos atingem não só a economia, mas o dia-a-dia da “ampla maioria” (“a privatização da Telebrás deverá ter impacto direto na vida da ampla maioria da população”). Dessa forma, amplia-se o efeito de benefício para todos – também presente em “País” -, num movimento em que ao mesmo tempo se admite a incerteza, mas se justifica a necessidade de mudança, num setor que se reconhece como atrasado e estratégico (“o leilão desta quarta-feira vai criar condições para que o País possa sair do atraso em que se encontra em um setor considerado estratégico para a economia.”). Na seqüência, busca-se enumerar estes benefícios futuros, que se tornam condições para o desenvolvimento. Além de propiciar uma arrecadação expressiva para o governo, explica-se a necessidade de o país contar com outra infra-estrutura não-disponível no momento de referência:

“A infra-estrutura disponível no campo das telecomunicações, assim como ocorre no setor de energia, é um dos fatores levados em conta pelas empresas na hora de tomar decisões sobre novos investimentos. A disponibilidade de serviços de telefonia e transmissão de dados também estimula o intercâmbio comercial e até a prestação de serviços de profissionais autônomos.”

Muda-se o tempo da enunciação para o presente (“é um dos fatores levados em conta” e “a disponibilidade de serviços de telefonia e transmissão de dados também estimula o intercâmbio comercial e até a prestação de serviços por profissionais autônomos”), conferindo valor de verdade às afirmações, o que reforça a necessidade de construção do futuro no sentido proposto no texto, ou seja, com base no setor privado. Este presente universal e explicativo para a necessidade da mudança relaciona-se pelo conectivo “por esse motivo”, (“por esse motivo, a privatização da Telebrás deverá ter impacto direto na vida da ampla maioria da população”) ao futuro proposto, de mudança. Desta forma, constrói-se um cenário futuro baseado numa explicação universal, fundamentada na economia, e justificada pelo atraso. Notemos ainda que no discurso direto, na fala representada de um empresário (“A privatização vai mudar totalmente o cenário brasileiro em muito pouco tempo”, observa o diretor-geral de Telecomunicações da Siemens, Verner Dittmer”), assume-se a mudança que se afirma sem modalizações, que permitem ao jornal distanciar-se da opinião do outro e manter um grau de independência numa formação imaginária que lhe possibilita assumir indiretamente tal posição sem comprometer-se com a

opinião de setores econômicos. Na voz do executivo, afirma-se que não haverá amarras burocráticas e legais, que limitavam os investimentos. Neste futuro, desenhado ao final do texto, não há mais incerteza, que é sobredeterminada pela obrigação: “os novos investidores não só terão interesse em atender à demanda para obter receita como serão obrigados a dobrar tudo que foi feito até hoje em apenas três anos”.

(72) A primeira concessão da Banda B da telefonia celular deverá ser outorgada ao consórcio Americel, que venceu a licitação na Região Centro-Oeste. **As primeiras informações, fornecidas pelos ganhadores, prenunciam a importância da revolução que se desencadeará com a oferta dos novos serviços de telefonia pelos consórcios que disputam a chamada Banda B. São inúmeros os fatos que mostram a amplitude dos benefícios que essa revolução proporcionará. Primeiro, ela permitirá a modernização das comunicações, que são o mais importante dos setores de serviços, nas sociedades desenvolvidas, em que a economia terciária lidera o crescimento. Segundo, será possível, de fato, unir o País, pois, em algumas localidades, não há telefones, salvo, eventualmente, um único aparelho público. Além disso, os preços dos celulares, já anunciados, vão cair. Os serviços também custarão muito menos do que hoje. Ademais, o consórcio Americel venceu a concorrência pagando R\$ 338,5 milhões, o que corresponde a um ágio de 25,37% sobre o preço mínimo, de R\$ 270 milhões. Abrem-se, assim, perspectivas auspiciosas, seja para as contas públicas, seja para os consumidores, que, até agora, amargaram enormes filas, enquanto dependeram da telefonia estatal.**

Segundo o presidente do consórcio Americel, Gerard Vazquez, ainda este ano os habitantes de Brasília receberão os primeiros celulares da Banda B. Bastará que se cumpram as formalidades e o contrato de concessão seja assinado até julho. É muito extensa a região em que o Americel foi vitorioso. Conhecida como Área 7, ela inclui o Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Acre e Tocantins. **Os vencedores prevêem que será possível oferecer atendimento adequado a toda a área porque os serviços serão operados por duas empresas canadenses, a Bell Canada e a Telesystem Wireless, com experiência num mercado de dimensões continentais, como o brasileiro.** A Bell Canada é a segunda maior operadora de celulares em seu país, explorando 1,4 milhão de telefones. O programa de abertura da telefonia no Brasil está somente começando. Seus objetivos são muito ambiciosos. Só as licitações da Banda B permitirão ao governo arrecadar montante superior a US\$ 6 bilhões, bem acima, portanto, do preço mínimo que havia sido fixado. **No conjunto, cerca de US\$ 29 bilhões poderão ser conseguidos na venda de toda a telefonia estatal.** O Ministério das Comunicações calcula que, até 2003, haverá uma demanda por 30 milhões de celulares. O conjunto dos investimentos em telefonia é estimado em US\$ 100 bilhões, sendo, certamente, o maior programa do mundo no setor. As tarifas básicas da Americel serão 30,36% inferiores às da Telebrasil, que explora a Banda A da telefonia celular, no Distrito Federal. Uma linha custará R\$ 158,40, contra os R\$ 330,00 cobrados, hoje, pela Telebrasil.

Temendo a concorrência que se aproxima, a Telebrasil e as outras cinco "teles" que atuam na Região Centro-Oeste preparam-se para propor à Telebrás regras para que não percam rapidamente o mercado em que reinavam. Não é para menos. A assinatura mensal, na Banda B, será de R\$ 17,41, contra R\$ 34,55, hoje, na Banda A. O mais importante, porém, é que, comprometido com investimento de R\$ 750 milhões, o grupo vencedor poderá atender à demanda. Os primeiros 80 mil celulares serão em breve oferecidos à população. A outorga das concessões para o conjunto das áreas da Banda B poderá demorar alguns meses, dependendo dos recursos interpostos administrativamente e das ações judiciais que vierem a ser movidas pelos perdedores ou pelos inabilitados. **Mas, desde já, pode-se considerar o dia 4 de junho uma data histórica, o marco inicial do processo da privatização da telefonia, que permitirá que o País anule rapidamente um atraso de décadas nas telecomunicações.** (PERSPECTIVAS...,1997, p. B3)

Em editorial (72) publicado em *O Estado de S. Paulo*, podemos observar como se imagina o futuro a partir de um pré-construído que a privatização ocorrerá, que haverá

benefícios na abertura do mercado de telecomunicações e de que esses benefícios serão para todos. Notemos que na organização dos sentidos proposta no editorial considera-se que haverá uma “revolução que se desencadeará” a partir da oferta de novos serviços de telefonia, ou seja, estes acontecimentos deslocados para o futuro servem como justificativa para o presente. Afirma-se, portanto, que esta “revolução”, levará à oferta de “novos serviços” e à “modernização”:

“As primeiras informações, fornecidas pelos ganhadores, prenunciam a importância da revolução que se desencadeará com a oferta dos novos serviços de telefonia pelos consórcios que disputam a chamada Banda B. São inúmeros os fatos que mostram a amplitude dos benefícios que essa revolução proporcionará. Primeiro, ela permitirá a modernização das comunicações, que são o mais importante dos setores de serviços, nas sociedades desenvolvidas, em que a economia terciária lidera o crescimento.”

Não é suficiente, porém, afirmar que haverá revolução. É necessário vinculá-la a uma rede explicativa, que também se constrói no futuro e pode ser enumerada: “primeiro, ela permitirá a modernização das comunicações, que são o mais importante dos setores de serviços, nas sociedades desenvolvidas”; “segundo, será possível, de fato, unir o País, pois em algumas localidades, não há telefones, salvo, eventualmente um único aparelho público.” Some-se a isso a queda de preços dos celulares e dos serviços e boas perspectivas para as contas públicas e os consumidores, que dependeram até então da telefonia estatal. Neste cenário, portanto, não há perdas, há benefícios para todos, num país que não é moderno e tem carência de serviços na área de telecomunicações. Estes benefícios, portanto, só podem ser atingidos por empresas privadas, já que a telefonia estatal provocou para os consumidores “enormes filas” (“Abrem-se, assim, perspectivas auspiciosas, seja para as contas públicas, seja para os consumidores, que, até agora, amargaram enormes filas, enquanto dependeram da telefonia estatal.”)

O futuro marca no discurso acontecimentos que ocorrerão, no universo de crenças construído pelo jornal e que se justificam pelo porte da empresa que vai operar a área 7, “a segunda maior operadora de celulares em seu país” (Canadá). Este futuro promissor permitirá ainda arrecadar somas significativas para os cofres públicos – superior a R\$ 6 bilhões, no caso dos celulares – e a possibilidade de se ter até R\$ 29 bilhões na “venda de

toda a telefonia estatal”. Investimentos (US\$ 100 bilhões), tarifas menores compõem o quadro futuro desenhado no texto.

Notemos ainda que se busca inserir a concessão numa construção da história, tomando-a como marco simbólico da privatização. Implicitamente, considera-se, portanto, o passado estatal um “atraso de décadas”, que deve ser anulado pelo País, em sua totalidade, mas por meio de empresas privadas (“Mas, desde já, pode-se considerar o dia 4 de julho, uma data histórica, o marco inicial do processo da privatização da telefonia, que permitirá que o país anule rapidamente um atraso de décadas nas telecomunicações.”).

(73) **Creia, leitor, você só tem a ganhar com a privatização da Telebrás. Mais do que isso: em minha opinião, todas as mudanças que ocorrem hoje nas telecomunicações brasileiras trarão grandes vantagens e benefícios a toda a sociedade - em especial, aos milhões de usuários, clientes e cidadãos. É o que busco provar a seguir.**

Como jornalista especializado, tenho coberto esse setor desde março de 1967. Ao longo desses 31 anos, tenho viajado pelo mundo e acompanhado a verdadeira revolução que ocorre nesse setor e praticamente todas as privatizações ocorridas nos anos 80 e 90. Em todos os países que privatizaram e introduziram a competição em suas telecomunicações, ocorreram três consequências básicas: a) houve sensível aumento da oferta de serviços; b) a qualidade desses serviços melhorou de forma extraordinária; e c) os preços caem continuamente.

O mundo vive, aliás, uma revolução em suas telecomunicações. Muito além da simples privatização, essa revolução se apóia em três grandes fatores: avanço tecnológico, globalização e competição.

Começamos pela tecnologia. A convergência entre telecomunicações, computadores e multimídia permite saltos jamais sonhados até um passado recente. A rigor, essa convergência tecnológica integra centrais telefônicas digitais, fibras ópticas, serviços celulares ou "wireless", redes mundiais de computadores, constelações de satélites de órbita baixa e softwares revolucionários.

Um dos aspectos marcantes dessa revolução tecnológica é a digitalização de todas as formas de sinais - voz, dados, gráficos, textos, vídeo ou imagens. Tudo é reduzido a bits, processado, armazenado, transmitido, recuperado e decodificado. Diante do impacto dessa tecnologia, os especialistas criaram até a expressão "economia digital" para designar o alcance de sua influência. O melhor exemplo dessa convergência telecomunicações-computadores-multimídia é a Internet, que já interliga mais de 120 milhões de usuários em todo o mundo.

É claro que, no novo modelo institucional que o Brasil está adotando, a alavanca mais poderosa das profundas transformações por que passa o mercado não é a privatização, mas sim a competição. Em sua nova estratégia, o Brasil parte da extinção do monopólio estatal para, diferentemente do que fizeram muitos outros países, implementar a competição entre os novos operadores ou concessionários, no menor prazo possível. Nele, o Estado deixa de ser empresário, investidor e operador dos serviços, para exercer seu papel mais nobre, tornando-se exclusivamente regulador, fiscalizador e defensor da sociedade, por intermédio da Anatel, a Agência Nacional de Telecomunicações. Por ter sido um dos últimos no mundo, o projeto brasileiro de reestruturação das telecomunicações pôde aproveitar-se dos erros e acertos dos demais países. Temos, assim, um dos melhores modelos institucionais. Por quê? Pelas razões seguintes:

1. raríssimas leis de telecomunicações no mundo são tão completas, modernas e adequadas à realidade de seus países quanto a LGT-Lei Geral de Telecomunicações aprovada pelo Congresso em julho de 1997, porque ela contempla a competição, a universalização dos serviços e a defesa do usuário;

2. a Anatel, a agência reguladora criada pela LGT, é dirigida por profissionais experientes e com o máximo de autonomia administrativa e financeira possível. Seu trabalho até aqui tem sido impecável na preparação do cenário para a implantação do novo modelo. Entre outros trabalhos, a agência elaborou o Plano de Outorgas, o Plano de Universalização, o Plano de Metas, e os novos contratos de concessão já assinados pelas empresas do Sistema Telebrás;
3. imediatamente após a privatização da Telebrás, a Anatel abrirá licitação internacional para escolha das empresas-espelho, ou seja, aquelas que irão competir com as quatro grandes operadoras privatizadas (Telesp, Tele Norte, Tele Sul e Embratel);
4. a partir de 2003, o setor passa do duopólio para uma competição aberta a todos quantos possam e queiram disputar a operação dos serviços, em todas as áreas e em todos os níveis.

Antevisão de 2003

Para que você, leitor, avalie o que pode resultar desse modelo, vale a pena antecipar algumas metas previstas para os próximos cinco anos. A oferta de linhas fixas crescerá das atuais 18,8 milhões para 40 milhões em 2003. No mesmo período, a oferta de celulares se ampliará dos quase 5 milhões atuais para mais de 23 milhões. O número de usuários de comunicação de dados (exceto Internet) pulará dos 4 milhões atuais para mais de 20 milhões. Os usuários da Internet, que eram menos de 200 mil em 1994, são hoje 2 milhões e poderão ser 18 milhões em 2003. Essas metas foram fixadas, inicialmente, pelo Ministério das Comunicações, no plano denominado Paste (Plano de Ampliação e Recuperação do Sistema de Telecomunicações e do Sistema Postal), que previu investimentos da ordem de US\$ 90 bilhões no período 1995-2003, com base num estudo de demanda feito em escala nacional. Nesta fase, suas metas integrarão os contratos das novas operadoras que comprarem as empresas do Sistema Telebrás.

Há fatos positivos que os brasileiros jamais suporiam ser possíveis no Brasil de hoje. Quem poderia esperar, por exemplo, que em Minas Gerais a concessionária da banda B não cobrasse taxa de habilitação do telefone celular? Não há, portanto, nada de absurdo em supor que as tarifas caiam com a mesma intensidade do aumento da oferta de serviços. Em dezenas de países, essa queda tem sido dramática. Um bom exemplo é o caso de Israel. Há 36 meses, quando se iniciou a competição entre banda A e banda B, a assinatura básica mensal desse serviço custava cerca de US\$ 40, e o minuto de conversação, US\$ 0,37. Hoje, três anos depois, a assinatura básica não ultrapassa US\$ 12, e o minuto, US\$ 0,14. Resultado prático: Israel é hoje um dos países com maior densidade de telefones celulares no mundo (30 assinantes celulares por 100 habitantes).

No Chile, a competição nos serviços de longa distância proporcionou reduções impressionantes nos preços. Assim, o custo de uma ligação Santiago-Nova York despencou de US\$ 1,40 para menos de US\$ 0,40. Em lugar de apenas uma empresa de longa distância, o Chile chegou a ter 12 operadoras internacionais. Ainda em Israel, após cinco meses de competição na área de longa distância, os preços de uma ligação Tel Aviv-Nova York já haviam despencado de US\$ 1,10 para menos de US\$ 0,25. E uma ligação Tel Aviv-Tóquio caiu de US\$ 1,20 para US\$ 0,26.

Na América Latina, a privatização - mesmo com pouca competição nos primeiros anos - triplicou o número de telefones nos anos 90 nos cinco principais países que desestatizaram suas telecomunicações: Chile, México, Argentina, Venezuela e Peru.

Evidentemente, o progresso das telecomunicações não se limitará ao telefone, mas abrangerá o conjunto de modernos serviços de telecomunicações, redes corporativas e de comunicação eletrônica de massa que as tecnologias e a reorganização do mercado tornarão possíveis. Além de servir ao cidadão, esse conjunto de serviços constituirá a mais avançada infra-estrutura de modernização do país, possibilitando a aceleração do desenvolvimento econômico, o aumento das exportações, a redução de custos, o aumento da competitividade nacional e mesmo serviços de profundo alcance social, como os de teleeducação e telemedicina.

Ethevaldo Siqueira é jornalista especializado e diretor da *RNT-Revista Nacional de Telecomunicações*. E-mail: esiqueira@advanstar.com.br (SIQUEIRA, E., 1998, p. 11).

Observemos o texto (73), assinado pelo jornalista Ethevaldo Siqueira, definido como “jornalista especializado e diretor da *RNT-Revista Nacional de Telecomunicações*” em pé de página, que assume a voz da autoridade para anunciar um futuro em que todos têm a ganhar. O enunciador também se define como jornalista especializado, que conhece a “revolução que ocorre no setor” e as privatizações ocorridas no mundo todo. Desse modo, sua especialidade é respaldada pela instituição jornalística e por ele mesmo. Ele se dirige ao leitor, que talvez incrédulo, possa duvidar de que “só tem a ganhar com a privatização da Telebrás”. Busca-se inserir no espaço de enunciação os benefícios para todos, definidos em escalas de consumo e da cidadania (“milhões de usuários, clientes e cidadãos”). Daí, o movimento do texto ser o da prova, o da argumentação, que visa enumerar os benefícios que ocorrerão no futuro, a partir de uma constatação empírica de sua observação do mundo, que assume valor de verdade, ancorado na posição enunciativa do especialista.

A revolução é assim definida em fatores como avanço tecnológico, globalização e competição. Notemos ainda que há um “novo modelo”, que é capaz de promover as “profundas transformações”, e que se contrapõe a um “velho modelo”, implícito. O novo modelo assim acaba com o anterior, baseado no monopólio estatal. Observa-se, portanto, oposição entre o que é privado e estatal. Considera-se o Estado como exercendo seu “papel mais nobre”, de regulação, fiscalização e defesa da sociedade”. Nesse sentido, o modelo institucional adotado pelo Brasil é um dos melhores do mundo, por ter se aproveitado de erros de outros países:

“É claro que, no novo modelo institucional que o Brasil está adotando, a alavanca mais poderosa das profundas transformações por que passa o mercado não é a privatização, mas sim a competição. Em sua nova estratégia, o Brasil parte da extinção do monopólio estatal para, diferentemente do que fizeram muitos outros países, implementar a competição entre os novos operadores ou concessionários, no menor prazo possível. Nele, **o Estado deixa de ser empresário, investidor e operador dos serviços, para exercer seu papel mais nobre, tornando-se exclusivamente regulador, fiscalizador e defensor da sociedade, por intermédio da Anatel, a Agência Nacional de Telecomunicações.** Por ter sido um dos últimos no mundo, o projeto brasileiro de reestruturação das telecomunicações pôde aproveitar-se dos erros e acertos dos demais países. **Temos, assim, um dos melhores modelos institucionais.**”

Por razões que desenham um futuro promissor, ele propõe uma antevisão do ano de 2003, baseada nas metas propostas pelo governo, em que ocorre um aumento significativo dos números de celulares e telefones, além de investimentos de cerca de U\$ 90 bilhões. Temos assim o efeito de um futuro baseado no “novo modelo”, que é argumento, com valor de evidência, para o que ocorre no presente. Marca-se esta evidência nas expressões “evidentemente” (“Evidentemente, o progresso das telecomunicações não se limitará ao telefone, mas abrangerá o conjunto de modernos serviços de telecomunicações, redes corporativas e de comunicação eletrônica de massa que as tecnologias e a reorganização do mercado tornarão possíveis), “é claro” (“É claro que, no novo modelo institucional que o Brasil está adotando, a alavanca mais poderosa das profundas transformações por que passa o mercado não é a privatização, mas sim a competição”).

Define-se ainda um espaço de comparação do que ocorreu em outros países como base de ocorrência no Brasil. Este discurso busca introduzir uma exterioridade de modo a justificar-se, por meio de comparações, que se integram ao fio do discurso como se fossem o mesmo. E o futuro ainda se relaciona à modernidade, ao desenvolvimento econômico, ao aumento da competitividade nacional e a serviços de “profundo alcance social”, que, portanto, atinge toda a sociedade:

“Além de servir ao cidadão, esse conjunto de serviços constituirá a mais avançada infraestrutura de modernização do país, possibilitando a aceleração do desenvolvimento econômico, o aumento das exportações, a redução de custos, o aumento da competitividade nacional e mesmo serviços de profundo alcance social, como os de teleeducação e telemedicina.”

6.4. Os benefícios para o consumidor-cidadão

Neste discurso, é necessário mostrar os benefícios com vistas a reafirmar a positividade da privatização, apagando-se qualquer previsão que não seja otimista em relação ao futuro do país, como um todo e também da economia, tratada na dimensão

ampla do consumo, da produção e do emprego. É necessário colocar o cidadão¹⁷ que padece da falta de telefones no centro dessa argumentação. Neste ponto de vista, os benefícios para os cidadãos, tomados na dimensão de consumidores e trabalhadores, são iguais aos dos investidores, aos da economia, aos do governo e do País – o todo, que resume estes aspectos. Neste universo, não há perdas, apenas ganhos para todos. O efeito deste benefício amplo e genérico é obtido também ao se tratar do que cada setor da economia ou cidadão-consumidor ganha com a privatização. Reduz-se assim a necessidade de uma argumentação contrária num futuro basicamente benéfico. O futuro é um lugar de construção da igualdade, num cenário desigual de distribuição do acesso a serviços de telecomunicações, de constituição de uma cidadania definida pelo consumo¹⁸.

(74) BRASÍLIA - **As contas telefônicas residenciais ficarão 13% mais baratas até o ano 2005. Para os consumidores não residenciais, como escritórios e lojas comerciais, a redução da conta será de 14%. A queda nas tarifas será maior ainda para as grandes empresas, que usam sistemas complexos de telefonia, e chegará a 17,9%, afirmou ontem ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, ao anunciar as novas normas do setor de telecomunicações.** "Essa é a redução imposta nos contratos de concessão", informou. "Esperamos que a queda nas tarifas seja ainda maior, motivada pela competição entre as empresas. **A redução das tarifas obedecerá aos percentuais de ganhos de produtividade previstos nos contratos de concessão das futuras proprietárias das holdings do Sistema Telebrás, que será privatizado em julho.** "Esse percentual de redução em termos reais, em sete anos e em uma economia estabilizada, é muita coisa", afirmou o diretor-geral da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro. A redução da conta média, disse, refere-se à conta média típica dos consumidores de cada segmento.

"Pegamos a média que os consumidores residenciais, não residenciais e os grandes usuários gastam em ligações locais, interurbanas e internacionais." Não há, disse Guerreiro, privilégio aos empresários, que terão uma redução maior nos seus custos, em detrimento dos pequenos consumidores. "Todo empresário usa telecomunicações como um insumo para sua atividade e necessariamente repassa isso para seu custo." Guerreiro acredita que a queda, em média, de 18% nas contas das empresas permitirá a redução do custo Brasil, o que será repassado para toda a sociedade. **Com os ganhos de produtividade previstos nos contratos, a queda nas tarifas dos serviços telefônicos locais será de 4,9% até 2005 e de 23,3% nos interurbanos.** (PAUL, G., 1998, p. B16)

¹⁷ Orlandi (2002b, p. 228) considera a cidadania no Brasil um argumento que se mantém sempre como projeto futuro, prestes a se consumir como realidade histórica, faltando-lhe um lugar.

¹⁸ Canclini (2005) afirma que o consumo é definidor da cidadania na contemporaneidade. Na sua análise, explica que há mais respostas para perguntas próprias do cidadão através do consumo privado de bens e dos meios de comunicação de massa do que pelas regras abstratas da democracia ou pela participação coletiva em espaços públicos. Mas pondera: "A perda da eficácia das formas tradicionais e ilustradas de participação cidadã (partidos, sindicatos, associações de base) não é compensada pela incorporação das massas como consumidoras ou participantes ocasionais dos espetáculos que os poderes políticos, tecnológicos e econômicos oferecem através dos meios de comunicação de massa. (CANCLINI, 2005, p. 41)

No texto (74), podemos observar que são deslocados para o futuro (“ficarão”, “será”, “chegará”) o preço menor da tarifa telefônica, tanto para consumidores residenciais e não residenciais:

“As contas telefônicas residenciais ficarão 13% mais baratas até o ano 2005. Para os consumidores não residenciais, como escritórios e lojas comerciais, a redução da conta será de 14%. A queda nas tarifas será maior ainda para as grandes empresas, que usam sistemas complexos de telefonia, e chegará a 17,9%,” afirmou ontem ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, ao anunciar as novas normas do setor de telecomunicações”.

Esta redução, tida como benefício que será “ainda maior” para as grandes empresas é uma determinação legal, imposta nos contratos de concessão. Notemos que o discurso jurídico (“normas”, “contratos de concessão”) é garantia do futuro por instaurar o espaço do “dever ser”, da obrigação. Fala-se ainda em novo modelo, que se associa ao futuro, que também inclui a competição. É interessante notar que a privatização como fato a ocorrer no futuro é pré-construído, fator determinante para que haja competição e “ganhos de produtividade”. A projeção deste cenário, feita em discurso direto na representação da fala do presidente da Anatel, Renato Guerreiro, é para sete anos (“Esse porcentual de redução em termos reais, em sete anos e em uma economia estabilizada, é muita coisa”, afirmou o diretor-geral da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Renato Guerreiro”), ou seja, há um deslocamento possível e baseado no discurso científico da economia e na autoridade de quem fala.

A redução para as empresas é explicada num contexto econômico, que se justifica pela redução do “custo Brasil”, termo que define a baixa competitividade do Brasil por conta de sua carência em infra-estrutura. Notemos que se busca um efeito de totalização, de inclusão desta redução para toda a sociedade. Este cenário não é assumido, porém, no título do artigo (“Contas telefônicas devem ficar mais baratas até 2005”), em que há um discurso modalizado por “dever”, que introduz um grau de incerteza e de isenção de responsabilidade do enunciador- jornal.

(75) **O fim do monopólio estatal e a entrada de empresas privadas no mercado das telecomunicações deve permitir que milhões de brasileiros possam ter acesso a um telefone, seja ele do tipo fixo ou celular. Atualmente, mais de 10 milhões de brasileiros são privados desse serviço, considerado básico na chamada era da informação.** Depois de leiloar as concessões para exploração da telefonia celular, o próximo passo do Ministério das Comunicações será a venda das atuais concessionárias

estatais, começando pela Telesp e pela Embratel. **A privatização está sendo usada como solução para a crônica falta de recursos para investimentos na expansão do Sistema Telebrás.**

Preço e qualidade

Os novos serviços, que começam a ser oferecidos no primeiro semestre do ano que vem, deverão ser mais baratos e de melhor qualidade, segundo o especialista em telecomunicações Márcio Wohlers, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Ele explica que os novos telefones celulares utilizarão tecnologia do tipo digital. “O salto tecnológico em relação ao sistema analógico, usado hoje no Brasil, pode ser comparado à evolução dos velhos discos de vinil para os modernos CDs”, comenta. **A nova tecnologia deve apresentar um som mais claro e menos probabilidade de interrupção das ligações, mesmo quando o celular for usado dentro de um túnel, garante o professor da Unicamp.**

Custos

Outra vantagem do sistema digital, que também deve resultar em benefícios para o consumidor, é o fato de que os equipamentos permitem colocar um número muito maior de assinantes conversando ao mesmo tempo nas mesmas antenas e estações de transmissão. “O custo do investimento é menor em relação ao número de assinantes atendidos e isso vai permitir que os serviços fiquem mais baratos ao longo do tempo”. Nos Estados Unidos, segundo o especialista, o surgimento dos modernos PCSs (sistema mais evoluído que o telefone celular, previsto para chegar ao Brasil depois do ano 2000) derrubou as tarifas de tal forma que hoje as operadoras têm rentabilidade considerada muito baixa. Por isso, muitas empresas estão buscando mercados mais rentáveis, como o brasileiro, onde a grande demanda reprimida permite cobrar tarifas mais elevadas. (SCHOLZ, C., 1997, p.B1).

Notemos em (75) que o fim do monopólio é associado à possibilidade de acesso de “milhões de brasileiros” no futuro:

“O fim do monopólio estatal e a entrada de empresas privadas no mercado das telecomunicações deve permitir que milhões de brasileiros possam ter acesso a um telefone, seja ele do tipo fixo ou celular. Atualmente, mais de 10 milhões de brasileiros são privados desse serviço, considerado básico na chamada era da informação.”

No texto, informa-se que a privatização está sendo usada como solução (“A privatização está sendo usada como solução para a crônica falta de recursos para investimentos na expansão do Sistema Telebrás”). O gerúndio – “está sendo” provoca o efeito da aceitação desta solução como algo usual. A privatização vem ainda resolver a “falta crônica” de recursos para investimento no Sistema Telebrás. Os “novos serviços” a serem oferecidos estão em relação direta com “mais baratos”, “melhor qualidade” e com a tecnologia digital, com “som mais claro” e “menos probabilidade de interrupção das comunicações”. Esta possibilidade é modalizada por “dever”, que expressa a incerteza e isenta a responsabilidade do enunciador que também baseia seu discurso na fala de um especialista. Todo o cenário, portanto, é modalizado por “dever” (“Outra vantagem do sistema digital, que também deve resultar em benefícios para o consumidor, é o fato de que

os equipamentos permitem colocar um número muito maior de assinantes conversando ao mesmo tempo nas mesmas antenas e estações de transmissão”) e a afirmação só é permitida na fala do especialista (“O custo do investimento é menor em relação ao número de assinantes atendidos e isso vai permitir que os serviços fiquem mais baratos ao longo do tempo”), fiador do discurso do jornalista.

(76) **BRASÍLIA – A privatização do Sistema Telebrás poderá criar mais de dois milhões de empregos diretos e indiretos até o ano 2004, incluindo as companhias telefônicas, a indústria de equipamentos, o setor energético e a construção civil.** Segundo um estudo consolidado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao qual o Estado teve acesso, as novas vagas começarão a surgir já no ano que vem. O BNDES avalia que esse nível de emprego poderá ser mantido no longo prazo. Mas um especialista ouvido pelo Estado disse que haverá um pico de crescimento até o ano 2002, quando os novos investimentos da iniciativa privada para ampliar o setor de telecomunicações terão sido concluídos. Esse especialista, que prefere não ser identificado, alertou também que os ganhos de produtividade esperados nas companhias telefônicas podem inibir o ritmo da criação de vagas de trabalho.

O estudo do BNDES prevê 100 mil novos empregos diretos nas companhias telefônicas privatizadas nos próximos cinco a seis anos. Esse mercado tem hoje 95 mil trabalhadores – considerando o Sistema Telebrás e as telefônicas independentes – para operar 20 milhões de linhas em todo o País. De acordo com o índice internacional de produtividade nas telecomunicações, há 4,75 empregados por mil telefones no Brasil. **Com base nesse índice de produtividade e na projeção de crescimento da rede telefônica para 50 milhões de terminais no ano de 2005, seria possível estimar uma expansão de mais de 140 mil vagas de trabalho.**

Mas nesse cálculo é preciso descontar os ganhos de produtividade, o que fortalece a estimativa do BNDES. Além dos 100 mil empregos diretos nas companhias telefônicas privatizadas, o BNDES projeta a criação de um milhão a 1,5 milhão de novas vagas por causa do “efeito renda”. Cada trabalhador que será empregado numa companhia telefônica, analisa o banco, vai adquirir bens e serviços, que, por sua vez, movimentam outros elos da cadeia produtiva – isso é o efeito renda. **O BNDES estima ainda a criação de 75 mil empregos diretos nos setores da construção civil e na indústria de equipamentos de telecomunicações, com 380 mil novas vagas indiretas e decorrentes do efeito renda. Somadas todas essas projeções, a privatização do Sistema Telebrás poderá criar mais de dois milhões de empregos.**

Para o conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Antônio Carlos Valente, a privatização da Telebrás será realmente uma alavanca para o mercado de trabalho.

Oportunidades

“O setor de telecomunicações não atende à sociedade como deve ser e se perdem muitas oportunidades de emprego e de serviços”, admitiu Valente. “Quando esse obstáculo for superado, a sociedade como um todo começará a beneficiar-se”, disse.

Segundo relatório da consultoria McKinsey, que o BNDES tomou por base para produzir o seu estudo, o setor das telecomunicações no Brasil representa hoje 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e apenas 0,14% da força de trabalho, o que equivale a mais ou menos 150 mil empregados. Nos Estados Unidos, no Japão, na Argentina e na Coreia, o setor de telecomunicações emprega entre 0,2% e 0,5% da população economicamente ativa (PEA). **A indústria de insumos também será beneficiada com a privatização da Telebrás, de acordo com o estudo do BNDES, que menciona especificamente o setor energético e o de materiais de construção como cimento, aço e fibras óticas.**

O levantamento do BNDES estima ainda que o setor de serviços de engenharia vai crescer muito no Brasil. Além dos engenheiros empregados nas companhias telefônicas, a tendência mundial, segundo o BNDES, é a contratação de serviços terceirizados de consultoria para a elaboração dos

projetos de longo prazo de ampliação da rede telefônica. Nos Estados Unidos, por exemplo, essa é uma prática comum. A avaliação dos técnicos do BNDES é que essas novas vagas nos serviços de engenharia serão, em número, menos significativas, mas muito importantes em termos de renda para o País. (FREITAS, R. , 1998, p. B1).

Observemos que em (76) a privatização se relaciona à criação de empregos como possibilidade futura até o ano 2004. Há uma referência no tempo, uma dêixis, “o ano que vem” para o início do aparecimento das “novas vagas”. O contraponto – expresso na direção argumentativa contrária promovida por “mas” - é o futuro possível ser diferente, com menos vagas que o esperado:

“Mas um especialista ouvido pelo Estado disse que haverá um pico de crescimento até o ano 2002, quando os novos investimentos da iniciativa privada para ampliar o setor de telecomunicações terão sido concluídos. Esse especialista, que prefere não ser identificado, alertou também que os ganhos de produtividade esperados nas companhias telefônicas podem inibir o ritmo da criação de vagas de trabalho.”

É no campo do discurso econômico, definido por um estudo, que as previsões são aceitas. Notemos ainda a incidência de verbos que promovem o deslocamento para o futuro: “prevê”, “estima”, “projeta”. Os efeitos positivos se projetam no “efeito renda”, ou seja, as compras de bens e serviços pelos trabalhadores das companhias telefônicas. A estimativa, o campo da incerteza, projeta uma criação de 75 mil empregos diretos nos setores da construção civil e na indústria. Na voz de um representante da Anatel – Antonio Carlos Valente – afirma-se que a privatização “será realmente uma alavanca para o mercado de trabalho”. Notemos que este futuro tem como base o presente, que se configura como “obstáculo”, como negação do atendimento à sociedade e necessita ser superado. Busca-se o efeito de totalização – “a sociedade como um todo” se beneficiará.

Observemos ainda que a expansão dos benefícios ocorre em outros setores da economia (“será beneficiada”). Benefícios e futuro associados compõem o quadro favorável à privatização e seu impacto para os negócios:

“A indústria de insumos também será beneficiada com a privatização da Telebrás, de acordo com o estudo do BNDES, que menciona especificamente o setor energético e o de materiais de construção como cimento, aço e fibras óticas. O levantamento do BNDES estima ainda que o setor de serviços de engenharia vai crescer muito no Brasil”.

(77) Nos próximos dez anos, a privatização do Sistema Telebrás deve gerar 100 mil novos empregos diretos no setor de telecomunicações e 75 mil vagas na construção civil e fábricas de equipamentos.

Essa estimativa consta de um estudo da empresa de consultoria McKinsey (que desenhou o modelo de privatização da Telebrás). **O gerente da pesquisa realizada pela McKinsey, William Jones, disse que os novos empregos serão criados porque o setor vai crescer 19% ao ano, enquanto a produtividade da mão-de-obra aumentará 12%: “Por causa dessa diferença, haverá uma expansão no emprego”. Apesar dessas previsões otimistas, o consultor da McKinsey admite que ocorrerão demissões no Sistema Telebrás após sua privatização. “Os empregos no Sistema se reduzirão, mas no setor a situação será diferente”, disse Jones.**

As demissões nas estatais privatizadas são constantes no modelo brasileiro de desestatização. Esses cortes de funcionários chegaram a 67% na Acesita, 40% no Banco Meridional, 39% na Companhia Siderúrgica de Tubarão, 33% na Usiminas e 28% na Companhia Vale do Rio Doce. A partir das estimativas feitas pela McKinsey, **o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) estima que serão criados até 1,5 milhão de novos empregos indiretos no setor de telecomunicações.**

Nos setores de construção civil e de fabricação de equipamentos, esses empregos indiretos somam 380 mil novas vagas. O banco afirma que os empregos indiretos serão gerados, principalmente, nos fornecedores de insumos para as concessionárias privatizadas. (GODINHO, F., 1998, p. 5).

Na seqüência (77), observamos a marcação temporal expressa por um dêitico – “nos próximos dez anos” – que juntamente com o presente modalizado “deve gerar” expressa em um tempo futuro uma possibilidade, também marcada pela palavra “estimativa”. Os dados, que constam de uma pesquisa realizada pela consultoria McKinsey, apontam através do futuro “serão”, a criação de empregos devido a outra ação futura (“vai crescer”): o crescimento do próprio setor.

“O gerente da pesquisa realizada pela McKinsey, William Jones, disse que os novos empregos serão criados porque o setor vai crescer 19% ao ano, enquanto a produtividade da mão-de-obra aumentará 12%: “Por causa dessa diferença, haverá uma expansão no emprego”.

As falas representadas da fonte não são modalizadas, são afirmadas, contrariamente ao discurso do enunciador-jornalista. Já o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) estima o crescimento e a criação de empregos: “serão criados até 1,5 milhão de novos empregos indiretos no setor de telecomunicações”, “nos setores de construção civil e de fabricação de equipamentos, esses empregos indiretos somam 380 mil novas vagas”, “os empregos indiretos serão gerados, principalmente, nos fornecedores de insumos para as concessionárias privatizadas”. Notemos que este futuro só é possível a partir da aceitação do marco temporal estabelecido pela privatização.

(78) **O início das atividades das operadoras de telefones celulares pela banda B deve provocar um expressivo crescimento no mercado de trabalho.** Cálculos feitos por analistas do mercado de celular, com

base em dados internacionais, indicam que a exploração do setor por empresas privadas contribuirá para a criação de 97,2 mil empregos até 2001. Serão vagas oferecidas, pelas operadoras, na proporção de 1,2 emprego por grupo de mil linhas em funcionamento. **Se forem considerados os empregos criados na indústria de equipamentos de telecomunicações e no setor de serviços, um dos pontos fortes do mercado de celular, o potencial de crescimento do mercado multiplica-se.** No exterior, para cada emprego criado pelas operadoras, quatro são abertos em outros setores da economia.

O cálculo sobre o impacto no mercado toma como base a projeção de que nos próximos quatro anos entrarão em operação 13,9 milhões de terminais celulares, que se somarão aos atuais 2,3 milhões das telefônicas do Sistema Telebrás. Essa projeção inclui os 4,3 milhões de celulares que devem começar a funcionar nos próximos meses, uma vez que as redes de acesso já foram negociadas pelas estatais, segundo dados do Ministério das Comunicações. Essas projeções não incluem o efeito multiplicador do celular sobre a economia.

Segundo os analistas, a disponibilidade de serviços de telecomunicações eficientes é importante fator de desenvolvimento econômico. No trânsito, na rua e até nos momentos de lazer, empresários têm condições de aproveitar as melhores oportunidades para exercer com sucesso suas atividades. Levantamento feito pela empresa de consultoria Pyramid Research indica que, do total de 16,2 milhões de celulares que devem estar operando em 2001, só 40% serão da banda B. A maior parte ficará com a banda A, que deve ser privatizada em um ano, segundo o ministro Sérgio Motta.

A consultora sênior Meredith Persily, da Pyramid, disse que as novas operadoras vão encontrar um imenso mercado não atendido e, por isso, suas atividades vão crescer muito nos primeiros meses de atividades. Mas, uma vez atendido esse mercado, as operadoras da banda B terão de investir em marketing para convencer os clientes da banda A a mudar de lado. A dificuldade, segundo Meredith, será fazer com que as pessoas abandonem seus velhos telefones analógicos e comprem aparelhos compatíveis com o sistema digital, mais caros. Será para atrair esses clientes da banda A que as empresas investirão mais, ampliando o mercado de trabalho. (AGUIAR, I.D., 1997, p.B31).

Observemos na seqüência (78) que o início das atividades dos celulares está em relação causal com o “expressivo aumento do mercado de trabalho” (“O início das atividades das operadoras de telefones celulares pela banda B deve provocar um expressivo crescimento no mercado de trabalho”). Este discurso se baseia em cálculos feitos por “analistas do mercado de celular, com base em dados internacionais”. Passa-se, a seguir, a explicar a cientificidade desses cálculos e à construção de hipóteses viáveis sobre o funcionamento do setor. Estas hipóteses, introduzidas por “se” (“Se forem considerados os empregos criados na indústria de equipamentos de telecomunicações e no setor de serviços, um dos pontos fortes do mercado de celular, o potencial de crescimento do mercado multiplica-se”), têm valor de verdade, porque entram no jogo do “discurso sobre a criação dos empregos”. Procede-se assim à explicação da projeção, de um efeito multiplicador que age sobre a economia, tomando-se apenas o impacto deste setor. Todos esses benefícios se vinculam a um momento presente, ou seja, o “mercado não atendido”:

“A consultora sênior Meredith Persily, da Pyramid, disse que as novas operadoras vão encontrar um imenso mercado não atendido e, por isso, suas atividades vão crescer muito nos

primeiros meses de atividades. Mas, uma vez atendido esse mercado, as operadoras da banda B terão de investir em marketing para convencer os clientes da banda A a mudar de lado.”

6.5. Os benefícios para os negócios

Se consumidores são privilegiados pela privatização, não é de se estranhar que os fabricantes de equipamentos, as operadoras de telefonia, que a economia como um todo também o sejam. Desta forma, para corroborar o efeito de benefícios para todos, é necessário também mostrar que a privatização é fator de dinamização da economia, que o futuro, portanto, depende dela. Só o mercado privado poderá, portanto, atender a todos e impulsionar o setor de telecomunicações, libertando-o de restrições, responsáveis pela carência de investimentos no Brasil.

(79) **As vendas das empresas fabricantes de aparelhos e equipamentos de telecomunicações vão crescer 50% por ano até o ano 2005 como resultado da privatização do Sistema Telebrás.**

A estimativa foi feita por executivos do setor, que estão prevendo uma explosão na indústria de telecomunicações no país, cujas vendas totais alcançaram R\$ 9 bilhões no ano passado.

Um aumento proporcional dos investimentos da indústria de telecomunicações e a abertura de postos de trabalho são outras consequências. Carlos de Paiva Lopes, presidente da Ericsson, multinacional de capital sueco, disse que chegou a hora de a indústria instalada no Brasil atender a demanda reprimida de telefones.

Segundo Lopes, os novos donos das empresas de telefonia fixa e celular do país vão ter de investir cerca de R\$ 4,5 bilhões por ano para cumprirem as metas da Anatel para a universalização dos serviços até 2005.

A Ericsson, líder do mercado de equipamentos de telecomunicações com 28%, investiu R\$ 300 milhões desde 1995 para aumentar sua capacidade de produção de centrais de comutação e de telefones celulares no país.

Roberto de Lima, diretor do departamento de soluções para operadoras de telecomunicações da Siemens, vice-líder com 22% do mercado, prevê um "boom" na indústria de telecomunicações. A Siemens espera um crescimento de 40% nas suas vendas para as operadoras.

A Siemens pretende expandir sua fábrica no Paraná, cuja capacidade de produção é de 6 milhões de portas (termo técnico que significa a soma de terminais e troncos telefônicos), mas que hoje faz 3 milhões de portas.

Roberto Medeiros, diretor comercial da Motorola, disse que as vendas da Motorola no país, que vêm crescendo 50% por ano desde 1994, manterão esse ritmo de expansão nos próximos anos.

Segundo Medeiros, a Motorola planeja fazer frente ao aumento da demanda trabalhando em dois turnos na fábrica de Jaguariúna (SP), investimento de US\$ 100 milhões iniciado em 94. (SEIDL, A. C., 1998, p.1-6).

Observamos em (79) que o crescimento das vendas dos fabricantes de aparelhos e equipamentos, projetado no futuro (“As vendas das empresas fabricantes de aparelhos e

equipamentos de telecomunicações *vão crescer 50%* por ano até o ano 2005 como resultado da privatização do Sistema Telebrás.”), já é tomado como resultado da privatização da Telebrás. O cenário, que inclui “aumento proporcional dos investimentos da indústria de telecomunicações e “aumento de postos de trabalho” só pode se concretizar no mercado privatizado, segundo esse discurso. A partir disso, é possível afirmar o que segue, ou seja, a “explosão”, “o boom da indústria”. Este fato ancora-se numa “demanda reprimida”, historicamente constituída, mas que pode ser atendida pelo setor privado (“chegou a hora de a indústria instalada no Brasil atender a demanda reprimida de telefones”). E aumentar as vendas é também necessário para que as empresas de telecomunicações cumpram suas metas. A dinâmica do crescimento (discurso econômico) funde-se com a obrigação – “vão ter de investir cerca de R\$ 4,5 bilhões por ano para cumprirem as metas da Anatel para a universalização dos serviços até 2005” (discurso jurídico) - da universalização dos serviços. São assim afirmadas, ainda que se limitem ao universo da probabilidade (“prevê”, “estimativa”, “espera”) e incorporadas ao discurso do jornal como afirmação da fala das fontes.

(80) **Estudo da Consultoria McKinsey estima em US\$ 105 bilhões a necessidade total de capital no setor de telecomunicações no Brasil nos próximos dez anos.** Desse total, 50% devem ser supridos por investimentos diretos estrangeiros. **Segundo a consultoria, é realista supor um cenário muito positivo para o setor no Brasil.**

De acordo com o estudo, a produtividade deverá melhorar bastante com o programa de privatização, que tornará a concorrência mais intensa. Também é esperado aumento de 65% no nível de emprego, com a criação de 100 mil novos postos de trabalho. O estudo da McKinsey, obtido com exclusividade pelo *Estado*, considera possível a meta governamental de ampliar o número de linhas de telefonia fixa dos atuais 17 milhões para 40 milhões nos próximos cinco anos. As expectativas para o setor após a privatização são bastante positivas, embora a situação atual deixe muito a desejar.

A produtividade da mão-de-obra no Brasil é a menor entre os países analisados pela consultoria. Equivale a apenas 45% da registrada nos Estados Unidos. A Argentina, antes da privatização das telecomunicações, em 1992, apresentava produtividade equivalente à brasileira e hoje atinge 70% da norte-americana.

A baixa produtividade resulta de práticas de organização adotadas por companhias estatais em ambiente altamente regulamentado e de tecnologias atrasadas.

A análise da produtividade de mão-de-obra entre a Telebrás, Companhia Telefônica da Borda do Campo (CTBC), uma empresa privada brasileira, e uma operadora regional dos Estados Unidos, por exemplo, mostra que a CTBC conseguiu resultados melhores com 25% menos empregados por linhas de acesso, apesar de contar com tecnologia semelhante à da Telebrás. A operadora norte-americana tinha 54% menos pessoal administrativo por linha de acesso que sua congênere brasileira.

A McKinsey demonstra, também, que os recursos totais necessários para desenvolver a infraestrutura existente foram inflacionados pelos altos preços pagos pelos equipamentos. O custo das centrais de comutação chegou a 500% acima do nível internacional, em decorrência das políticas de proteção e da concentração da indústria de equipamentos.

Controle e inflação

O ambiente inflacionário e o controle das tarifas públicas também sufocaram a capacidade de investimento do setor de telecomunicações, conclui a McKinsey. A soma desses fatores contribuiu para a insuficiência de capital e o atraso tecnológico e, conseqüentemente, para a baixa produtividade da mão-de-obra. Segundo a consultoria, as perspectivas para o setor são, no entanto, muito positivas. As atuais políticas, incluindo a privatização, abertura à participação estrangeira e incentivo à concorrência deverão criar condições para o crescimento da produção e da produtividade. Além disso, o setor de telecomunicações poderá queimar etapas do trajeto percorrido pelos países desenvolvidos, por meio da absorção de novas tecnologias, mais baratas e mais produtivas.

Finalmente, o crescimento projetado do setor poderá resultar na criação de um número significativo de empregos no curto e médio prazos, diante de um aumento acentuado de produtividade da mão-de-obra, que poderá chegar a 140% da americana. (VERGILI, R. 1998, p. B4).

Observemos em (80) como se constrói o cenário positivo. Notemos que o campo de ação é provável, porque se baseia em estimativas (“Estudo da Consultoria McKinsey estima em US\$ 105 bilhões a necessidade total de capital no setor de telecomunicações no Brasil nos próximos dez anos.”) numa ancoragem futura de dez anos. No entanto, admite-se esta possibilidade com base na análise feita pela consultoria, discurso sustentado por sua cientificidade e especialidade (“é realista supor um cenário muito positivo”). Observemos ainda que no futuro “haverá mais produtividade”, “aumento de 65% do nível do emprego, com a criação de 100 mil novos postos de trabalho”. Além disso, são consideradas possíveis as metas de alcance de ampliação do número de linhas de telefonia fixa. O setor tem, portanto, expectativa positiva “após a privatização”. O conectivo “embora” direciona o sentido para sua antítese e promove um deslocamento temporal para a realidade presente: “a situação atual deixa muito a desejar”, “a produtividade da mão-de-obra no Brasil é a menor entre os países analisados pela consultoria”.

Dessa forma, busca-se mostrar que o futuro só é positivo porque não reproduz a situação atual, vinculada a um passado insatisfatório. Este estado presente mantém vínculos com o passado (“ambiente inflacionário”, “controle das tarifas públicas”), que não existirão no futuro, e pode ser explicado e demonstrado:

“A McKinsey demonstra, também, que os recursos totais necessários para desenvolver a infraestrutura existente foram inflacionados pelos altos preços pagos pelos equipamentos. O custo das centrais de comutação chegou a 500% acima do nível internacional, em decorrência das políticas de proteção e da concentração da indústria de equipamento.”

Este passado, em que havia “ambiente inflacionário, controle das tarifas públicas, é assim considerado causa da “insuficiência de capital”, do “atraso tecnológico” e “baixa produtividade”. No entanto, o cenário é positivo graças às “políticas atuais” (“a privatização, abertura à participação estrangeira e incentivo à concorrência”), que “deverão” criar condições para o aumento da produção e da produtividade. Neste aspecto, ainda se modaliza o futuro (“deverão criar condições” e “poderá queimar etapas”), inserindo os resultados no campo da probabilidade e provocando o efeito de uma positividade com ressalvas.

(81) **O presidente do Conselho de Administração da subsidiária do grupo sueco Ericsson, Carlos de Paiva Lopes, calcula que a abertura do mercado brasileiro de telecomunicações ao setor privado poderá movimentar, em curto prazo, recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão por mês. Para o executivo, o potencial desse mercado é de 13 milhões de usuários, com renda mensal de pelo menos dez salários mínimos e idade superior a 19 anos. "Esses clientes de serviços celulares deverão gastar em média R\$ 120 por mês", prevê Lopes.** Um exemplo da disposição do capital externo de gastar o que for necessário para participar das novas privatizações foi dado no começo do mês, quando o consórcio liderado pela norte-americana BellSouth conquistou, com a oferta de R\$ 2,6 bilhões, a cobiçada licença para explorar a banda B (ramo da telefonia celular reservado ao setor privado) na Grande São Paulo.

O lance superou uma vez e meia o valor estimado pelo mercado para a concessão. Além das concessões da banda B, o governo pretende pôr à venda as atuais operadoras de telefonia ligadas à Telebrás. A primeira da lista é a Telecomunicações de São Paulo (Telesp), que deve ter seu controle acionário transferido ao setor privado em 1998. O ministro do Planejamento, Antônio Kandir, prevê que a arrecadação do governo com as privatizações programadas para este ano chegará a US\$ 14 bilhões.

Análise feita por economistas do Citibank destaca como inovação no Programa Nacional de Desestatização (PND) a aceleração das privatizações e concessões de serviços públicos nos Estados, mediante acordos globais de reestruturação de sua dívida, fechados nos últimos meses, que têm como cláusula a venda de ativos. Pelo menos 17 Estados, como São Paulo, Minas e Rio, já celebraram com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - gestor do PND - convênio ou protocolo de intenções para reformar sua estrutura administrativa e vender suas empresas. (TELECOMUNICAÇÕES..., 1997, p. B1).

Observemos inicialmente em (81) que há uma modalização obtida por “poder” (“poderá movimentar, em curto prazo, recursos da ordem de R\$ 1,5 bilhão por mês”), ou seja, o enunciador-jornalista e o enunciador-fonte não se comprometem de fato com esta visão de futuro, em que serão movimentados R\$ 1,5 bilhão. Dizem que há, no entanto, um potencial de 13 milhões de usuários, com renda mensal de pelo menos dez salários mínimos e idade superior a 19 anos, tomados como argumentos para tais previsões. Há também outro modalizador, o “dever”, que reforça a inserção deste discurso no campo da incerteza, relativizando-se assim a projeção, sem perder, porém, o tom eufórico, nas

palavras representadas do enunciador-fonte (“Esses clientes de serviços celulares deverão gastar em média R\$ 120 por mês”, prevê Lopes”).

(82) **Indústrias brasileiras que produzem equipamentos para telefonia celular deverão investir cerca de US\$ 2 bilhões nos próximos quatro anos por conta da privatização do setor, prevê a Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica).**

A telefonia celular privada - a banda B - deverá gerar cerca de 6.500 empregos diretos nos próximos 18 meses, afirma Nelson Freire, presidente da Abinee. Só na indústria, diz, está prevista a contratação de 1.500 a 2.000 pessoas - sobretudo técnicos. Outros 3.500 a 4.500 funcionários deverão ser admitidos para instalação do sistema de telefonia, construção de prédios, manutenção etc.

A caça de talentos para trabalhar na área já começou, conta Freire. “Profissionais especializados em encontrar mão-de-obra técnica já estão buscando funcionários nas empresas de telecomunicações.”

Freire diz que o faturamento das empresas que fazem equipamentos para telefonia celular deve chegar a US\$ 1 bilhão nos próximos 12 meses e deve crescer entre 30% e 40% ao ano até o ano 2000.

Na sua análise, a receita das empresas pode até dobrar quando tiver início a privatização da banda A no Brasil. Com a privatização da telefonia celular, diz Freire, pode dobrar no Brasil o número de empresas que fazem equipamentos para telecomunicação - hoje são 150.

Freire diz que essas empresas também estão se preparando para atender a demanda do sistema Telebrás que neste ano promete investimentos de US\$ 8,5 bilhões _21,4% a mais do que o realizado no ano passado (US\$ 7 bilhões). (FERNANDES, F. e GONÇALVES, C., 1997, p. 2-12).

Em (82), podemos também observar que modalizadores “dever”, em suas várias ocorrências, e “poder” (“Na sua análise, a receita das empresas pode até dobrar quando tiver início a privatização da banda A no Brasil . Com a privatização da telefonia celular, diz Freire, pode dobrar no Brasil o número de empresas que fazem equipamentos para telecomunicações – hoje são 150”) conduzem a uma interpretação de que a privatização trará bons resultados socioeconômicos, ou seja, há uma aposta de que ela será um acontecimento benéfico. A previsão inclui também aumento no número de empregos (contratação de 3.500 a 4.500 funcionários para instalação do sistema de telefonia, construção de prédios, manutenção etc.). O faturamento “deve” chegar a um US\$ 1 bilhão nos próximos 12 meses e “deve “crescer entre 30 e 40% ao ano até o ano 2000. Na análise da fonte, a receita das empresas “pode até dobrar quando a privatização da banda A no Brasil”. Notemos que a privatização é fator condicionante para estes resultados (“Indústrias brasileiras que produzem equipamentos para telefonia celular deverão investir cerca de US\$ 2 bilhões nos próximos quatro anos por conta da privatização do setor, prevê a Abinee.”).

A privatização das telecomunicações vem também suprir uma necessidade de arrecadação para o governo, de equilíbrio nas contas públicas. Dessa forma, insere-se esta

política também como necessária para obter os benefícios financeiros a partir da venda das estatais. Ela é, portanto, necessária e benéfica para as contas do país, tendo como resultado a maior capacidade de o governo administrar suas contas. Há, portanto, um efeito de que a privatização é uma solução incontestável, moderna e adequada para os interesses nacionais, dos cidadãos, das empresas e do próprio governo. Essas explicações dão ao discurso o efeito de coerência, que pode ser explicada com dados empíricos, expressos no discurso econômico.

(83) **O sucesso na venda das empresas do Sistema Telebrás fará com que o governo supere a expectativa de arrecadação com a venda de estatais neste ano. Agora, o governo espera alcançar R\$ 36 bilhões com privatizações em 98, superando em 33% a meta anterior de R\$ 27 bilhões.**

Caso a meta de R\$ 36 bilhões seja cumprida, o valor significará 80% a mais do que o governo espera atrair neste ano em investimentos externos na indústria.

“Vamos conseguir superar em um terço a nossa meta, apesar da crise asiática e de 98 ser um ano eleitoral”, disse o vice-presidente do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), José Pio Borges.

De acordo com Pio Borges, a venda de estatais neste ano já supera R\$ 33 bilhões em arrecadação. “Ainda neste ano, poderemos alcançar mais de R\$ 36 bilhões com outras privatizações”, disse.

Borges afirmou que a nova meta será atingida com a venda, ainda neste ano, da Gerasul (empresa de distribuição de energia da região Sul) e da malha ferroviária paulista, entre outras.

O governo também se prepara para passar à iniciativa privada concessões para atuação nos setores ferroviário, de rodovias, de saneamento básico e de produção e distribuição de energia.

Segundo o vice-presidente do BNDES, o aumento da arrecadação só será possível por causa do sucesso da venda das empresas do Sistema Telebrás, que irá significar R\$ 22,057 bilhões para o caixa do governo.

“O resultado foi acima de qualquer expectativa otimista que poderíamos ter. Eu não havia falado antes, mas minha estimativa era de um ágio de 20%”, disse Borges. O leilão das empresas do Sistema Telebrás atingiu ágio de 63,74%.

De acordo com o presidente da Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), Renato Guerreiro, o governo esperava arrecadar R\$ 16 bilhões, valor 27,4% menor que o apurado.

Para Borges, o fato de a venda das empresas do Sistema Telebrás ter sido realizada com ágio não significa que a empresa havia sido subavaliada, conforme acusam o PT e o PDT. (FIGUEIREDO, L., 1998, p.12).

Afirma-se no texto (83) o sucesso da venda da Telebrás. Este evento, qualificado como bem-sucedido, leva à superação da arrecadação. O futuro, neste discurso, é assim o resultado de uma política acertada (“Segundo o vice-presidente do BNDES, o aumento da arrecadação só será possível por causa do sucesso da venda das empresas do Sistema Telebrás, que irá significar R\$ 22,057 bilhões para o caixa do governo”), mesmo num contexto adverso (“apesar da crise asiática e de 98 ser um ano eleitoral”). Este fato presente, marcado pelo advérbio “agora”, faz com que o governo reveja suas expectativas

de arrecadação, que haja superação e que se desenhe um futuro de maior crescimento de receita, ainda que condicionado (“Caso a meta de R\$ 36 bilhões seja cumprida, o valor significará 80% a mais do que o governo espera atrair neste ano em investimentos externos na indústria”). A matéria se baseia em depoimentos de representantes do governo que defendem que a venda das empresas do Sistema Telebrás foi um sucesso e demonstram a superação das expectativas determinadas pelo próprio governo (“Segundo o vice-presidente do BNDES, o aumento da arrecadação só será possível por causa do sucesso da venda das empresas do Sistema Telebrás, que irá significar R\$ 22,057 bilhões para o caixa do governo”). Notemos que este aumento, ainda que haja outras privatizações, foi possível exclusivamente (“só”) pelo sucesso da venda das empresas do Sistema Telebrás. Define-se assim um juízo de avaliação do sucesso e do valor considerado alto e suficiente para superar as metas estabelecidas pelo governo. Rebatem-se deste modo críticas de que a empresa “teria sido subavaliada”, conforme acusações da oposição: o PT e o PDT.

(84) **A participação dos investidores estrangeiros no leilão da Telebrás vai permitir um pequeno aumento das reservas internacionais do País, além de melhora na qualidade, em agosto e setembro, período em que deve ocorrer grande saída de capitais de curto prazo.** Estimativas de economistas e consultorias mostram que, do total de R\$ 22,057 bilhões obtidos na privatização da estatal, de 60% a 67% correspondem à participação externa.

Como as regras da privatização exigem que 40% do total sejam pagos à vista, um valor muito próximo de US\$ 5 bilhões deve vir do exterior entre agosto e setembro por conta da parcela dos novos donos estrangeiros.

O valor da venda da Telebrás será reforçado, em agosto, com o investimento direto correspondente à compra da participação do ABN-Amro no Banco Real e ao fechamento do negócio entre o Banco Bilbao Viscaya e o Excel Econômico.

Na avaliação dos economistas, o dinheiro chega em um momento muito oportuno.

No período julho-setembro poderiam sair do País cerca de US\$ 9,7 bilhões em recursos de curto prazo, segundo levantamento realizado pelo Banco Pontual.

Esse capital entrou no Brasil entre os meses de fevereiro e abril, período em que as taxas de juros estavam muito altas e as regras do Banco Central permitiam ingresso por seis meses. **“As reservas vão ficar estáveis e estão sendo depuradas, pois sai o capital mais especulativo e entra dinheiro de longo prazo”**, observa Carlos Guzzo, superintendente do Departamento Econômico do Banco Pontual.

Para o economista-chefe do Citibank, Carlos Kawall, a entrada de recursos externos na privatização da Telebrás vai trazer um ganho entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2 bilhões para as reservas internacionais do Brasil. “A saída forte de capitais de curto prazo em agosto será compensada”, diz.

“As reservas ganham qualidade”, pondera Odair Abate, economista-chefe do Lloyds Bank. Ele também estima que as reservas vão encerrar o período agosto-setembro com ganho entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2 bilhões.

“O dinheiro de curto prazo, que custava muito caro para o País, está sendo substituído por um recurso de longo prazo”, acrescenta. Para Abate, essa troca de capitais mostra a diferença de percepção que o mercado financeiro e o lado real da economia mantêm sobre o País. “Há um descasamento entre a percepção de risco de cada um e fica clara a confiança do lado real da economia brasileira”, avalia.

Em junho, as reservas estavam em US\$ 70 bilhões pelo conceito de caixa e devem perder, em julho, cerca de US\$ 640 milhões, encerrando o mês em US\$ 69,4 bilhões, segundo estimativa da MCM Consultores. Essa perda, explica Alexandre Antunes Teixeira, economista da MCM, seria maior sem o leilão da Telebrás. Parte do dinheiro dos investidores externos já entrou no País entre as garantias exigidas para a participação na privatização. A MCM estima que 67% dos US\$ 22 bilhões sejam do exterior. (NEUMAN, D., 1998, p. B1).

Tomemos como exemplo o texto (84). Marca-se no discurso com o futuro perifrástico (“A participação dos investidores estrangeiros no leilão da Telebrás *vai permitir* um pequeno aumento das reservas internacionais do País, além de melhora na qualidade, em agosto e setembro, período em que deve ocorrer grande saída de capitais de curto prazo.”) o benefício, resultado da venda da telebrás, ou seja, aumento das reservas do país e melhora na qualidade, num período em que “deve ocorrer grande saída de capitais no curto prazo”, fato tomado na dimensão de possibilidade marcada no verbo modal dever (“deve”). Este resultado afirma implicitamente o sucesso da venda, a decisão correta e o projeto político acertado, já que há benefícios “evidentes”, em termos financeiros, para as contas públicas. O futuro, portanto, vincula-se ao benefício, aos aspectos positivos. Não se desenha um quadro em que a privatização gere malefícios para o país. Observemos que a explicação baseia-se no fluxo de capitais, portanto no discurso econômico, em que se busca compreender o mecanismo do benefício.

Há uma necessidade de prova, de dados empíricos que se traduzem nos números. De acordo com economistas que acompanham o fluxo do mercado financeiro, portanto, especialistas, num passado recente, em que as taxas de juros estavam elevadas, era possível capitais entrarem no país e permanecerem por seis meses. Assim, “as reservas vão ficar estáveis”, “a entrada de recursos externos na privatização da Telebrás vai trazer um ganho entre US\$ 1 bilhão e US\$ 2 bilhões para as reservas internacionais” marcam no discurso o futuro como consequência, resultado da privatização. No tempo crônico, este futuro é próximo, perceptível pelo leitor. Por essa razão, há uma oscilação com o presente, já que este futuro se aproxima e se torna concreto: “as reservas ganham qualidade”, “o dinheiro de curto prazo, que custava muito caro para o País, está sendo substituído por um recurso de longo prazo”, na voz de economistas, que presentificam o acontecimento. Observamos ainda que, para fechar a argumentação, é necessário construir um cenário em que não

houvesse o dinheiro da privatização, o que corrobora a decisão acertada de privatizar. Por isso, utiliza-se o futuro do pretérito, que marca o quadro pessimista:

“Em junho, as reservas estavam em US\$ 70 bilhões pelo conceito de caixa e devem perder, em julho, cerca de US\$ 640 milhões, encerrando o mês em US\$ 69,4 bilhões, segundo estimativa da MCM Consultores. **Essa perda, explica Alexandre Antunes Teixeira, economista da MCM, seria maior sem o leilão da Telebrás.**”

(85) O terremoto que sacudiu as Bolsas de Valores não abalou a convicção do mercado financeiro de que a privatização do Sistema Telebrás será um dos maiores negócios do mundo em 1998 e que deve gerar um caixa para o governo de no mínimo US\$ 26 bilhões.

Segundo as instituições financeiras, se a privatização da Telebrás fosse hoje, as ações com direito a voto nas mãos do governo valeriam pelo menos R\$ 326,00 o lote de mil, embora estejam cotadas a um terço desse valor nas Bolsas. No auge da crise, o valor de mercado da Telebrás - medido pela cotação de suas ações em Bolsa - despencou para R\$ 35,27 bilhões. Na tarde de ontem, com a alta dos últimos pregões, já havia recuperado parte do terreno perdido e estava em R\$ 37 bilhões. Mas continua longe dos R\$ 55,86 bilhões de julho.

Maria Amália Coutrim, diretora do banco Opportunity, diz que o governo pode vir a faturar bem mais do que US\$ 26 bilhões com a venda do controle da Telebrás, pois algumas instituições internacionais avaliam que ela vale mais de US\$ 100 bilhões. A União tem apenas 20,45% do capital total da Telebrás. A executiva do Opportunity diz que a alta dos juros vai diminuir o ágio nos leilões. Pelo cronograma do Ministério das Comunicações, a Telebrás será privatizada no final de junho de 1998, ao mesmo tempo em que serão vendidas concessões para a entrada de novos competidores no mercado.

O ministro Sérgio Motta se refere às subsidiárias da Telebrás como as “minas do rei Salomão”, em alusão ao seu rico patrimônio. Só nos últimos três anos, investiram US\$ 21 bilhões. Jurgen Urbanski, especialista em telecomunicações da A. T. Kearney (uma das mais conceituadas consultorias dos EUA), diz que os interessados na compra das telefônicas estatais são grandes operadoras mundiais de telefonia, que vêem a privatização como estratégia de ocupação de mercado, e não como simples investimento financeiro.

Para Urbanski, as grandes operadoras de telefonia - como os grupos Stet, da Itália, e Telefônica da Espanha - formarão consórcios com grupos nacionais e investidores internacionais. “A alta dos juros deve diminuir o crescimento da economia e atrair os investidores para as aplicações de renda fixa. As telefônicas, no entanto, terão interesse especial até para os especuladores, porque a procura por serviços telefônicos é imune à recessão”, acrescenta o consultor.

Pouco antes do início da crise nas Bolsas, o Ministério das Comunicações divulgou que vai transformar as 28 subsidiárias da Telebrás - 27 telefônicas e a Embratel - em 13 empresas para a privatização.

Os analistas lembram que a Telebrás está entre as dez ações mais negociadas na Bolsa de Nova York e afirmam que as ações das 13 empresas que irão sucedê-la não terão a mesma liquidez. Segundo eles, a Petrobrás irá substituir a Telebrás no papel de vedete das Bolsas. (LOBATO, E., 1997, p. 2-5).

Há uma forte razão para crer que o leilão da Telebrás não será bem-sucedido: a crise na Bolsa de Valores. No entanto, e é isso que o texto (85) tenta mostrar, há confiança de que ele “será um dos maiores negócios do mundo e que deve gerar caixa para o governo de no mínimo US\$ 26 bilhões”. Observemos que o superlativo e o futuro inserem a privatização, aqui considerada já em termos de leilão, dentro de um contexto positivo e

benéfico para investidores e governo, apesar de haver um ambiente de negócios desfavorável, inclusive com baixa cotação em bolsa de valores e ainda com recuperação parcial. Depoimentos de especialistas em investimentos reinserem o negócio como investimento importante no futuro e a possibilidade, determinada pela modalização, de que o governo tenha um faturamento superior (“Maria Amália Coutrim, diretora do banco Opportunity, diz que o governo *pode vir a faturar* bem mais do que US\$ 26 bilhões com a venda do controle da Telebrás.”), apesar do valor elevado. Além disso, o cenário construído prevê queda no ágio dos leilões e alta dos juros.

O bom negócio da Telebrás, com seus benefícios para os investidores e o governo, aparece ainda na rememoração da fala do ministro Sérgio Motta que teria considerado as subsidiárias da Telebrás como “minas do Rei Salomão”. Notemos ainda que no discurso direto, na representação das falas dos entrevistados, reafirma-se a certeza no valor do negócio, característica modalizada no relato do enunciador-jornalista: “A alta dos juros deve diminuir o crescimento da economia e atrair os investidores para as aplicações de renda fixa. As telefônicas, no entanto, terão interesse especial até para os especuladores, porque a procura por serviços telefônicos é imune à recessão”, acrescenta o consultor.

6.6. Um outro futuro

A possibilidade de outro futuro ou de um futuro que não tenha na privatização seu marco simbólico é rara na cobertura dos grandes jornais. Há espaço, porém, para a contestação da forma como a privatização é feita a partir de lugares constituídos no exterior dos jornais, na voz de articulistas que apresentam propostas alternativas para a privatização. No entanto, notemos que este futuro não se concretizará. Esta é a marca do futuro pretérito que podemos observar no texto abaixo. Este futuro é assim uma antecipação imaginária e hipotética, com grau de incerteza maior do que o futuro do presente.

(86) O debate simplesmente ideológico e doutrinário a respeito da privatização das grandes empresas/infra-estruturas públicas vem sendo, infelizmente, medíocre. Do lado das oposições, pela dificuldade de propor, com fundamentação técnica, a indicação de alternativas. A peleja doutrinária e adjetiva

favorece o governo, que ganha com isso um alibi para esconder a sua confusa adesão ao paradigma liberalizante, com lamentável **falta de estratégia de longo prazo**.

O caso das telecomunicações é mais um exemplo da rarefação do debate. Do lado do governo, é inegável a improvisação. As concessões da banda B da telefonia celular, por exemplo, foram licitadas a consórcios privados com base numa precária "lei mínima", sem que se tivesse discutido seriamente um arcabouço legal para o conjunto do setor.

A chamada "lei geral" enviada posteriormente, e hoje em discussão no Congresso Nacional, é uma peça pouco consistente e reveladora desta confusa improvisação: propõe uma privatização de forma fragmentada do sistema Telebrás em empresas regionais (**cujo controle efetivo tenderá a ser exercido por grandes operadoras estrangeiras**), com estímulos meramente declaratórios à produção de equipamentos e ao desenvolvimento de tecnologia no país. As atribuições da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a ser criada com o objetivo de regular os serviços e concessões ao setor privado, não foram suficientemente bem definidas.

Vamos por partes: por que privatizar o Sistema Telebrás (conjunto de 29 empresas estaduais/locais) em quatro ou cinco agrupamentos regionais para consórcios privados que, na prática, serão dominados pelos seus sócios estrangeiros que dispõem de tecnologia, poder de barganha e já participam de estratégias globais? **A argumentação governamental é de que a venda em blocos regionais maximizará as receitas provenientes da privatização e promoverá um modelo concorrencial mais saudável.**

Essas razões são frágeis e devem ser contrastadas com os seguintes inconvenientes: 1) a fragmentação dos serviços em operadoras regionais dificultaria sobremodo o estímulo à fabricação de equipamentos, desenvolvimento de produtos e à produção de software no país, dado que os diferentes controladores estrangeiros teriam preferências e interesses díspares, não coincidentes com o potencial de bens e serviços ofertados domesticamente; 2) a fragmentação em empresas regionais não necessariamente assegurará maior grau de concorrência, pois os futuros concessionários privados poderão atuar como monopólios locais e utilizar as suas empresas como "cash-cows", investindo aquém do potencial; 3) no caso brasileiro a marcante desigualdade regional significa que as empresas que operarão nas regiões menos desenvolvidas poderão enfrentar sérias dificuldades para suprir os serviços em áreas de baixa renda/densidade populacional - nos afastando, portanto, do ideal de universalização.

É importante assinalar que nenhum país desenvolvido está caminhando para a fragmentação de suas operadoras de telecomunicações. Ao contrário, os países europeus unificaram e vêm fortalecendo as suas empresas nacionais e nos Estados Unidos se assiste a uma veloz reconcentração das "Baby Bells" que resultaram da quebra em 1984 do monopólio da ATT.

O Ministério das Comunicações e o Congresso Nacional deveriam considerar seriamente a racionalidade de também caminharmos para uma grande empresa integrada, sob controle nacional, capaz de: 1) negociar parcerias globais; 2) viabilizar o desenvolvimento de uma forte base doméstica de produção de equipamentos e software; 3) acelerar os investimentos, com metas e compromissos publicamente fixados, para a desejada universalização dos serviços. Se unificadas, as empresas do atual sistema Telebrás (e a elas somada a Embratel) alcançariam R\$ 8 bilhões de faturamento, porte suficiente para atuar eficientemente como ator global - especialmente se considerarmos o elevado potencial de crescimento do mercado brasileiro e sul-americano.

Uma grande empresa nacional com controle privado e gestão profissionalizada de alta qualificação - regulada por agência pública que zele pelo interesse social - poderia promover mais rapidamente a universalização e, simultaneamente, estimular a produção no país de sistemas, software e equipamentos, facilitando também o nosso desenvolvimento tecnológico.

É evidente que seria muito mais fácil dar sentido ao futuro do atual Centro de Pesquisas da Telebrás (CPqD) sob uma grande operadora nacional. Do contrário será necessário criar um "fundo compulsório" sobre as futuras concessionárias, desinteressadas em promover o avanço tecnológico local. Também ficaria facilitado o estímulo à produção de equipamento/software no país, que de outra forma dependerá de mais incentivos fiscais e financeiros, além dos atuais.

Os arautos do governo desqualificaram as críticas à privatização da Vale afirmando que extrair e transportar minério de ferro não é uma atividade estratégica. No caso das telecomunicações, se não reconhecerem o caráter estratégico e se não justificarem o porquê de fragmentar o sistema e entregar a Telebrás-Embratel ao controle de operadoras estrangeiras, estarão passando a si próprios atestado ou de má-fé

ou do pessimismo autodepreciativo a respeito da nossa capacitação tecnológica e empresarial - doença lamentável que, infelizmente, vem infestando a elite brasileira.

Luciano Coutinho, 50, economista, é professor titular do Instituto de Economia da Unicamp. (COUTINHO, L., 1997, p. 2-4).

Notemos que outro futuro é desenhado em (86) a partir de uma posição enunciativa diferente: a de um professor universitário que opina sobre a privatização e argumenta contra a forma como ela vem sendo conduzida, assumindo a posição do opositor. Os objetivos da privatização, nesta perspectiva, não teriam sido bem definidos. Observemos ainda a representação do discurso do governo, incorporada como simulacro (MAINGUENEAU, 2005, p. 22) no discurso do opositor: “A argumentação governamental é de que a venda em blocos regionais maximizará as receitas provenientes da privatização e promoverá um modelo concorrencial mais saudável.” Estão em jogo duas visões de futuro, dois sentidos para o futuro diferentes, mas que tomam a privatização como marco. Notemos que há oscilação entre futuro do presente e do pretérito, o que aumenta o grau de incerteza marcado nesta formação:

O conselho ao Ministério das Comunicações e ao Congresso é marcado pelo futuro do pretérito do verbo modal “dever”, no sentido de obrigação. (“O Ministério das Comunicações e o Congresso Nacional deveriam considerar seriamente a racionalidade e também caminharmos para uma grande empresa integrada, sob controle nacional”). O efeito é o de uma recomendação feita a partir de um lugar de autoridade teórica, mas não de poder, portanto, incapaz de determinar o rumo dos acontecimentos e produzir o real. Logo, a crítica, sem poder determinar este real, insere-se no campo de um futuro que não se realiza, hipotético e marcado no tempo verbal e na conjunção “se”:

“Se unificadas, as empresas do atual sistema Telebrás (e a elas somada a Embratel) alcançariam R\$ 8 bilhões de faturamento, porte suficiente para atuar eficientemente como ator global - especialmente se considerarmos o elevado potencial de crescimento do mercado brasileiro e sul-americano. Uma grande empresa nacional com controle privado e gestão profissionalizada de alta qualificação - regulada por agência pública que zele pelo interesse social - poderia promover mais rapidamente a universalização e, simultaneamente, estimular a produção no país de sistemas, software e equipamentos, facilitando também o nosso desenvolvimento tecnológico.”

Em síntese, podemos dizer que o futuro, a ser dominado pelas empresas privadas de telecomunicações, é condicionado pela privatização, capaz de construir um país com desenvolvimento econômico e benefícios para todos: o governo, que aumentará sua

arrecadação, as indústrias de equipamentos, os investidores e os cidadãos, que terão acesso universal aos serviços de telecomunicações. **(Figura 7)** Nesse sentido, o discurso da privatização constrói um lugar no futuro em que todos ganham e que não há vínculos com o passado, marcado pelo monopólio estatal, a ineficiência e os privilégios. Este futuro, que no discurso fatalmente ocorrerá a partir da privatização, é determinado também pelo discurso da lei, pela nova regulamentação do setor de telecomunicações. Assim, a lei constrói discursivamente este futuro.

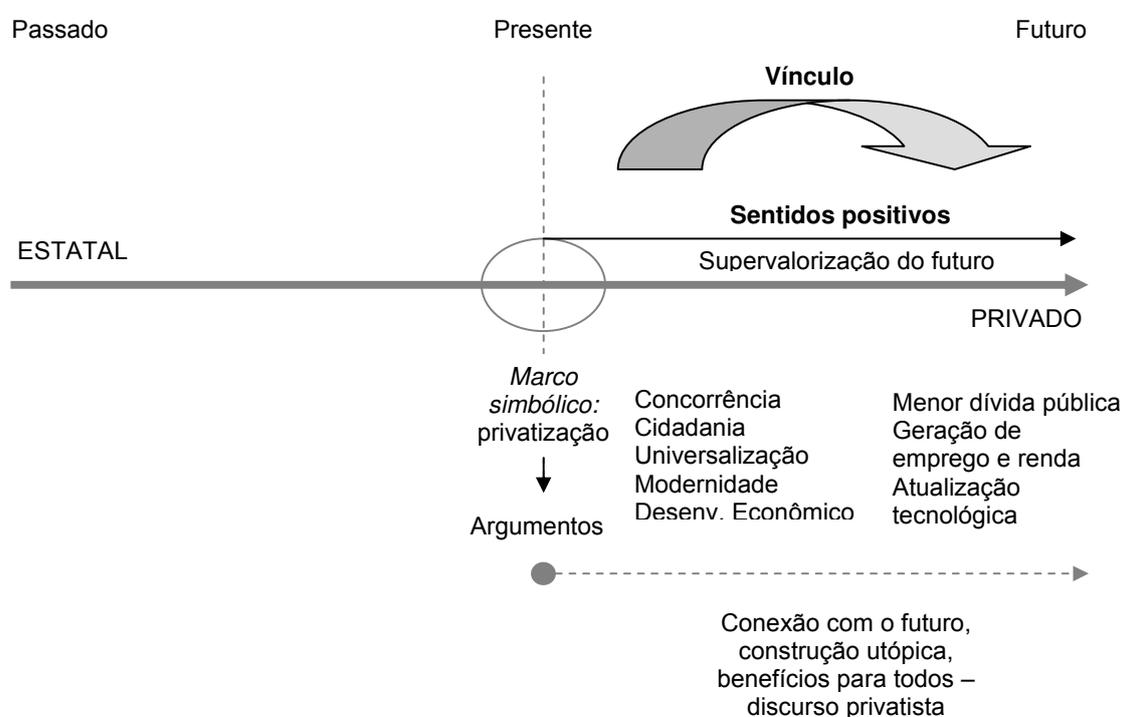


Figura 7

Capítulo 7 – O olhar para o passado

7.1. O passado e a necessidade de ruptura

A privatização, tomada como acontecimento discursivo, provoca deslocamentos, regularizações e reorganizações na memória discursiva num jogo de forças que se dá entre a estabilização e a ruptura de sentidos (PÊCHEUX, 1999, p. 52). Como vimos, no discurso dos jornais analisados, há esforço para marcar a privatização como evento fundador de uma nova era para as telecomunicações e a sociedade em geral, conectando este evento a um futuro pleno de benefícios e bem-estar. Esta organização no plano temporal suscita ainda um questionamento sobre o passado. Que imagem de passado se constrói neste discurso? Em que medida é possível falar em ruptura na continuidade histórica a partir da privatização? Perguntas como estas se fazem necessárias para a compreensão do deslocamento discursivo proposto nos jornais analisados.

O que podemos observar é a inserção da privatização num eixo temporal em que o passado cumpre a função de estabelecer a base para que a privatização seja, de fato considerada uma ruptura, um evento fundador. Isso ocorre porque a imagem de passado que a imprensa estrutura sobre o período em que as empresas de telecomunicações faziam parte do patrimônio do Estado reforça o discurso da ineficiência, da falta de investimentos e, conseqüentemente, de telefones, da incapacidade de o Estado gerir estas empresas, fatores que teriam levado ao caos nas telecomunicações e afetado negativamente a vida dos cidadãos-consumidores brasileiros. Alimenta-se um imaginário de um passado que produziu efeitos negativos para a sociedade, devendo, portanto, ser rejeitado e negado em sua continuidade. Por esta razão, promove-se no discurso uma ruptura com este passado, estabelecendo na privatização o símbolo do novo. (**Figura 8**)

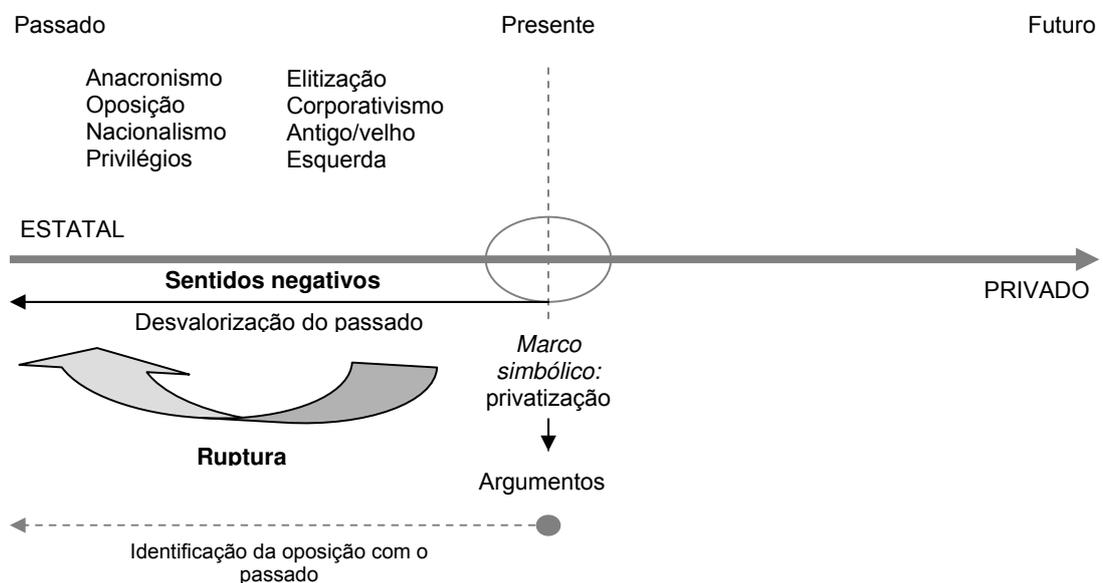


Figura 8

Para tanto, temos a naturalização de um sentido negativo para o passado. A imprensa dispõe uma organização imaginária do passado, buscando legitimar e consolidar um lugar para a privatização, para a emergência do privado, numa linha lógica e explicativa. Elias (1998, p. 152) adverte que a concepção do passado como história favorece a percepção de descontinuidades, habituando o ser humano a pensar no passado como multidão de períodos não ligados entre si. Pela construção de uma ruptura na história econômica do país, produz-se então a percepção de que não haverá permanência do passado no presente, marcando a descontinuidade.

Para Henry (1994), não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não exija interpretação. A história, portanto, consiste em fazer sentido, que está sempre já-lá e se presta a correções, retificações, nuances. Os fatos têm assim historicidade. A partir desta reflexão de Henry, podemos pensar sobre a função que uma certa imagem de passado desempenha para o significado mesmo da própria privatização, num progressivo

deslocamento da memória em prol do que é privado e na desvalorização de uma história, que teve no estatal sua marca.

Observamos em relação ao discurso sobre a privatização o fato de que se estabelece um agenciamento do imaginário sobre o passado, que se estabiliza como referência na justificativa para a própria privatização. Desta forma, o passado é um argumento que funciona neste discurso, permitindo a cristalização dos sentidos positivos em torno da privatização. Estabelece-se assim um saber sobre a história que compõe o acontecimento discursivo da privatização, que emerge como necessidade nesta história contada pela imprensa e promove deslocamentos de sentidos na rede de memória. A imprensa produz assim o lugar de construção de uma memória e de uma interpretação sobre o passado. Igualmente, o que se tem é um efeito de unicidade e transparência. É a partir da construção da imagem deste passado, seja em textos produzido em seu interior, seja pela reafirmação discursiva em textos de seus colaboradores, que é possível falar numa ruptura, numa “revolução” ou numa “nova era”. Pretende-se um controle sobre o tempo, por sujeitos que ocupam a posição de observadores e avaliadores deste passado, colocando-se externamente a ele. Desse modo, acontecimentos históricos descontínuos se inserem na continuidade interna e no espaço de coerência de uma memória (PÊCHEUX, 1999, p. 50)

Pensamos, assim como Mariani (1993) que a imprensa estabelece um controle do imaginário político do passado, produzindo “uma certeza” sobre este passado, não explicitando as relações de força que o fixam e silenciando outras versões, de modo a produzir uma unicidade que passe a funcionar para o estabelecimento do discurso sobre a atualidade. A imprensa configura-se assim como lugar de produção de um dos discursos sobre a história, instaurando uma versão sobre os fatos, ligada a uma verdade sobre eles. Dessa forma, busca-se construir uma história comum, uma identidade histórica, que pode ser evocada para a explicação do presente. Esta versão apresentada pela imprensa se impõe como sentido dominante, institucionalizado e legítimo. A mídia constitui o imaginário social, como produtora de uma história do presente e de uma visão sobre o passado, que integra este imaginário disponibilizado na circulação desse discurso. Este imaginário permite que os leitores possam também organizar sua relação com a realidade a partir de mecanismos de identificação com o discurso da imprensa.

Produzir um sentido para o passado anterior à privatização é, portanto, necessário para a instauração da privatização como evento fundador e para reorganizar os sentidos na valorização do que é privado. Constrói-se uma memória sobre o passado em função da necessidade de tornar a privatização um evento histórico.

Ao significar esta história, afirma Mariani (1993), a imprensa oferece aos leitores uma orientação de sentido em relação ao passado e ao futuro, apagando as relações com estruturas de poder e classes sociais. Por essa razão, o jornal como documento deve ser compreendido em sua historicidade. O jornal, entendido como documento, é um produto da sociedade que o fabricou de acordo com as relações de força presentes. Numa perspectiva histórica, os documentos, como explica Le Goff (1992), constituem um esforço das sociedades para impor ao futuro uma determinada imagem de si próprias.

7.2. A função do passado

Em seu movimento de fixar uma interpretação para o passado, a imprensa busca, de modo geral, atender a uma necessidade de sua constituição discursiva. Podemos assim falar sobre uma função do passado neste discurso. No discurso sobre a privatização, o relato do passado contribui para sustentar os efeitos insatisfatórios deste passado no presente. Por essa razão, a reflexão sobre o presente convoca o retorno do passado para fazer sentido no presente e determinar interpretações.

Apesar de a prática jornalística ser caracterizada por um distanciamento temporal curto, pode-se estabelecer uma analogia com a prática dos historiadores do tempo presente (BARBOSA, 2003, p. 114), não em seus métodos, mas nas questões com que eles se defrontam em relação ao seu objeto e também no resultado de sua escrita. Este passado, que interessa à história do presente, muitas vezes é constituído de lembranças de indivíduos, sendo que a memória é agente de construção deste passado, influenciando a representação de um passado ainda não acabado e do presente. Neste ponto, a mídia constitui-se como intérprete do presente e do passado, sem a pretensão de estabelecer relações de longa

duração, mas de oferecer e reviver um certo passado, que contribua para o esquema interpretativo adotado.

No campo da história, esta discussão remete a uma necessidade do presente de interpretar o passado para responder a questões da atualidade. Le Goff (1992) explica que a oposição entre passado/presente é fundamental para a consciência do tempo. A discussão, porém, no campo da história, mostra que esta oposição não é um dado natural, mas uma construção permanente. A imagem do passado é sempre feita a partir de um presente, tempo do historiador, o que já demonstra a inserção deste discurso na história.

Da mesma forma, o jornal produz interpretação sobre o passado, na tentativa de estabelecer uma compreensão para o presente. Busca-se, porém, ainda estabelecer uma interpretação e apagar o fato de que este passado é formulado a partir do presente, imobilizando a interpretação e negando-a. No discurso sobre a privatização nos jornais analisados, o efeito é de uma exatidão da interpretação histórica, que visa estabelecer um sentido, regularizar o caos dos acontecimentos e suprimir falhas, equívocos que apontam para outros sentidos possíveis. Mas, como explica Le Goff (1992), o movimento de interpretação do passado é contínuo e o que ocorre são novas leituras, “plenas de perdas, ressurreições, falhas de memória e revisões” (LE GOFF 1992, p. 28). O fato histórico, assim como o jornalístico, é construído. Laclau (1982, p. 65) considera toda interpretação autoritária por atribuir um privilégio ontológico a sua própria linguagem e por constituir-se como transparente e num lugar extradiscursivo. Ela não estaria inserida numa interdiscursividade, mas num lugar de saber que se pretende absoluto.

A mídia, de modo geral, oferece ao leitor representações deste passado, com uma significação histórica. Como alerta Le Goff (1992, p.50), a era dos novos mídias multiplica a necessidade e as ocasiões para que haja outros mediadores da história, que ele considera “semiprofissionais”. Mas o trabalho histórico, ao contrário da mídia, deve fazer um inventário dos arquivos do silêncio, a partir de documentos e de ausências de documentos. Na escrita da história, feita pela imprensa, apagam-se as determinações da operação produzida em um certo lugar, pela intervenção dos sujeitos em confluências discursivas.

De Certeau (1982) explica que a separação entre presente e passado corresponde a um gesto de divisão, que instaura um discurso autorizado a falar sobre o passado, que dele

se afasta considerando-o seu precedente. Alerta o autor que é necessário ter em mente que este passado é marcado também por cortes anteriores. Tomado como objeto a partir de uma perspectiva presente, o passado pode ser narrado e ter seus sentidos estabelecidos. Há, segundo De Certeau, um trabalho de distinção entre o que pode ser “compreendido” e o que deve ser esquecido, que resulta na representação da inteligibilidade presente (DE CERTEAU, 1982, p. 15-16). Nesta perspectiva, a história é uma ficção do presente. Pelos esquecimentos produzidos e pelas falhas na interpretação histórica, segundo o autor, seria possível estabelecer outras leituras para a história. Não haveria, portanto, a possibilidade de uma sistematização totalizante, pois o discurso que fala da história situa-se na história e está preso na sua historicidade.

De Certeau compreende a história como a relação entre um lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão etc), procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (uma literatura). A história faz parte da realidade da qual trata e essa atividade pode ser apropriada como atividade humana, como prática. Há uma combinação de lugar social, práticas científicas e de uma escrita.

Nesse sentido, os fatos históricos são construídos pela introdução de um sentido na objetividade, ou seja, há escolhas anteriores, que não são resultado da observação, não podendo ser verificáveis. A instituição, desta forma, não dá apenas estabilidade social a uma doutrina. Ela a torna possível e, subrepticamente, a determina. Por essa razão, De Certeau acredita que há um mesmo movimento organizador da sociedade e das idéias que circulam na sociedade. São funções diferenciadas, mas imbricadas, sem haver uma relação causal entre elas. Sistemas socioeconômicos e os sistemas de simbolização se combinam sem identificar-se ou hierarquizar-se. A história é, assim, para De Certeau, o produto de um lugar. É necessário compreender como a história funciona dentro desta sociedade. A instituição se inscreve num complexo que lhe permite um tipo de produção e lhe proíbe outros. O lugar tem a dupla função de permitir certas pesquisas em função de conjunturas e problemáticas comuns. Mas torna outras impossíveis, excluindo do discurso aquilo que é sua condição num momento dado, representando o papel de uma censura com relação aos postulados presentes (sociais, econômicos e políticos). Segundo De Certeau, esta combinação entre permissão e interdição é o ponto cego da pesquisa histórica. Desta forma,

a pesquisa está circunscrita pelo lugar que define uma conexão entre o possível e o impossível.

O discurso jornalístico, assim como o da história, articula saber e poder para produzir interpretações num jogo complexo de forças na sociedade, em que pesam o trabalho do jornalista, a instituição jornalística, que determina regras de produção, o leitor imaginado e as relações com as próprias instâncias de poder. Há, portanto, uma série de constrangimentos, internos e externos à instituição jornalística, que atuam na elaboração dos textos jornalísticos e, conseqüentemente, do sentido. De modo geral, o jornalismo atribui-se a tarefa de produzir, classificar e hierarquizar sentidos para a realidade, transformando acontecimentos em fatos, numa lógica de produção de notícias. Podemos, então, falar numa ordem do discurso jornalístico, na qual se produzem interpretações de acontecimentos selecionados pela imprensa e considerados importantes. Há um processo permanente, na produção desse discurso, de seleção, exclusão, atualização de acontecimentos, que devem, portanto, ser presentificados para se textualizar nas páginas dos jornais. Desta forma, constrói-se uma interpretação que se impõe a ler (MARIANI 1999, p. 105), apagada no efeito-leitor produzido. Temos então uma instituição, no caso os jornais, que impõe visões de mundo ordenadas e naturalizadas no espaço público. Neste processo, produz-se um conhecimento – tido como verdadeiro - sobre a realidade, sobre o presente e o passado, num efeito ideológico de imparcialidade e objetividade.

Orlandi (1998) explica que há uma gestão da memória coletiva pelos aparelhos de poder que promove uma divisão entre autores e intérpretes. A decorrência disso é a administração dos sentidos, que não andam soltos, e se relacionam à posição dos sujeitos. Neste aspecto, a mídia é uma agenciadora de sentidos que seleciona o que deve ser apreendido como sentido único e o que pode ter muitas interpretações. (ORLANDI, 1998, p. 96). A instituição jornalística tem seus procedimentos de controle e interdição de sentidos, estabelecendo uma ordem discursiva que alimenta o discurso social e a disputa pelos sentidos na sociedade.

A semelhante conclusão chega Davallon (1999), ao afirmar que, após o surgimento da imprensa, há um deslocamento da memória social, que não se encontra mais na cabeça dos indivíduos, mas nos arquivos da mídia. Este autor considera que os objetos culturais,

como a imprensa, abrem a possibilidade de controle da memória social, relacionado ao seu funcionamento formal e significante.

7.3. Um argumento

Delimita-se na representação negativa do passado um espaço de memória, que é também espaço de esquecimento e que cumpre a função argumentativa baseada na ilusão de um passado homogêneo, não-contraditório e interpretável como verdade. Ao ser constituído como argumento o passado mantém com o presente uma relação também não-contraditória e lógica. O presente, representado pela privatização, é consequência deste desdobramento, sendo que a ruptura em relação a este passado é necessária para que não haja reprodução destes “erros”. Dessa forma, a interpretação deste passado produz o efeito de sustentação da privatização. Além disso, os jornais trazem uma interpretação sobre o passado, organizado por eles, e buscam inseri-la num discurso de explicação para o acontecimento da privatização.

Este recorte, lugar de identificação e interpelação ideológica, torna-se argumento, um meio de conhecimento do passado que justifica a ruptura com ele, propiciando o deslocamento em direção ao privado, associado ao futuro. Esta gestão do tempo histórico, atribuindo-se um sentido a este tempo, produz uma linha de continuidade entre presente e futuro e uma ruptura entre passado e presente, deslocando a memória para o futuro e desqualificando uma certa imagem do passado. A história, usada para fazer história, é representada como um trajeto unidirecional e linear. Desta forma, este discurso lineariza e logiciza a história. O passado, tomado como identidade comum, retorna no presente como argumento produzindo ainda o efeito de repetição e reconhecimento, inserindo-se numa rede de formulações (PÊCHEUX, 1999, p. 51)

Orlandi (1998, p. 49-50) explica que a argumentação deve ser vista, em AD, no processo histórico de constituição das posições dos sujeitos. Neste aspecto, a instância da formulação, na qual haveria a intencionalidade, está determinada pelas diferentes posições

discursivas dos sujeitos. As filiações ideológicas, neste ponto, já estão definidas e a argumentação não afetaria as posições dos sujeitos. O sujeito já tem assim sua posição determinada, já está sob o efeito da ilusão subjetiva e, em seu imaginário, está afetado pela vontade de verdade, pelas evidências de sentido e pela ilusão referencial. Os argumentos são produzidos pelos discursos, em relações histórica, política e ideologicamente determinadas. As intenções do sujeito, determinantes no nível da formulação, funcionam pelas projeções imaginárias. Mas argumentar significa presumir o poder de mudar a opinião do interlocutor, de provocar adesão a um discurso. Dessa forma, há uma coerção (GERALDI, 1981), que visa o silêncio do outro, por meio da imposição de evidências, num movimento que oscila entre a necessidade do outro e de silenciamento do interlocutor, para afirmar o mesmo e o único.

Encontrar o argumento que provoque a adesão, que force o acordo, que “imponha” a evidência da tese é o que, em suma, aspira todo aquele que argumenta. A fatalidade está precisamente aí alimentando-se do outro, o desejo secreto da argumentação e, paradoxalmente, o silêncio do outro. (GERALDI, 1981, p. 68)

7.4. Interpretações do passado

Nos textos abaixo, procuramos explicitar o funcionamento do passado como argumento, bem como efeito de explicação que se obtém do uso de uma determinada interpretação deste passado, numa relação de ruptura no presente e descontinuidade no futuro. Notemos que o passado tomado como argumento reforça a apologia à privatização, já que ela se constitui como solução para um passado que produziu efeitos indesejáveis, que impôs obstáculos para o desenvolvimento do País e com o qual deve-se romper. O apelo à história vem deste modo compor o quadro favorável à privatização e deslocar sentidos positivos em direção ao que é privado, reafirmando a necessidade de remodelação da função atribuída ao Estado.

(87) A sociedade nem sempre avança no ritmo dos nossos desejos e na velocidade dos nossos sonhos, mas avança. Hoje, alguns debatem o valor, a forma de pagamento, o momento para realizar a privatização.

Entretanto, a grande maioria da sociedade - exceção à parcela de intervencionistas que continua defendendo estatais gestadas no auge do regime militar - considera irreversível o processo de desestatização da economia brasileira e julga fundamental que seja implementado o mais breve possível.

Há algum tempo, jamais imaginávamos presenciar o ocorrido em 29 de julho de 1998, data histórica que marca o início da derrocada do Estado-empresário brasileiro. No “bater do martelo”, desfaz-se um dos maiores símbolos da retrógrada visão do Estado intervencionista e do dirigismo econômico: a Telebrás, empresa que, ao longo de sua história, mostrou-se incapaz de realizar sua missão de desenvolver o sistema de comunicações do país.

O Estado era o poder concedente e o poder concessionário monopolista dos serviços de telecomunicações. Resultado óbvio: o Brasil entre os países com a pior telefonia do mundo, com uma demanda reprimida atual calculada em 17 milhões de telefones fixos e 8 milhões de aparelhos celulares.

A privatização da Telebrás, mais do que os altíssimos valores a ser carregados aos cofres do erário, apresenta o simbólico significado de colocar uma pá sobre a **ultrapassada visão nacionalista segundo a qual setores supostamente estratégicos devem permanecer sob a tutela do Estado ou merecer reservas de mercado. Atualmente, parece fácil compreender que a falta de competição e de compromisso com a satisfação do cliente gera uma ineficiência patológica nos serviços prestados pelo Estado.**

Não devemos esquecer que, até pouco tempo atrás, essa idéia era considerada rematada loucura. Homens esclarecidos, como o deputado Roberto Campos, com a autoridade que lhe confere o fato de ter sido um dos criadores da infra-estrutura estatal brasileira, durante anos pregaram no deserto, dedicando centenas de ensaios a irradiar um pouco de luz na escuridão que dominava o pensamento de nossos governantes.

O dramático é que as discussões, dominadas que eram pela demagogia e pelo fisiologismo político, sempre geraram muito mais calor do que luz, não contribuindo para conscientizar a população, acionista maior das empresas estatais. Quando olhamos o passado, vem à mente a pergunta fundamental: por que esperamos tanto? Por que deixamos que a necessidade de salvar um Estado falido exigisse a ação se poderíamos tê-la realizado previamente?

A resposta não é difícil: recebemos uma cultura ibérica patrimonialista, que fez com que acreditássemos que o Estado deve ser o gestor da economia e que nos acostumou a aceitar a baixíssima qualidade dos serviços por ele prestados. O corporativismo daqueles que sempre se beneficiaram com o Estado também ajuda a entender a demora do processo.

A essência é a compreensão de que o papel do Estado não é empreender. Isso sempre será mais bem desempenhado pela sociedade, na forma do que chamamos iniciativa privada. Quando houver um entendimento profundo do prejuízo causado a todos quando o Estado vira empresário, com certeza estaremos vivendo uma sociedade mais rica e justa.

Erram aqueles que temem que o Estado esteja sendo esvaziado. Em verdade, ele deve diminuir seu tamanho justamente para atuar com mais proficiência em suas atividades precípuas, como a Justiça e a segurança, tarefas que vêm sendo negligenciadas.

Na mudança dessa atávica cultura e na aposta na economia de livre mercado está a essência de um desenvolvimento sustentado e de uma maior prosperidade.

Embora muito ainda tenhamos de fazer, gratifica-nos constatar que estamos andando no caminho correto e que a população em geral, antes muda, sem poder ouvir ou falar, passa a ter a chance de contar com serviços à altura de suas necessidades.

Como de sonhos, que parecem impossíveis, surgem as grandes mudanças na sociedade, quem sabe um dia... Petrobrás... Banco do Brasil...(GORON, F. e LEWIN, S., 1998, p. 2-2).

No texto acima (87), o sujeito coloca-se do lado da “grande maioria da sociedade”, em oposição a uma parcela “de intervencionistas que continua defendendo estatais gestadas no auge do regime militar”. Há a permanência de um passado que remonta ao regime militar, controverso e condenado numa avaliação histórica produzida na

contemporaneidade. O verbo “continuar” seguido por “defender” no gerúndio marca a continuidade deste passado no presente. Organiza-se, desta forma, o sentido de que há apenas uma parcela que defende as estatais e que este grupo está na linha de continuidade do regime militar. Além disso, o texto se inicia falando de um avanço da sociedade, que pode ser identificado na seqüência com a privatização. E esta maioria, que se localiza no jogo de forças pró-privatização, é a que considera o processo de desestatização “irreversível”. Ao situar a privatização na sua irreversibilidade, o sujeito coloca-se no exterior do processo histórico, na categoria de observador de algo que se desenvolve independentemente das forças político-econômicas que intervêm na privatização, que deve ser “implementada” o mais breve possível. O Estado-empresário é significado no passado, como anterior à privatização, dêixis de uma mudança (“o início da derrocada do Estado-empresário brasileiro”). Observemos que este Estado é qualificado a partir da consideração de que ele corresponde a uma visão retrógrada, intervencionista e de dirigismo econômico, do qual a Telebrás é um símbolo. Notemos ainda que o aposto “empresa que, ao longo de sua história, mostrou-se incapaz de realizar sua missão de desenvolver o sistema de comunicações do país” recorta do interdiscurso a incapacidade de uma empresa sob tutela do Estado em cumprir sua missão.

Num segundo momento, busca-se vincular este passado em que o “Estado era o poder concessionário monopolista dos serviços de telecomunicações” com o resultado desta política: “Resultado óbvio: o Brasil entre os países com a pior telefonia do mundo, com uma demanda reprimida calculada em 17 milhões de telefones fixos e 8 milhões de aparelhos celulares.” Novamente, a privatização é considerada um marco simbólico que vem superar uma “ultrapassada visão nacionalista”, em que setores que seriam “supostamente estratégicos” devem permanecer sob a tutela do Estado ou “merecer reservas de mercado”. O advérbio “supostamente” é uma marca da avaliação que o sujeito faz da posição do outro, da veracidade do dizer do outro. Assim, ele instaura sua versão, ou seja, o setor de telecomunicações não é estratégico, tomando assim a verdade para si. Dessa forma, “falta de competição” e de “compromissos com a satisfação do cliente” são tidos como causa de “ineficiência patológica” de serviços prestados pelo Estado. Olhar o passado é, portanto, um movimento que tenta explicar a necessidade de mudança e desvalorizar

discursos antagônicos, representados como não verdadeiros. Por essa razão, este passado configura-se como argumento, promovendo deslocamento na rede de memória para que ele funcione como tal. Assim, localiza-se numa “cultura ibérica patrimonialista”, como agente de uma crença no Estado como gestor da economia e que teria nos acostumado a baixa qualidade de serviços. Haveria ainda outra razão para a demora nas mudanças: “o corporativismo daqueles que sempre se beneficiaram com o Estado também ajuda a entender a demora do processo.”

Esta interpretação do passado corresponde a um movimento do sujeito para nele buscar justificativas para sua tomada de posição nesta rede de memória, fixando uma interpretação que se define como verdade, que pode ser afirmada:

“A essência é a compreensão de que o papel do Estado não é empreender. Isso sempre será mais bem desempenhado pela sociedade, na forma do que chamamos iniciativa privada. Quando houver um entendimento profundo do prejuízo causado a todos quando o Estado vira empresário, com certeza estaremos vivendo uma sociedade mais rica e justa”.

Dessa forma, esta verdade, marcada pelas asserção (“A essência é compreensão de que o papel do Estado não é empreender”), e enfatizada pelo advérbio “sempre”, que a eleva a uma duração no tempo para além desta interpretação, é um efeito neste discurso. Sua aceitação é condição para uma sociedade “mais rica” e “mais justa”, que se pereniza no futuro contínuo, marcado em “estaremos vivendo”.

Ao produzir efeitos de verdade, o sujeito se fixa como quem pode considerar errada quem toma outra posição: “Erram aqueles que temem que o Estado esteja sendo esvaziado”. A este erro se opõe uma “verdade”, que leva a uma obrigação, marcada pelo verbo dever. (“Em verdade, ele deve diminuir seu tamanho”). Este será o “caminho correto”, de um “desenvolvimento sustentado” e “de uma maior prosperidade”.

(88) **Existe um erro de enfoque nessa gritaria contra a privatização. O ponto central das críticas não deveria ser contra a privatização em si, mas no sentido de aprimorar o novo modelo proposto.**

A história econômica e política do país neste século consagrou um modelo de intervenção direta do Estado sobre a economia. Na política industrial e na prestação de serviços públicos, o Estado tinha de estar presente em todas as etapas - da definição de leis à operação dos serviços. Ou seja, na regulação e na operação.

Esse modelo funcionou em alguns momentos da história. Depois, vieram a impossibilidade de a atuação do Estado ficar ao largo das interferências políticas em ambiente democrático e a complexidade cada vez maior do mundo moderno, tirando a eficácia das ações centralizadas.

No novo modelo, irreversível, o Estado atua como agente regulador, definindo normas, induzindo as ações do setor privado e fiscalizando sua implementação. O grande instrumento dessa política são as novas agências de regulação que estão sendo criadas.

Novo controle

No modelo de Estado que existia até então, havia inúmeras formas de burlar o controle social. Em empresas, há uma multiplicidade de contratos, atos de diretoria, ações estratégicas, contratações impossíveis de ser fiscalizadas no dia-a-dia.

No modelo de Estado regulador, o universo de ações a ser fiscalizado reduz-se sensivelmente. Primeiro, há a definição de leis e regulamentos. Depois, sua implementação.

Empresas que assumem serviços públicos têm de cumprir determinados quesitos de qualidade e desempenho. A fiscalização da opinião pública se dá, especificamente, em cima desses indicadores.

Para que o modelo funcione a contento, no entanto, é fundamental que haja uma ampla discussão acerca das leis e normas que regerão os setores e a ação das agências de regulação.

Em vez de deblaterar contra o novo modelo, toda essa energia deveria estar sendo voltada para o aprimoramento das novas formas e para a busca de controle e transparência sobre as agências de regulação.

Tome-se o caso das telecomunicações. Há receio de que a nova regulação permita a consolidação de supergrupos de comunicação sobre o país, assumindo de fato um controle oligopolístico sobre a opinião pública. No setor elétrico, há receios de que uma regulação frouxa leve à deterioração dos serviços oferecidos e à elevação dos preços.

Em tese, tudo isso pode ser evitado por essas novas agências, desde que sejam forçadas dentro dos valores de uma economia de mercado sadia - prevendo-se a manutenção do ambiente competitivo, dos objetivos sociais (especialmente em áreas de serviço público) e da plena transparência de suas ações.

É o que está ocorrendo com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), por exemplo, que está consolidando uma cultura antioligopólio forjada na sua atuação diária - não em um regulamento ou lei que pode virar letra morta mais adiante.

A esta altura da história, em vez de catilinárias contra a privatização, juristas e políticos de oposição deveriam dirigir toda a sua energia e capacidade de análise para prevenir defeitos de nascença que possam atrapalhar a ação das futuras agências de regulação. (NASSIF, L., 1997, p.2-2).

Observemos em (88) que o sujeito ocupa a posição de comentar e considerar o erro dos que se opõem à privatização. Dessa forma, a partir da consideração de que há uma verdade e a oposição a esta verdade é um erro, pode-se mostrar a necessidade de deslocamento da posição ocupada pela oposição: “O ponto central das críticas não deveria ser contra a privatização em si, mas no sentido de aprimorar o novo modelo proposto.” A oposição deveria integrar-se a um modelo, que já é significado como “novo”, que implicitamente se opõe a antigo ou velho.

O passado também marcado lingüisticamente nos verbos no perfeito (consagrou) e no imperfeito (tinha) pretende fechar um campo para a atuação do Estado. Num primeiro movimento, esta história consagra ao longo do tempo um modelo, que se situa no passado e não deve ter ecos no presente (“a história econômica do país neste século consagrou um modelo de intervenção direta sobre a economia”). A duração no passado, não mais necessária no presente, é marcada pelo imperfeito “tinha”: “Na política industrial e na

prestação de serviços públicos, o Estado tinha de estar presente em todas as etapas – da definição de leis à operação dos serviços. Ou seja, na regulação e na operação”. O enunciador reconhece que este modelo produziu efeitos positivos ao longo de sua história (“funcionou em alguns momentos da história”).

Em um momento não-determinado, marcado apenas pelo advérbio “depois”, que une o passado a um cenário posterior que impossibilitou “a atuação do Estado ficar ao largo das interferências políticas em ambiente democrático e à complexidade cada vez maior do mundo moderno, tirando a eficácia das ações centralizadas”. Dessa forma, um modelo que era eficiente torna-se inadequado no presente, o que justifica sua mudança, explicada à luz da história. O discurso se estrutura entre a categorização do novo modelo como algo “irreversível”, que foge ao controle, portanto, e de um modelo que se situa no passado. Assim, no novo modelo “o Estado atua como agente regulador, definindo normas, induzindo as ações do setor privado e fiscalizando sua implementação”.

Notemos que este Estado é atuante, ao contrário do Estado anterior que “existia até então”, em que “havia inúmeras formas de burlar o controle social”, características indesejáveis e que pertencem ao passado. No modelo de Estado regulador, que se associa ao novo (reescrito em “novo modelo”), há “definições de leis e regulamentos”, “implementação” e obrigação de cumprimento de quesitos de “qualidade e desempenho”. Dessa forma, o novo modelo é superior ao antigo, não sendo passível de contestação, já que ele se baseia num desenvolvimento histórico, que provou ser insuficiente e inadequado para os novos tempos. Daí a necessidade de ênfase para silenciar a oposição, que deveria concentrar suas energias no aprimoramento do novo: “Em vez de deblaterar contra o novo modelo, toda essa energia deveria estar sendo voltada para o aprimoramento das novas formas e para a busca de controle e transparência sobre as agências de regulação”; e “A esta altura da história, em vez de catilinárias contra a privatização, juristas e políticos de oposição deveriam dirigir toda a sua energia e capacidade de análise para prevenir defeitos de nascença que possam atrapalhar a ação das futuras agências de regulação”

(89) A privatização da economia tem avançado no Brasil. Gradativamente, setores com forte participação e controle acionário do Estado estão sendo transferidos para a iniciativa privada. Igualmente, em todo o mundo esgota-se o modelo de desenvolvimento baseado na destacada e

preponderante presença estatal, base e sustentáculo da industrialização brasileira, especialmente a partir dos anos 50.

Iniciado em 1990, até maio deste ano o Programa Nacional de Desestatização já efetivara a privatização de 53 empresas. São organizações das áreas siderúrgica, química, de fertilizantes e de energia elétrica. Estimam-se em torno de R\$ 17 bilhões os recursos arrecadados com essas vendas.

Até agora o governo, tanto o federal como os estaduais, não fixou o destino dos recursos obtidos com tais privatizações, que, segundo alguns analistas, deveriam destinar-se prioritariamente a projetos de infraestrutura e, segundo outros, deveriam ser aplicados na amortização da dívida interna, que consome parcela significativa de recursos para pagar juros, atualmente na casa de R\$ 30 bilhões ao ano - ou cerca de 4% do PIB.

Pela sua própria complexidade, os setores elétrico e petrolífero são áreas com mudanças mais lentas, apesar de sua enorme importância para o crescimento econômico e de sua carência de investimentos imposteráveis. Isso já está sendo sinalizado pela relação entre a oferta e a demanda de eletricidade, que atingiu limites perigosos nestes últimos dois anos, incluindo a ocorrência de blecautes. Medidas antidesperdício e de contenção de consumo são bem-vindas, mas não passam de paliativos para uma situação que está próxima do ponto crítico há tão longo tempo. Na verdade, é consenso que o Brasil terá de realizar - e quanto mais cedo melhor - investimentos maciços para ampliar o parque gerador de eletricidade, para atender às necessidades que acompanham a retomada do crescimento econômico, sob pena de inviabilizá-lo pela ausência de medidas urgentes e concretas.

Com a redução da presença do Estado e a introdução da concorrência entre empresas privadas, são fundamentais a definição de regras claras para o mercado e a instalação de órgãos competentes para administrá-las, principalmente nas atividades energéticas.

O planejamento após a reestruturação, a montagem de um modelo que harmonize as etapas que compõem a cadeia de produção elétrica (geração, comercialização, transmissão e distribuição), a formulação de políticas de financiamento para a construção de usinas geradoras, a fixação de normas para as tarifas e as relações com os consumidores finais são algumas das questões que o PND colocou na mesa de discussão.

Elas estão sendo equacionadas, embora não com a velocidade recomendável, pois não se pode ignorar que o êxito dessa segunda etapa do PND está estreitamente vinculado à eficácia e à eficiência das agências reguladoras.

Há nove meses, o Congresso aprovou a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que deverá disciplinar e finalizar a nova estrutura do setor elétrico. Na área do petróleo, o presidente da República aprovou a lei que institui a Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Em julho de 1997, foi sancionada a Lei Geral das Telecomunicações, após sete meses de tramitação no Congresso. A nova lei abre perspectivas muito otimistas, de investimentos totais estimados em US\$ 90 bilhões nos próximos cinco anos. O grande beneficiário de todo esse processo, entretanto, será o consumidor, que nos próximos três anos terá o direito de escolher a empresa de telefonia que lhe oferecer melhores serviços.

Esperamos todos que o governo acelere a instalação dos órgãos reguladores, que são essenciais para o funcionamento do novo modelo brasileiro do setor elétrico. Esperamos também que designe especialistas competentes e honestos, com disposição para, acima de tudo, servir com patriotismo o país, para dirigir os órgãos regulamentadores do setor elétrico, petrolífero e de telecomunicações que serão instalados.

Uma análise serena do balanço do PND mostra que não será difícil encontrar os profissionais com o perfil adequado para essa importante tarefa. Eles poderão ser convocados na iniciativa privada, entre os especialistas nas áreas de planejamento, produção e consultoria, e também selecionados entre os especialistas formados nas antigas estatais.

Entusiasta das mudanças (até por que considera que, por natureza, a empresa estatal jamais será eficiente, no Brasil ou no resto do mundo), Antoninho Marmo Trevisan usa a experiência de sócio de um escritório de consultoria que modelou boa parte das privatizações brasileiras para retificar uma dessas injustiças correntes. Ele afirma que a ineficiência das estatais decorre basicamente de seu uso como instrumento político, e não da incompetência de seus quadros, que costumam ser de primeiríssima qualidade - tanto que as empresas privatizadas têm colocado e até mantido técnicos das ex-estatais entre seus dirigentes. Portanto, o governo poderia se inspirar nesse exemplo para compor um interessante mix para dirigir as agências reguladoras, facilitando essa etapa de transferência de decisão nos quatro setores estratégicos para o desenvolvimento. (BERTELLI, L. G., 1997, p.2-2).

No texto (89), o sujeito fala de de um lugar em que se formam argumentos em prol da privatização à luz da história, dissociando passado do presente e do futuro esperado. Observemos que se toma o enunciado “esgota-se o modelo de desenvolvimento baseado na destacada e preponderante presença estatal, base e sustentáculo da industrialização brasileira, especialmente a partir dos anos 50” com valor de verdade. O efeito é o de distanciamento do enunciador em relação à história, tomando-a como fato objetivo e identificado com um sujeito indeterminado por “se”. Além disso, localiza-se o modelo estatal como pertencente a um passado definido a partir dos anos 50 do século 20. As nominalizações “redução” e “introdução” geram o processo de sustentação do enunciado, retorno do saber no pensamento (PÊCHEUX 1997, p. 111), unindo duas afirmações: o Estado reduz sua presença necessariamente e haverá concorrência entre empresas privadas (“Com a redução da presença do Estado e a introdução da concorrência entre empresas privadas, são fundamentais a definição de regras claras para o mercado e a instalação de órgãos competentes para administrá-las, principalmente nas atividades energéticas”).

Por essas razões, sustenta-se ainda a necessidade de que haja regras claras para o mercado. O discurso de uma fonte – o empresário Antoninho Marmo Trevisan – é citado no texto para corroborar a defesa do novo modelo. O empresário é considerado “entusiasta das mudanças” e alguém que acredita que “a empresa estatal jamais será eficiente, no Brasil ou no resto do mundo”, frase inserida entre parênteses, correspondendo a um comentário do enunciador. No discurso do empresário, definido como “sócio de um escritório de consultoria que modelou boa parte das privatizações brasileiras”, anula-se a possibilidade de sucesso do modelo estatal no advérbio jamais e também no pré-construído “ineficiência das estatais”, que acaba por determinar a natureza destas empresas, numa radicalização deste discurso na oposição ao modelo estatista.

(90) **O Brasil desestatizou este ano todos os serviços de telefonia. Para a esquerda estatista e os grupos corporativistas, foi um erro. Vendeu-se um setor estratégico. O país perdeu. A soberania foi ferida. Será?**

Felizmente, essa avaliação está equivocada. O Brasil vai ganhar. Juntamente com a concessão da banda B da telefonia celular, a privatização da telefonia fixa acarretará mudanças rápidas nas telecomunicações, beneficiando todos os usuários.

O foco da desestatização foi a concorrência. Na telefonia celular, onde esta já chegou, a revolução é inequívoca. Os preços despencam, a competição se acirra, os consumidores se tornam o centro das estratégias mercadológicas das empresas.

Em São Paulo, a concessionária BCP Telecomunicações lançou ampla campanha promocional ligada ao Natal: quem adquirir uma linha ganha outra de graça. Assinantes recebem um cupom de R\$ 100,00, que pode ser usado para pagar parte do aparelho.

Em Minas Gerais, a Telemig Celular e a Maxitel se digladiam para conquistar assinantes para seus telefones celulares. Oferecem habilitação gratuita e produtos especiais como o telefone de cartão. No Rio de Janeiro, a Telerj Celular baixou em 75% o valor da habilitação, que agora custa apenas R\$ 80,00. Sua concorrente, a ATL, promete competição para valer, ainda que não possa operar no interior do Estado.

Na Bahia, a Telebahia Celular e a Maxitel também estão oferecendo habilitação gratuita e tarifas diferenciadas por tipo de cliente.

Mesmo que as vozes que se antepuseram à privatização o desejem, não dá para esconder a mudança para melhor no quadro das telecomunicações no Brasil.

É claro que falta muito. Na telefonia fixa, o serviço ainda tem a ineficiência dos tempos estatais. No Rio, é um tormento conversar pelo telefone em certos momentos. Fazê-lo de São Paulo para o Nordeste nos domingos à tarde é um exercício de paciência.

Preso a um Estado em crise e à reserva de mercado da informática, o Sistema Telebrás andou a passo de cágado a partir dos anos 80, enquanto em outras partes do mundo as telecomunicações se revolucionavam com a desregulamentação e o avanço tecnológico.

Chegamos ao final do século na incômoda posição de um dos países lanterninhas na oferta de telefones à população: apenas 10 linhas por grupos de 100 habitantes. Aqui na América Latina, Argentina e México têm o dobro disso. Na Europa, acima de 60.

Em quatro anos, depois de investir obrigatoriamente perto de R\$ 10 bilhões anuais, as empresas privatizadas terão aumentado essa relação para 17 linhas por 100 habitantes. Ainda assim, estaremos abaixo da Costa Rica, onde a relação é de 25 por 100.

Seja como for, é preciso saudar os acontecimentos. Apesar da longa estrada a percorrer para recuperar o terreno perdido, a mudança no ambiente já produz efeitos, mesmo na telefonia fixa, como mostra o comportamento do mercado secundário.

Na época da estatização, o Brasil era um caso curioso: possuía um vigoroso mercado secundário de telefones. Corretores enriqueceram com a escassez de linhas produzida pelo Estado. Esse mercado ainda sobrevive, mas está em processo de extinção.

No início desta década, uma linha telefônica custava mais de R\$ 3 mil em São Paulo. Em áreas congestionadas, como a da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, chegou-se à exorbitância de R\$ 17 mil por linha.

Agora, os preços de uma linha nesses dois mercados estão em R\$ 300,00 e R\$ 800,00, respectivamente. Em breve, as empresas deverão atender um pedido de nova linha, sem custos ou ágios, em apenas uma semana. Nos EUA, são 24 horas.

Até aqui falamos apenas dos benefícios evidentes para o sofrido consumidor de telefones no Brasil. Muito se dirá ainda sobre o aumento de eficiência das empresas e da competitividade dos produtos, que se traduzirão em mais renda, emprego e bem-estar.

É uma pena que a esquerda atrasada, incluindo amplos segmentos bem intencionados, mas desinformados do sindicalismo, não tenham sido capazes de perceber os novos ventos. Quem sabe a experiência recente lhes forneça alguma lição útil.

Há muitas mudanças em curso. Uma das mais prosaicas será a necessidade de os contribuintes do Imposto de Renda cancelarem o valor das linhas telefônicas constantes de suas declarações de bens. Essa era outra esquisitice nossa área das telecomunicações. Linha telefônica está deixando de ser um ativo em que se podia investir. Virou presente de Natal, que será cada vez mais difundido à medida que caem os preços. (NÓBREGA, M., 1998, p. 2-2)

Notemos que em (90) o Brasil vem designar o Estado brasileiro que promoveu a desestatização. “Estatista” é um qualificativo de “esquerda” que integra juntamente com os

corporativistas o grupo de oposição, dos que consideram a privatização um erro (“vendeu-se um setor estratégico”, “o país perdeu”, “a soberania foi ferida”). Ao expor argumentos atribuídos a esta oposição, o sujeito distancia-se desta posição e por uma pergunta retórica (“Será?”), que provoca o efeito de contestação do discurso do outro, incorporado em seu discurso, ocorre a transição para sua posição, contrária à interpretação oposicionista. O advérbio “felizmente” (“Felizmente, essa avaliação está equivocada”) também promove este deslocamento, transferindo para o campo do equívoco a versão da oposição. O equívoco é do outro, o que implicitamente também transfere a verdade e a razão para o sujeito que toma posição contrária. Desloca-se para o futuro – “O Brasil vai ganhar, a privatização da telefonia acarretará mudanças rápidas nas telecomunicações, beneficiando todos os usuários” - o ganho que supera a perda para o país, propalada pela oposição. Apresentam-se também os argumentos que permitem comprovar que a revolução é “inequívoca”, só atingida porque houve a privatização – “os preços despencam, a competição se acirra, os consumidores se tornam o centro das estratégias mercadológicas das empresas”. Observemos a ênfase na “ineficiência dos tempos estatais”, marca de um período que se quer superar. Dessa forma, o estatal se associa à ineficiência. O recurso a uma avaliação histórica vem explicar esta ineficiência, condenando o modelo anterior e valorizando o novo. Por isso, as causas do atraso relacionam-se a este modelo existente num Estado em crise e protecionista em relação à informática, como observamos abaixo:

“Preso a um Estado em crise e à reserva de mercado da informática, o Sistema Telebrás andou a passo de cágado a partir dos anos 80, enquanto em outras partes do mundo as telecomunicações se revolucionavam com a desregulamentação e o avanço tecnológico.

Chegamos ao final do século na incômoda posição de um dos países lanterninhas na oferta de telefones à população: apenas 10 linhas por grupos de 100 habitantes. Aqui na América Latina, Argentina e México têm o dobro disso. Na Europa, acima de 60.”

O setor privado, diante da ineficiência estatal, vem para “recuperar o tempo perdido” num processo de mudança que já produz efeitos e necessita ser saudado por todos, ou seja, a expressão “é preciso” universaliza esta necessidade, tornando a privatização e as mudanças ocorridas incontestáveis, já que os benefícios são “evidentes”. Outros benefícios são projetados no futuro: “aumento de eficiência e da competitividade dos produtos, que se traduzirão em mais renda, emprego e bem-estar”

Diante de todas as provas apresentadas, a esquerda é identificada com a posição estatista e se aproxima do atraso. Dessa forma, é necessário que eles aprendam: “É uma pena que a esquerda atrasada, incluindo amplos segmentos bem intencionados, mas desinformados do sindicalismo, não tenham sido capazes de perceber os novos ventos. Quem sabe a experiência recente lhes forneça alguma lição útil.” Notemos que a expressão “é uma pena” vem traduzir a posição inequívoca de verdade, na perspectiva que se situa o sujeito universal, que pode, neste caso, desconsiderar outras versões para a privatização.

(91) O único mudo na gritaria da privatização da Telebrás é justamente o único que deveria falar mais alto e impor sua vontade: o MST – Movimento dos Sem-Telefone. São os 17 milhões de brasileiros, pessoas e empresas, que estão na fila de uma humilde linha telefônica sem obter um mísero chiado do monopólio estatal do malote e do recado. Também integram o MST da telecomunicação os 7 milhões de brasileiros na fila bola-de-neve do celular, nova paixão nacional. Eis a questão. O Sistema Telebrás funcionou até aqui no figurino de uma estatal soviética. Ou seja: de costas para o mercado, para a nação, para o mundo e para o futuro. Ainda hoje, na Grande Rússia, consumidores micados aguardam a entrega do primeiro carro particular, devidamente pago há mais de dez anos. E o carro da fila é um Lada. Foi essa anorexia econômica que destruiu a União Soviética e respectivos satélites. Sem que fosse preciso disparar um tiro, uma revolta, uma passeata, uma greve, um manifesto.

Até a China, que ainda está comunista, já ligou o desconfiômetro e partiu para a flexibilização do monopólio estatal da telecomunicação. A velha guarda do PC chinês entende que o patrimônio verdadeiramente estratégico de uma nação é a qualidade de vida de sua população. Descoberta dos socialistas fabianos na virada do século 20 e materializada pelo “welfare state” do capitalismo digno do nome nos dois lados do Atlântico Norte. Investimento estratégico do Estado moderno não é telefone, não é petróleo, não é asfalto, não é energia, não é ferrovia. Soberania nacional é concentrar capitais públicos (escassos) e capitais privados (suplementares) em saúde pública, educação pública, segurança pública, justiça capilar, transporte coletivo, habitação popular, pesquisa básica e programas sociais de emergência. São funções de governo para todo o sempre. Governo eficiente e enxuto, no conceito do Estado Ótimo e não mais do Estado Máximo ou do Estado Mínimo.

O pano de fundo doutrinário dessa nova percepção universal está na socialização do produto (via tributação) e não na socialização da produção (via estatização). O segundo modelo já foi testado, reprovado e sepultado em esquife de quinta classe no cemitério das utopias fraudadas. **O primeiro modelo, o vitorioso, exige a salvaguarda do Estado arbitral, dono da autoridade (e não da propriedade) do processo econômico. O mercado que se aproxima não está em oposição ao Estado. Essa visão maniqueísta é canastrice ideológica. Mercado que se desenha no horizonte do terceiro milênio não será aberto nem fechado. Será, digamos assim, um mercado liberal dentro da moldura do Estado arbitral.** Um mercado regulado ou pactuado, dentro de uma “banda larga” de competição ou concorrência. A competição garante a transferência forçada dos ganhos do acionista para os preços do consumidor. E, quando o consumidor ganha, ninguém perde. Na telecomunicação brasileira, o consumidor do monopólio estatal é o perdedor resignado. Em quantidade do produto e em qualidade do serviço. Basta. (BETING, J., 1998, p.B2)

No texto (91), podemos compreender como se estruturam a oposição entre novo e velho modelo. No texto, há um jogo entre a sigla MST, que guarda a memória do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, deslocada para o campo das telecomunicações, o

que resulta em MST - Movimento dos Sem-Telefone. Desta forma, identifica-se a falta de telefones no Brasil, comparando-a implicitamente ao movimento pela terra. No entanto, o Movimento dos Sem-Telefone é inexistente no plano social, em termos institucionais, e de expressão (“o único mudo”) e ganha a existência no discurso do autor, como metáfora para relacionar a falta de telefones ao monopólio estatal:

“São os 17 milhões de brasileiros, pessoas e empresas, que estão na fila de uma humilde linha telefônica sem obter um mísero chiado do monopólio estatal do malote e do recado. Também integram o MST da Telecomunicação os 7 milhões de brasileiros na fila bola-de-neve do celular, nova paixão nacional.”

Compara-se o funcionamento da Telebrás ao de uma estatal soviética, significado negativamente neste discurso. Pela conjunção “ou seja” integra-se a comparação à explicação, bloqueando outras interpretações para “estatal soviética”. Dessa forma, o regime comunista funciona como parâmetro de comparação para o que ocorria no Brasil. Observemos que no texto esta aproximação de um ambiente de decadência econômica é argumento para significar o monopólio estatal como algo do passado e também maléfico. Mostra-se que os efeitos da política soviética se fazem presentes à época na economia e na vida dos cidadãos, já que este passado permanece na expressão adverbial “ainda hoje”:

“Ainda hoje, na Grande Rússia, consumidores micados aguardam a entrega do primeiro carro particular, devidamente pago há mais de dez anos. E o carro da fila é um lada. Foi essa anorexia econômica que destruiu a União Soviética e respectivos satélites. Sem que fosse preciso disparar um tiro, uma revolta, uma passeata, uma greve, um manifesto. uma revolta, uma passeata, uma greve, um manifesto.”

A divisão entre capitalismo e comunismo funciona, portanto, como eixo organizador do discurso. A comparação com a União Soviética produz o efeito de situar o monopólio estatal no passado, como algo ultrapassado. Esta divisão entre capitalismo e comunismo é deslocada para outro espaço geográfico, onde ainda há comunismo: a China. A preposição “até” vem incluir a China entre os que visam superar o monopólio estatal. Notemos ainda que a oração adjetiva explicativa juntamente com o advérbio “ainda” e o verbo “estar” (“que ainda está comunista”) definem no comentário do enunciador uma transitoriedade para comunismo, que não está no plano da identidade (ser) nem da

permanência. E por flexibilizar o monopólio estatal, este país comunista pode servir como exemplo:

“A velha guarda do PC chinês entende que o patrimônio verdadeiramente estratégico de uma nação é a qualidade de vida de sua população. Descoberta dos socialistas fabianos na virada do século 20 e materializada pelo “welfare state” do capitalismo digno do nome nos dois lados do Atlântico Norte.”

Notemos que há uma continuidade proposta entre a “descoberta de socialistas fabianos na virada do século 20” e “o welfare state” do capitalismo no Atlântico Norte. Dois efeitos podem ser depreendidos: o primeiro é que o capitalismo é uma evolução do socialismo fabiano e o segundo é de que há um capitalismo “digno do nome” numa região do globo – o Atlântico Norte – o que exclui outras regiões.

Também observamos que “verdadeiramente estratégico” vem significar o que é estratégico para um país, negando a significação proposta pela oposição à privatização. Busca-se, portanto, definir o que é estratégico e o que é soberania nacional, negando a interpretação aí contida. Assim, temos:

“Investimento estratégico do Estado moderno não é telefone, não é petróleo, não é asfalto, não é energia, não é ferrovia. Soberania nacional é concentrar capitais públicos (escassos) e capitais privados (suplementares) em saúde pública, educação pública, segurança pública, justiça capilar, transporte coletivo, habitação popular, pesquisa básica e programas sociais de emergência.”

E esta definição resulta no que se considera um papel do governo em um Estado, definido dentro do discurso empresarial de eficiência: “São funções de governo para todo o sempre. Governo eficiente e enxuto, no conceito do Estado Ótimo e não mais do Estado Máximo ou do Estado Mínimo”. É assim necessário dividir para poder significar. Desta forma, mostra-se que há uma oposição entre dois modelos, definidos como primeiro e segundo, sendo o primeiro vitorioso.

Há uma “nova percepção universal”. O adjetivo “universal” não abre possibilidade de outra interpretação ou mesmo existência de outras versões, porque há uma história do “segundo modelo” que é rememorada e significada como mal-sucedida. Localizado como experiência passada, este modelo é, portanto, inviável: “O segundo modelo já foi testado,

reprovado e sepultado em esquife de quinta classe no cemitério das utopias fraldadas”. Por essa razão, por estar morto, tem-se um novo modelo, vitorioso, em que Estado e mercado não se opõem:

“O primeiro modelo, o vitorioso, exige a salvaguarda do Estado arbitral, dono da autoridade (e não da propriedade) do processo econômico. O mercado que se aproxima não está em oposição ao Estado. Essa visão maniqueísta é canastrice ideológica. Mercado que se desenha no horizonte do terceiro milênio não será aberto nem fechado. Será, digamos assim, um mercado liberal dentro da moldura do Estado arbitral. Um mercado regulado ou pactuado, dentro de uma “banda larga” de competição ou concorrência”.

Este modelo assegura o ganho para o consumidor, ao contrário do monopólio estatal.

(92) **O debate em torno da privatização da Telebrás se intensificou muito nas últimas semanas, à medida que se aproxima o leilão. Em particular, o preço mínimo recém-fixado pelo governo vem recebendo críticas da oposição. Este artigo tem como objetivo mostrar que essas críticas carecem de fundamento técnico, sendo explicadas exclusivamente pelo caráter político-eleitoral que esse debate adquiriu.**

Antes de mais nada, é preciso entender que a privatização tem um objetivo muito mais amplo do que a obtenção da receita por parte do governo. No caso específico das telecomunicações, o que se pretende com o leilão é uma total revolução no setor, quebrando o regime de monopólio atual e promovendo a universalização do acesso ao telefone. Vale lembrar que o modelo que se pretendia enterrar manteve por décadas a maior parte da população sem telefone, enquanto aqueles que podiam pagavam vários milhares de reais por uma linha. Há, portanto, uma enorme diferença entre a Telebrás em regime de monopólio e a Telebrás em regime de competição e com universalização de serviços.

É claro que essa diferença tem um preço. É muito fácil entender o motivo. O novo modelo prevê que o futuro dono da Telebrás estará submetido à competição, com tarifas telefônicas cada vez menores. Além disso, o comprador se compromete a cumprir metas de universalização no fornecimento de linhas e garante qualidade muito superior à atual no serviço prestado ao consumidor. Por fim, a Telebrás privatizada terá custos adicionais, como despesas de concessão e de comercialização, uma vez que passará a ter de brigar por clientes. O market share da empresa será obviamente menor, pois haverá competição. (A VERDADE..., 1998, p. A3).

Observemos que em (92) o sujeito se coloca na posição de argumentar, de detentor de uma verdade que pode ser demonstrada e explicada, assumindo o tom didático. Dessa forma, visa mostrar que os argumentos do outro, ou seja, da oposição não são válidos – “carecem de fundamento técnico, sendo explicadas exclusivamente pelo caráter político-eleitoral que esse debate adquiriu”. Situa-se assim a política-eleitoral apenas do lado da oposição, produzindo o efeito de que o governo não é parte desta política nem coaduna com ela. A partir da aceitação de que há uma verdade a ser demonstrada e passível de ser conhecida objetivamente, o sujeito assume a posição do enunciador genérico, que explicará

e se oculta na objetividade de sua fala . A expressão “é preciso” (“é preciso entender que a privatização tem um objetivo muito mais amplo do que a obtenção da receita por parte do governo”) e a partícula “se”, que indetermina o sujeito (“o que se pretende com o leilão é uma total revolução no setor, quebrando o regime de monopólio estatal e promovendo a universalização do acesso ao telefone”) são marcas desta adesão a uma perspectiva universal.

Notemos que a revolução é definida pela quebra do monopólio estatal, que tem como resultado a universalização do acesso ao telefone. Nesta rede causal, portanto, este sujeito promove o deslocamento para o passado justificando a necessidade de quebra deste monopólio, gerador de escassez e privilégios: “Vale lembrar que o modelo que se pretende enterrar manteve por décadas a maior parte da população sem telefone, enquanto aqueles que podiam pagavam vários milhares de reais por uma linha”. Este passado insatisfatório que deixará de produzir seus efeitos está, portanto, na dependência da quebra do monopólio. O passado é a Telebrás em regime de monopólio que se opõe a Telebrás em regime de competição e com universalização de serviço. Esta diferença vem justificar o preço estabelecido pelo governo para a venda das empresas.

(93) Aprendidas as lições de privatizações ocorridas em outros países, que não conseguiram impedir a formação de virtuais monopólios ou cartéis privados, aqui isso será evitado seja pelo que podemos chamar de “pulverização” do Sistema Telebrás em 12 empresas, que terão depois de enfrentar novas competidoras nas mesmas áreas das atuais – as empresas-espelho –, seja pela criação da Anatel, cuja principal tarefa será justamente velar pela lisura da concorrência, pela obediência às regras dos contratos, pelo cumprimento das metas nos prazos estabelecidos e pela prestação de serviço eficiente ao público. **Os críticos dirão que se trata de simples metas que têm a mesma credibilidade daquelas que constam de plataformas eleitorais.** Não se trata de nada parecido com isso. Trata-se, isso sim, de compromissos assumidos em contratos formais e legais que, se não forem cumpridos, implicam multas, penalidades e até perda da concessão.

Aliás, a insuficiência de serviços de telefonia fixa e celular que temos hoje é fruto exatamente do descumprimento de metas que foram traçadas no passado pelo governo e por suas empresas. Às vezes, por desobediência destas, que desfrutavam de absoluta impunidade, outras vezes, por decisões do próprio governo, que desviava para outros fins os recursos destinados à telefonia, ou não injetava nas suas empresas os capitais necessários, enfim, a telefonia no Brasil caminhava em função muito mais do interesse e das políticas dos governos e das suas empresas, do que em função da demanda e do interesse do público, que nenhuma empresa privada pode correr o risco de negligenciar. Tanto mais num setor que evolui e se expande com velocidade eletrônica. Foi para tornar impossível a repetição desse cenário que o ex-ministro Sérgio Motta preparou a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), aprovada pelo Congresso em junho de 1997, considerada por técnicos do mundo inteiro como talvez a mais completa do mundo em termos de garantia da competição e da universalização dos serviços e defesa do usuário.

É apoiada nesse instrumento legal que a Agência Nacional de Telecomunicações, órgão técnico ao abrigo de influências políticas, irá prosseguir seu trabalho – que até agora já produziu o Plano de Outorgas, o

Plano de Universalização, o Plano de Metas e os novos contratos de concessão já assinados. (A NOVA ERA..., 1998, p.A3)

Na seqüência (93), podemos observar a argumentação contra a oposição à privatização, denominada genericamente como “os críticos”, que abrange a totalidade desta oposição. É a necessidade de negação do discurso dos críticos que faz o enunciador dirigir-se para o passado, que estaria identificado com esta oposição. Desta forma, o advérbio “aliás” promove uma suspensão na argumentação e insere o argumento do passado, num movimento de rememoração dos efeitos que o enunciador considera desse passado (“Aliás, a insuficiência de serviços de telefonia fixa e celular que temos hoje é fruto exatamente do descumprimento de metas que foram traçadas no passado pelo governo e por suas empresas”). Dessa forma, acrescenta-se um argumento para corroborar a defesa da privatização, já realizada no primeiro parágrafo e em oposição aos argumentos dos críticos imaginados e antecipados pelo enunciador e que ganham materialidade na formulação proposta, ou seja, o enunciador atribui a outros argumentos que ele mesmo constrói num movimento de distanciamento destes enunciados imaginados e de inclusão no seu discurso para justificá-lo:

“Os críticos dirão que se trata de simples metas que têm a mesma credibilidade daquelas que constam de plataformas eleitorais. Não se trata de nada parecido com isso. Trata-se, isso sim, de compromissos em contratos formais e legais, que se não forem cumpridos, implicam multas, penalidades e até perda da concessão.”

Este passado é identificado com “insuficiência de serviços de telefonia fixa e celular”, que produz efeitos na atualidade – “hoje” - , ocasionados por descumprimento de metas do governo e de suas empresas. O passado é marcado em sua continuidade pelos verbos no imperfeito “desviava”, “injetava”, “caminhava”. E a continuidade se interrompe num ponto da história, a partir da Lei Geral de Telecomunicações, criada para “tornar impossível a repetição desta história”. O passado, portanto, tem uma continuidade que não se pode desprezar para a significação do novo. Este novo se alimenta do passado para firmar-se como diferente.

(94) **O Brasil tem apenas 10,21 terminais de telefones fixos para cada grupo de cem habitantes. Nos Estados Unidos a proporção é de 60,2 terminais por grupo decem. O País perde até para vizinhos como a Colômbia, México, Chile e Uruguai, além da Argentina, que tem 14 terminais para cem habitantes. Os consumidores pagam preços elevados para dispor do serviço, mesmo que consigam, após anos de**

espera, ser atendidos por uma das empresas estatais. Hoje a Telesp cobra R\$ 338,98 para habilitar um celular, e mais R\$ 37,32 pela assinatura mensal.

No mercado paralelo, uma linha em São Paulo era negociada a R\$ 1.662,22 na semana passada. Nos EUA a habilitação é gratuita e a assinatura fica em torno de R\$ 12,00. O atraso provocado pelo monopólio estatal deve começar a ser recuperado este ano, logo que forem definidos os nomes dos consórcios que vão entrar na telefonia celular privada. Este ano também deve ter início a privatização do sistema Telebrás. “Em menos de cinco anos o Brasil poderá recuperar o tempo perdido e equiparar-se aos países desenvolvidos em termos de oferta de telefones”, garante José Henrique Castanheira, presidente da Eriline Celular, que integra o consórcio Tess junto com a operadora sueca Telia e a CR Almeida. O consórcio foi desabilitado mas obteve liminar no Superior Tribunal de Justiça garantindo a sua participação na disputa. (MÉDIA..., 1997, p. B7).

Observemos que na seqüência (94) descreve-se um estado de carência de telefones: “O Brasil tem apenas 10,21 terminais de telefones fixos para cada grupo de cem habitantes.” A insuficiência do número de terminais é significada pelo advérbio “apenas”, que introduz esta avaliação na frase, ou seja, há um efeito produzido pela avaliação do sujeito. Este fato é enfatizado pela comparação realizada com outros países, em especial os Estados Unidos. Notemos ainda que o sujeito coloca o Brasil em posição inferior a de países vizinhos, valorada como algo negativo expresso pela preposição “até” (“O País perde até para vizinhos como a Colômbia, México, Chile e Uruguai, além da Argentina, que tem 14 terminais para cem habitantes”). Este movimento da comparação também é feito em relação aos preços cobrados. Assim temos: “Hoje a Telesp cobra R\$ 338,98 para habilitar um celular, e mais R\$ 37,32 pela assinatura mensal. No mercado paralelo, uma linha em São Paulo era negociada a R\$ 1.662,22 na semana passada. Nos EUA a habilitação é gratuita e a assinatura fica em torno de R\$ 12,00”. A situação vivida pelo Brasil é então classificada de “atraso” e a causa é o monopólio estatal. Este atraso, portanto, será recuperado progressivamente a partir da privatização: “O atraso provocado pelo monopólio estatal deve ser recuperado este ano, logo que forem definidos os nomes dos consórcios que vão entrar na telefonia celular privada. Este ano também deve ter início a privatização do sistema Telebrás.”

Capítulo 8 – Deslocamentos na memória

8.1. O estatal e o público

Em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* e assinado por Frei Betto (95), podemos observar uma dura crítica à privatização da Telebrás, processo, à época, já com data marcada para ocorrer. Atravessado por uma memória que define, de certa forma, a oposição radical às privatizações, a filiação discursiva do artigo integra uma rede de sentidos que se desestabiliza no discurso dominante observado nos jornais. Por isso, acreditamos que observar este discurso, exemplarmente materializado no artigo de Frei Betto, ajuda-nos a compreender os deslocamentos de significado que se consolidam e constituem o discurso sobre a privatização das empresas de telecomunicações.

O primeiro ponto que observamos é o fato de que as formulações que analisaremos constituem os sentidos para a privatização característicos dos opositoristas, que vinculam diretamente “estatal”/“público”, definidos na esfera da nação, ou seja, é um discurso nacionalista, que apela para relações indissociáveis entre “estatal” e “público”. Esta memória discursiva, portanto, alimenta o discurso da oposição na sua feição radicalmente contrária ao processo de privatização, o que nos leva a afirmar que o discurso antiprivatista se opõe a rupturas deste eixo de significação estabelecido entre “público”, “estatal” e “nacional”. Estas vozes são definidas como de oposição à privatização e assim representadas pelos jornais. Na voz dos opositores, portanto, mantém-se esta memória. Da mesma forma, encontramos esta associação em texto publicado na *Folha de S. Paulo* e assinado por Walter Pinheiro (96), político de oposição ao governo e contrário à privatização. Tomaremos na seqüência estes textos como base para observar a constituição do discurso antiprivatista, que preserva, como dissemos, os vínculos entre “público”, “estatal” e “nação”, que se rompem num discurso que pode ser caracterizado de privatista.

Acreditamos, assim como Achard (1999, p. 15), que a regularização do sentido se exerce na retomada de discursos e relaciona-se ao jogo de forças sociais, o que faz a memória situar-se entre o histórico e o lingüístico, inserida em práticas sociais. Há um jogo de forças simbólico que se reconhece na repetição, na paráfrase, que é condicionado, portanto, por regras discursivas.

(95) Todas as encíclicas sociais, do papa Leão XIII a João Paulo II, defendem o patrimônio público. O Estado tem o dever de velar pelos direitos sociais. O Brasil levou anos para superar o jugo imposto pela Coroa portuguesa – o de que somos uma nação “essencialmente agrícola” e, como tal, proibida de ter indústrias.

A muito custo, implantamos a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Usiminas e tantas outras empresas, agora repassadas, a preço de banana, ao capital estrangeiro, por obra e graça do governo FHC.

O paradigma do lucro que preside a globalização neoliberal prossegue ofensivo em sua ânsia de enterrar o princípio do bem comum. Agora, o Brasil perde a Telebrás. Mais acumulação de capital e menos soberania nacional.

Menos Estado e mais mercado. Mais especulação internacional e menos bem-estar social. A 15 de fevereiro de 1997, em Genebra, 68 países – entre os quais esta pátria desamada, gigante adormecido em berço esplêndido – comprometeram-se com a Organização Mundial do Comércio (OMC) a abrir ao capital estrangeiro seus monopólios na área de telecomunicações.

Para quem acredita em Papai Noel, a decisão representaria um rápido crescimento da indústria de telecomunicações e daria novo alento à economia mundial (o que é desmentido pela atual crise asiática). As receitas anuais superariam a casa dos US\$ 800 bilhões, num setor da economia que se dilata de 10% a 15% ao ano e envolve desde telefones residenciais a satélites.

Os EUA, como sempre, fizeram beicinho e, em Genebra, ameaçaram abandonar as negociações, pois consideravam insatisfatórias as ofertas de liberalização.

Naquela época, só 20% do setor estava aberto ao capital privado. É claro que os sobrinhos de Tio Sam não se recusavam a abrir o próprio mercado. Só que, como ninguém, eles entendem de uma coisa que o Brasil ignora por completo: medidas protecionistas.

Assinado o Acordo Global de Telecomunicações, os investidores estrangeiros (leia-se: meia dúzia de grandes empresas) passaram a aplicar recursos (entenda-se: monopolizar o que era público) e obter direito de propriedade em vários países (compreenda-se: versão pós-moderna da pirataria colonial).

Os EUA e os países da União Européia deixaram Genebra jurando que abririam ao capital internacional seu setor de telecomunicações (telefonias, TV, fax, telégrafo, Internet, celulares, circuitos fechados e satélites) entre janeiro de 1988 e 2003. Juraram. O Brasil, que não possui cacife para entrar nesse jogo alto, abriu suas cartas ao dono do baralho.

À revelia de Genebra, mas sintonizado com o Consenso de Washington, o governo brasileiro, capitaneado pelo ministro Sérgio Motta, apressou a privatização da Telebrás – uma das 20 maiores carriers do mundo – pelo método açougue: retalha-se a carne nobre em suculentos bifés, da telefonia celular às teles regionais.

Segundo o acordo, o Brasil abre os mercados de telefonia celular e transporte por satélite à concorrência do capital estrangeiro. A telefonia convencional passa às mãos de transnacionais (leia-se: privatização da Telebrás).

Mire-se o consumidor no exemplo da Argentina e anote: tarifas bem mais caras. É a elitização da telefonia. Quem liga interurbano (os mais abastados) paga menos. Quem liga para o bairro vizinho paga mais.

Do ponto de vista técnico, recomenda-se a divisão da telefonia celular em duas bandas de alcance regional e nacional. Muitos países desenvolvidos entregaram uma das bandas a operadoras nacionais, estatais ou semi-estatais (France Télécom; DBT da Alemanha; NTT do Japão, etc.) e, a outra, ao capital privado.

No Brasil, o mercado de telefonia celular foi praticamente absorvido pelos assinantes da Banda A, na qual o governo permitiu a entrada de operadoras privadas sem licitação ou concorrência, como é o caso da Cia. de Comunicações do Brasil Central, pertencente ao Grupo Algar. Tudo na base de concessões, como no tradicional banquete das concessões de emissoras de rádio e TV, que, há décadas, saciam a voracidade de grandes grupos empresariais.

Ágil em sua subserviência desnacionalizadora, o governo FHC introduziu na legislação uma cláusula que permite transformar os departamentos de telefonia celular de suas empresas em subsidiárias a serem vendidas aos consórcios estrangeiros que não entraram no festim da Banda A. Em suma, toda a telefonia celular em mãos de transnacionais.

O Ministério Público Federal chegou a pedir o enquadramento do ministro das Comunicações no artigo 11 da Lei 8.429 por improbidade administrativa. A Constituição teria sido desrespeitada na legislação que regula a privatização da telefonia celular. As empresas concorrentes não possuiriam, de fato, a liquidez exigida.

Enquanto aqui ainda se fala em “competitividade”, basta dar uma olhadela em publicações como *Businessweek*, *Fortune* ou *Wall Street Journal* para constatar que, lá fora, o primeiro mandamento do capitalismo na área de telecomunicações é “cooperar”. Ou seja, estender redes continentais e transcontinentais de comunicações acima de fronteiras, Estados e soberanias. Na América Latina, esse saque ao patrimônio nacional começou em 1987 no Chile, que vendeu a Cia. Telefônica Chilena por US\$ 278 milhões ao especulador australiano Alan Bond, que a repassou por US\$ 392 milhões ao monopólio espanhol CNTE – que, em 1991, compraria a TLD de Porto Rico e, três anos depois, a Entel do Peru.

A Argentina, em 1991, entregou, no norte do país, a Telecom ao consórcio France Télécom, Italia Telecom e Banco Morgan; e, no sul, a Telefônica passou ao controle do consórcio CNTE-Citicorp. A CANTV, da Venezuela, foi vendida ao consórcio CNTE-AT&T- GTE. Em seguida, o México vendeu a lucrativa Telmex ao trio France Télécom-Bell South-Grupo Caruso.

A Telebrás sempre foi lucrativa e nunca onerou o Tesouro em seus investimentos. O que a União investe é o suficiente para assegurar o seu controle sobre 51% das ações ordinárias da holding. A saúde financeira da empresa é garantida sobretudo pela Embratel, via comunicações interurbanas e internacionais. Tais lucros permitem à Telebrás reinvestir, por ano, cerca de US\$ 5 bilhões na melhoria do sistema.

Poderia ser muito mais se os bruxos do FMI não tivessem cortado os investimentos estatais, cegos à distinção entre empresas lucrativas e deficitárias. Uma contenção que visa apenas a preparar o terreno para a globalização (entenda-se: o poder mundial em mãos de meia dúzia de megaempresas).

Segundo a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), o setor cresce 50% ao ano no Brasil e absorve cerca de R\$ 10 bilhões em investimentos estatais e privados. Carne de faisão para o insaciável apetite transnacional.

Agora, abocanha-se o filé mignon: a Telebrás, servida na bandeja da suposta social-democracia tupiniquim a preço muito inferior ao calculado pelo ministro Sérgio Motta.

É o Brasil fazendo gol contra. (Betto, F., 1998, p. A2).

Frei Betto, escritor, é autor de “Sinfonia Universal – a Cosmovisão de Teilhard de Chardin” (Ática), entre outros livros.

(96) O Brasil acabou de perder uma grande oportunidade para discutir o seu futuro, rompendo com o seu passado de eterno atraso, exclusão social e dependência. Nas telecomunicações, tínhamos tudo para elaborar um projeto de lei regulamentadora com chances de ser aprovado até pela oposição.

Não faltaram propostas buscando aprimorar o texto original, sem contrariar a sua intenção básica de abrir o mercado de telecomunicações à concorrência. Entretanto, o deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), certamente bem comandado pelo ministro Sérgio Motta, das Comunicações, rejeitou todas, deixando definitivamente claro que o problema do país não está na alegada falta de propostas concretas por parte da oposição, mas no absoluto desdém fujimorista do governo Fernando Henrique Cardoso.

A nova Lei das Telecomunicações abre o caminho para a substituição de um monopólio estatal de caráter público por quatro ou cinco monopólios privados: um, nas comunicações inter-regionais a longa distância; outros três ou quatro, nas comunicações locais e estaduais.

Cava a sepultura do Centro de Pesquisas da Telebrás, enterrando junto uma indústria de telecomunicações de R\$ 10 bilhões, única na América Latina, que produz telefones residenciais e públicos, centrais de comutação, cabos óticos e muito mais, graças, em boa parte, à tecnologia desenvolvida no local. E, pior, a nova lei não assegura a universalização da telefonia e das telecomunicações em geral, apesar das enganosas promessas em contrário.

Por que não assegura a universalização? Porque não a torna obrigatória. Se o deputado Goldman conhecesse as legislações dos EUA, França, Alemanha e outros países, e tivesse lido com atenção várias emendas a ele sugeridas até por deputados do seu partido e do PSDB, para não falar das do PT e do PC do B, saberia que é obrigação do governo (ou do Estado) identificar as áreas, regiões, serviços públicos ou grupos sociais que estão mal atendidos e obrigar - a expressão é esta mesmo: obrigar - uma operadora a atendê-los.

A lei redigida para o Brasil por consultores estrangeiros e copidescada pelo deputado Goldman é, ao contrário, completamente vaga quanto às obrigações de universalização.

O concessionário de um "serviço em regime público" está obrigado a buscar a universalização, conforme "metas" a serem definidas num "plano de outorgas" que o Poder Executivo (e só ele) ainda vai elaborar. Pior do que essa ausência de "serviços mandatários" é a fórmula encontrada pelo governo para financiar os supostos déficits das operadoras (a serem privatizadas) nas "obrigações de universalização".

O deputado Goldman, em seu artigo "Superando as forças do atraso" (*Folha*, 22/7), convenientemente a omitiu. E mentiu. Está lá no artigo 81 da lei, para qualquer prefeito ou vereador ler: os déficits das operadoras (a serem privatizadas) serão cobertos pelos orçamentos da União, Estados e municípios.

Em todo o mundo, esse dinheiro sai de um fundo formado exclusivamente com parte dos lucros das próprias operadoras. No Brasil social-democrata de FHC/Motta, não: o dinheiro para levar telefone aonde falta telefone sairá do Tesouro, logo, do contribuinte. Em termos muito concretos, o município pobre que hoje tem Telebrás (pois "onde tem Brasil, tem Telebrás"), se quiser continuar contando com os serviços, terá que pagar aos grandes grupos estrangeiros, tirando das já ralas verbas para educação e saúde recursos para telecomunicações.

A lei não diz, mas todo mundo sabe que a "reestruturação e privatização" do Sistema Telebrás, por ela "autorizada", significará o fatiamento do maior grupo empresarial brasileiro em quatro ou cinco empresinhas de segunda linha, para posterior venda a monopólios estrangeiros.

Quisesse o governo e seus financiadores externos, de fato, a competição, em vez de privatizar a Embratel abriria licitações para outorgar serviços que concorressem com ela. Com isso, o governo amealharia os mesmos US\$ 10 bilhões que pensa ganhar vendendo a Embratel e asseguraria, de fato, a introdução da concorrência no Brasil.

O Sistema Telebrás é um dos 20 maiores grupos empresariais em telecomunicações do mundo e o maior de toda a América Latina. Seu tamanho é equiparável ao de gigantes mundiais como a Telefónica, da Espanha, a Itália Telecom e a Bell South.

Seu patrimônio líquido é de R\$ 27,6 bilhões, contra R\$ 11,3 bilhões da Vale do Rio Doce, cuja recente privatização tanta celeuma causou. Suas vendas, em 1996, foram de R\$ 18 bilhões, contra R\$ 4,8 bilhões da Vale (e tanto se discutiu a Vale). Seu lucro líquido foi de R\$ 3,2 bilhões. Por pouco poderia comprar a própria Vale...

Pois o Brasil de FHC/Motta não pretende apenas privatizar a Telebrás. Quer desmanchá-la.

A França, a Itália, a Alemanha, a Inglaterra, os EUA, o Japão e todos os países sérios fortalecem suas grandes operadoras de telecomunicações para enfrentar esse mundo globalmente competitivo e as põem na luta pelo controle das redes mundiais. O Brasil, que, graças à Telebrás, poderia falar grossíssimo aqui na América Latina (e, sem ufanismo, teria cacife para negociar ótimas alianças e parcerias no resto do mundo), vai simplesmente destruir sua empresa e vender seus pedaços exatamente àqueles gigantes mundiais.

Não, deputado Goldman, isso não é superar as forças do atraso. Isso é dobrar-se a elas, aviltar-se diante delas, lamber-lhe as botas. Isso é voltar 30 anos na nossa história. Aos tempos em que as

nossas telecomunicações eram controladas pela Western e ITT. (PINHEIRO, W.. Dobrando-se às forças do atraso. *Folha de S. Paulo*, 11/8/97).

Walter Pinheiro, 38, deputado federal (PT/BA), é membro da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

8.2. Efeito de exterioridade

Para compreender o funcionamento desses discurso, acreditamos ser necessário considerá-los em dois momentos. Num primeiro movimento analítico, observamos como eles se encaixam na estrutura proposta pelo jornal em relação ao todo do produto editorial. Numa segunda etapa, analisamos estes textos em relação a outros textos opinativos publicados em ambos os jornais, observando o que os caracterizaria como discurso contrário à privatização. Desta forma, podemos dizer inicialmente que ambos são textos classificados pelos jornais como “opinativos”.

As instituições em sua constituição, como explica Mariani (1998, p.68), são reguladas por formações discursivas. Nesse sentido, elas são também resultado de processos históricos de linguagem que atuam na regulação e produção discursiva. Por isso, é necessário compreender a forma histórica de um jornalismo que estabelece limites entre opinião e informação, como estratégia geradora de sua própria credibilidade. Elas fazem parte de um processo ideológico que se apaga, cristaliza sentidos e consolida práticas e condutas organizadas por normas ou leis que contribuem para a visibilidade social das instituições. No caso da imprensa, como explica Mariani (1998), ela se constitui por um discurso jurídico-político, que se apaga mas lhe permite a existência, como se fosse evidente o fato de que é um veículo de comunicação.

Deste modo, erige-se uma divisão entre opinião e informação. Ainda conforme Mariani, comunicar/informar/noticiar resultam de um controle exterior vindo do Estado e do sistema jurídico, internalizado na prática jornalística, que garante a objetividade, um dos princípios sobre o qual se baseia a credibilidade da própria imprensa. Isso faz com que o texto explicitamente opinativo encontre lugar na voz de articulistas, editorialistas, cuja função é opinar em lugares estabelecidos pelo jornal.

A tradição de estudos sobre os espaços ditos opinativos na imprensa, desenvolvida no campo da teoria da comunicação e do jornalismo, de maneira geral, consagra uma divisão rígida entre opinião e informação e limita-se a classificar e sistematizar a prática dos jornais. Dessa postura, sem dúvida, útil para a compreensão da organização geral dos periódicos, deriva também toda uma classificação de gêneros jornalísticos, também baseadas na distinção entre informação e opinião, como se estas características fossem independentes umas das outras. O que se percebe, portanto, é uma tipologia estruturada em torno da divisão entre opinião e informação, de caráter utilitário e mesmo polêmico dentro das próprias teorias¹⁹ que a engendraram.

Propomos neste trabalho um deslocamento da questão para o campo de estudos da Análise do Discurso. Portanto, nossa perspectiva não é a de seguir uma tradição baseada na classificação das práticas jornalísticas e sua análise, mas sim de tomar estas práticas já como um modo de significar, que mostra uma partição de sentidos baseadas em instâncias autorizadas a opinar, a explicar ou noticiar dentro de um jornal, sem aqui igualmente pretender ainda demarcar fronteiras rígidas nestas modalidades. Este primeiro gesto nos parece, portanto, importante, seja ele com base na prática jornalística ou nas teorias que a legitimam.

Se pretendemos realizar uma reflexão com base na AD, devemos também compreender que nos textos há mais dispersão do que unidade (ORLANDI, 1998, p. 54), sendo esta um efeito do próprio discurso. Ora, se para analisarmos o discurso de um jornal, temos de recorrer a categorias heurísticas, não levamos em conta a própria dispersão dos enunciados, sua mobilidade e suas regras que não se podem observar em termos exclusivos de conteúdo.

No caso dos artigos acima citados, eles são considerados no arranjo editorial do jornal como opinião externa, de colaboradores que mantém sua “livre expressão” e que não necessariamente manifestam as opiniões do jornal e de seus integrantes. A instituição midiática marca, em seu imaginário, assim, uma diferença entre o que é um discurso produzido por ela e o que, de fato, é colaboração externa, apesar destes textos integrarem fisicamente os jornais publicados. Desta forma, os jornais estabelecem uma divisão entre o

¹⁹ Merecem destaque nesta área estudos clássicos como o de Luis Beltrão (1980) e Marques de Mello (1994)

que os outros falam e o que o jornal fala. Definem-se apenas como suporte de veiculação de uma determinada “opinião”, apagando as condições de produção destes discursos e como eles se articulam com o discurso geral dos jornais sobre a privatização da Telebrás. Temos assim definida a voz de um outro, externo e reconhecido como opositor ao discurso dominante, que tem como resultado o efeito de democracia.

A opinião nos jornais não pode ser, portanto, tomada como exclusiva do jornal tampouco como uniforme. Dizer também que ela segue os ditames e as adesões ideológicas do jornal seria empobrecer de antemão o aspecto analítico do discurso que se verifica nos espaços opinativos. É necessário, para tanto, analisar a organização deste discurso e como se pode estabelecer fronteiras ou assimilações entre a opinião do jornal e a opinião dos colaboradores que são considerados externos a ele, mas fazem parte de uma rede de relações discursivas. Se há uma tradição que erige uma fronteira imaginária entre opinião e informação, ela também é definidora de outros limites estabelecidos pela prática jornalística, como a que separa opinião do jornal, dos colunistas e articulistas em si, que trabalham para o jornal, e daqueles que são considerados colaboradores externos à instituição jornalística, mas que para ela trabalham como articulistas, nem sempre demonstrando concordância aparente com a opinião do jornal expressa nos editoriais, como é o caso dos artigos em questão.

O interesse por estes artigos justifica-se pelo fato de observarmos mais atentamente a organização discursiva do jornal, ou seja, ao admitir em suas páginas outras opiniões há também um efeito no discurso. Que significa de maneira geral ter a opinião dos outros, seja ela partilhada ideologicamente ou contrária frontalmente ao que se prega no jornal? Admitir o outro é de fato um sinal de reconhecimento da livre expressão, ou seja, de democracia? Questões como estas podem ser propostas para uma análise geral. No entanto, o que verificamos é que, do ponto de vista discursivo, elas não podem ser tomadas isoladamente. Significa assim que tais questões só podem merecer uma resposta ou interpretação feita à luz da organização geral do discurso dos jornais. Só assim é possível saber se os efeitos correspondem às imagens de si projetadas pelos jornais, que se consideram defensores da democracia ou da liberdade de expressão, numa visão tradicionalmente liberal.

No caso analisado, a “opinião dos outros” segue a rotina geral de produção dos jornais, ou seja, há um espaço reservado para ela na página dois do *Estado* e na três, da *Folha*. Há também artigos esparsos publicados nos cadernos de Economia de ambos os jornais. Na *Folha de S. Paulo*, os artigos da página três integram a seção chamada Tendências e Debates. Busca-se assim uma filiação de sentido à atualidade e à polêmica, à democracia. No Estado, os artigos da página 2 fazem parte de uma seção denominada simplesmente de Opinião.

Observa-se o efeito da fala de alguém, de um outro que aparentemente não constitui o discurso do jornal, mas que se integra a ele, explicitando-se sua origem e seu afastamento do discurso mesmo do jornal. Todos estes artigos são assinados em ambos os jornais. Procura-se assim determinar um autor, dizer publicamente que este autor não faz parte dos quadros funcionais do jornal, mas nele se expressa. Este autor é alguém que tem destaque na sociedade, que pode se pronunciar, seja por sua notoriedade, baseada no grau de conhecimento que ele tem da questão, seja pelo lugar institucional ocupado pelo autor no ambiente político, empresarial, acadêmico. Vincula-se, em geral, nome a lugar institucional para mostrar a autoridade da opinião e igualmente sua importância. Ao vincular nome a instituição, pode-se produzir efeitos de sentido diversos: autor e instituição podem se fundir, sendo que a opinião do autor é a da instituição, em termos gerais, ou então a instituição apenas valida a representatividade social do autor, sendo ele “relativamente livre” para opinar dentro da sua área de especialidade.

Assim, todos estes artigos são assinados e acompanhados de “pé biográfico”, de modo a justificar sua figuração nas páginas dos jornais, também como opiniões de “qualidade” reconhecida, que a sociedade precisa conhecer para formação de sua opinião.

A escolha destas opiniões a serem divulgadas e publicadas ficam a critério dos jornais, que aceitam a colaboração ou a solicitam a estes autores. A regra é, portanto, obedecer ao fluxo do noticiário. A publicação da opinião é de assunto, portanto, da atualidade, objeto e justificativa da existência dos jornais. Há, desta forma, uma busca pela multiplicidade de visões. No entanto, podemos observar que estas opiniões, aparentemente de origens diversas, participam da formulação geral do discurso do jornal, corroborando sua visão de mundo, inclusive ao admitir opiniões opostas que integram e constituem seu

próprio discurso. O que verificamos é o fato desta opinião dos outros se relacionar, seja por adesão ou oposição, ao discurso do jornal ou à construção imaginária que os jornais fazem do discurso do outro.

As polêmicas, apesar de heterogêneas, são previsíveis dentro da ordem discursiva estabelecida pelos jornais, que trabalham, portanto, numa “ilusão” de reflexo da opinião da sociedade. Ao produzir este efeito, apaga-se a multiplicidade das opiniões para, nas páginas dos jornais, mostrar que as múltiplas opiniões de fato são aquelas que estão publicadas, como um grande painel do discurso social. Desta forma, o que se observa é que o jornal dá a voz ao outro também para produzir efeito de verdade à representação imaginária que ele constrói do outro no seu discurso geral.

Observamos que, no caso do discurso sobre a privatização da Telebrás, textos que demonstram contrariedade em relação ao tema, são de articulistas externos ao jornal, como é o caso de Frei Betto e Walter Pinheiro, definidos pelo jornal como escritor e político, respectivamente. Todos os artigos, portanto, que se pronunciam contrários à privatização são de personalidades do mundo político, intelectual ou acadêmico, que não integram os quadros profissionais dos jornais ou de seus articulistas regularmente contratados. São externos aos jornais na relação que mantém com estes veículos de comunicação. O primeiro efeito que observamos é, portanto, considerar estes discursos, como se eles não fizessem parte da mesma rede discursiva à qual o jornal integra e se define em suas oposições. Esta separação imaginária não se mantém se tomarmos como produto de análise o jornal como um todo, ou seja, estes textos fazem parte de uma publicação e se definem em relação a ela. Daí podemos concluir que o segundo efeito derivado deste gesto interpretativo feito pelos jornais é o de democracia.

Ao abrir espaço editorial para opiniões divergentes da dominante, o que se tem é a criação de um imaginário de democracia, de livre expressão e não controle do jornal do que se diz nestes espaços. Isso só é possível porque já há um imaginário estabelecido que separa opinião de informação e permite ainda distinguir a opinião do jornal da opinião dos outros. A instância midiática seria assim apenas suporte para a veiculação de opiniões alheias, abstraindo seu papel de organizador e de escolha de quem pode e deve emitir essas opiniões e mesmo de quem edita os textos recebidos dos colaboradores. Apaga-se desta forma a

instituição jornalística como reguladora do sentido, dando lugar à imagem de um jornal que integra a opinião do outro, que se confina em espaços predeterminados para manter a “objetividade” do modo de produção jornalístico, marcando a independência dos conteúdos informativos. Este outro, quando assume a figura do opositor ou adere a formações discursivas diferentes das do jornal, vem corroborar primeiramente este efeito de democracia que é formado pelos jornais em sua legitimação dentro da sociedade democrática. Desta forma, opiniões divergentes encontram espaço também porque estabelecem os limites do discurso dos jornais, permitem demonstrar as diferenças entre as posições e os discursos que se constituem a partir de formações ideológicas igualmente distintas.

Ocorre, porém, que este outro constitutivo é explicitado como não-integrante desta formação. Ora, sabemos que há uma interdependência (MAINGUENEAU, 2005, p. 60-61) entre estas formações, sendo que a existência de uma relaciona-se diretamente à da outra. São marcas do outro no discurso que acabam estabelecendo a identidade discursiva. Não se pode negar, a partir daí, que a publicação de artigos contrários à formação discursiva dos jornais servem também para reafirmar a identidade do discurso dominante.

Observemos como os jornais definem estes articulistas:

Frei Betto, escritor, é autor de *Sinfonia Universal – a Cosmvisão de Teilhard de Chardin* (Ática), entre outros livros.

Walter Pinheiro, 38, deputado federal (PT/BA), é membro da Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados.

Em ambos os casos, há a delimitação de uma autoria, que fornece ao leitor uma identificação que se relaciona a um lugar social, remetendo o sujeito a um determinado lugar de enunciação, que é o do autor, mas é também o do jornal. Na identificação de Frei Betto, enfatiza-se sua atividade intelectual de escritor, apagando-se seus vínculos políticos e com a Igreja Católica. Pode-se dizer que Frei Betto fala como cidadão, não como representante de instituições. Pinheiro é identificado como um deputado federal, de 38 anos, integrante do PT da Bahia e membro da comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados. Nesta definição, o que se tem, ao contrário, é a valorização do lugar

político ocupado pelo deputado, que integra o discurso do seu partido. Ele fala como deputado eleito por um partido que à época se manifestava contrário às privatizações. Os textos destes autores compõem o jornal como produto editorial e discursivo. Desta forma, o texto destes articulistas não podem ser tomados separadamente numa perspectiva analítica. A assinatura de pé de página confere o efeito de que o articulista é exterior ao jornal, devendo assim ser considerado no efeito-leitor. A assinatura ainda faz remeter ao conceito de autor, utilizado pelos jornais para produzir uma identificação do discurso ao indivíduo e não com a instituição jornalística, atribuindo ao autor a responsabilidade pelo que é dito.

Foucault (1992) mostra que a noção de autor tem como resultado a delimitação do “modo de ser” de um texto, referindo-se ao estatuto de determinados discursos no interior da sociedade. A associação de um discurso a um indivíduo não ocorre de modo espontâneo, como se pode crer a partir de uma apreensão ingênua do conceito de autoria, mas sim, conforme Foucault, decorre de uma operação complexa de atribuição que constrói um ser racional como lugar originário para a escrita. Por isso, ele considera que o autor é apenas uma projeção do “tratamento a que submetemos os textos, as aproximações que operamos, os traços que estabelecemos como pertinentes, as continuidades que admitimos ou as exclusões que efetuamos” (FOUCAULT, 1992, p. 50). Assim, para Foucault, o autor é uma função que se liga ao sistema jurídico e institucional que determina o universo dos discursos. Nesse sentido, ele pode dar lugar a vários eus simultaneamente e a várias posições-sujeito, não se remetendo a um indivíduo real.

Orlandi (1998, p. 69-70), por sua vez, explica que o autor se insere num espaço de interpretação que deriva de sua relação com a memória, formando um sítio de significação. O autor representa-se na origem de seu texto e filia-se a sentidos constituídos historicamente e em redes que determinam a possibilidade de interpretação, que também é dada pelo deslocamento que produz nestas redes. Nesse sentido, o autor se constitui como tal porque consegue formular a partir de uma história de formulações e produz um lugar de interpretação.

8.3. Os vínculos com a nação

Os vínculos entre Estado, nação – no caso o Brasil - , e público definem-se logo na abertura do texto de Frei Betto (95):

“Todas as encíclicas sociais, do papa Leão XIII a João Paulo II, defendem o patrimônio público. O Estado tem o dever de velar pelos direitos sociais. O Brasil levou anos para superar o jugo imposto pela Coroa portuguesa – o de que somos uma nação “essencialmente agrícola” e, como tal, proibida de ter indústrias”.

Tendo como fiador deste discurso a autoridade máxima da Igreja, Frei Betto justifica sua defesa do patrimônio público, dos direitos sociais, da autonomia nacional à luz da superação de uma história colonial. Em seu discurso, as encíclicas dos papas, de Leão XIII e João Paulo II, são deixis fundadoras²⁰, que compõem a memória. Estes vínculos historicamente construídos conferem um sentido que aproxima, portanto, o que é estatal do que é público. Para fechar esta rede de significados, a soberania da nação passa pelo Estado como defensor de direitos sociais, que também se consolidam ao longo da história. Estas formulações permitem definir, portanto, a distinção entre o que é público, o que é privado e associá-la historicamente à construção de uma soberania nacional, da própria independência brasileira definida, portanto, pela construção do Estado nacional. Decorre disso a separação entre nacional/estrangeiro, de empresas que são entendidas como parte da nação, que foram constituídas por todos nós (“implantamos”), e de compradores, que representam o “capital estrangeiro” (“A muito custo, implantamos a Companhia Siderúrgica Nacional, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce, a Usiminas e tantas outras empresas, agora repassadas, a preço de banana, ao capital estrangeiro, por obra e graça do governo FHC”).

A privatização vem, na formação a que Frei Betto se filia, modificar estes vínculos necessários à soberania e à construção de nosso Estado. Neste universo de crenças, não se

²⁰ Segundo Maingueneau (1997, p. 42), a deixis fundadora “deve ser entendida como a (s) situação (ões) de enunciação anterior(es) que a deixis atual utiliza para a repetição e da qual retira boa parte de sua legitimidade”.

pode pensar num “bem comum”, em “bem-estar social”, tampouco em “soberania nacional” a partir de uma reconfiguração dessas relações. A quebra ou mudança destes significados, assentados na história brasileira, é vista como prejudicial tanto para a afirmação nacional como para o consumidor, constituindo-se numa abertura lesiva ao “capital estrangeiro” e às “transnacionais”. Nesta formação, portanto, o bem comum, ou público, não pode ser atingido pela privatização das empresas de telecomunicações, processo que viria a confirmar a entrega (“repassadas”) dessas estatais a grupos privados, que devem ser “saciados”. Assim, a rede de formulações estabelecidas no texto de Frei Betto nos permite caracterizar este discurso de oposição radical à privatização, nos seus argumentos e vínculos fundamentais. Há, portanto, tomando-se apenas como eixo definidor o par “público”/“privado”, sentidos que se organizam da seguinte forma (**Tabela 2**):

Público	Privado
Bem-estar social – <i>“Mais especulação internacional e menos bem-estar social”</i>	Acumulação de capital – <i>“ Mais acumulação de capital e menos soberania nacional”.</i>
Direitos sociais – <i>“O Estado tem o dever de velar pelos direitos sociais”</i>	Capital estrangeiro – <i>“A 15 de fevereiro de 1997, em Genebra, 68 países – entre os quais esta pátria desamada, gigante adormecido em berço esplêndido – comprometeram-se com a Organização Mundial do Comércio (OMC) a abrir ao capital estrangeiro seus monopólios na área de telecomunicações.”</i>
O princípio do bem comum – <i>“O paradigma do lucro que preside a globalização neoliberal prossegue ofensivo em sua ânsia de enterrar o bem comum.”</i>	Elitização da telefonia – <i>“Mire-se o consumidor no exemplo da Argentina e anote: tarifas bem mais caras. É a elitização da telefonia. Quem liga interurbano (os mais abastados) paga menos. Quem liga para o bairro vizinho paga mais.”</i>
Patrimônio nacional – <i>“Na América Latina, esse saque ao patrimônio nacional começou em 1987 no Chile, que vendeu a Cia. Telefônica Chilena por US\$ 278 milhões ao especulador australiano Alan Bond, que a repassou por US\$ 392 milhões ao monopólio espanhol CNTE – que, em 1991, compraria a TLD de Porto Rico e, três anos depois, a Entel do Peru”</i>	Liberalização – <i>“Os EUA, como sempre, fizeram beicinho e, em Genebra, ameaçaram abandonar as negociações, pois consideravam insatisfatórias as ofertas de liberalização.”</i>
Patrimônio público – <i>“Todas as encíclicas sociais, do papa Leão XIII a João Paulo II, defendem o patrimônio público”</i>	Mercado – <i>“Naquela época, só 20% do setor estava aberto ao capital privado. É claro que os sobrinhos de Tio Sam não se recusavam a abrir o próprio mercado. Só que, como ninguém, eles entendem de uma coisa que o Brasil ignora por completo: medidas protecionistas.”</i>
Soberania nacional - <i>Mais acumulação de capital e menos soberania nacional.</i>	Transnacionais – <i>“Segundo o acordo, o Brasil abre os mercados de telefonia celular e transporte por satélite à concorrência do capital estrangeiro. A telefonia convencional passa às mãos de transnacionais (leia-se: privatização da Telebrás).”</i>

Tabela 2

Neste discurso, portanto, “público” e “privado” funcionam em forte oposição, sendo que do lado do público há a identificação com a história da construção de direitos sociais vinculada ao Estado, ou seja, ao que se define como estatal. Esta oposição rigorosamente constituída contribui para restringir no discurso a possibilidade de se atingir o bem comum a partir de uma política que contemple a privatização das empresas estatais, entre elas, no caso em questão, a Telebrás e toda a rede de telecomunicações brasileiras. Ao criar dois espaços²¹ de discurso que se opõem, tem-se na formação imaginária dos opositores a qualificação de algo prejudicial, que no processo histórico da sociedade brasileira, vem aprofundar problemas vividos pelo país, como a elitização da telefonia. Nestas formulações, busca-se ainda associar o processo de privatização à história brasileira e latino-americana, marcada pelo colonialismo, que ainda vigoraria nos tratados internacionais. Daí a necessidade de o enunciador interpretar este processo histórico e explicitá-lo em enunciados que funcionam como interpretação do discurso opositor, num processo de desmascaramento do discurso do outro. Estes enunciados correspondem a comentários do enunciador e são destacados em parênteses:

“Para quem acredita em Papai Noel, a decisão representaria um rápido crescimento da indústria de telecomunicações e daria novo alento à economia mundial **(o que é desmentido pela atual crise asiática).**”

“Assinado o Acordo Global de Telecomunicações, os investidores estrangeiros (leia-se: meia dúzia de grandes empresas) passaram a aplicar recursos (entenda-se: monopolizar o que era público) e obter direito de propriedade em vários países **(compreenda-se: versão pós-moderna da pirataria colonial).**”

“Segundo o acordo, o Brasil abre os mercados de telefonia celular e transporte por satélite à concorrência do capital estrangeiro. A telefonia convencional passa às mãos de transnacionais **(leia-se: privatização da Telebrás).**”

“Mire-se o consumidor no exemplo da Argentina e anote: tarifas bem mais caras. É a elitização da telefonia. Quem liga interurbano **(os mais abastados)** paga menos. Quem liga para o bairro vizinho paga mais.”

“Poderia ser muito mais se os bruxos do FMI não tivessem cortado os investimentos estatais, cegos à distinção entre empresas lucrativas e deficitárias. Uma contenção que visa apenas a preparar o terreno para a globalização **(entenda-se: o poder mundial em mãos de meia dúzia de megaempresas).**”

²¹ Maingueneau (1997, p. 177) explica que o espaço discursivo liga pelo menos duas formações discursivas que manteriam relações privilegiadas para a compreensão dos discursos considerados.

O discurso antiprivatização que marca o texto de Frei Betto configura-se como oposição à política adotada no governo Fernando Henrique Cardoso (“Ágil em sua subserviência desnacionalizadora, o governo FHC introduziu na legislação uma cláusula que permite transformar os departamentos de telefonia celular de suas empresas em subsidiárias a serem vendidas aos consórcios estrangeiros que não entraram no festim da Banda A. Em suma, toda a telefonia celular em mãos de transnacionais”).

Na divisão dos sentidos proposta no texto, portanto, o governo está numa trajetória histórica que colide com os valores da soberania, tomados como fundamento, para definir a relação com o “estrangeiro” e o “transnacional”. Opor-se a esta política significa configurar um espaço de discurso que não admite, portanto, a privatização em sua legitimidade histórica, associando ao passado colonial o plano de quebra do monopólio estatal e abertura ao capital estrangeiro. Como explica Maingueneau (2005, p. 108), as formações discursivas têm uma maneira própria de interpretar o outro que a constitui, pela construção de simulacros, sendo ela um aspecto do funcionamento desta formação.

Em linhas gerais, podemos afirmar que esta formulação proposta no texto de Frei Betto é a que alimenta a formação imaginária dos discursos sobre a oposição e também ajuda a legitimar a imagem que a mídia faz desta mesma oposição. Também não seria arriscado dizer que é esta memória discursiva que está sendo contestada na ruptura de sentidos e alianças entre “estatal” e “público”, proposta no discurso em prol da privatização. Desta forma, esta memória discursiva está em risco e se reconfigura progressivamente em outros sentidos que se cristalizam ao longo da cobertura da privatização da telebrás. No discurso oposicionista, os laços entre “público” e “estatal” são necessários. O “público” contém o “estatal” e com ele se identifica no espaço da nação, que dá suporte aos dois (**Figura 8**).

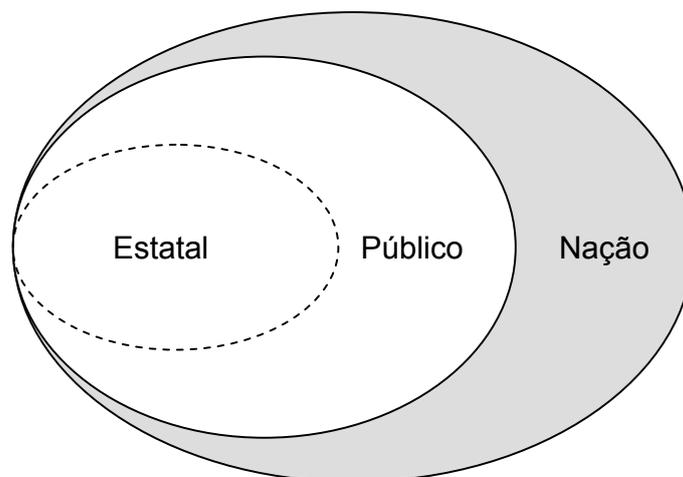


Figura 8

Esta aliança, que trouxe benefícios ao longo da história, agora está ameaçada pela privatização, que ocorrerá. A privatização, neste discurso, vem assim romper com estes laços e ressignificar este desenvolvimento histórico, que associou o público ao estatal. Vemos assim que esta divisão política dos sentidos atua para atribuir sentidos à privatização, tida no domínio de seus defensores como saída única para resolução dos problemas das telecomunicações no Brasil, e no domínio dos seus opositores radicais, como “entrega” do patrimônio público a grupos estrangeiros, discurso este afetado pela constituição de uma memória nacionalista e de soberania nacional, que está na base da construção do patrimônio estatal brasileiro e se associa ao momento de desenvolvimento adotado pelo Brasil desde a Era Vargas. É nessa memória formadora e fundadora deste discurso que podemos perceber as rupturas e a emergência de novos sentidos para o paradigma Estado-público- nação.

Por serem ligados a este interdiscurso, os discursos que se formam se relacionam a partir de um processo que Maingueneau (2005) denomina “interimcompreensão regrada”, ou seja, o outro é integrado ao discurso, numa tradução de enunciados em categorias do Mesmo, construindo-se um simulacro do outro numa relação polêmica.

Nesse quadro, a relação polêmica, no sentido mais amplo, longe de ser o reencontro acidental de dois discursos que se teriam instituído

independentemente um do outro, é de fato a manifestação de uma incompatibilidade radical, a mesma que permitiu a constituição do discurso. O conflito não vem acrescentar-se, do exterior, a um discurso por direito auto-suficiente; ele está inscrito em suas próprias condições de possibilidade. Nesse nível, o sentido não remete a um espaço fechado dependente de uma posição enunciativa absoluta, mas deve ser apreendido como circulação dissimétrica de uma posição enunciativa à outra; a identidade de um discurso coincide com a rede de interincompreensão na qual ela é capturada. Não existem, de um lado, o sentido e, de outro, certos “mal-entendidos” contingentes na comunicação do sentido, mas, num só movimento, o sentido como mal-entendido. (MAINGUENEAU, 2005, p. 22).

O discurso de oposição à privatização sustenta a manutenção do sistema monopolista e nacional. É contra este modelo que se opõem os privatistas, que tecem seus argumentos com base nos prejuízos para o país de não se rever o modelo. São vozes isoladas, como fazem crer os jornais, as que se opõem ao projeto de privatização das telecomunicações na cobertura em que a mídia dedica ao tema. Veremos assim confinados ao espaço da opinião os discursos que mantêm o vínculo entre estatal e público, como base de uma soberania nacional. São textos em geral assinados por colaboradores que não expressam diretamente a opinião do jornal. São marcados assim com uma voz externa, que se permite falar. Da mesma forma, encontramos esta associação em texto de Walter Pinheiro (96). No recorte abaixo, observemos como este vínculo se forma.

“O Brasil acabou de perder uma grande oportunidade para discutir o seu futuro, rompendo com o seu passado de eterno atraso, exclusão social e dependência. Nas telecomunicações, tínhamos tudo para elaborar um projeto de lei regulamentadora com chances de ser aprovado até pela oposição.

Não faltaram propostas buscando aprimorar o texto original, sem contrariar a sua intenção básica de abrir o mercado de telecomunicações à concorrência. Entretanto, o deputado Alberto Goldman (PMDB-SP), certamente bem comandado pelo ministro Sérgio Motta, das Comunicações, rejeitou todas, deixando definitivamente claro que o problema do país não está na alegada falta de propostas concretas por parte da oposição, mas no absoluto desdém fujimorista do governo Fernando Henrique Cardoso.

A nova Lei das Telecomunicações abre o caminho para a substituição de um **monopólio estatal de caráter público** por quatro ou cinco **monopólios privados**: um, nas comunicações inter-regionais a longa distância; outros três ou quatro, nas comunicações locais e estaduais.”

A crítica de Pinheiro vai na direção da necessidade de manter a unidade da Telebrás, não tanto diretamente contra a abertura do setor ao capital privado. Notemos, porém, que o monopólio estatal, como afirma Pinheiro, tem caráter público em oposição aos monopólios privados que não apresentam esta qualificação. Consideramos ainda o viés nacionalista, que sustenta, portanto o discurso oposicionista. É a nação - o Brasil - que

perde com a política econômica empreendida no governo Fernando Henrique Cardoso. Desta forma, sustentar o discurso em nome da nação significa apelar para uma memória que constrói a soberania, a independência pelo fortalecimento do Estado. Forma-se assim um limite entre o nacional e o estrangeiro, associado como vimos aos grupos privados. O espaço brasileiro oposto ao estrangeiro, e entendido como soberano funciona como base para este discurso. Assim, temos, por exemplo, o “fatiamento do maior grupo brasileiro” para venda a “monopólios estrangeiros”. Notemos ainda que a Telebrás é entendida como patrimônio do Brasil, que vai “destruir sua empresa” e “vender seus pedaços”. O pertencimento, expresso no uso dos possessivos (“sua empresa”, “seus pedaços”), demonstra este vínculo da empresa com a nação, definidora do que é público.

“A lei não diz, mas todo mundo sabe que a ‘reestruturação e privatização’ do Sistema Telebrás, por ela ‘autorizada’, significará o fatiamento do maior grupo empresarial **brasileiro** em quatro ou cinco empresinhas de segunda linha, para posterior venda a monopólios **estrangeiros**. Quisesse o governo e seus financiadores externos, de fato, a competição, em vez de privatizar a Embratel abriria licitações para outorgar serviços que concorressem com ela. Com isso, o governo amealharia os mesmos US\$ 10 bilhões que pensa ganhar vendendo a Embratel e asseguraria, de fato, a introdução da concorrência no Brasil.

“O **Brasil**, que, graças à Telebrás, poderia falar grossíssimo aqui na América Latina (e, sem ufanismo, teria cacife para negociar ótimas alianças e parcerias no resto do mundo), vai simplesmente destruir **sua empresa** e vender **seus pedaços** exatamente àqueles gigantes mundiais.

Não, deputado Goldman, isso não é superar as forças do atraso. Isso é dobrar-se a elas, aviltar-se diante delas, lamber-lhe as botas. Isso é voltar 30 anos na nossa história. Aos tempos em que as nossas telecomunicações eram controladas pela Western e ITT.”

A oposição à privatização constrói seu discurso com base numa memória nacionalista que se inscreve materialmente na aliança entre “estatal” e “público”, desautorizando a possibilidade de outro sentido e o discurso governista e privatista. A manutenção desses vínculos configurados no espaço da nação é garantidora da memória e da diferença, reação ao discurso que se impõe como dominante. Rejeita-se, portanto, formações de discurso que recusem esta tríade, numa refutação a interpretações divergentes ou a outras associações. Segundo Maigneueau (2005), há uma relação polêmica entre as formações, sendo que cada pólo discursivo rejeita o outro, considerando positivo o seu registro e negativo o modo como representa o discurso de seu opositor. Dessa forma, há uma imbricação constitutiva entre os dois discursos.

Este discurso, como vimos, assume feição de resistência e se presentifica em vozes que se identificam à oposição, expressando uma minoria que tem nos espaços opinativos dos jornais direito à manifestação, isolada, que se integra parcialmente ao discurso do próprio jornal. Tal problematização fica, portanto, restrita a estes espaços opinativos, assumidos dentro da distribuição imaginária que se faz da opinião nos jornais.

O estabelecimento dessa associação que norteia o discurso da oposição constituirá a base da crítica do discurso dominante, que promoverá rupturas no eixo de significação historicamente consolidado até então. Esta memória definidora do discurso constitui assim uma organização que obedece a regras, nutrindo a formação imaginária do discurso do outro, fundamental para constituir o discurso dominante em seus argumentos de crítica e também para propiciar as rupturas de sentido necessárias para que este discurso se organize diferentemente e abra a possibilidade de uma sedimentação histórica, com força de evidência.

Se estas identificações entre “público”, “nação” e “estatal” foram possíveis, é porque elas têm como base uma memória que as constituiu, que as definiu e estabilizou. A contestação dessa memória permite assim uma divisão política dos sentidos, em que se reorganizam não só os modelos do sistema de telecomunicações brasileiro, mas a própria discursividade que sustenta os grupos políticos que defendem determinadas propostas para estruturação das telecomunicações no Brasil. Essa divisão dos sentidos permite redefinir os significados, estabelecendo outros vínculos com o que se pode dizer, o que se deve condenar ou apoiar em formações que se constituem continuamente, porque não são fixas, mas terão sempre espaço para falhas e rupturas no dizer. A questão que se estabelece é observar os movimentos destes sentidos, suas organizações internas associadas a interlocutores, lugares sociais e instituições, atravessados pela história e a memória que ela forma continuamente, sempre na tensão entre repetição, que se dá no domínio parafrástico, e de renovação, no domínio da polissemia. Dessa forma, não há estabilidade dos sentidos, apenas uma organização possível de acordo com a história dessas formações, instáveis por definição. Não haveria também um fechamento destas formações, já que fronteiras se deslocam na correlação de forças sociais e ideológicas (COURTINE e MARANDIN, 1981).

Não seria arriscado dizer que há uma tomada de posição privatista por estes jornais, o que relega os opositores a espaços determinados de opinião, que não são diretamente incorporados no discurso dos jornais, em espaços ditos informativos e opinativos produzidos diretamente pela instituição jornalística. Ao assumir uma posição frente aos acontecimentos por eles narrados e construídos, os jornais adotam um viés a favor da privatização. Nesse sentido, o discurso da oposição define-se como voz minoritária, mas integrante de uma rede discursiva que encontra nas páginas dos jornais sua materialidade.

Capítulo 9 – A identificação entre “privado” e “público”

9.1. A tomada de posição privatista

Os jornais analisados tomam uma posição a favor da privatização e esta posição se relaciona ao deslocamento da memória em que “público”, “estatal” e “nação” estão vinculados, como vimos no capítulo anterior. Desta forma, o que podemos observar, ao longo deste trabalho, é o movimento dos sentidos em direção ao “privado”, numa trajetória em que se operam deslocamentos na relação entre “estatal” e “público”, considerada ultrapassada, e que aponta para a positivação do “privado”, relacionado ao futuro, à modernidade e à construção da cidadania, por meio do acesso à telefonia, e, portanto, pelo consumo. Nesse sentido, a tomada de posição privatista tenta cristalizar o sentido de “privado” como algo benéfico, atraindo para si igualmente o sentido anterior de “público”, que se refere à construção do bem comum. Assim, neste discurso, não há oposição entre “público” e “privado”.

No discurso privatista, “privado” está em função de “público”, considerado um valor a ser atingido e preponderante em relação a “privado”. A oposição se dá entre “estatal” e “privado”. Nesse sentido, o deslocamento da memória, nesta tomada de posição, promove a desidentificação entre “estatal” e “público”, apagando ainda a relação estabelecida com “nação”, que pode migrar para o campo semântico de “privado”. (**Figura 9**).

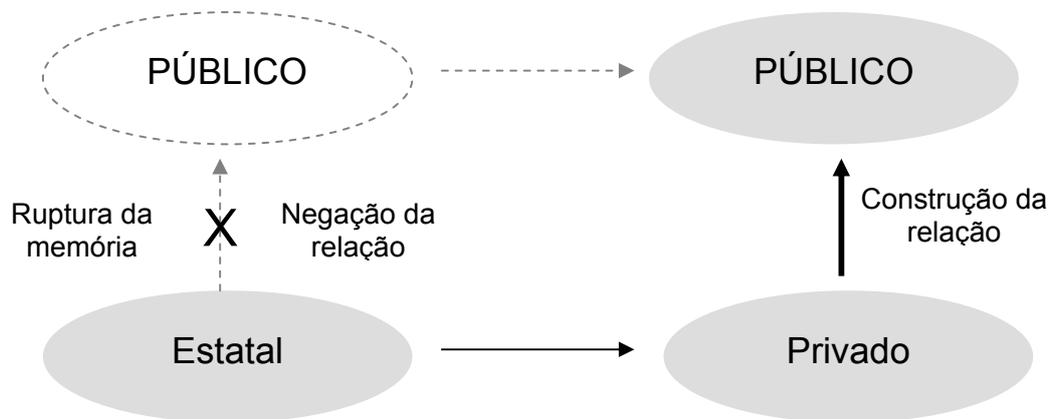


Figura 9

A construção do valor “público”, portanto, não se refere diretamente ao nacionalismo, mesmo porque as empresas que participam da privatização são, em sua maioria, empresas transnacionais. Apropriar-se, portanto, de “público” e de aspectos nacionalistas é um trunfo da tomada de posição privatista. Assim, podemos observar ainda que a polêmica sobre “público” e “privado” não se justifica no discurso privatista, porque esta oposição não se configura como válida. Há sim a aceitação de que o que é público necessita do capital privado para que ele possa se realizar, plenamente. O acontecimento da privatização, portanto, promove o deslocamento de uma memória, abrindo espaço para a cristalização do sentido de identificação entre “privado” e “público”. Estabelecem-se fronteiras, que buscam estabilizar a divisão imaginária proposta e organizada nesta formação.

Orlandi (1998) não dissocia a interpretação da atribuição de sentidos. Há, de acordo com esta autora, diferentes gestos de interpretação que condicionam a significação, num movimento que se constitui também no equívoco. Isso significa que os sentidos não são fechados, completos, tampouco evidentes e estão em jogo com o silêncio, a ausência e o não-sentido. Nesta perspectiva, a interpretação, tomada como constitutiva mesma do uso da

linguagem, também está em relação com instituições, que, de certa forma, regulam os gestos de interpretação, trabalhando na estabilização de sentidos. Desta forma, há sentidos que são afastados, colocados em outras formações, rejeitados, e outros que ganham legitimidade, que são valorizados e instaurados como “verdadeiros”, na possibilidade de sua significação na história. Ao compreender a interpretação como constitutiva da linguagem, Orlandi a classifica de injunção. O sujeito deve conferir sentidos e neste movimento determina sítios de significância. No processo interpretativo, apagam-se, porém, suas condições de produção, tidas como universais e naturais, o que dá a impressão de que o sentido é único e verdadeiro. A interpretação, administrada pelas instituições, é também regida pela memória discursiva, que atua no espaço da repetição, do que pode ser dito em determinados formações.

As falas se sustentam no já dito e os sujeitos se posicionam em relação a este dizer, promovendo deslocamentos ou identificações. Podemos assim pensar que as relações “privado”/ “público” e “estatal”/ “privado” correspondem a deslocamentos feitos nesta rede no processo de interpretação, em que numa determinada formação discursiva é necessário estabelecer uma oposição entre “público” e “privado”, de modo que “estatal” absorva os sentidos de “público”. Em outra formação discursiva, porém, o que observamos é o fato de não se estabelecer uma oposição entre “público” e “privado”, que significa no discurso do outro. Atrair “público” para o domínio de “privado” e substituir a oposição “público”/“privado” por “estatal”/“privado” corresponde ao deslocamento que garante a valorização de “privado”, porque ele atrai para si “público”, tomado como valor positivo, e não se coloca na oposição estabelecida na formação anterior, que deixa de significar na posição sujeito assumida no discurso em prol da privatização. O movimento, portanto, é de silenciar os significados da relação “público”/“estatal” pela sua desvalorização numa história construída “objetivamente” e exterior ao gesto interpretativo.

Observemos como este deslocamento ocorre nas seqüências abaixo:

(97) Um dos argumentos mais fortes levantados contra a privatização das telecomunicações é que a lógica de mercado acabaria beneficiando quem pode pagar, e excluindo dos serviços os consumidores e regiões de menor poder aquisitivo. Logo, a privatização das telecomunicações seria um ato anti-social. Seria um argumento correto, se não fosse possível pensar políticas sociais dentro de um ambiente de mercado. Obviamente, pode-se. Basta definir a política e registrar as obrigações nos contratos de concessão.

Ao longo desse período, houve uma discussão sobre **qual seria o modelo adequado** para cumprir a função social dos serviços de infra-estrutura. A solução encontrada para as telecomunicações certamente constituirá um **padrão para os demais serviços públicos**. (NASSIF, L. , 1997, p. 2-3).

Na seqüência (97), opera-se um deslocamento no discurso para significar positivamente a privatização e também para inserir “público” no domínio privado. O texto traz a argumentação do autor a partir da representação da fala do outro, construindo um simulacro desta fala num processo de incompreensão do discurso do outro (MAINGUENEAU, 2005). Assim, temos a formação de um universo de crenças hipotético, marcado pelo futuro do pretérito (“acabaria”, “seria”), o que retira a força do argumento do outro, já que eles se incluem no campo da impossibilidade. Há a formação de um universo, que tem sua organização discursiva estabelecida apenas num campo hipotético, que faz sentido, mas não passa de um argumento na construção feita nesta posição do sujeito. A conclusão introduzida pela conjunção “logo” (“Logo, a privatização das telecomunicações seria um ato anti-social.”) e que associa a privatização a um ato “anti-social” tem sentido, mas não se concretiza. Ao considerar este argumento ainda não realizado como “um dos mais fortes” o autor desqualifica a posição antiprivatista, categorizando-a como falsa. Notemos que, na posição rechaçada pelo autor, o mercado é excludente em sua natureza, interpretação marcada nos enunciados “beneficiando quem pode pagar” e “excluindo dos serviços os consumidores e regiões de menor poder aquisitivo”.

Para provar a inconsistência desta argumentação, o autor aproxima “políticas sociais”, deslocado do campo estatal, implicado no discurso oposicionista. A impossibilidade no discurso do outro ou a falta de sentido da ligação entre políticas sociais e “ambiente de mercado” no discurso oposicionista ganha significado no discurso da privatização. Desta forma, o sentido recusado na representação da oposição adquire estatuto legítimo no discurso da privatização. Assim, a não significação da relação “privado”/“público” no discurso é tomado como sua identificação. No entanto, esta identificação remete, como vimos, a um universo não-verdadeiro, porque não é correto (“Seria um argumento correto, se não fosse possível pensar políticas sociais dentro de um ambiente de mercado. Obviamente, pode-se. Basta definir a política e registrar as obrigações nos contratos de concessão.”). Neste ponto, ao estar negada a possibilidade de

verdade na fala do outro, esta fica deslocada como sentido verdadeiro para a fala do protagonista do discurso, que admite a relação “privado”/ “público”.

Podemos ainda dizer que a identificação entre “público” e “privado” é o novo sentido, que se cristaliza no deslocamento realizado pelo enunciado. Silencia-se, desta forma, o argumento do outro inserindo-o num universo hipotético e não-verdadeiro, negado em sua possibilidade de validade. A marca desta negação está no advérbio “obviamente”, que promove no texto a transição do campo da possibilidade, determinada pelo uso do futuro do pretérito (“Seria um argumento correto”) e do pretérito imperfeito do subjuntivo (“Se não fosse possível pensar políticas sociais dentro de um ambiente de mercado”), para a verdade da fala de quem enuncia. Dessa forma, a discussão empreendida resultou num modelo qualificado de “adequado” para o cumprimento da “função social dos serviços de infra-estrutura”. Ao categorizar de “adequado” o modelo, também se desqualifica qualquer outro modelo alternativo ou possibilidade de contestação, mesmo porque este modelo será um “padrão” para os “demais serviços públicos”. Notemos que neste discurso “público” é qualidade do serviço, não da empresa que presta este serviço. O que há, portanto, é a destituição da legitimidade da empresa estatal para o fornecimento de serviços públicos, e a criação de uma identificação entre o que é privado e o que é público, sendo que o primeiro seria a base de constituição do segundo. Ao ser negada a relação “estatal”/“público”, abre-se espaço para o estabelecimento de um outro par: “privado”/“público”, que se liga após a dissociação do primeiro.

(98) **O caso das telecomunicações é referência para o novo papel do Estado que se deseja no Brasil. A privatização do Sistema Telebrás é apenas um dos componentes de um novo modelo que vem sendo construído com a aprovação da Lei Geral das Telecomunicações (LGT). Com a LGT, fica estabelecido o processo de transição do monopólio para a competição e a regulação do papel do Estado como poder concedente e das empresas como concessionárias dos diversos serviços, tendo como objetivo o usuário e o desenvolvimento do país.**

A LGT obriga que o poder público garanta, a toda a população, o acesso às telecomunicações, a tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas, e adote medidas que promovam a competição, pelo incremento da oferta, por meio da criação de oportunidades de investimento e estímulo ao desenvolvimento tecnológico e industrial.

Quem executa o papel do Estado é a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), órgão com independência administrativa e financeira. A LGT determina e a Anatel decide e fiscaliza as normas que garantem a competição, dentre elas:

- as concessões não terão o caráter de exclusividade (art. 84);
- as concessões serão outorgadas mediante licitação (art. 88);

- visando propiciar competição efetiva e impedir a concentração econômica no mercado, a Anatel poderá estabelecer restrições a empresas quanto à obtenção e transferência de concessões (art. 71);
- as redes serão organizadas como vias integradas de livre circulação, sendo obrigatória a interconexão às redes, em termos não discriminatórios (arts. 146, 147 e 152).

As teles, privatizadas ou não, têm essas obrigações. Serão suporte para qualquer prestadora de serviço, ainda que suas competidoras. A privatização do sistema não altera os fundamentos do modelo e as obrigações das prestadoras de serviço, sejam elas estatais ou privadas.

A LGT diz que a desestatização implicará a imediata abertura à competição (art. 193). Dessa maneira, após a privatização, a Anatel obrigatoriamente abrirá o processo licitatório para as competidoras das atuais teles, sendo essas obrigadas, além dos deveres de universalização, a fornecer suas redes para interconexão dos novos operadores.

A única hipótese de não haver competição seria o desinteresse dos capitais privados por novas concessões, o que só poderia acontecer, em alguma região, em situação excepcional. Com a crescente demanda por telecomunicações das mais diversas formas e com o desenvolvimento tecnológico, a competição se instalará nos mais diversos setores e sob as formas mais variadas (celular, telefonia sem fio, uso de satélites etc.).

No momento de transição, existirá monopólio privado, por pouco tempo, até a realização das novas concessões. Enquanto isso, e depois disso, a Anatel terá a obrigação de garantir as metas estabelecidas, tanto em relação à qualidade quanto à quantidade dos acessos ao sistema de telecomunicações, que, já nos contratos com as teles que serão privatizadas, estão instituídas.

O modelo criado no Brasil pela LGT é o exemplo mais aperfeiçoado que conhecemos de incentivo à competição e garantia de universalização do sistema. Ultrapassa, de longe, o modelo europeu, em sua maioria monopólio estatal, e o americano, próximo ao monopólio privado. Nosso modelo só pôde ser elaborado graças à ousadia e criatividade dos brasileiros diante da evolução tecnológica das telecomunicações. Só com ele poderemos romper com as décadas de atraso em que nos encontramos, acabando com a elitização do sistema, com os privilégios corporativos e as reservas de mercado dos fornecedores de equipamentos, obras e serviços, isso sim origem do caixa-dois que as oposições procuram preservar e, quem sabe, dele se nutrir. (GOLDMAN, A., 1998, p. 1-3).

Observemos o movimento dos sentidos proposto em (98). O adjetivo “novo” vem determinar um outro papel para o Estado, que se opõe também, implicitamente a um modelo velho, antigo ou ultrapassado, definindo desta forma um campo de abrangência para o novo que se refere à “transição do monopólio para a competição e a regulação do papel do Estado como poder concedente e das empresas como concessionárias dos diversos serviços”.

Desta forma, o modelo anterior seria a antítese do que está proposto. A oração “tendo como objetivo o usuário e o desenvolvimento do país” insere o novo como modelo que visa ao bem-estar individual e coletivo. Neste discurso, o poder público é preponderante sobre o setor privado:

“A LGT obriga que o poder público garanta, a toda a população, o acesso às telecomunicações, a tarifas e preços razoáveis, em condições adequadas, e adote medidas que promovam a competição, pelo incremento da oferta, por meio da criação de oportunidades de investimento e estímulo ao desenvolvimento tecnológico e industrial.”

Neste discurso, mantém-se a oposição entre “privado” e “estatal”, dissociando “público” de “estatal” e estabelecendo “público” no patamar superior e de dominância em relação aos dois regimes. (“As teles, privatizadas ou não, têm essas obrigações. Serão suporte para qualquer prestadora de serviço, ainda que suas competidoras. A privatização do sistema não altera os fundamentos do modelo e as obrigações das prestadoras de serviço, sejam elas estatais ou privadas”). Busca-se ainda estabelecer como parâmetro de superioridade o modelo criado e definido como novo. Este modelo também é denominado como “exemplo mais aperfeiçoado de incentivo à competição e garantia de universalização de sistema” e considerado resultado de “ousadia e criatividade dos brasileiros”.

A superioridade se baseia na comparação com o Exterior, notadamente o modelo europeu – “em sua maioria monopólio estatal” – e o americano – “próximo ao monopólio privado”. Dessa forma, busca-se inverter as relações de superioridade de europeus e americanos e aderir a uma imagem estereotípica do brasileiro como ser ousado e criativo. Por essas razões, que se estabelecem a partir de um modelo que tende à perfeição, fecha-se o sentido para uma solução única – “só com ele”. O novo assim vem romper com um modelo de atraso, acabar com a elitização do sistema e os privilégios corporativos, reservas de mercado dos fornecedores de equipamento e obras. O novo associa-se à ruptura com vícios da política brasileira, assumindo uma função ética, também expressa por uma posição antielitista e antiprivilégios. Assim, este discurso estrutura-se nestes pré-construídos. O velho modelo absorve os significados condenados e associa-se à oposição, que na interpretação proposta pelo enunciador a representa como supostamente conivente (“quem sabe”) desse sistema – “isso sim origem do caixa-dois que as oposições procuram preservar e, quem sabe, dele se nutrir.”

(99) Depois de muito tempo perdido para saber quem seria o relator do projeto, o substitutivo do deputado Alberto Goldman ao projeto da Lei Geral de Telecomunicações está pronto para ser votado. Tal como o projeto do deputado Eliseu Resende sobre a exploração do petróleo e derivados, será votado numa segunda versão, a primeira tendo recebido dezenas de emendas. Votado como está, o substitutivo poderá transformar-se numa lei moderna e adequada às transformações tecnológicas do setor. Resumidamente, pode-se dizer que o deputado Alberto Goldman insistiu, em seu projeto, em que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) - órgão que regulará o sistema e substituirá muitas das funções do Ministério das Comunicações - seja uma autarquia especial, figura jurídica que lhe confere independência administrativa e

autonomia financeira, além de garantir que o mandato de seus membros - que deverão ser profissionais altamente qualificados do setor - seja fixo e não coincidente com o do presidente da República.

O que é inovador no projeto é o modelo que desenha para o setor: privatista e, isto é fundamental, competitivo. Não haverá a possibilidade de um monopólio privado substituir o atual e ineficiente monopólio estatal. O projeto não entra em pormenores sobre como se dará a privatização nem que condições vigorarão para que se estabeleça a competição. Sabe-se, no entanto, por informações prestadas pelo ministro das Comunicações, Sérgio Motta, que haverá quatro holdings regionais, privatização da Banda A (a B já está em processo de licitação) e que a privatização começará ainda este ano pela concessão dos serviços prestados pela Telesp e pela Embratel. **É importante ter presente que a privatização da Banda A - a Banda B está sendo privatizada - fará que a competição não se dê entre empresa estatal e empresa privada, mas entre empresas privadas.**

Isso significa que, quando grupos privados estiverem operando a telefonia celular na Banda B, todas as concorrentes da Banda A já deverão, pelo menos em tese, estar privatizadas. Até 1998, o governo espera ter transferido todo o sistema Telebrás para a iniciativa privada. **O projeto traz algumas inovações para o usuário. Cria, por exemplo, os chamados “regime público” e “regime privado” de operação. No regime público estão incluídos todos os serviços essenciais, tais como telefonia básica, interurbana e internacional. No regime privado estão os serviços considerados não essenciais, como telefonia celular, comunicação de dados e Internet. Futuramente, se forem considerados essenciais, passarão ao regime público. Na linguagem da atual Constituição, os serviços essenciais são um direito do cidadão e um dever do Estado - entendendo-se por “dever” que o Estado deverá criar condições para que qualquer empresa, privada ou estatal, preste tais serviços. Nesse conceito de “dever” poder-se-á incluir o de “universalização”, que o projeto cria: metas a serem atingidas pelos concessionários para que qualquer pessoa tenha acesso, em qualquer ponto do território nacional, aos serviços de telecomunicações, ainda que esse acesso só se dê no futuro.** Para que isso seja possível, o projeto propõe que seja criado por lei especial um Fundo de Financiamento da Universalização. O projeto também prevê estímulos para a produção nacional de equipamentos de telecomunicações..

Num ponto divergimos do deputado Alberto Goldman. **No seu substitutivo, mantém o artigo que confere ao presidente da República a faculdade de fixar limites à participação do capital estrangeiro no capital das empresas operadoras de serviços de telecomunicações em regime público. No mais, está-se diante de um projeto de lei que contribuirá decisivamente para que o País dê o salto qualitativo que se faz necessário para que as expectativas sobre as reais possibilidades de desenvolvimento sustentado do Brasil - que começam a ganhar corpo no Exterior - se concretizem.** (LEI..., 1997, p. A3).

Em (99), publicada em editorial de *O Estado de S. Paulo*, observemos como a memória de uma oposição entre “estatal” e “privado” se mantém. O enunciador fala de uma posição em que o modelo privatista é considerado “inovador” em relação ao anterior, ou seja, ao modelo estatal. A oração intercalada “isto é fundamental” (“O que é inovador no projeto é o modelo que desenha para o setor: privatista e, isto é fundamental, competitivo. Não haverá a possibilidade de um monopólio privado substituir o atual e ineficiente monopólio estatal”), marca da heterogeneidade no discurso, configura-se como um comentário deste enunciador que se filia a um discurso liberal, de valorização do que é privado e da competição. Notemos ainda que “monopólio privado” não recebe outros qualificativos, ao contrário de “monopólio estatal”, considerado “ineficiente”. Nesta

formulação, a oposição entre “privado” e “estatal” afasta a relação com “público”, isto é, ele não está diretamente vinculado a “estatal” nem a “privado”. Ancorado na definição proposta pelo projeto de lei, numa relação, portanto de intertextualidade com este projeto, estabelece-se outra fronteira em que a memória é de uma oposição entre “público” (“regime público”) e “privado” (“regime privado”), usados como adjetivos. Esta fronteira estabelece a distinção entre os dois significados no discurso da lei. Dessa forma, “público” inclui “todos os serviços essenciais, tais como telefonia básica e internacional” e o regime privado, os serviços “não-essenciais, como telefonia básica, interurbana e internacional”.

“Público” é tomado numa hierarquia em relação a “privado”, isto é, ele é um valor que ocupa uma posição superior: “futuramente, se forem considerados essenciais, passarão ao regime público”. Serviços essenciais, por fazer parte do campo de abrangência de “público”, são categorizados como “direito do cidadão” e dever do Estado, numa interpretação feita pelo enunciador da linguagem da Constituição, na qual ancora seu discurso. Assim, “público” integra a memória de constituição do Estado e da cidadania, prevalecendo sobre o que é privado. Observemos que é a partir da significação de “público” que se estabelece um significado para “privado”. Dessa forma, o enunciador interpreta o que é dever, marcando nas aspas uma outra definição deste dever, que não seria a do Estado provedor deste serviço. Atribui-se assim um outro sentido para “dever”, que é o da obrigação de “criar condições para que qualquer empresa, privada ou estatal” preste tais serviços. Neste caso, “privado” e “estatal”, em oposição, estão, portanto, sob a dominância de “público”. E no “dever”, assim interpretado pelo enunciador, há a possibilidade de “universalização”, deslocada para o futuro (“Nesse conceito de “dever”, poder-se-á incluir o de “universalização”, que o projeto cria: metas a serem atingidas pelos concessionários para que qualquer pessoa tenha acesso, em qualquer ponto do território nacional, aos serviços de telecomunicações, ainda que esse acesso só se dê no futuro”). A universalização, entre aspas, também recebe um sentido neste discurso, definido a partir da utilização de dois pontos, que corresponde a uma interrupção na seqüência para a inserção de um discurso outro, incorporado no dizer, que fecha um sentido para a universalização.

Notemos ainda que neste discurso “público” não está em conflito com o estrangeiro, ponto de oposição em relação ao projeto. Dessa forma, propõe-se um deslocamento que se

relaciona à compatibilidade entre capital estrangeiro e regime público. No discurso proposto no projeto, deve haver limites para esta participação e, no do jornal, estes limites não devem existir. A tomada de posição privatista busca identificar-se com o projeto para o país:

“No mais, está-se diante de um projeto de lei que contribuirá decisivamente para que o o País dê o salto qualitativo que se faz necessário para que as expectativas sobre as reais possibilidades de desenvolvimento sustentado do Brasil – que começam a ganhar corpo no Exterior – se concretizem.”

Este deslocamento que aqui consideramos uma tomada de posição refere-se ao que Pêcheux (2002, p. 57) demonstra ser um momento de interpretação, passível de ser descrito regularmente em montagens discursivas, e correspondentes a efeitos de identificação assumidos e não negados. Desse modo, estas tomadas de posição deslocam saberes, reconfiguram formações discursivas (FD) e alteram posições identitárias dos sujeitos, num rearranjo constante. O espaço de memória, configurado nestas tomadas de posição, são atravessados por divisões heterogêneas, rupturas e contradições (PÊCHEUX 2001, p. 317). É importante ainda destacar, que para Pêcheux (1997, p.198), o processo de produção de conhecimentos se opera por meio de tomadas de posições, demarcações nas formações discursivas, que se constituem pela contradição, sendo elas heterogêneas e portadoras de saberes de outros lugares e outras formações que estão em relação no interdiscurso. Dependendo, portanto, das relações estabelecidas entre esses diferentes saberes, haverá reorganização entre os limites das FDs.

Em nosso corpus, é possível observar momentos de desestabilização progressiva da memória “estatal”/“público”/“nacional”, que abre espaço, por deslocamentos nesta rede de sentidos e movimentos na posição do sujeito, que admite a coexistência com o regime privado, como ocorre na seqüência abaixo:

(100) São Paulo - O SinTPq (Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia de São Paulo) apresenta sua proposta para a reforma do setor de telecomunicações. Vale a pena resumi-la, nem que seja para evitar que fique a sensação de que não há outro modelo que não seja o que o governo vem adotando. O sindicato não se opõe à quebra do monopólio no setor, até aqui em mãos de uma empresa estatal, a Telebrás. Mas opõe-se, sim, à privatização pura e simples.

O SinTPq propõe a criação de uma empresa chamada Brasil Telecom, que seria o operador nacional público, em competição com as empresas privadas que se interessarem pelo negócio. Lembra

que, em países como França, Alemanha e Itália, a abertura do mercado de telecomunicações não significou a eliminação da empresa pública.

Adotar a hipótese contrária (ou seja, entregar pura e simplesmente o setor à iniciativa privada) abriria espaço para se passar do indesejável (o monopólio estatal) para o intolerável (o monopólio privado). Além disso, o sindicato sugere que o organismo regulador dos serviços tenha autonomia em relação ao Poder Executivo, ao contrário do que ocorre, na prática, com a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), que não passa de um braço do Ministério das Comunicações.

Por fim, o SinTPq sugere que todo o processo de reengenharia nas telecomunicações preveja “mecanismos que assegurem a universalização dos serviços de telecomunicação essenciais ao desenvolvimento nacional”.

É uma maneira elegante de dizer que o setor privado, deixado solto, só fará o que dá mais lucro, não necessariamente o que é mais útil do ponto de vista social ou do desenvolvimento. Pode-se gostar ou não da proposta. Mas não dá para desprezá-la alegando que é mera reação corporativa a uma suposta modernização do país, via privatização pura e simples. (ROSSI, C., 1998, 1-2).

Em (100), podemos observar na representação que se faz do discurso do Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisas, Ciência e Tecnologia de São Paulo (SinTPq), que a proposta é tida como “reforma do setor de telecomunicações” ou “reengenharia nas telecomunicações”, termos que já admitem a mudança a ser realizada. O enunciador insere um comentário a respeito da proposta, destacando-a diante de um modelo dominante (“Pode-se gostar ou não da proposta. Mas não dá para desprezá-la alegando que é mera reação corporativa a uma suposta modernização do país, via privatização pura e simples”), expresso pelo governo, mas ao mesmo tempo reconhecendo suas poucas chances de se impor, na frase – “nem que seja para evitar que fique a sensação de que não há outro modelo que não seja o que o governo vem adotando”. Identifica-se o sindicato comopositor à privatização, mas não à quebra do monopólio no setor, o que permite estabelecer uma significação para o privado. (“O sindicato não se opõe à quebra do monopólio no setor, até aqui em mãos de uma empresa estatal, a Telebrás. Mas opõe-se, sim, à privatização pura e simples.”)

Desta forma, estabelece-se uma linha divisória entre “público” e “privado”, que, no entanto, legitima a coexistência entre as duas formas.

“O SinTPq propõe a criação de uma empresa chamada Brasil Telecom, que seria **o operador nacional público, em competição com as empresas privadas que se interessarem pelo negócio.** Lembra que, em países como França, Alemanha e Itália, a abertura do mercado de telecomunicações não significou a eliminação da empresa pública.”

“Nacional” e “público” são qualificativos de empresa, reescrita em “operador”, que também recebe como qualificativo “privado”. Os adjetivos “estatal” e “privado” ligam-se a monopólio, considerado um malefício na formulação proposta no texto – “indesejável” e “intolerável”, respectivamente. Não se fala em “monopólio público”, o que já é um indício da ruptura entre “estatal” e “público”. Assim “público” é preservado como um valor, que não está vinculado ao monopólio. “Público” determina a qualidade de uma empresa, em oposição ao mercado, ao privado, que não é definido como nacional. Mantém-se assim “pública”, como qualidade de empresa, que não é mais nomeada como estatal. Apaga-se o vínculo entre “estatal” e “público”, operando um deslocamento na memória, que preserva a relação entre “público” e “nacional” e permite a significação do privado, a possibilidade de coexistência com o regime público.

O enunciado “mecanismos que assegurem a universalização dos serviços de telecomunicações essenciais ao desenvolvimento nacional”, colocado entre aspas, marca a intertextualidade com a proposta escrita do sindicato e é interpretado pelo enunciador como “uma maneira elegante de dizer que o setor privado, deixado solto, só fará o que dá mais lucro, não necessariamente o que é mais útil do ponto de vista social ou do desenvolvimento”. Notemos que nesta formulação “privado” associa-se ao lucro e dele são afastados aspectos sociais ou de desenvolvimento.

Os processos de tomada de posição teorizados por Pêcheux (1997) permitem a demarcação das posições nas redes de memória e a compreensão de que não há cortes ou rupturas abruptas, mas sim deslocamentos que possibilitam a emergência de formações discursivas diferentes, a partir de um processo de apropriação do conhecimento. Deste modo, há um trânsito entre os domínios de saber nos quais os sujeitos, ao assumirem determinadas posições, realizam deslocamentos, reconfigurando conceitos e ressignificando-os no movimento entre as formações discursivas, sujeitas a transformações históricas que as afetam e determinam os sentidos. Estes saberes, portanto, sofrem ação da história e também das relações de poder e interesses de classe, manifestos nas tomadas de posição. Deslocados, por um trabalho de formulação de um sujeito que se inscreve como autor e interpelado ideologicamente, os sentidos passam a funcionar diferentemente conforme as formações discursivas. Neste ponto, é necessário lembrar que as formações

discursivas sofrem, pelos movimentos dos sujeitos, reconfigurações contínuas. Assim, explica Pêcheux (2002), este processo:

todo discurso é o índice potencial e uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho de deslocamento no seu espaço: não há identificação plenamente bem-sucedida, isto é, ligação sócio-histórica que não seja afetada, de uma maneira ou de outra, por uma “infelicidade”, no sentido performativo do termo, isto é, no caso, por um “erro de pessoa”, isto é, sobre o outro, objeto de identificação. (PÊCHEUX 2002, p. 56-57)

9.2. Rupturas no dizer e novos sentidos

Pêcheux (2002, p.53) lembra que todo enunciado é intrinsecamente suscetível de ser outro, diferente de si mesmo, deslocando-se de um sentido e derivando para um outro. Dessa forma, o sentido perde sua estabilidade, ficando sujeito ao equívoco, à interpretação. Por ser constitutivamente dividido, o enunciado, explica Pêcheux, pode ser considerado como pontos de deriva possíveis, originados no processo discursivo e materializados na base lingüística. Dessa forma, podemos pensar que a relação “estatal”/ “público” pode ser substituída por “privado”/“público”, de acordo com a tensão estabelecida entre as formações discursivas num determinado momento histórico. Isso ocorre porque há movimento na significação de acordo com o modo como o acontecimento se inscreve na história. E também porque os sentidos variam de acordo com as posições assumidas pelos sujeitos, isto é, ocorrem mudanças de sentido de uma formação discursiva para outra (HAROCHE, HENRY e PÊCHEUX, 1971). O que se percebe, portanto, é a tentativa de estabilizar a memória da relação “privado”/“público”. E esta estabilização é, acima de tudo, um movimento no discurso, que pode ser depreendido pelo movimento do sujeito, na tentativa de homogeneizar logicamente esta relação, afastando desta formação outros significados possíveis, incluindo a relação que se quer desestabilizar. Assim, Pêcheux

explica a formação de universos estáveis em espaços, por definição não-estáveis, como os da política.

Nesse espaço de necessidade equívoca, misturando coisas e pessoas, processos técnicos e decisões morais, modo de emprego e escolhas políticas, toda conversa (desde o simples pedido de informação até a discussão, o debate, o confronto) é suscetível de colocar em jogo uma bipolarização lógica das proposições enunciáveis – com, de vez em quando, o sentimento insidioso de uma simplificação unívoca, eventualmente mortal, para si-mesmo e/ou para os outros (PÉCHEUX, 2002, p.33).

Pode-se dizer, portanto, que os efeitos de sentido são trabalhados continuamente. Na relação entre memória e atualidade, operam-se deslocamentos que visam ou a manter as relações de sentido já estabelecidas, ou a instaurar outra memória, que concorre com a anterior. Estabelecem-se assim relações entre formações discursivas, que, como dissemos, não são homogêneas e estão em deslocamentos variáveis com as posições dos sujeitos. Enunciados que se referem, portanto, ao mesmo acontecimento constroem significações e efeitos de sentido diferentes observáveis na materialidade discursiva. De certa forma, nos deslocamentos operados, podemos observar, de fato, a rejeição de sentidos numa dada formação, como a relação “estatal”/ “público”, significada negativamente no discurso favorável da privatização. Ocorre, portanto, um confronto entre formações, visível pelos diferentes significados atribuídos ao mesmo acontecimento.

Como explica Orlandi (2002b, p. 65-66), o sujeito na AD é posição e o processo de subjetivação ocorre pela projeção do lugar deste sujeito no mundo para sua posição no discurso. Essa projeção transforma a posição social em posição-sujeito. Daí a afirmação de que sujeito e sentido constituem-se simultaneamente, havendo neste processo espaço para repetições, deslocamentos e rupturas no jogo dos sentidos. Como não há, neste funcionamento discursivo, um fechamento de sentidos, devido à exposição ao equívoco, ocorre a permanente atribuição de sentidos na história por sujeitos que se constituem em diferentes posições discursivas. Além disso, não é apreensível para o sujeito seu modo de constituição, que é inconsciente e ideológico. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia.

Orlandi (2002a) considera que o funcionamento da linguagem se baseia na tensão permanente entre processos parafrásticos e polissêmicos. Nesta perspectiva, a paráfrase corresponde ao que se mantém, ao espaço do dizível, constituindo-se no processo de sedimentação dos sentidos, de estabilização. A polissemia, por sua vez, corresponde aos deslocamentos e rupturas no processo de significação, que atuam no espaço do equívoco e apontam para a emergência do diferente e da multiplicidade dos sentidos. Desta forma, podemos considerar que o sujeito, ao ocupar a posição favorável à privatização, desestabiliza a memória entre “estatal” e “público”, promovendo o deslocamento em direção a “privado”. Segundo Orlandi (2002a, p. 36), “nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam”.

Estes processos são possíveis porque a língua é sujeita ao equívoco e a ideologia é um ritual com falhas (PÊCHEUX, 1990, p. 17). Pêcheux explica que levar até as últimas conseqüências a interpelação ideológica como ritual supõe o reconhecimento de que não “há ritual sem falha, desmaio ou rachadura”:

É através dessas quebras de rituais, destas transgressões e fronteiras: o frágil questionamento de uma ordem, a partir da qual o lapso pode tornar-se o discurso de rebelião, o ato falho, de motim e de insurreição: o momento imprevisível em que uma série heterogênea de efeitos individuais entra em ressonância e produz um acontecimento histórico, rompendo o círculo da repetição. (PÊCHEUX, 1990, p. 17)

E estas falhas constituem os novos sentidos, que tendem a se estabilizar numa regulação institucional, de contenção do movimento próprio ao dizer. Este dizer regulado nas formações em que se inscrevem possibilitam a reorganização da memória, como podemos observar na seqüência abaixo:

(101) No fundo, o que importa não é o caixa da União, mas a eficiência da economia. Capitais privados aos borbotões, da ordem de R\$ 115 bilhões em sete anos, devem ampliar, modernizar e diversificar toda a infra-estrutura de telecomunicações – o reator da civilização do Terceiro Milênio. Essa revolução vai multiplicar produtos, serviços, salários, impostos e empregos.

Vai rebaixar custos e preços das empresas de todos os ramos e todos os portes, refertilizando negócios (e empregos) por todo o conjunto da economia brasileira. Fechando a roda, as novas tecnologias da comunicação, sem o mata-burros do monopólio estatal elitista, darão um choque de modernidade nas áreas sucateadas da educação pública, da saúde pública, da segurança pública, do aparelho judiciário e da pesquisa básica. Estes, sim, legítimos ativos do povo brasileiro. (BETING, J. 1998, p. B2).

Em (101), “capitais privados”, na posição sujeito, são tomados como causa de “ampliar, modernizar e diversificar” a totalidade da infra-estrutura de telecomunicações, que recebe o aposto de “reator da civilização do Terceiro Milênio”. Dessa forma, fecha-se o sentido positivo em torno da privatização, que conduz à modernidade e à civilização no futuro. Os benefícios serão sentidos em “todo o conjunto da indústria brasileira”. Os quantificadores “todo”, “todos”, “toda” não deixam espaço para a dúvida sobre estes benefícios, facilitando a rejeição ao modelo anterior, classificado de elitista, ou seja, o adjetivo “elitista” desqualifica o monopólio estatal, outrora definidor do público, adjetivo que não faz parte do setor de telecomunicações. Dessa forma, o setor, em seu modelo antigo definido apenas como “monopólio estatal” não atrai para si o adjetivo “público”, que vai definir áreas “sucateadas”, ou seja, “deterioradas”, da educação, da saúde e da segurança, que retém o qualificativo de “público”. Assim, os “capitais privados”, que acionarão a “revolução”, serão os responsáveis pelo “choque de modernidade” no setores que ainda são considerados públicos. Podemos considerar, portanto, que “privado” condiciona “público”. “Privado” e “público” estão em relação, sendo este negado no setor de telecomunicações e retido como definidor das áreas de educação, saúde e segurança. Podemos assim dizer que este “público” é silenciado no setor de telecomunicações, privatizado, e preservado em determinadas áreas da vida social.

9.3. Uma divisão política de sentidos

Num quadro teórico como o da AD em que o sentido não é considerado fixo nem transparente, destaca-se, como vimos acima, o papel conferido à ideologia na constituição da linguagem. Assim, as práticas discursivas são determinadas pela ideologia, que se relaciona ao funcionamento da linguagem. Como explica Orlandi (2001b, p. 99-100), sujeito e sentido se constituem simultaneamente. A ideologia, afirma a autora, interpela o indivíduo em sujeito, que se submete à língua, “significando e significando-se pelo simbólico na história”. Dessa forma, a ideologia corresponde à estrutura de funcionamento

da própria linguagem, que é naturalizada no movimento dos sentidos e na formação dos discursos. As formações ideológicas têm como correspondência no discurso formações discursivas e estão em constante tensão no interdiscurso, estabilizando sentidos na história e localizando os sujeitos em relação a elas, também provocando deslocamentos quanto a sua posição e a seu dizer. Assim, explica Orlandi:

O processo ideológico não se liga a falta, mas ao excesso. A ideologia representa a saturação, o efeito de completude que, por sua vez, produz o efeito de evidência, sustentando-se sobre o já dito, os sentidos institucionalizados, admitidos por todos como “naturais”. Pela ideologia, há transposição de certas formas materiais em outras, isto é, há simulação. Assim, na ideologia não há a ocultação de sentidos (conteúdos), mas apagamento do processo de sua constituição. (ORLANDI, 1998, p. 66)

Estes deslocamentos entre formações discursivas permite que consideremos que as fronteiras erigidas e as significações obedecem a um regime político-ideológico de divisão dos sentidos, que nos leva a identificar os sentidos propostos no discurso da imprensa sobre as privatizações como novos sentidos, desestabilizadores da memória anterior, e formadores de evidências, como na seqüência abaixo:

(102) Os principais pontos de crítica à privatização da Telebrás centram-se no caráter estratégico do setor, na suposta dilapidação do patrimônio tendo em vista o preço mínimo anunciado, no timing da operação e no presumido desrespeito ao acionista minoritário. A cada um desses aspectos, recentemente arregimentados de forma eleitoreira, cabe um contraponto, a fim de que o eleitor – em sua capacidade de consumidor e/ou cliente potencial dos serviços de telecomunicações – possa decidir com conhecimento de causa pelo que melhor convém, individualmente e à sua comunidade.

De fato, o setor de telecomunicações é estratégico para o desenvolvimento econômico e social do País, e mais ainda o será no futuro. Entretanto, isto não implica que o Estado deva ser o empresário do setor, muito menos monopolista. No presente cenário de globalização, cada vez mais, os Estados nacionais estão se reestruturando, deixando de ser empresários para se tornar eficientes reguladores. Isso é verdadeiro da Grã-Bretanha à China, da Espanha à Rússia – é lamentável que aqui ainda se esteja cultivando o viés anacrônico de discutir política ou ideologicamente teses como a privatização, já adotada com sucesso por economias do mundo todo, orientais e ocidentais.

Regulação significa propor a regulamentação, supervisionar e fiscalizar o setor privado. No caso brasileiro, já está constituída a Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel – para cumprir esse papel. O governo brasileiro já propôs várias exigências e metas de atendimento à demanda por novas linhas telefônicas públicas e privadas, redução de tarifas e melhoria na qualidade do serviço prestado para os grupos que assumirem o controle das empresas resultantes da divisão da Telebrás, bem como estabelecer penalidades – desde multas até a perda da concessão – aplicáveis por não cumprimento. Paralelamente à universalização do serviço, às tarifas declinantes e ao controle de qualidade, será introduzida a concorrência: numa mesma área, haverá a telefonia celular A e B, a tradicional telefonia fixa e uma concorrente, chamada empresa-espelho. O resultado da competição será também a redução dos preços das linhas e dos serviços.

Estratégico, portanto, é dotar o cidadão de fácil acesso e bons serviços de telecomunicações, sem os constrangimentos dos monopólios. Estratégico é abrir oportunidades para que o setor privado invista – em volume gigantesco e impraticável para um Estado carente – crie emprego, aporte tecnologia e corra riscos. Estratégico é deslocar a ação do Estado para a regulação e para os tão necessários gastos sociais, com os quais encontra-se em débito secular: educação, saúde e segurança.

Com relação ao preço e a propalada dilapidação do patrimônio público, mais uma vez cabe trazer à baila a posição do cidadão – cliente efetivo ou potencial do serviço de telecomunicações. O número de pessoas que usufrui hoje desse patrimônio, por meio do acesso ao serviço, é tão restrito que o termo público sequer parece adequado – trata-se de patrimônio dito público porém reservado a um pequeno número de privilegiados (ou nem isso, face a má qualidade dos serviços). Ainda assim, considerando-se a questão do preço diretamente, a participação de 19% detida pelo Estado no capital social da Telebrás será colocada em leilão, ao preço mínimo de R\$ 13,4 bilhões. A avaliação para determiná-lo considerou as condições de concorrência a que serão submetidas as concessionárias e os custos decorrentes dessa competição, aliados à necessidade de investimento futuro que torne viável o atendimento das metas de universalização da rede, de aumento de qualidade e redução de tarifas. Tachar o preço como baixo revela desconhecimento do mecanismo de leilão, forma mais tradicional e justa de estabelecer preços. Os grupos interessados se confrontarão e ocorrerá o ajuste por meio do ágio, a exemplo do que ocorreu na telefonia celular Banda B, quando o ágio sobre o preço mínimo variou expressivamente entre as dez áreas de concessão. Naquela oportunidade ficou claro que preço de mercado é formado pelas expectativas de retorno do negócio – e não por vontade política – e as próprias expectativas não são as mesmas entre os participantes do leilão.

Com relação ao timing, não há porque postergar a privatização. O País precisa superar o entrave ao desenvolvimento imposto pela telecomunicação deficiente e generalizar o acesso ao serviço. Adicionalmente, precisa preservar a confiança dos investidores, doméstico e estrangeiro, que têm acreditado na modernização do País. É fato que o cenário internacional é menos favorável do que há um ano, arrefecendo os mercados, mas a continuidade do programa de privatização, no ritmo anunciado, manterá todos os interesses em posição e mostrará que o governo não é refém dos agentes de curto prazo. E, ademais, a futura recuperação do front externo não é fato que se possa efetivamente garantir.

Finalmente, com relação ao acionista minoritário, já foi dito que o governo incorporou valor às futuras companhias, o que beneficiará a todos. Com relação às incertezas quanto à liquidez de algumas das futuras ações, ressalta-se que o mercado já está introduzindo inovações, com recibos e índices de cestas de ações, a fim de garantir a negociabilidade no período de transição. O processo está sendo bastante transparente, tornando viável a tomada de decisão por parte dos acionistas minoritários, domésticos ou internacionais.

A discussão acerca da privatização da Telebrás traduz um verdadeiro embate entre a cidadania com concorrência versus o velho modelo de privilégios que inevitavelmente acompanha o monopólio. Não há dúvida de que para o eleitor – que é também o consumidor atual ou o consumidor que está na fila – o que interessa é dispor de maior e melhor oferta de serviços, a menor custo, a fim de que o Brasil supere o mais rápido possível a baixa densidade de terminais telefônicos e o atraso tecnológico em que se encontra seu sistema de telecomunicações. Só a privatização da Telebrás será capaz de prover a todo cidadão o acesso a esse serviço básico, hoje defasado e tratado como luxo. Isso é o que importa para a Nação.

Alfredo Rizkallah é presidente do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa). (RIZKALLAH, A., 1998, p.B5).

Em (102), observamos o funcionamento de uma imagem de oposição que integra o discurso do enunciador e que sustenta sua argumentação, numa tomada de posição favorável à privatização da Telebrás. Assim, ao elencar os argumentos desta oposição, coloca em xeque sua validade, deslocando-os para um campo hipotético, marcado nos

adjetivos “suposta” e “presumido”, o que demonstra a rejeição deste discurso e a fixação da posição do enunciador numa perspectiva contrária:

“Os principais pontos de crítica à privatização da Telebrás centram-se no caráter estratégico do setor, na suposta dilapidação do patrimônio tendo em vista o preço mínimo anunciado, no timing da operação e no presumido desrespeito ao acionista minoritário. A cada um desses aspectos, recentemente arregimentados de forma eleitoreira, cabe um contraponto, a fim de que o eleitor – em sua capacidade de consumidor e/ou cliente potencial dos serviços de telecomunicações – possa decidir com conhecimento de causa pelo que melhor convém, individualmente e à sua comunidade.”

Notemos que patrimônio aparece sem o adjetivo “público”. Por essa razão, ele fala em “contrapontos”, seu discurso vem para se opor a argumentos genericamente tomados como eleitoreiros para a constituição de sua formulação, já que o significado dado ao argumento está no campo político. No entanto, o enunciador assume o ethos de quem respeita a livre decisão deste eleitor que deve decidir “pelo que melhor convém, individualmente e à sua comunidade”. Indivíduo e comunidade são relacionados pelo conectivo “e”. Dessa forma, o indivíduo é responsabilizado pelos rumos da comunidade.

Ao admitir que o setor de telecomunicações é estratégico para o desenvolvimento econômico e social do país, o enunciador concorda com o argumento da oposição. No entanto, nesta formulação o papel do Estado como empresário e monopolista é negado, promovendo a valorização de seu papel de regulador. Procura-se desta forma ancorar esta posição numa verdade estabelecida universalmente. Assim, toma-se o plural – os Estados nacionais – para conferir o efeito de um processo que afeta todo o mundo e que tem valor de verdade. O geral, portanto, é igualado ao “verdadeiro”, que atinge países tão díspares como Grã-Bretanha, China, Espanha e Rússia, como podemos observar na seqüência abaixo:

“De fato, o setor de telecomunicações é estratégico para o desenvolvimento econômico e social do País, e mais ainda o será o futuro. Entretanto, isto não implica que o Estado deva ser o empresário do setor, muito menos monopolista. No presente cenário de globalização, cada vez mais, os Estados nacionais estão se reestruturando, deixando de ser empresários para se tornar eficientes reguladores. Isso é verdadeiro da Grã-Bretanha à China, da Espanha à Rússia – é lamentável que aqui ainda se esteja cultivando o viés anacrônico de discutir política ou ideologicamente teses como a privatização, já adotada com sucesso por economias do mundo todo, orientais e ocidentais.”

Neste movimento, portanto, o sujeito ancora-se no que considera universal para promover a desqualificação da posição contrária e classificá-la de “lamentável”, “viés anacrônico”. A discussão de modo político e ideológico são marcas do discurso do outro. O sujeito nega seu papel político e significa esta característica no discurso do outro, desqualificando-as, porque não seriam ancoradas numa noção de verdade, detida pelo enunciador. Nesta perspectiva, não cabe discutir a privatização. Novamente, toma-se a privatização como valor de verdade ligado à universalidade construída no discurso (“adotada com sucesso em economias do mundo todo, orientais e ocidentais”).

Ao definir um papel para o Estado, que se localiza no campo de significação do “público”, admite sua prevalência sobre o que é privado, no que se refere a “propor a regulamentação, supervisionar e fiscalizar o setor privado” (“Regulação significa propor a regulamentação, supervisionar e fiscalizar o setor privado”), tarefas definidas na formulação que, tomadas como definição são também elevadas à categoria da verdade, por um enunciador que se autoriza a propor definições. Desloca-se para o futuro a construção de uma situação desejável: “paralelamente à universalização do serviço, às tarifas declinantes e ao controle de qualidade, será introduzida a concorrência: numa mesma área, haverá a telefonia celular A e B, a tradicional telefonia fixa e uma concorrente, chamada empresa-espelho. O resultado da competição será também a redução dos preços das linhas e dos serviços.”

O significado para o setor público torna-se outro em relação aos que se opõem à mudança. Dessa forma, confere-se um significado para “estratégico”, palavra tomada como polêmica. Essa estratégia, definida na formulação do enunciador, é conferir ao cidadão, palavra de forte significado no campo político, “fácil acesso e bons serviços de telecomunicações, sem os constrangimentos dos monopólios”. Notemos que, dessa forma, o que é privado constrói no discurso a cidadania que o setor público, expresso no monopólio, não realizou. Para que este setor realize sua tarefa, é necessário que se abra espaço para um significado diferente, que se admita “privado” como construtor do significado do que é público. Assim: “Estratégico é abrir oportunidades para que o setor privado invista – em volume gigantesco e impraticável para um Estado carente – crie emprego, aporte tecnologia e corra riscos”. O Estado é nesta formulação um apoiador das

atividades do setor privado. Desloca-se ainda o significado do que deve ser público, de atribuição do Estado, para outras áreas, nas quais também não se cumpriu a função esperada: educação, saúde e segurança. Dessa forma, é necessário estabelecer um corte entre o que o Estado deve fazer, fazia e nas suas faltas, para poder abrir espaço, por meio de uma análise que se pretende objetiva, para a significação de “privado”. É necessário ainda estabelecer uma falha no significado anterior para permitir o deslocamento destes significados e desestabilizar uma memória construída em torno do papel do Estado, propondo novas definições.

“Público” é qualificativo que define patrimônio que, na representação do discurso do outro, será dilapidado:

“Com relação ao preço e a propalada dilapidação do patrimônio público, mais uma vez cabe trazer à baila a posição do cidadão – cliente efetivo ou potencial do serviço de telecomunicações. O número de pessoas que usufrui hoje desse patrimônio, por meio do acesso ao serviço, é tão restrito que o termo público sequer parece adequado – trata-se de patrimônio dito público porém reservado a um pequeno número de privilegiados (ou nem isso, face a má qualidade dos serviços)”.

Para contestar esta hipótese, o enunciador desloca o sentido de “público”, da posse deste patrimônio nas mãos do Estado, portanto, de todos os brasileiros, para o uso deste patrimônio. Assim, o cidadão, que é dono do patrimônio, é significado como cliente, passagem que facilita a compreensão de que o serviço público não é usufruído por todos, o que permite a contestação do uso do termo “público” para definir o patrimônio. Assim, o patrimônio público é reservado a privilegiados. O comentário do enunciador, entre parênteses, procura também inserir os privilegiados como vítimas da má qualidade do serviço, produzindo o efeito de que a totalidade, até os privilegiados, são afetados por um serviço público ruim. Dessa forma, promove-se o deslocamento de um sentido de “público” (de todos) para outro sentido (para todos), reforçando a necessidade de valorizar o segundo sentido e diminuindo a importância do primeiro.

A classificação proposta pelo enunciador é a de um “embate entre a cidadania com concorrência”, ou seja, um modelo em que a cidadania seja construída com concorrência de empresas privadas, e um modelo, considerado “velho” e “de privilégios”, definidos no monopólio. Ter “maior e melhor oferta de serviços, a menor custo” é fator para a superação

da baixa densidade de terminais telefônicos e do atraso tecnológico. Dessa forma, encaminha-se para uma solução única: a privatização, que dará ao cidadão acesso a um serviço básico, que no estado atual é defasado e tratado como luxo. Notemos ainda que estas mudanças são significadas como importantes para a nação, entendida como lugar de todos os que habitam seu espaço, público, portanto, como podemos observar abaixo:

“A discussão acerca da privatização da Telebrás traduz um verdadeiro embate entre a cidadania com concorrência versus o velho modelo de privilégios que inevitavelmente acompanha o monopólio. Não há dúvida de que para o eleitor – que é também o consumidor atual ou o consumidor que está na fila – o que interessa é dispor de maior e melhor oferta de serviços, a menor custo, a fim de que o Brasil supere o mais rápido possível a baixa densidade de terminais telefônicos e o atraso tecnológico em que se encontra seu sistema de telecomunicações. Só a privatização da Telebrás será capaz de prover a todo cidadão o acesso a esse serviço básico, hoje defasado e tratado como luxo. Isso é o que importa para a Nação.”

Tomando como base a AD, admitimos que a linguagem não é dada, natural ou evidente. O sujeito da linguagem está submetido a injunções simbólicas e políticas, que são esquecidas na produção desta linguagem. (ORLANDI, 1998, p. 42). O mundo é significado pelo dizer, numa simbolização pela linguagem. Não há assim uma ligação necessária entre palavras e coisas, mas um sentido que se constitui historicamente. É, portanto, ideológica²², como vimos acima, a relação entre sujeito/sentido, palavra e coisa. O que ocorre é uma organização dos sentidos, que é discursiva, que se relaciona com o poder na sociedade. Nesse sentido, pode-se dizer que o discurso se produz no encontro entre língua e ideologia. Interessa na análise compreender como se estabelece a ordem do discurso e como o sujeito se constitui em posições nesta ordem, numa relação que se define a partir da memória do dizer – o interdiscurso.

Neste ponto, devemos considerar que na produção simbólica o político e o lingüístico se articulam na constituição dos sentidos, que pela repetição se definem como dominantes e pela diferença abrem a possibilidade de que o dizer se materialize com outro sentido, variável de acordo com as posições discursivas a que acima nos referimos. Não é,

²² A ideologia para a AD é um mecanismo imaginário de produção da evidência do sentido que, no entanto, varia conforme seu lugar social. Apaga- para o sujeito o fato de ele participar de práticas histórica-discursivas já existentes. Não se concebe aqui a ideologia como ocultação nem como conteúdo, mas como processo de produção de uma interpretação que se apresenta como necessária e atribui sentidos fixos às palavras em um contexto histórico dado. É assim um mecanismo de produção do sentido. (ORLANDI, 1998, p. 65)

portanto, arriscado dizer que há uma divisão política dos sentidos, constitutiva do funcionamento da linguagem e da sociedade. Orlandi (1998, p. 131) explica que o político na Análise do Discurso corresponde justamente a esta divisão de sentidos, que correspondem a gestos de interpretação feitos a partir da e na linguagem, que se relacionam às posições discursivas que o sustentam com base no memorável. Dessa forma, os sentidos são sempre divididos e esta divisão corresponde às relações de força presentes na sociedade, que possibilitam que um sentido seja dominante, cristalize-se em detrimento de outros. Da mesma forma, Guimarães (2002) define o político como característico do processo de divisão que afeta materialmente a linguagem, sendo ele mesmo fundamento das relações sociais, nas quais a linguagem ocupa papel central.

Podemos, portanto, depreender que há uma divisão que afeta o discurso sobre a privatização, que opera o deslocamento para o campo de “privado” dos valores anteriormente relacionados a “público”, numa organização dos sentidos que, neste discurso, vincula as formações adversárias à manutenção de um projeto que não foi benéfico para o país e para seus cidadãos e se revela ultrapassado. Dessa forma, o novo modelo reúne os argumentos necessários para sua defesa, entre eles a desvalorização do modelo anterior e a construção de um futuro melhor.

Considerações finais

Quando iniciamos este trabalho, procurávamos compreender, afetados por uma memória de oposição entre “público” e “privado”, o funcionamento do discurso que circula na imprensa, dita dominante, sobre a privatização das empresas de telecomunicações. Em nosso percurso analítico, porém, foi necessário, desnaturalizar esta oposição e observar o discurso no deslocamento que ele opera nas redes de memória, tendo em vista que as “palavras, expressões, proposições, etc, mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições” (PÊCHEUX, 1997, p. 160). Isso significa, portanto, como explica Pêcheux, que o sentido é determinado por uma formação discursiva na qual os enunciados são produzidos. Perguntamo-nos, ao fim deste trabalho, como podemos delinear a formação discursiva na qual se inscreve o discurso da privatização das empresas de telecomunicações brasileiras. Ressaltamos, porém, a instabilidade dessas formações, sua permeabilidade e contradições que se formam em seu interior, que permitem a constituição de novos sentidos. Em linhas gerais, portanto, perguntamo-nos sobre o que pode e deve ser dito em determinadas formações.

Há, como dissemos, em ambos os jornais uma tomada de posição privatista que organiza a memória em prol da privatização, buscando legitimá-la e institucionalizá-la como dominante. Nesse sentido, buscamos agora sintetizar como esta tomada de posição, ou seja, “efeitos de identificação assumidos e não negados” (PÊCHEUX, 2002, p. 57), podem ser observados de modo a caracterizar uma determinada formação discursiva. Vimos que a privatização é considerada primeiramente como um marco simbólico, um ponto a partir do qual se reconfigura a história das telecomunicações. No discurso dos jornais, ela aponta para mudanças consideradas necessárias na sociedade brasileira para que ela avance em direção à modernidade ocidental. A privatização assume assim um significado “histórico”. Este acontecimento é classificado pela mídia como histórico e ser histórico significa ser importante, positivo e necessário.

A ênfase na fundação de um novo tempo apaga a complexa correlação de forças político-econômicas que intervêm no processo e também o conjunto de medidas e atos de governo necessários para que ela se concretize. Como designação deste processo, observamos que a nominalização “privatização” é o termo dominante. Ela se torna um referente no discurso, uma fórmula que concentra significados e divide opiniões na sociedade, em relações visíveis e opacas, e tem como pré-construído a modernização e o discurso neoliberal. Observamos, porém, que não há uma estabilidade de designação para este processo. No próprio discurso da imprensa, podemos encontrar nomeações como “desestatização”, derivada do discurso jurídico-político, e “venda”, que resume o resultado do processo e se aproxima do senso comum. Em linhas gerais, portanto, o significado atribuído à privatização é a de um acontecimento, com data e hora marcados para ocorrer.

Cumpre ainda observar que a tomada de posição da mídia em prol da privatização das empresas de telecomunicações é também acompanhada de uma tomada de posição privatista pelo próprio governo, que promove a privatização. O Estado, porém, empreende uma política de desestatização, ou seja, não adota na denominação de órgãos e nem mesmo na Lei Geral das Telecomunicações a privatização como política, assumida assim pela mídia e pelo discurso social. Nesta negação do próprio Estado, observamos, portanto, que o estatal está em relação de oposição, portanto, com o que é privado. A denominação “desestatização” preserva o Estado de relações diretas com o setor privado. Sua missão não é assim privatizar, mas promover uma política de desestatização. A mídia, contudo, ao noticiar e comentar a Lei Geral das Telecomunicações, situa o acontecimento da privatização, como política do governo e também como prática econômica, pela qual empresas são vendidas a grupos privados. A Lei Geral das Telecomunicações tem assim, no discurso dos jornais analisados, seu significado concentrado em “lei da privatização”.

Neste discurso, a privatização, portanto, assume os sentidos positivos, o caminho para a mudança e transformação de um setor econômico em crise e que não consegue mais atender às necessidades da sociedade. O significado histórico atribuído pelos jornais à privatização contribui para sua legitimação. É na gestão do tempo, atribuindo significados para o passado e para o futuro, que nesta formação produzem-se efeitos de verdade.

Notamos que este fato histórico, compreendido apenas como algo marcante e que aponta para mudanças, possibilita que este discurso rompa os vínculos com um passado que ele mesmo constrói. Dessa forma, a imagem formada da história das telecomunicações no Brasil é a de efeitos negativos para a sociedade, principalmente porque em boa parte deste passado o Estado deteve o monopólio dos serviços de telecomunicações. O passado não se situa num eixo de continuidade com o presente e o futuro. Ao negar o passado, abre-se espaço para determinar uma ruptura no discurso e para que se estabeleçam os vínculos da privatização com o futuro. Dessa forma, o passado associa-se ao monopólio estatal, ao Estado como investidor e operador do sistema de telecomunicações brasileiro. Negar o passado significa rejeitar, nesta formação, benefícios ou possibilidades de continuidade desta história.

Os benefícios são assim projetados no futuro, que absorve as expectativas de progresso da economia e da própria sociedade brasileira. É no futuro que se deve concentrar o imaginário de um país melhor, onde a cidadania é definida pela possibilidade de ampliação do consumo. A privatização das telecomunicações associa-se a este futuro. Assim, ela trará benefícios como universalização do acesso às telecomunicações, aumento do número de vagas no mercado de trabalho, mais investimentos para o país e maior arrecadação para o Estado. Constrói-se um imaginário que despreza o passado e sobrecarrega o futuro de expectativas, que só podem ser realizadas admitindo-se a privatização como única solução para fazer avançar as telecomunicações, a economia e a sociedade. Nessa escala, as mudanças nas telecomunicações, no regime de posse do patrimônio estatal, se vinculam a um projeto para o país, a uma generalização de benefícios, o que lhe confere eficiência argumentativa. Universalizar os benefícios é um modo de tornar a privatização aceitável e desejável. Dessa forma, há uma organização temporal em que o passado torna-se um argumento da privatização. É no passado do monopólio estatal que se concentram as causas do caos vivido nas telecomunicações. O futuro, por estar diretamente vinculado à privatização que fatalmente ocorrerá, é o lugar da utopia, de superação de mazelas sociais, de construção de cidadania, e de desenvolvimento econômico. Em termos gerais, pode-se dizer que o futuro, regido pela iniciativa privada concentra todas as qualidades positivas. O passado, portanto, é o lugar indesejável, de

características negativas, do qual a sociedade brasileira deve afastar-se. Logo, o mercado privado é admitido como solução aceitável, possível e necessária para resolver os problemas das telecomunicações.

Esta organização discursiva, que se baseia no imaginário que se constrói sobre o tempo, também se relaciona à representação que se faz do discurso do Outro, constitutivo desta formação. Nesse sentido, nesta formação discursiva, a oposição à privatização, que defende o monopólio estatal ou a presença do Estado no mercado de telecomunicações, é reconhecida como Outro e é diretamente associada a uma visão ultrapassada, que não deve ser considerada. Isso significa que os opositoristas estão vinculado à preservação de um passado que não produziu efeitos positivos para o país de modo geral. Esta oposição seria assim a negação de um futuro já significado como lugar de progresso e de bem-estar para todos. A representação do discurso do outro no discurso privatista corrobora desta maneira a necessidade de aceitação da privatização, sendo ela mesma um argumento para este processo. **(Figura 10)**. O Outro está, portanto, diretamente associado a uma representação negativa dele mesmo e do passado, antítese da tomada de posição privatista assumida pelos jornais. Os jornais também abrem espaço em suas páginas para o discurso do outro, basicamente em espaços opinativos e de articulistas externos ao próprio jornal, o que gera o efeito de democracia, e também o de exterioridade dessas opiniões, admitidas, mas não aceitas na produção discursiva dos próprios jornais, que tomam posição a favor da privatização. A representação do outro, como simulacro, traduzido nas categorias do Mesmo (MAINGUENEAU, 2005), é necessária, portanto, para a constituição identitária desta formação discursiva. Assim como Mariani (1998), acreditamos que a imprensa, apesar de ter na heterogeneidade uma característica constitutiva, busca homogeneizar sentidos e instituir verdades.

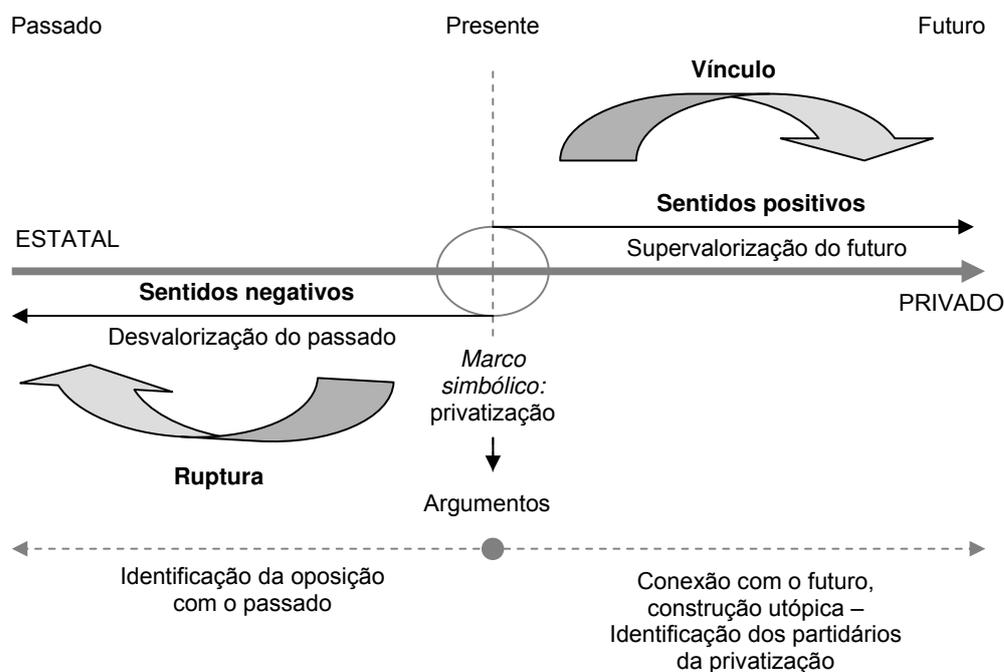


Figura 10

Neste ponto, cabe aqui retomarmos nossa questão de partida: como se configuram as relações entre “público” e “privado” neste discurso. Como temos uma tomada de posição privatista, podemos observar que há uma concentração de significados positivos para a privatização e, conseqüentemente, para a iniciativa privada. O estatal – e não o público – absorve assim as características negativas deste discurso. Isso nos leva a afirmar que a oposição entre “público” e “privado” apresenta sutilezas na sua interpretação que devem ser observadas no funcionamento discursivo. Essa oposição se mantém em referências ao regime de posse das empresas de telecomunicações, definidos na Lei Geral das Telecomunicações. No entanto, pudemos observar um deslocamento da relação “estatal”/

“público”, associada no discurso privatista ao passado e, portanto, à oposição. Procura-se nesta formação desestabilizar esta relação, ou seja, estatal não deve ser definidor do público. Isso ocorre porque este discurso reforça os aspectos de prestação de serviços e não enfatiza o debate sobre a posse das empresas estatais.

Ao dissociar “estatal” de “público”, aliança formada historicamente e cristalizada na memória discursiva, promove-se a transição da relação “estatal”/“público” para “privado”/ “público”. Não se estabelece, portanto, uma oposição entre “privado” e “público”. Pelo contrário, há um sentido que se forma e busca se consolidar: o de que “público” é definido por “privado”. A prestação universal de serviços na área de telecomunicações só pode ser atingida se a iniciativa privada tiver a possibilidade de atuação. Esta associação, definidora do discurso privatizante, relaciona-se ao futuro, à projeção do país moderno. No discurso oposicionista, mantêm-se os vínculos entre “estatal”/ “público”, desqualificados, portanto, no discurso privatista, que toma para si “público” como valor e o insere no discurso da modernidade, do desenvolvimento econômico. Ao atrair o valor de “público”, este discurso busca legitimar-se e desestabilizar a memória historicamente constituída entre “estatal” e “público”. Dessa forma, “público”, tomado como valor, transcende a oposição possível entre “público” e “privado”. Desloca-se esta oposição para a relação “estatal”/“privado”. Assim, o que está em jogo é como construir o público, tomado como valor por ambas as formações.

Reiteramos a necessidade de observação deste movimento discursivo nas relações entre “público” e “privado”, cuja oposição ou identificação se formam historicamente, numa instabilidade dos sentidos destas palavras, que variam de acordo com formações e obedecem a divisões políticas de sentido, que não podem ser desprezadas. Daí a necessidade de não naturalizar esta oposição e tomá-la do ponto de vista da organização que se estabelece no discurso e com uma memória que, de certa forma, também prevê uma oposição naturalizada. Não estamos assim num universo logicamente estabilizado, mas de relações profundamente opacas, variáveis de acordo com as formações e a intervenção da própria história. Estas relações, portanto, são instáveis e necessitam ser observadas ao longo da história, recebendo definições de acordo com o jogo de forças presentes na sociedade. Neste aspecto, destacamos a necessidade de um exame cuidadoso das relações

entre “público” e “privado” ao longo da própria história brasileira, que leve em conta a especificidade da nossa formação social e sua relação com o espaço público e as instituições de modo geral. Carece ainda, portanto, observar como estas formações, que integram o interdiscurso, se articulam em outros campos de discurso que atravessam o debate político brasileiro.

Referências Bibliográficas

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas : Pontes, 1999, p.11-21
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Univeritária, 2004. 352p
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade (s) enunciativas (s). *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, p 25-42, jul/dez. 1990.
- BAITELLO Jr., Norval. *O animal que parou os relógios*. São Paulo: Annablume, 1997, 128p.
- BASILIO, Margarida. *Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativas..* Petrópolis: Vozes, 1980, 128p
- BAUMAN, Zigmunt. *Em busca da política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, 213p.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 36. ed. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2004, 672p.
- BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina, 1980, 118p.
- BOITO JR., Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. *Idéias*: revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, ano 9 (1), p. 13-48, 2002
- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética e imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, 249p.
- CANCLINI, Nestor García. A globalização imaginada. São Paulo: Editora Iluminuras, 223p.
- _____ *Consumidores e cidadãos*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005, 227p.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1982, 345p.
- CORÔA, Maria Luísa Sales. *O tempo nos verbos do português*. São Paulo: Parábola, 2004, 94p.
- COURTINE, Jean-Jacques. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages*, Paris, Larousse, n. 62, jun 1981, p. 9-128.
- COURTINE, Jean-Jacques e MARANDIN, Jean-Marie. Quel objet pour l´analyse du discours?. In: CONEIN, B. et al. *Matérialités discursives*. Lille : Presses universitaires de Lille, 1981, p.21-33
- CUNHA, Celso e CINTRA; Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, 714p
- DAVALON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, P. et al. *Papel da memória*. Campinas : Editora Pontes, 1999,p. 23-32
- DUPAS, Gilberto. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003, 145p
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1998, 165p
- FAYE, Jean-Pierre. *Langages totalitaires: critique de la raison/l´économie /narrative*. Paris, Hermann, 1972, 771p

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. *Dicionário da língua portuguesa*. 41 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986, 1838p
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, 126p.
- FIALA, Pierre e EBEL, Marianne. *Langages xénophobes et consensus national en Suisse (1960-1980): discours institutionnels et langage quotidien; la médiatisation des conflits*, Université de Neuchâtel, Faculté des Lettres, 1983, 432p + 22p.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Editora Ática, 2002, 318p.
- FOUCAULT, Michel. *O que é um autor? s/l: Vega*, 1992, 161p.
- _____. *A ordem do discurso*. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2005, 79p
- FUCHS, Catherine. *La paraphrase*. Paris: PUF, 1982, 184p
- GERALDI, João Wanderley. Tópico-comentário e orientação argumentativa. In: *Sobre a estruturação do discurso*. Campinas: IEL, Unicamp, p. 63-70, 1981
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da Unesp, 1991, 177p
- GUIMARÃES, Eduardo. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Editora Pontes, 2002, 96p
- GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, M. R. V. (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Editora Claraluz, 2003, p. 95-124
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. 2. ed. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 2003, 397p
- HAROCHE, Claudine. *Fazer dizer, querer dizer*. São Paulo: Editora Hucitec, 1992, 224p
- HAROCHE, Claudine ; HENRY, Paul ; PÊCHEUX, Michel. La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours. *Langages*, Paris, n. 24, p. 93-106, 1971.
- HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. Campinas, n.19, p. 43-64, jul/dez, 1990
- _____. A história não existe? In ORLANDI, E. P. (org.). *Gestos de leitura*. Campinas: Pontes/UNICAMP, 1994, p. 29-53
- IANNI, Octávio. *Teorias da globalização*. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 271p.
- KRIEG-PLANQUE, Alice. *Emergence et emplois de la formule purification ethnique dans la presse française (1980-1994): une analyse de discours*. 2000, 840p. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem). Universidade Paris- Nord - Paris 13, 2000.
- _____. *Purification ethnique : une formule et son histoire*. Paris : CNRS Editions, 2003, 523p.
- LACLAU, Ernesto. La politique comme construction de l'impensable. In: In: CONEIN, B. et al. *Matérialités discursives*. Lille : Presses universitaires de Lille, 1981, p. 65-87
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, 553p.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp/Pontes, 1997, 198 p.
- _____. *Análise de textos de comunicação*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2002, 238p.

- _____ *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar Edições, 2005, 189 p.
- MARANDIN, Jean-Marie. Sintaxe, discurso do ponto de vista da análise do discurso. In: *Gestos de Leitura*, Campinas. Ed. da Unicamp, 1994, p. 119-144..
- MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, E (org.). *Discurso fundador*, Campinas: Ed. Pontes, 1993, p. 31-42
- _____. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imagiário dos jornais 1922-1989*. Rio de Janeiro: Revan; Campinas: Editora da Unicamp, 1998, 258p
- _____. Sobre um percurso de análise do discurso jornalístico – a revolução de 30. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro (orgs.). *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 1999, p. 102-121
- MARONEZE, Bruno Oliveira. *Um estudo da nominalização no português do Brasil com base em unidades lexicais neológicas* (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2006, 191p.
- MARQUES DE MELO, José. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2. ed. Petrópolis : Editora Vozes, 1994, 208p
- MORAES, Reginaldo. *Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?* São Paulo : Editora Senac, 2001, 154p
- MORTUREUX, Marie. F. La dénomination: approche socio-linguistique. *Langages*, Paris, n.76, p. 95-110, dezembro, 1984.
- NORA, Pierre. O retorno do fato. In: Le Goff, Jacques : Nora, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 179-193
- NUNES, José. Horta. Leitura de arquivo: historicidade e compreensão. http://www.www.discurso.ufrgs.br/sead2/doc/interpretacao/Jose_horta.pdf. Acesso em: 24 jun. 2007.
- ORLANDI, Eni. Pulcinelli. Segmentar ou Recortar? *Linguística: questões e controvérsias*. Uberaba, Série Estudos 10. Publicação o Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, p. 9-27, 1984.
- _____. *Discurso & leitura*. 6 ed. São Paulo: Cortez Editora e Campinas: Editora da Unicamp, 2001a, 118p
- _____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, 188p.
- _____. *A interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 2. ed. Petrópolis, Vozes, 1998, 150p
- _____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001b.
- _____. Ponto final: interdiscurso, incompletude, textualização. In: *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001b, p. 109-126.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 4. ed. Campinas: Editora Pontes, 2002a, 100p.
- _____. *Língua e conhecimento linguístico: para uma história das idéias no Brasil*. 3. ed. Para uma história das idéias no Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2002b, 320p

- _____. *A Linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 2003, 233p.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade (s) enunciativas (s). *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, p 25-42, jul/dez. 1990.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul-dez, 1990.
- PÊCHEUX, Michel ; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F. e HAK, T (orgs). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 163-252
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 317p
- _____. Papel da memória. In: Achard, P. et al. *Papel da memória*. Campinas : Pontes, 1999, p. 49-57.
- _____. A análise de discurso: três épocas (1983). In: GADET, F; HAK, T. *Por uma análise automática o discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2001, p. 311-318
- _____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Editora Pontes, 2002, 68p
- _____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, p. 293-307
- RIBEIRO, Renato Janine. *A sociedade contra o social*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 233p
- ROCHA, Luiz Carlos de Assis. A nominalização no português o Brasil. *Revista de estudos da linguagem*. Belo Horizonte, v. 8, n. 1, p. 5-52, 1999.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, 447p
- SÉRIOT, Patrick. Langue russe et discours politique soviétique : analyse des nominalisations. *Langages*, Paris : Larousse, n. 81, p. 11-41, março 1986.
- SERVA, Leão. *Jornalismo e desinformação*. 2 ed. São Paulo: Editora Senac, 2002, 144p
- SOUZA, Pedro de. A boa nova da memória anunciada: o discurso fundador da afirmação do negro no Brasil. In. E. Orlandi (org.) *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993, p. 59-79.
- STRECK, Lênio Luiz. *Hermenêutica jurídica e (m) crise: uma exploração hermenêutica da construção do direito*. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 1999, 263p
- ZOPPI-FONTANA, Mônica. Sonhando a pátria: os fundamentos de repetidas fundações. In: E. Orlandi (org). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 1993, p. 127-149
- _____. *Cidadãos modernos: discurso e representação política*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997, 214p

Artigos de jornais

- AGUIAR, I. D. Goldman espera fácil aprovação da Lei das Teles. *O Estado de S. Paulo*, 11/5/97, p. B10
- AGUIAR, I. D. Privatização do celular cria 97 mil empregos. *O Estado de S. Paulo*, 13/4/97, p. B31
- A NOVA era da telefonia brasileira. *O Estado de S. Paulo*, 2/8/98, p. A3
- A VERDADE sobre o preço da Telebrás. *O Estado de S. Paulo*, 21/6/98, p. A3
- AS PRINCIPAIS mudanças no projeto. *O Estado de S. Paulo*, 4/4/97, p. B12
- AS TELES depois do leilão, *Folha de S. Paulo*, 30/7/98, p. 1-2
- BARROS, Luiz Carlos Mendonça de. Uma reforma profunda na economia e na vida. *O Estado de S. Paulo*, 29/7/1998, p. B-8
- BERTELLI, L. G.. Privatização e agências reguladoras. *Folha de S. Paulo*, 3/11/97, p.2-2
- BERTOLOTTO, R. Privatização não garante tarifa menor. *Folha de S. Paulo*, 9/3/97, p. 2-1
- BETING, J. Não era do povo. *O Estado de S. Paulo*, 30/7/98, p. B2
- _____. Telebrás soviética. *O Estado de S. Paulo*, 29/7/98, p. B2
- BETTO, F.. Como dilapidar o patrimônio público. *O Estado de S. Paulo*, 17/6/1998, p. A2
- BOLSA sobe e juro cai após leilão da Telebrás. *Folha de S. Paulo*, 30/7/98, p.2-11
- CAI liminar contra assembléia da Telebrás, *Folha de S. Paulo*, 14/5/98, p. 2-5, p. 1-14
- CÂMPERA, F. Denúncias podem atrasar votação de lei. *Folha de S. Paulo*, 15/5/97, p. 2-11
- _____. Motta define cronograma de privatização das Teles. *Folha de S. Paulo*, 23/7/97, p. 2-3
- CÂMPERA, F. e FIGUEIREDO, L. Tarifa de telefone terá liberdade vigiada., *Folha de S. Paulo*, 19/6/97, p.2-1
- CARVALHO, A. e LEONEL, J. Venda da estatal acentua melhora no fluxo cambial. *O Estado de S. Paulo*, 30/7/98, p. B1.
- CONCESSIONÁRIAS terão de reduzir tarifas e aumentar a oferta de linhas. *Folha de S. Paulo*, 25/7/98. Caderno Especial, p.9
- COUTINHO, L. Um projeto para as telecomunicações. *Folha de S. Paulo*, 11/7/1997, p.2-4
- EDITAL de venda da Telebrás sai em 29 de maio. *O Estado de S. Paulo*, 24/4/98, p. B4
- ÊNFASE na privatização. *O Estado de S. Paulo*, 1/5/98, p. A3
- FERNANDES, F. e GONÇALVES, C. Indústria investirá U\$ 2 bi em 4 anos. *Folha de S. Paulo*, 11/7/97, p. 2-12
- FIGUEIREDO, L. Vendas aumentam a meta de arrecadação, *Folha de S. Paulo*, 30/7/98, Caderno Especial, p.12
- FREITAS, R. Anatel investiga teles antes da venda, *O Estado de S. Paulo*, 25/5/98, p. B5
- _____. Capital externo exige regulamento. *O Estado de S. Paulo*, 19/5/98, p. B4
- _____. Teles podem ser vendidas sem ser divididas. *O Estado de S. Paulo*, 7/1/97, p. B4
- _____. Venda das teles criará 2 milhões de empregos. *O Estado de S. Paulo*, 30/6/98, p. B1

FREITAS, R. e PAUL, G. Governo vai antecipar venda da Telebrás. *O Estado de S. Paulo*, 6/2/97, p. B8

FUNDO vai garantir acesso à telefonia, *O Estado de S. Paulo*, 22/6/97, p. B4

GODINHO, F. Consultoria prevê mais 175 mil empregos. *Folha de S. Paulo*, 25/7/98, Caderno Especial, p.5

GOLDMAN, A. Competição e universalização como objetivo. *Folha de S. Paulo*, 20/6/98, p.1-3

_____. Superando as forças do atraso. *Folha de S. Paulo*, 22/6/97, p.1-3

GORON, F. e LEWIN, S.. A Telebrás e os novos tempos. *Folha de S. Paulo*, 4/8/98, p.2-2

GOVERNO quer apressar processo. *Folha de S. Paulo*, 18/6/97, p. 2-3

GOVERNO também estuda dividir o leilão em etapas. *O Estado de S. Paulo*, 14/6/98, p. B1

GOVERNO vê impacto fiscal da Telebrás. *Folha de S. Paulo*, 3/7/98, p.1-14

HORITA, N. Privatizada, telebrás fecha em alta de 3,9%. *O Estado de S. Paulo*, 30/7/98, p. B14

KRAUSE, F. Privatização leva sindicatos à Justiça, *O Estado de S. Paulo*, 26/6/97, p. B7

LAVORATTI, L. E. Êxito na batalha jurídica exigiu dedicação. *O Estado de S. Paulo*, 30/7/98, p. B-4

LAVORATTI, L. E. e CRISTINO, V. Ministro comemora venda e ataca opositores. *O Estado de S. Paulo*, 30/7/98, p.B-4

LEI deve retardar privatização de teles. *Folha de S. Paulo*, 26/3/97, p. 2-15

LEI geral das teles é como governo queria, *Folha de S. Paulo*, 22/5/97, p. 2-10

LEI geral de comunicações. *O Estado de S. Paulo*. 12/5/97, p. A3

LEI geral passa em 3 comissões do Senado. *Folha de S. Paulo*, 9/7/97, p.2-6

LOBATO, E. Participação estrangeira e trunking são pontos mais polêmicos. *Folha de S. Paulo*, 18/6/97, p. 2-3

_____. Telebrás vale US\$ 26 bi, *Folha de S. Paulo*, 5/11/97, p. 2-5

_____. Telefonia deve manter controle nacional. *Folha de S. Paulo*, 9/5/97 p. 1-10

LUCCHESI, C. P. Ação da telebrás é a 3ª. mais negociada na bolsa de NY. *Folha de S. Paulo*, 31/7/98, p.1-7

MÉDIA de terminais é quase seis vezes menor do que nos EUA. *O Estado de S. Paulo*, 8/7/97, p B7

MENDONÇA de Barros comemora vitória. *Folha de S. Paulo*, 3/7/98, p.1-13

MORAIS, M. Projeto das Teles ainda divide Congresso. *Folha de S. Paulo*, 17/1/97, p. 2-10

NASSIF, L. As tarifas sociais. *Folha de S. Paulo*, 15/07/97, p. 2-3

_____. Privatização e agências de regulação. *Folha de S. Paulo*, 2/5/97, p.2-2

NEUMAN, D.. Leilão de teles trará US\$ 5 bi no curto prazo. *O Estado de S. Paulo*, 31/7/98 p. B1

NICOLETTA, C. Privatização pode atrair US\$ 30 bilhões. *O Estado de S. Paulo*, 27/7/97, p. B1.

NOVA lei dá partida na privatização das teles. *Folha de S. Paulo*, 11/7/97, p. 2-5

O LEILÃO da Telebrás. *O Estado de S. Paulo*, 10/6/98, p. A3

OLIVEIRA, D. e MONTEIRO, T. Recursos não vão só para dívida, diz FHC. *O Estado de S. Paulo*, 30/7/98, p. B3

OLIVEIRA, D., RAMOS, J. e OTTA, L. A. FHC desiste de investir na área social. *O Estado de S. Paulo*, 31/7/98, p. B1.

PAUL, G. Contas telefônicas devem ficar mais baratas até 2005. *O Estado de S. Paulo*, 20/5/98, p. B16.

_____ Tarifa deve cair e serviço melhorar, promete ministro. *O Estado de S. Paulo*, 11/6/98, p. B1

PATU, G. Governo inicia “venda” do filé das estatais. *Folha de S. Paulo*, 27/4/97. Caderno Especial, p.12

PEDETISTA disse para investidores 'não se meterem' na privatização. *Folha de S. Paulo*, 18/6/98, p. 1-11

PERSPECTIVAS auspiciosas na telefonia. *O Estado de S. Paulo*, 8/6/97, p. B3

PINHEIRO, W.. Dobrando-se às forças do atraso. *Folha de S. Paulo*, 11/8/97, p. 2-2

PORTUGAL Telecom nega a possibilidades de demissão na empresa. *Folha de S. Paulo*, 31/7/98, p. 1-4

PRIVATIZAÇÃO de teles atinge R\$ 22 bi com ágio de 64%. *Folha de São Paulo*, 30/7/98. Caderno Especial, p.1-7

RAMOS, J. e PAUL, G.. Senado aprova lei geral das telecomunicações. *O Estado de S. Paulo*, 11/7/97, p. B1

ROSSI, C. Alô, alô público. *Folha de S. Paulo*, 15/4/98, p. 1-2

RIZKALLAH, A.. Telebrás: cidadania com concorrência, versus monopólio e privilégios. *O Estado de S. Paulo*, 26/6/98, p.B5

RYFF, L.A e ALVES, C. Dirceu não comparece a entrevistas. *Folha de S. Paulo*. Caderno Especial, p. 30/7/98, Caderno Especial, p.5

SEIDL, A.C. Fabricamente de equipamentos esperam crescimento de 50%. *Folha de S. Paulo*, 4/8/98, p. 1-6

SCHOLZ, C. Concessão deve facilitar acessos a novos telefones. *O Estado de S. Paulo*, 10/7/97, p. B1

_____ Venda mudará a face da telefonia no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, 26/7/98, p. B3

SCHOLZ, C. e AGUIAR, I. D. Telebrás é vendida por R\$ 22 bi, com ágio de 63%. *O Estado de S. Paulo*, 30/7/98, p. B1

SIQUEIRA, E. Privatização da Telebrás: o que muda para o consumidor. *Folha de S. Paulo*, 30/7/98. Caderno Especial, p. 11

TAMER, A. Leilão da Telebrás abre novo espaço para captar dinheiro e criar emprego. *O Estado de S. Paulo*, 30/7/1998, p.B-18

TELES, contagem regressiva. *Foha de S. Paulo*, 5/6/98, p. 1-2

TELEBRÁS no balcão, *Folha de S. Paulo* , 27/7/98, p 1-2

TELECOMUNICAÇÕES vão trazer U\$ 1,5 bilhão por mês. *O Estado de S. Paulo*, 27/7/97, p. B1

VENDA foi ‘vital’, relata jornal. *Folha de S. Paulo*, 31/7/98, p.1-7

VERGILI, R. Setor exigirá US\$ 105 bilhões em investimentos. *O Estado de S. Paulo*, 10/6/98, p. B4